

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**

ARACAJU/SE, MARÇO DE 2018

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU 63/2010, DN 134/2013 – TCU, DN 161/2017–TCU, Portaria TCU 65/2018 e das orientações da Auditoria Interna.

**Subunidade responsável pela coordenação da elaboração do Relatório de Gestão:**  
PRODIN/REITORIA/IFS

ARACAJU/SE, MARÇO DE 2018

## **ROL DE RESPONSÁVEIS**

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA (CPF 077.847.755-04)  
RUTH SALES GAMA DE ANDRADE (CPF 532.897.305-49)  
JOSÉ LUCIANO MENDONÇA MORAIS (CPF 412.272.205-53)  
JOSÉ OSMAN DOS SANTOS (CPF 878.587.035-87)  
ALBERTO ACIOLE BOMFIM (CPF 102.441.405-10)  
FERNANDO AUGUSTO DE JESUS BATISTA (CPF 018.853.145-90)  
BRUNO SANTOS MENDES (CPF 954.192.505-78)  
SANDRA COSTA PINTO HOENTSCH ALVARENGA (CPF 695.073.335-68)  
MARIA ROSENEIDE SANTANA DOS SANTOS (CPF 311.312.715-72)  
ALMERINDO NASCIMENTO REHEM NETO (CPF 931.240.155-68)  
GILDEVANA FERREIRA DA SILVA (CPF 770.280.663-04)  
ALYSSON SANTOS BARRETO (CPF 021.963.135-21)  
CHIRLAINE CRISTINE GONÇALVES (CPF 030.906.294-29)  
JOSÉ ESPÍNOLA DA SILVA JUNIOR (CPF 389.242.345-87)  
OTACILIO JOAQUIM RODRIGUES CERQUEIRA (CPF 361.674.105-00)  
DIEGO RODRIGUES DA SILVA SANTOS (CPF 015.823.415-40)  
PAULO DURVAL BARRETO DE ARAÚJO (CPF 799.067.705-97)  
SILVIA LETÍCIA DE ABREU OLIVEIRA (CPF 719.499.255-87)  
MANOEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA NETO (CPF: 555.953.595-87)  
TENNYSON RAFAEL PRADO SÁTIRO (CPF: 053.934.675-67)  
JAILSON CARDOZO DOS SANTOS (CPF: 555.734.795-04)  
VÂNIA DE JESUS (CPF: 610.202.905-44)  
IVAHYR FARIAS SILVEIRA (CPF: 085.691.775-34)  
ELZA FERREIRA SANTOS (CPF: 585.299.775-72)  
MARCOS LUCIANO ALVES BARROSO (CPF: 451.196.354-15)  
JOSÉ CORREIA NETO (CPF: 609.187.215-04)  
MARCO ARLINDO AMORIM MELO NERY (CPF: 944.207.265-04)  
ISABELA BACALHAU DE OLIVEIRA (CPF: 045.545.334-92)  
RAPHAEL PEREIRA DE OLIVEIRA (CPF: 057.153.796-01)  
ANDRÉ NEVES RIBEIRO (CPF: 007.396.455-79)  
IRAÍ TADEU PEREIRA REZENDE (CPF: 023.447.045-31)  
WENDEL MENEZES FERREIRA (CPF: 940.397.555-53)  
SHEYLA ALVES RODRIGUES (CPF: 000.801.415-95)  
JEANNE DE SOUZA E SILVA (CPF: 335.014.834-49)  
SIMONE VILELA TALMA (CPF: 084.442.766-77)  
DANIELLE AMARAL MENÉNDEZ (CPF: 795.156.815-53)  
CÍCERO CUNHA BEZERRA (CPF: 751.127.524-91)  
RENATO BRAZ DE ARAÚJO (CPF: 110.954.258-54)  
WILTON LUIZ MOTA ALMEIDA (CPF: 722.624.945-68)

**GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO E FORMATAÇÃO DO RELATÓRIO DE  
GESTÃO CONSOLIDADO DO IFS – PORTARIA Nº 3673, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017**

**REITORIA**

MÁRCIO DE SOUZA COSTA (PRESIDENTE)  
JOSÉ LUCIANO MENDONÇA MORAIS  
WILTON LUIZ MOTA DE ALMEIDA  
FERNANDO AUGUSTO DE JESUS BATISTA  
PAULO DURVAL BARRETO DE ARAÚJO  
LIGIA CRISTINA DA SILVA  
JOSÉ ESPÍNOLA DA SILVA JÚNIOR  
DANIEL AMARO DE ALMEIDA  
MANUELA IRIS DOS SANTOS  
CATARINA ABRAMO PEREIRA  
CARLOS AUGUSTO TAVARES DE  
SANTANA  
TUANNY BEZERRA PAIVA  
GERALDO BULHÕES BITTENCOURT FILHO  
FERNANDO FONTES SANTOS  
ALINE DE OLIVEIRA GÓES  
LEOPOLDO RAMOS DE OLIVEIRA

**CAMPUS ARACAJU**

THIRZA AUGUSTA AZEVEDO SILVA  
IDER DE SANTANA SANTOS

**CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO**

MARIA VERÔNICA BARBOSA DOS SANTOS  
BRÁULIO SILVEIRA SANTOS

**CAMPUS LAGARTO**

ROSANA ROCHA SIQUEIRA  
RAIMUNDO NONATO RABELO SANTANA

**CAMPUS ITABAIANA**

LUCIANO DE MELO SANTOS  
CARLA CRISTINA VALOIS LINS XAVIER

**CAMPUS N. SRA DA GLÓRIA**

EVILASIO MATIAS DOS SANTOS  
CLAUDIA ZUBIOLO PERIOTO

**CAMPUS ESTÂNCIA**

BRUNO DOS SANTOS SANTANA  
EDMILSON MENEZES DA SILVA

**CAMPUS PROPRIÁ**

GILMAR ALBURQUERQUE DA SILVA  
LEONARDO HENRIQUE DA SILVA BOMFIM

**CAMPUS TOBIAS BARRETO**

JOSÉ SÉRGIO FILGUEIRAS COSTA  
EDUARDO CARPEJANI

**CAMPUS SOCORRO**

VALDENICE ARAÚJO SANTOS LIMA  
TIAGO MOURA BOMFIM



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público  
ADEMA - Administração Estadual de Meio Ambiente de Sergipe  
APL -Arranjos Produtivos Locais  
AGU- Advocacia Geral da União  
ASCOM - Assessoria de Comunicação  
ATI - Analista de Tecnologia da Informação  
AUDINT - Unidade de Auditoria Interna  
A3P - Agenda Ambiental da Administração Pública  
BSC – Balanced Score Card  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CCOM – Coordenadoria de Comunicação  
CCONT - Coordenação de Contabilidade  
CD - Colégio de Dirigentes  
CEF - Caixa Econômica Federal  
CEFETSE – Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe  
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa  
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão  
CGE - Coordenadoria Geral de Estágios  
CGPA – Coordenação Geral de Protocolo e Arquivos  
CGRC - Comitê de Governança, Riscos e Controles  
CGSI - Comitê Gestor de Segurança da Informação  
CGTIC - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação  
CGU – Controladoria Geral da União  
CMMA - Conselho Municipal do Meio Ambiente  
CMT- Coordenação de Manutenção e Transporte  
CNE - Conselho Nacional de Educação  
CNIT - Coordenadoria do Núcleo de Inovação Tecnológica  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
Conaes - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior  
Concefet - Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica  
Conif - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica Tecnológica Educação Profissional, Científica e Tecnológica  
CONTRAN- Conselho Nacional de Trânsito  
COSE - Coordenadoria de Saúde  
CPA - Comissão Própria de Avaliação  
CPAC - Consórcio Público do Agreste Central Sergipano  
CPAD - Comissão de Processos Administrativos Disciplinares  
CPGF – Cartão Corporativo do Governo Federal  
CPF – Cadastro de Pessoa Física  
CplanTI - Comitê de Planejamento de TIC  
CS - Conselho Superior  
CSF – Concessão de Suprimento de Fundos  
CIS - Comissão Interna de Supervisão  
CTI - Coordenações de Tecnologia da Informação  
DCAP - Departamento de Controle e Análise Processual  
DEAD – Diretoria de Educação à Distância  
DELC – Departamento de Licitações e Contratos  
DEPROJ –Departamento de Projetos  
DEXEC - Diretoria Executiva  
DGB - Diretoria Geral de Bibliotecas  
DIAE – Diretoria de Assistência Estudantil  
DIPIN - Polo de Inovação Tecnológica  
DIPOP – Diretoria de Planejamento Obras e Projetos  
DIREX- Diretoria de Extensão e Articulação com a Sociedade  
DN – Decisão Normativa  
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação  
EAC - Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes  
EAD - Educação a distância  
EAFSC - Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão  
EBC - Empresa Brasil de Comunicação

EGD - Estratégia de Governança Digital  
EGTI - Estratégias do SISP: Geral de Tecnologia da Informação  
e-MEC- Sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil  
Enade- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes  
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública  
ENDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Sergipe  
EprocTI - Escritório de Processos de TI  
EprojTI - Escritório de Projetos de TI  
EPT – Educação Profissional e Tecnológica  
e-OUV - módulo de ouvidoria  
e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão  
ESR - Escola Superior de Redes  
ETIR - Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede  
FAPITEC – Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe  
FAQ - Perguntas Mais Frequentes  
FIC – Formação Inicial e Continuada  
FUNCEFETSE - Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico de Sergipe  
GCA - Gasto Corrente por Aluno  
GCI - Gastos com Investimentos  
GCP - Gastos com Pessoal  
GEPLANES - Gestão do Planejamento Estratégico  
GESPÚBLICA - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização  
GLPI- Solução web Open-source completa para gestão de ativos e helpdesk  
GOC - Gastos com Outros Custeios  
IFS – Instituto Federal de Sergipe  
IN – Instrução normativa  
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Sergipe  
Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INTOSAI - Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores  
ITIL – Information Technology Infrastructure Library  
LDAP - Lightweight Directory Access Protocol  
LED - diodo emissor de luz  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MEC – Ministério da Educação  
MINTER- Mestrado Interinstitucional  
MP - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
MPDG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
MPF - Ministério Público Federal  
NBC-T –Normas Brasileiras de Contabilidade  
NBR- Norma Brasileira  
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica  
PAAV - Plano de Anual de Aquisição de Veículos  
PAP - Programa Institucional de Apoio à Pesquisa do Convênio IFS/Petrobras  
PCTIC - Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação  
PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação  
PEI - Planejamento Estratégico Institucional  
PETI - Plano Estratégico de TI  
PFRH - Programa de Formação de Recursos Humanos  
PGRC - Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão  
PGRCC - Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil  
PGTIC - Política de Governança de TIC/IFS  
PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão  
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação  
PIT - Plano Individual de Trabalho  
POSIC - Política de Segurança da Informação e Comunicação  
PPA – Plano Plurianual  
PPITA - Coordenadoria de pesquisa e extensão dos campi  
PPTAE - Programa Institucional de Apoio a Pesquisa ao Técnico Administrativo  
PRAAE- Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS  
PROAD – Pró-Reitoria de Administração

PRODEMA- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente  
PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional  
PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos  
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino  
PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas  
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PROPEX – Pró-Reitoria de Extensão  
PV - Programador Visual  
RDA - Relação de Alunos por Docente  
RDE - Relatório de Demandas Externas  
RAE – Reunião de Análise Estratégica RCM - Relação Concluintes / Aluno Matriculado  
RCV - Relação Candidato/ Vaga  
RFE - Índice de Retenção do Fluxo Escolar  
RFEPCT- Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica  
RIM - Relação Ingresso/ Matrículas Atendidas  
RIT - Relatórios Individuais de Trabalho  
RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa  
RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências  
SEMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
SECEX-SE – Secretaria de Controle Externo de Sergipe  
SEI - Sistema Eletrônico de Informações  
SEMEX - Semana de Extensão do IFS  
SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica  
SETIC - Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação  
SIMEC – Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira  
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores  
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal  
SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas  
SIGAdmin -. Sistema de Administração dos Sistemas (Técnica e Gestão)  
SIGPLAN- Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos  
SIGPP - Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos  
SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos  
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior  
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SISNAMA - do Sistema Nacional do Meio Ambiente  
SISP- Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação  
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica  
SM – Salário Mínimo  
SNCT - Semana Nacional de Ciência e Tecnologia  
SPIUnet - Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União  
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento  
SRP – Sistema de Registro de Preços  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
SWOT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TE - Técnico em Eletroeletrônica  
TI - Tecnologia da informação  
TS – Técnico de Secretariado  
TTI - Técnico de Tecnologia da Informação  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UG – Unidade Gestora  
UGO – Unidade Gestora Orçamentária  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UNED – Unidade de Ensino Descentralizada  
UO – Unidade Orçamentária  
UPC – Unidade Prestadora de Contas

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas .....	24
Quadro 2 – Macroprocessos Finalísticos .....	27
Quadro 3 – Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas do IFS .....	30
Quadro 4 – Ação 20 RG.....	37
Quadro 5 – Ação 20 RL .....	38
Quadro 6 – Ação 2994 .....	39
Quadro 7 – Ação 1H10 .....	40
Quadro 8 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores .....	41
Quadro 9 – Informações sobre a realização das receitas em 2017 .....	42
Quadro 10 – Receita Realizada por Natureza .....	42
Quadro 11 – Despesas por modalidade de contratação .....	44
Quadro 12 – Despesas por grupo e elemento de despesa .....	45
Quadro 13 – Concessão de suprimento de fundos .....	46
Quadro 14 – Utilização de suprimento de fundos .....	46
Quadro 15 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício 2017 .....	47
Quadro 16 – Resultado dos indicadores do Acórdão TCU nº 2.267/2005 .....	48
Quadro 17 – Terminologia para os indicadores .....	57
Quadro 18 – Percentual de renda per capita (Campus Aracaju).....	58
Quadro 19 – Percentual de renda per capita (Campus Lagarto).....	59
Quadro 20 – Percentual de renda per capita (Campus São Cristóvão).....	59
Quadro 21 – Percentual de renda per capita (Campus Itabaiana).....	59
Quadro 22 – Percentual de renda per capita (Campus Glória) .....	60
Quadro 23 – Percentual de renda per capita (Campus Estância).....	60
Quadro 24 – Percentual de renda per capita (Campus Propriá) .....	60
Quadro 25 – Percentual de renda per capita (Campus Tobias Barreto) .....	60
Quadro 26 – Percentual de renda per capita (Campus Socorro).....	61
Quadro 27 – Percentual de renda per capita consolidado do IFS .....	61
Quadro 28 – Titulação do Corpo Docente 2015.....	62
Quadro 29 – Titulação do Corpo Docente 2016.....	63
Quadro 30 – Titulação do Corpo Docente 2017.....	64
Quadro 31 – Estrutura Organizacional da Audint .....	74
Quadro 32 – Relatórios e as Notas de Auditoria da Audint .....	75
Quadro 33 – Quantitativo de Procedimentos Disciplinares instaurados .....	77
Quadro 34 – Quantitativo de Procedimentos Disciplinares julgados .....	77
Quadro 35 – Força de Trabalho da UPC .....	80
Quadro 36 – Distribuição da lotação efetiva .....	81
Quadro 37 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC .....	81
Quadro 38 – Despesas com pessoal .....	83
Quadro 39 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da Reitoria .....	84
Quadro 40 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Aracaju .....	85
Quadro 41 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Estância .....	85
Quadro 42 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Glória.....	85
Quadro 43 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Itabaiana .....	86
Quadro 44 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Lagarto .....	86
Quadro 45 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Propriá .....	86
Quadro 46 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus São Cristóvão .....	87
Quadro 47 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus T. Barreto.....	87
Quadro 48 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Socorro .....	87
Quadro 49 – Veículos da Reitoria.....	89
Quadro 50 – Despesas associadas à manutenção da frota da Reitoria .....	90
Quadro 51 – Gestão da frota de veículos da Reitoria.....	90
Quadro 52 – Veículos do campus Aracaju.....	90
Quadro 53 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Aracaju .....	91
Quadro 54 – Gestão da frota de veículos do Campus Aracaju .....	91
Quadro 55 – Gestão da frota de veículos do Campus Estância .....	91
Quadro 56 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Estância.....	91
Quadro 57 – Gestão da frota de veículos do Campus Estância .....	91
Quadro 58 – Gestão da frota de veículos do Campus Nossa Senhora da Glória.....	92
Quadro 59 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Nossa Senhora da Glória .....	92
Quadro 60 – Gestão da frota de veículos do Campus Nossa Senhora da Glória.....	92

Quadro 61 – Gestão da frota de veículos do Campus Itabaiana.....	93
Quadro 62 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Itabaiana .....	93
Quadro 63 – Gestão da frota de veículos do Campus Itabaiana.....	93
Quadro 64 – Gestão da frota de veículos do Campus Lagarto .....	94
Quadro 65 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Lagarto.....	94
Quadro 66 – Gestão da frota de veículos do Campus Lagarto .....	94
Quadro 67 – Gestão da frota de veículos do Campus São Cristóvão .....	94
Quadro 68 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus São Cristóvão.....	95
Quadro 69 – Gestão da frota de veículos do Campus São Cristóvão .....	95
Quadro 70 – Gestão da frota de veículos do Campus Tobias Barreto.....	96
Quadro 71 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Tobias Barreto .....	96
Quadro 72 – Gestão da frota de veículos do Campus Tobias Barreto.....	96
Quadro 73 – Gestão da frota de veículos do Campus Propriá.....	97
Quadro 74 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Propriá .....	97
Quadro 75 – Gestão da frota de veículos do Campus Propriá.....	97
Quadro 76 – Gestão da frota de veículos do Campus Socorro .....	98
Quadro 77 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Socorro .....	98
Quadro 78 – Gestão da frota de veículos do Campus Socorro.....	98
Quadro 79 – Riscos e medidas mitigadoras em relação aos imóveis .....	102
Quadro 80 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	102
Quadro 81 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	103
Quadro 82 – Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	104
Quadro 83 – Quantidade de imóveis locados de terceiros .....	105
Quadro 84 – Reuniões Ordinárias 2017 .....	118
Quadro 85 – Principais Sistemas de Informação - Janeiro 2018.....	122
Quadro 86 – Treinamentos efetivamente realizados no exercício 2017.....	137
Quadro 87 – Detalhamento da Força de Trabalho de TI - 2017.....	140
Quadro 88 – Projetos de TI agrupados por Objetivos Táticos .....	145
Quadro 89 – Principais sistemas de informação .....	155
Quadro 90 – Consumo de água entre 2011 e 2017.....	161
Quadro 91 – Consumo de energia elétrica em 2017 e em 2016.....	173
Quadro 92 – Dados dos registros de atendimentos por e-mail .....	174
Quadro 93 – Simplifique.....	180
Quadro 94 – Visão gerencial de determinações e recomendações do TCU .....	180
Quadro 95 – TC 025.709/2015-1 – Acórdão 0979/2016 - Plenário – Item 1.8.1 .....	180
Quadro 96 – TC 025.709/2015-1 – Acórdão 0979/2016 - Plenário – Item 1.8.2.....	181
Quadro 97 – TC 025.775/2016-2 – Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara – Item 1.7.1.1 .....	182
Quadro 98 – TC 025.775/2016-2 – Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara – Item 1.7.1.2. ....	182
Quadro 99 – TC 025.775/2016-2 – Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara – Item 1.7.1.3. ....	183
Quadro 100 – TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.5 .....	184
Quadro 101 – TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.6.....	185
Quadro 102 – 024.329/2015-0 – Acórdão 1006/2016 - Plenário – Item 9.3 .....	185
Quadro 103 – TC 032.863/2012-8 – Acórdão 1003/2017 - Plenário – Item 9.7 .....	186
Quadro 104 – Despesas com publicidade legal.....	188
Quadro 105 – Demonstração da Conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005 .....	189
Quadro 106 – Relação dos projetos desenvolvidos com a contratação de fundações de apoio.....	190
Quadro 107 – Seção 1.7.1.3.1. do acórdão 6.475/2017.....	199
Quadro 108 – Declaração sobre a conformidade da Reitoria.....	207
Quadro 109 – Declaração sobre a conformidade do Campus Aracaju .....	208
Quadro 110 – Declaração sobre a conformidade do Campus Estância .....	209
Quadro 111 – Declaração sobre a conformidade do Campus Glória .....	210
Quadro 112 – Declaração sobre a conformidade do Campus Itabaiana .....	211
Quadro 113 – Declaração sobre a conformidade do Campus Lagarto .....	212
Quadro 114 – Declaração sobre a conformidade do Campus Propriá.....	213
Quadro 115 – Declaração sobre a conformidade do Campus São Cristóvão .....	215
Quadro 116 – Declaração sobre a conformidade do Campus Socorro .....	216
Quadro 117 – Declaração sobre a conformidade do Campus Tobias Barreto.....	217
Quadro 118 – Declaração do contador.....	219
Quadro 119 – Balanço financeiro – ingressos e dispêndios .....	220
Quadro 120 – Receitas e despesas .....	221
Quadro 121 – Balanço financeiro - Ativo e passivo .....	224
Quadro 122 – Balanço financeiro – Fluxos de caixas .....	226
Quadro 123 – Balanço financeiro – Variações patrimoniais quantitativas.....	229

Quadro 124 – Quadro-Síntese das unidades vinculados ao IFS.....	232
Quadro 125 – VPA – Exploração e venda de bens, serviços e direitos.....	266
Quadro 126 – VPA – Transferência e delegações recebidas.....	266
Quadro 127 – VPA – Valorização e ganhos c/ ativos e desincorporação de passivos .....	267
Quadro 128 – VPD – Pessoal e encargos .....	267
Quadro 129 – VPD – Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo.....	268
Quadro 130 – VPD – Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos .....	268

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matriz de Avaliação Estratégica do IFS:.....	29
Tabela 2 – Indicadores de Desempenho Administrativo e seus componentes de cálculo (2013-2017) .....	56
Tabela 3 – Indicadores de Desempenho Administrativo (2013-2017), a preços de dezembro de 2017.....	56
Tabela 4 – Deliberações CGRC 2017 .....	78
Tabela 5 – Iniciativas para mobilização e sensibilização à implementação da gestão de riscos e controles internos .....	78
Tabela 6 – Valores de contratos de projetos, obras e serviços de engenharia concluídos em 2017 .....	112
Tabela 7 – Valores de contratos de projetos, obras e serviços de engenharia em desenvolvimento em 2017 .....	112
Tabela 8 – Evolução do Índice de Governança de TI do IFS.....	115
Tabela 9 – Deliberações CGTIC 2017.....	118
Tabela 10 – Acervo Bibliográfico (2010 a 2018*).....	193
Tabela 11 – Investimentos em Estrutura 2010 a 2018* .....	194
Tabela 12 – Investimentos em Recursos Humanos (2010 a 2017).....	194
Tabela 13 – Total dos Ingressos.....	240
Tabela 14 – Total dos Dispendios.....	240
Tabela 15 – Resultado Financeiro – Metodologia 1.....	241
Tabela 16 – Resultado Financeiro – Metodologia 2.....	241
Tabela 17 – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas – Composição.....	242
Tabela 18 – Receitas e Despesas por Categoria Econômica .....	243
Tabela 19 – Receitas e Despesas – Previsão Atualizada x Dotação Atualizada .....	243
Tabela 20 – Receitas correntes e de capital realizadas – categoria econômica .....	243
Tabela 21 – Receitas correntes e de capital realizadas – Composição .....	244
Tabela 22 – Despesas fixadas e empenhadas por grupo – composição.....	245
Tabela 23 – outras despesas correntes fixadas e empenhadas - composição.....	246
Tabela 24 – restos a pagar não processados inscritos e reinscritos .....	247
Tabela 25 – Restos a Pagar Não Processados inscritos e reinscritos: origem do orçamento executado (R\$) .....	248
Tabela 26 – execução de RPNP – por categoria econômica (R\$) .....	248
Tabela 27 – exceções à vigência de restos a pagar não processados - art. 68, § 3º, ii, dec.93.872/86 (R\$) .....	249
Tabela 28 – cancelamentos de RPNP a partir de 2016 (R\$) .....	249
Tabela 29 – Imobilizado – Composição (R\$) .....	251
Tabela 30 – Bens Móveis – Composição (R\$).....	251
Tabela 31 - Bens Imóveis – Composição (R\$).....	252
Tabela 32 – Bens de uso especial – Composição (R\$).....	253
Tabela 33 – Intangível – Composição (R\$) .....	256
Tabela 34 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição (R\$).....	257
Tabela 35 – Fornecedores e Contas a Pagar Por Unidade Gestora Contratante (R\$).....	257
Tabela 36 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor (R\$).....	258
Tabela 37 – Obrigações Contratuais – Composição (R\$) .....	259
Tabela 38 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante (R\$) .....	259
Tabela 39 – Obrigações Contratuais – Por Contratado (R\$).....	260
Tabela 40 – geração líquida de caixa e equivalentes de caixa- saldo inicial e final (R\$).....	262
Tabela 41 – geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – atividades (R\$) .....	262
Tabela 42 – Ingressos das atividades Operacionais - Composição .....	263
Tabela 43 – Desembolsos das atividades Operacionais - Composição .....	263
Tabela 44 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades Operacionais .....	264
Tabela 45 – Função Educação - Composição .....	264
Tabela 46 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades de Investimento (R\$) .....	265

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do IFS.....	25
Figura 2 – Fluxograma dos Macroprocessos Finalísticos e de Apoio .....	26
Figura 3 – Mapa Estratégico do IFS.....	28
Figura 4 – Relacionamento entre o PPA 2015-2019 e planejamento estratégico do IFS .....	35
Figura 5 – Sistema de Governança Organizacional do IFS (2017) .....	66
Figura 6 – Fachada do Campus Itabaiana .....	106
Figura 7 – Biblioteca do <i>campus</i> Itabaiana .....	106
Figura 8 – Reforma e revitalização dos sanitários do <i>campus</i> Lagarto .....	107
Figura 9 – Reforma e revitalização dos sanitários do <i>campus</i> Lagarto .....	107
Figura 10 – Canteiro de obras da 2ª etapa da urbanização do <i>campus</i> São Cristóvão. ....	108
Figura 11 – Canteiro de obras da guarita do <i>campus</i> São Cristóvão.....	108
Figura 12 – Canteiro de obras dos Alojamentos e Posto Médico do <i>campus</i> São Cristóvão. ....	109
Figura 13 – Perspectiva artística do alojamento do <i>campus</i> São Cristóvão. ....	109
Figura 14 – Acessibilidade ao ginásio poliesportivo do <i>campus</i> Lagarto .....	109
Figura 15 – Interior do ginásio poliesportivo do <i>campus</i> Lagarto .....	110
Figura 16 – Canteiro de obras do <i>campus</i> Nossa Senhora da Glória .....	110
Figura 17 – Canteiro das obras de ampliação e reestruturação do <i>campus</i> Aracaju.....	110
Figura 18 – Concepção artística da ampliação e reestruturação do <i>campus</i> Aracaju. ....	111
Figura 19 – Execução de serviços no canteiro de obras do <i>campus</i> Tobias Barreto. ....	111
Figura 20 – Execução de serviços no canteiro de obras do <i>campus</i> Tobias Barreto .....	111
Figura 21 – Execução de serviços no canteiro de obras do <i>campus</i> Poço Redondo.....	112
Figura 22 – Marcos de Implantação da GovTI.....	116
Figura 23 – Consulta Pautas e Atas do CGTIC.....	118
Figura 24 – Consulta Deliberações do CGTIC .....	121
Figura 25 – Recorte do Relatório do Indicador Chamados por Grupo – Exercício 2017.....	142
Figura 26 – Sensibilização sobre práticas de sustentabilidade .....	162
Figura 27 – Poste para aproveitamento de energia solar. ....	163
Figura 28 – Troca de lâmpadas pelos refletores LED .....	163
Figura 29 – Projeto de reaproveitamento de água .....	163
Figura 30 – Reforma nas instalações hidráulicas .....	164
Figura 31 – Lixeiras para coleta seletiva.....	164
Figura 32 – Projeto “Adote um jardim” .....	165
Figura 33 – Animais abandonados no <i>campus</i> Lagarto – Campanha de conscientização.....	165
Figura 34 – Palestra no dia do meio ambiente .....	166
Figura 35 – Tonéis para recolhimento de papel e papelão .....	167
Figura 36 – Ações de sustentabilidade no Campus Estância .....	167
Figura 37 – Ação de conscientização.....	168
Figura 38 – Ações do Campus Itabaiana.....	168
Figura 39 – Desfile Agro na Moda.....	169
Figura 40 – Exposição sobre pilhas alternativas .....	169
Figura 41 – Sensibilização sobre práticas de acessibilidade e sustentabilidade .....	170
Figura 42 – lâmpadas econômicas instaladas .....	170
Figura 43 – Reutilização da água dos aparelhos de ar condicionado .....	171

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Realização de receitas em 2017 .....	43
Gráfico 2 – Histórico da receita realizada entre 2015 e 2017 .....	43
Gráfico 3 – Receita realizada mensalmente em 2017 .....	43
Gráfico 4 – Relação Candidato/Vaga (RCV) .....	49
Gráfico 5 – Evolução da Relação Candidato vaga por campus do IFS .....	50
Gráfico 6 – Relação Ingresso/ Aluno Matriculado (RIM).....	50
Gráfico 7 – Evolução da Relação Ingresso por Aluno Matriculado por Campus do IFS .....	51
Gráfico 8 – Relação Concluintes/ Aluno Matriculado (RCM) .....	51
Gráfico 9 – Evolução da Relação Concluintes por Aluno Matriculado por Campus do IFS .....	52
Gráfico 10 – Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (EAC) .....	53
Gráfico 11 – Evolução do Índice de Eficiência Acadêmica dos Concluintes por campus do IFS .....	53
Gráfico 12 – Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE) .....	54
Gráfico 13 – Evolução do Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE) por campus do IFS .....	54
Gráfico 14 – Relação de Alunos /Docente em Tempo Integral (RAD).....	55
Gráfico 15 – Evolução dos indicadores administrativos (2013-2017), a preços de dezembro/2017.....	57
Gráfico 16 – Evolução da Média Geral do iGovTI do IFS .....	115
Gráfico 17 – Evolução das médias do iGovTI por Dimensão do IFS .....	115
Gráfico 18 – Comparativo do iGovTI do IFS com média das organizações .....	116
Gráfico 19 – Comparativo de oferta por Instituições Promotoras .....	139
Gráfico 20 – Números de Chamados 2016-2017 .....	142
Gráfico 21 – Satisfação dos Usuários em Relação ao Atendimento – Exercício 2017 .....	143
Gráfico 22 – Chamados por Tipo – Exercícios 2015 - 2017.....	143
Gráfico 23 – Tempo de Solução de Chamados – Exercício 2017 .....	144
Gráfico 24 – Consumo de água entre 2011 e 2017.....	160
Gráfico 25 – Consumo de energia elétrica em 2017 e em 2016.....	161
Gráfico 26 – Acervo Bibliográfico (2010 a 2018*) .....	193
Gráfico 27 – Investimentos em Estrutura 2010 a 2018 .....	194
Gráfico 28 – Investimentos em Recursos Humanos (2010 a 2017) .....	195



## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. VISÃO GERAL .....</b>	<b>17</b>
2.1. Finalidades e Competências .....	17
2.1.1. Finalidades e características .....	17
2.1.2. Competências institucionais .....	18
2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade .....	18
2.3. Ambiente de atuação .....	18
2.4. Organograma.....	24
2.5. Macroprocessos Finalísticos .....	26
<b>3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS .....</b>	<b>28</b>
3.1. Planejamento Organizacional .....	28
3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício .....	29
3.1.2. Estágio de implementação do planejamento .....	34
3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos .....	34
3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos .....	34
3.3. Desempenho Orçamentário .....	36
3.3.1. Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade .....	37
3.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário .....	40
3.3.3. Restos a pagar de exercícios anteriores .....	41
3.3.4. Execução descentralizada com transferência de recursos .....	42
3.3.5. Informações sobre a realização das receitas .....	42
3.3.6. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento .....	43
3.3.7. Informações sobre a execução das despesas .....	44
3.3.8. Suprimentos de fundos, contas bancárias e cartões de pagamento .....	46
3.4. Apresentação e análise de indicadores de desempenho .....	47
3.4.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do TCU .....	47
<b>4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....</b>	<b>66</b>
4.1. Descrição das estruturas de governança .....	66
4.1.1. Instâncias externas de governança e de apoio à governança .....	66
4.1.2. Instâncias internas de governança e de apoio à governança .....	67
4.1.3. Outras Instâncias de governança .....	70
4.1.3.1. Administração executiva .....	70
4.1.3.2. Gestão tática .....	71
4.1.3.3. Gestão operacional .....	72
4.2. Atuação da unidade de auditoria interna .....	72
4.2.1. Sobreposição de carga horária – Pronatec .....	76
4.3. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos .....	77
4.4. Gestão de riscos e controles internos .....	77
<b>5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO .....</b>	<b>80</b>
5.1. Gestão de Pessoas .....	80
5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade .....	80
5.1.2. Gestão de riscos relacionados ao pessoal .....	82
5.1.3. Demonstrativo das despesas com pessoal .....	83
5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e estagiários .....	84
5.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais .....	88
5.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura .....	88
5.2.1. Gestão da frota de veículos .....	88
5.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações sobre veículos .....	98
5.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União .....	98
5.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas .....	103
5.2.5. Informações sobre imóveis locados de terceiros .....	104
5.2.6. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim .....	105
5.2.6.1. Serviços concluídos em 2017: .....	106
5.2.6.2. Serviços em desenvolvimento em 2017: .....	107
5.2.6.3. Investimentos do IFS no âmbito de obras e serviços de engenharia .....	112
5.3. Gestão da Tecnologia da Informação .....	113
5.4. Gestão ambiental e sustentabilidade .....	159

5.4.1.	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços .....	171
<b>6.</b>	<b>RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....</b>	<b>173</b>
6.1.	Canais de acesso do cidadão .....	173
6.2.	Carta de serviços ao cidadão .....	174
6.3.	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários .....	175
6.4.	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade .....	176
6.5.	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações .....	176
<b>7.</b>	<b>DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>177</b>
7.1.	Desempenho financeiro no exercício .....	177
7.2.	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos .....	177
7.3.	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .....	178
7.4.	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas .....	179
<b>8.</b>	<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE .....</b>	<b>180</b>
8.1.	Tratamento das Determinações e Recomendações do TCU .....	180
8.1.1.	Visão geral das determinações e recomendações do TCU .....	180
8.1.2.	Forma de acompanhamento das deliberações do TCU .....	180
8.1.3.	Determinações e recomendações de acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores .....	180
8.1.4.	Determinações e recomendações de acórdãos do TCU pendentes de atendimento, cujo andamento das providências deve ser informado no relatório de gestão anual .....	184
8.2.	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno .....	186
8.3.	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário .....	187
8.4.	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993 .....	187
8.5.	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	187
8.6.	Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	188
8.7.	Demonstração da Conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005 .....	189
<b>9.</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958-1994.....</b>	<b>190</b>
<b>ANEXOS E APÊNDICES .....</b>	<b>192</b>	
Anexo 1 – Principais atividades executadas nas bibliotecas do IFS (DGB) .....	193	
Anexo 2 - Principais atividades executadas no protocolo e arquivo do IFS (CGPA) .....	196	
Anexo 3 – Plano de ação para atendimento ao Acórdão 6.475/2017 – TCU 2ª Câmara .....	199	
Anexo 4 - Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.....	203	
Anexo 5 - Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões .....	204	
Anexo 6 - Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.....	205	
Anexo 7 - Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento .....	206	
Anexo 8 - Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	207	
Anexo 9 - Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI .....	219	
Anexo 10 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	220	

## 1. APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) foi criado através da Lei nº 11.892/2008 como parte integrante da rede federal de educação profissional e tecnológica. O órgão faz parte da administração pública indireta, apresenta natureza jurídica de autarquia e possui autonomia administrativa, financeira, orçamentária e pedagógica. Com isso, obriga-se perante a sociedade de tornar públicas suas realizações, os principais investimentos e as dificuldades ocorridas no último ano.

O relatório de gestão do exercício de 2017 busca consolidar as informações da reitoria e dos campi do IFS, através da apresentação de dados e análises críticas do seu desempenho, visando demonstrar como a gestão planejou, executou, controlou e agiu diante dos recursos de que dispôs. O documento está estruturado conforme regramento e normas estabelecidos na IN TCU 63/2010, DN 134/2013–TCU, DN 161/2017, Portaria TCU 65/2018 e instruções estabelecidas no âmbito do sistema e-contas do TCU.

Neste relatório, buscou-se apresentar uma visão geral do IFS; demonstrar de que forma está alicerçado o planejamento organizacional e os resultados apresentados; discutir as estruturas de governança, gestão de riscos e controles internos; apresentar resultados das diversas áreas da gestão; especificar a forma de relacionamento da instituição com a sociedade; demonstrar o desempenho financeiro e as informações contábeis; relatar a conformidade da gestão e as demandas dos órgãos de controle; apresentar informações inerentes à FUNCEFET e outras informações suplementares ou tidas como importantes nos anexos e apêndices.

Desta forma, sempre buscado a melhoria e a inovação nos serviços prestados à sociedade, acreditando que a educação é o preceito fundamental para o desenvolvimento do país, a gestão deu continuidade ao cumprimento das ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2019).

Nesse sentido, a inauguração do Campus Socorro representou mais um passo rumo à consolidação do processo de expansão do IFS, que dispõe agora de nove campi em pleno funcionamento. Além disso, a unidade de Itabaiana, que funcionava em um prédio provisório, agora já poderá migrar para as instalações definitivas, o que trará mais conforto a todos os servidores e alunos daquela unidade.

Outras obras merecem destaque no exercício, a exemplo do ocorrido no Campus São Cristóvão, que teve prosseguida a sua reurbanização, através da construção de pavimentos, calçamentos e passeios, além de ter sido iniciada a construção de um novo alojamento para os alunos, um moderno posto médico e uma guarita mais robusta, aperfeiçoando a infraestrutura.

Iniciada em novembro de 2014, a obra na av. Gentil Tavares foi paralisada pela empresa em junho de 2017. Após tentativas de reiniciar os trabalhos, sem sucesso, o IFS rescindiu o contrato com a empresa em setembro de 2017. Um novo processo de contratação foi iniciado, previsto para início das obras no primeiro semestre de 2018.

Obras estão em andamento por todo o estado. No campus Lagarto está ocorrendo a reforma do ginásio poliesportivo. Nas unidades de Glória e Tobias Barreto estão ocorrendo a conclusão das instalações definitivas. Em Propriá, a unidade de ensino do IFS teve as obras retomadas e em Poço Redondo a edificação está em um bom ritmo de execução, com previsão de conclusão, desta última, para setembro de 2018.

O Instituto Federal de Sergipe foi um dos melhores classificados, com conceito 4, numa escala de 1 a 5, entre as instituições de ensino superior do país, no conceito médio da graduação no ranking nacional do índice geral de cursos (IGC). O IFS aparece com a 6ª colocação neste quesito na lista nacional dos institutos federais avaliados. O indicador foi divulgado em 2017 e refere-se à avaliação do ano 2015.

No quesito acervo bibliográfico, o IFS canalizou um investimento financeiro total de R\$ 510.399,12, procedendo à aquisição de mais de 10 mil novos exemplares, promovendo assim o acesso à informação e a inclusão social no âmbito acadêmico, o que permitirá expandir as atividades amparadas no eixo ensino-pesquisa-extensão.

Quanto ao ensino, as principais ações de gestão realizadas foram a migração de dados acadêmicos do sistema Q-Acadêmico para o SIGAA, o que permitirá mais integração com outros sistemas já existentes e foi implantado o hotsite “Ensino Em Números”, que deverá ser um grande aliado na gestão estratégica da instituição.

Nas ações de pesquisa e extensão, em 2017 foram lançados 25 editais, contemplando a pesquisa, extensão, inovação, pós-graduação, esportes, arte, cultura, dentre outros, cujo investimento ultrapassou o montante de R\$ 2.000.000,00.

Quanto ao processo de desenvolvimento acadêmico, iniciou-se na pós-graduação o novo curso de Mestrado em Educação Tecnológica – ProfEPT e houve a ampliação de vagas para o Curso de Mestrado Profissional em Turismo.

O IFS vem buscando implementar inovações, como a oferta de cursos para capacitação dos servidores da instituição através do Núcleo de Inovação Tecnológica, realização de eventos científicos e a criação da editora EDIFS, que lançou 19 livros em 2017, dando visibilidade às obras lançadas pelos seus servidores.

Com o intuito de promover ações que apoiem os estudantes com alguma vulnerabilidade socioeconômica, o IFS criou a Política de Assistência Estudantil do IFS – PAE/IFS em 2017, através do envolvimento de vários setores. Em consonância com as ações da Política foram reformuladas e criadas novas normatizações (Auxílio Eventual, Nome Social) e a realização de eventos (Círculos Restaurativos, I Fórum de Diversidade de Gênero), objetivando a qualificação dos servidores para a melhoria das ações direcionadas aos estudantes.

A modernização da gestão do IFS teve continuidade em 2017. Neste exercício, a instituição passou a produzir o mapeamento de seus principais processos de trabalho, objetivando padronizar e otimizar os fluxos dos processos, o que poderá gerar no médio prazo ganhos substanciais em termos de economia e agilidade nas operações. Também foi elaborado, em caráter experimental, um plano de aquisições, o qual estabelece uma relação entre as aquisições planejadas com os objetivos estratégicos e com os créditos orçamentários previstos.

Outro diferencial na gestão foi o desenvolvimento de iniciativas em nível tático-operacional, que incluíram apoio ao processo decisório do Comitê de Governança, Riscos e Controles; mobilização e sensibilização de servidores à implementação do processo de gestão de riscos e controles, especialmente junto a unidades organizacionais da Reitoria; suporte à implementação da metodologia de gestão de riscos e controles na gestão de contratações no IFS, com projeto piloto na contratação de serviços, baseando-se na recente Instrução Normativa nº 05/2017.

No setor de Comunicação ocorreu uma profunda transformação, que vai além da mudança do local físico, para um espaço próprio e mais adequado. A partir de 2017, foram emitidos relatórios mensais de análise de mídias para tomada de decisão do gestor máximo. No exercício, foram lançados o jornal A PRÉVIA, Contexto IFS (e-mail marketing), IFS Play (projeto de reportagem multimídia), IFS *Cast* (projeto de *podcasting* sonoro), além do fortalecimento da IFS TV e da produção inteira de campanhas publicitárias para processos seletivos, o que tornou o IFS mais divulgado.

Preocupados com a história centenária da instituição, que revela a sua identidade e a forma de interação com os processos produtivos e à sociedade, o IFS a partir de 2017 começou a implantação do seu Memorial, que deverá criar uma fonte de pesquisa, com fotografias, jornais e dados históricos, a serem disponibilizadas para a comunidade e pesquisadores de todo o país.

Na gestão operacional foram realizadas ações sistêmicas da reitoria com os campi envolvendo a elaboração de normativos nas áreas de contabilidade, finanças, patrimônio e transportes. Também foram realizadas capacitações nas áreas de Gestão Patrimonial, Contabilidade e Finanças. Cabe destacar a regularização das contas de Ativo Intangível (Softwares), mediante a utilização de Inscrição Genérica no SIAFI do tipo Individualização de Softwares (IS).

No quesito gestão de pessoas, o quadro de pessoal no IFS teve um acréscimo no ano de 2017, permitindo um melhor atendimento às demandas institucionais, às demandas de cada Campus e, consequentemente, maior efetividade nestes.

No tocante à Tecnologia da Informação, no Levantamento de Governança de TI do TCU, O IFS obteve média geral de 0,63, nível de capacidade intermediário, ficou com a 8ª colocação, entre as 106 instituições de ensino avaliadas; 36ª entre as 225 do segmento EXE-Sisp, que abrange as instituições que integram o Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP; e 87ª entre todas as 368 organizações avaliadas, demonstrando assim um excelente resultado.

Contudo, o ano de 2017 foi de muita dificuldade no âmbito dos repasses financeiros. Nos dez primeiros meses do exercício os repasses efetuados mensalmente pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, a exemplo do que ocorreu nos exercícios de 2015 e 2016, foram muito aquém da necessidade de desembolsos mensais para cumprimento das obrigações adimplidas pelos fornecedores e demais credores, ou seja, as despesas liquidadas. De forma que foi necessário a adoção de critérios de pagamentos priorizando-se as despesas liquidadas que colocassem em risco o funcionamento normal da instituição e/ou cuja falta de pagamento tempestivo implicasse em encargos de mora, tais como, as relativas à locação de mão-de-obra (limpeza, vigilância e de apoio administrativos), serviços de água e esgoto, energia elétrica e telefonia.

Por tais razões, naqueles meses, não houve possibilidade de se cumprir a ordem cronológica dos pagamentos. Porém, nos dois últimos meses do ano a situação foi regularizada, tornando-se possível o fechamento do exercício com saldo financeiro suficiente para quitação de todas as obrigações contraídas.

Aracaju, 05 de março de 2018.

Prof. Ailton Ribeiro de Oliveira  
Reitor do IFS

## **2. VISÃO GERAL**

Com a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, inicia-se a história do Instituto Federal de Sergipe – IFS. A instituição multicampi é composta pela integração de duas autarquias federais, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe – CEFET-SE e a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão – EAFSC, sendo que o CEFET possuía uma unidade descentralizada (UNED) localizada no município de Lagarto, a qual com o processo de integração acima referido foi transformada em um dos campi do IFS. Foi através do Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que viabilizou a Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, de 12 de dezembro de 2007, que a referida integração foi viabilizada. Posteriormente, a Portaria nº 116/SETEC, de 31 de março de 2008, publica a relação das propostas de criação dos Institutos aprovados nos diversos estados da Federação, inclusive o Instituto Federal de Sergipe.

A partir de tal processo de integração, os Institutos Federais apresentam uma nova perspectiva no campo da educação profissional e tecnológica, trazendo na essência de sua criação a dimensão de um novo tempo. Haverá, dessa forma, maior abrangência de atuação dessa modalidade de ensino, especialmente com o surgimento das novas unidades, através do plano de expansão, que atuarão como campi avançados e vinculados aos seus respectivos Institutos Federais.

### **2.1. Finalidades e Competências**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, Autarquia vinculada diretamente à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em relação à oferta educacional, o IFS, como as demais instituições federais congêneres, apresenta uma característica ímpar, traduzida pela flexibilidade curricular, e pela verticalização da formação do estudante a partir da educação de nível médio integrada à educação profissional de nível técnico, articulada com a graduação tecnológica, com as especializações e com a pós-graduação.

O IFS, a exemplo das demais instituições de ensino que integram a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, de acordo com a Lei nº 11.892/2008, tem por finalidades e características:

#### **2.1.1. Finalidades e características**

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Sergipe;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

### 2.1.2. Competências institucionais

- I. Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. Ministrar em nível de educação superior:
  - a) Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
  - b) Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
  - c) Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
  - d) Cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
  - e) Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

### 2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS foi criado pela Lei 11.892/2008, que além de ser regido pela lei retromencionada, conta ainda com um Estatuto e um Regimento Geral que regulam seu funcionamento e gestão.

A Portaria 331/2013/MEC dispõe sobre a estrutura organizacional (multicampi) dos Institutos Federais, e teve seu anexo alterado pela Portaria 505/2014/MEC, estabelecendo assim 09 (nove) campi para o IFS.

### 2.3. Ambiente de atuação

O ambiente de atuação do Instituto Federal de Sergipe das áreas fins de Ensino, da Pesquisa, da Extensão e da Inovação.

### ENSINO

O ensino como principal atividade fim do IFS se desenvolve nos seguintes níveis:

#### a) Educação Superior

**Curso de Pós-Graduação de Formação de professores para Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na modalidade Jovens e Adultos (PROEJA)** – visa especializar

educadores para a prática da investigação, da docência e da gestão do PROEJA, enfatizando a construção de saberes e procedimentos pedagógicos mais adequados à aprendizagem dos jovens e adultos em ambientes de educação formal. Busca-se também a produção de conhecimentos teórico-práticos sobre o PROEJA, a fim de aperfeiçoá-lo e consolidá-lo enquanto prática educativa socialmente inclusiva.

Em relação ao Proeja, no Campus Aracaju, os cursos de Desenho da Construção Civil e Hospedagem tiveram início em 02/01/2017, mesma data em que se iniciaram os cursos de Manutenção e Suporte em Informática no Campus São Cristóvão.

**Curso de Licenciatura em Matemática, Química e Física** - objetivam atender demanda reprimida nos vestibulares que reflete na carência de docentes dessas áreas nos sistemas de ensino do Estado de Sergipe. Esses cursos têm como objetivos principais formar educadores nas áreas de matemática, física e química capazes de compreender o papel da física, da matemática e da química na sociedade e suas implicações para a prática educativa.

**Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Turismo, Saneamento Ambiental, Automação Industrial, Agroecologia, Laticínios, Alimentos e os Cursos de Bacharelado em Engenharia Civil e Sistemas de Informação** - formam profissionais e especialistas em nível superior que recebem uma educação direcionada para atendimento aos diversos segmentos da atividade produtiva e de prestação de serviços, em constante evolução tecnológica. Os conhecimentos científicos e tecnológicos adquiridos aliam-se à sua aplicação, de modo a intervir diretamente no mundo do trabalho, transformando-os em processos, projetos, produtos e serviços com o intuito de solucionar problemas reais, ajudar o setor produtivo a reduzir seus custos, proporcionar capacidade de participação no mundo globalizado e alavancar a economia local.

#### b) Educação Profissional Técnica de Nível Médio

- O Curso Técnico em **Alimentos** está regulamentado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e visa à formação de profissionais capacitados para atuar no processamento e conservação de matérias-primas, produtos e subprodutos da indústria alimentícia e de bebidas, realizando análises físico-químicas, microbiológicas e sensoriais; auxiliar no planejamento, coordenação e controle de atividades do setor; realizar a sanitização das indústrias alimentícias e de bebidas; Controlar e corrigir desvios nos processos manuais e automatizados; acompanhar a manutenção de equipamentos; e participar do desenvolvimento de novos produtos e processos.

- O Curso Técnico em **Edificações** possibilitará ao egresso desenvolver atividades de planejamento, projeto, acompanhamento e orientação técnica na execução e manutenção de obras civis, abrangendo a utilização de técnicas e processos em escritórios, obras, laboratórios, ou na prestação de serviços especializados. Desta forma ao técnico em edificações será possibilitada a construção de conhecimentos e saberes das relações de trabalho e processos produtivos, com ênfase no empreendedorismo, ampliando seu campo de atuação no mundo do trabalho.

- O Curso Técnico em **Eletrônica** visa a participação do egresso no desenvolvimento de projetos. Além disso, o profissional formado executa a instalação e a manutenção de equipamentos e sistemas eletrônicos, realiza medições e testes com equipamentos eletrônicos, procedimentos de controle de qualidade e gestão da produção de equipamentos eletrônicos.

- O Curso Técnico em **Eletrotécnica** forma o profissional que instala, opera e mantém elementos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Participa na elaboração e no desenvolvimento de projetos de instalações elétricas e de infraestrutura para sistemas de telecomunicações em edificações. Atua no planejamento e execução da instalação e manutenção de equipamentos e instalações elétricas. Aplica medidas para o uso eficiente da energia elétrica e de fontes energéticas alternativas. Participa no projeto e instala sistemas de acionamentos elétricos. Executa a instalação e manutenção de iluminação e sinalização de segurança.

- O Curso Técnico em **Guia de Turismo** gera o profissional que orienta, assiste e conduz pessoas ou grupos durante traslados, passeios, visitas, viagens, com ética profissional e respeito ao ambiente, à cultura e à legislação. Informa sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais, geográficos e outros de interesse do turista. Apresenta ao visitante opções de roteiros e itinerários



turísticos disponíveis e, quando for o caso, concebe-os considerando as expectativas ou necessidades do visitante. Utiliza instrumentos de comunicação, localização, técnicas de condução, de interpretação ambiental e cultural.

- O curso técnico em **Hospedagem** permite ao egresso atuar na recepção e governança em meios de hospedagem. Executar atividades operacionais de recepção e atendimento a clientes, serviços de andares, comercial critérios de qualidade na prestação de serviços, prestar suporte ao hóspede durante sua estada, valorizando as características culturais, históricas e ambientais do local de sua atuação.

- O curso técnico em **Petróleo e Gás** é um curso técnico de nível médio subsequente de 2 anos, no qual o profissional desenvolverá os seguintes saberes e conhecimentos: Operar e controlar máquinas e equipamentos na produção de petróleo e gás natural, auxiliar e atuar na programação, planejamento e execução da manutenção de máquinas e equipamentos, determinar propriedades e grandezas dimensionais de rochas, fluidos e materiais para a indústria do petróleo e gás natural, auxiliar no controle dos efeitos ambientais das operações efetuadas.

- O curso técnico de **Química** gera o profissional que atua no planejamento, coordenação, operação e controle dos processos industriais e equipamentos nos processos produtivos. Planeja e coordena os processos laboratoriais. Realiza amostragens, análises químicas, físico-químicas e microbiológicas. Realiza vendas e assistência técnica na aplicação de equipamentos e produtos químicos. Participa no desenvolvimento de produtos e validação de métodos. Atua com responsabilidade ambiental e em conformidade com as normas técnicas, as normas de qualidade e de boas práticas de manufatura e de segurança

- O Curso de Nível Médio Integrado em **Redes de Computadores** visa a disseminação de novas tecnologias no mercado de trabalho e no processo de desenvolvimento regional.

- O curso técnico em **Segurança no Trabalho** habilita ao egresso atuar em ações preventivistas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais de acordo com normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho. Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho. Orientar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). Coletar e organizar informações de saúde e de segurança no trabalho. Executar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Investigar, analisar acidentes e recomendar medidas de prevenção e controle.

- O curso Técnico em **Recursos Pesqueiros** gera um profissional versátil que desenvolverá em sua formação conhecimentos e saberes técnico-científicos, culturais, ambientais e sócio laborais, que lhe possibilitem atuar como prestador de serviços nas áreas de produção pesqueira e aquícola, planejamento e gestão dos recursos pesqueiros, ecologia e educação ambiental, controle da qualidade do pescado, gestão de empreendimentos aquícolas e de embarcações, terá conhecimento de oceanografia e meteorologia, navegação marinha e beneficiamento do pescado.

- O curso Técnico em **Agroecologia** forma alunos para: Atuar em sistemas de produção agropecuária e extrativista fundamentados em princípios agroecológicos e técnicas de sistemas orgânicos de produção. Desenvolver ações integradas, unindo a preservação e conservação de recursos naturais à sustentabilidade social e econômica dos sistemas produtivos. Atuar na conservação do solo e da água e auxiliar ações integradas de agricultura familiar, considerando a sustentabilidade da pequena propriedade e os sistemas produtivos. Participar de ações de conservação e armazenamento de matéria-prima e de processamento e industrialização de produtos agroecológicos.

- o egresso do curso Técnico em **Manutenção e Suporte em Informática** do IFS deverá ter conhecimentos para realizar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, identificando os principais componentes de um computador e suas funcionalidades.

- O egresso do curso de **Técnico em Comércio** aplica métodos de comercialização de bens e serviços. Efetua controle quantitativo e qualitativo de produtos. Coordena a armazenagem no estabelecimento comercial. Elabora planilha de custos. Verifica a demanda e comunica

previsões aos fornecedores. Operacionaliza planos de marketing e comunicação, logística, recursos humanos e comercialização.

- O curso técnico em **Agropecuária** gera o profissional que planeja, executa, acompanha e fiscaliza todas as fases dos projetos agropecuários. Administra propriedades rurais. Elabora, aplica e monitora programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial. Fiscaliza produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial. Realiza medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais. Atua em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa.

- O profissional formado no curso técnico de **Agrimensura** realiza levantamentos e implantações topográficas e geodésicas. Executa, por meio de técnicas de mensuração e automatização, a coleta de dados para o georreferenciamento de imóveis. Interpreta fotografias aéreas ou imagens de satélites. Elabora plantas, cartas e mapas georreferenciados. Participa do planejamento de loteamentos, desmembramentos e obras de engenharia e locação.

- O curso técnico em **Agroindústria** forma pessoas que operacionalizam o processamento de alimentos nas áreas de laticínios, carnes, beneficiamento de grãos, cereais, bebidas, frutas e hortaliças. Auxiliam e atuam na elaboração, aplicação e avaliação de programas preventivos, de higienização e sanitização da produção agroindustrial. Atuam em sistemas para diminuição do impacto ambiental dos processos de produção agroindustrial. Acompanham o programa de manutenção de equipamentos na agroindústria. Implementam e gerenciam sistemas de controle de qualidade. Identificam e aplicam técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos.

**Cursos Técnicos Integrados ao Nível Médio** - oferecidos somente a alunos que concluíram o ensino fundamental, sendo cursos planejados de modo a conduzirem o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno.

Os cursos técnicos integrados nos diversos campi do IFS e o início de suas aulas no exercício 2017 estão especificados a seguir:

- Campus Aracaju: Alimentos, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Informática, Química – (início em 02/01/2017);
- Campus Estância: Edificações, Eletrotécnica, Aquicultura – (início em 02/01/2017);
- Campus Itabaiana: Agronegócio, Manutenção e Suporte em Informática – (início em 17/04/2017);
- Campus Lagarto: Edificações, Rede de Computadores, Eletromecânica – (início em 02/01/2017);
- Campus Nossa Senhora da Glória: Agropecuária – (início em 17/07/2017);
- Campus São Cristóvão: Manutenção e Suporte em Informática, Agropecuária, Agroindústria – (início em 02/01/2017).

**Cursos Técnicos Subsequentes ao Nível Médio** - oferecidos somente alunos que concluíram o ensino médio.

Os cursos técnicos subsequentes nos diversos campi do IFS e o início de suas aulas no exercício 2017 estão especificados a seguir:

- Campus Aracaju: Alimentos, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Guia de Turismo, Hospedagem, Informática, Petróleo e Gás, Química, Segurança do Trabalho – (início em 14/08/2017);
- Campus Estância: Edificações, Eletrotécnica, Recursos Pesqueiros – (inícios em 13/03/2017 e 14/08/2017);
- Campus Itabaiana: Agronegócio, Manutenção e Suporte em Informática – (inícios em 17/04/2017 e 19/09/2017);
- Campus Lagarto: Edificações, Eletromecânica – (inícios em 13/03/2017 e 14/08/2017);

- Campus São Cristóvão: Agrimensura, Agroindústria, Agropecuária, Manutenção e Suporte em Informática – (início em 02/01/2017);
- Campos Socorro: Manutenção e Suporte em Informática – (início em 16/08/2017);
- Campus Propriá: Manutenção e Suporte em Informática – (inícios em 13/03/2017 e 14/08/2017);
- Campus Tobias Barreto: Comércio, Informática – (inícios em 13/03/2017 e 14/08/2017).

#### c) **Formação Inicial e Continuada (FIC)**

Numa perspectiva de oferta de educação continuada, são oferecidos programas de treinamento e cursos de capacitação voltados para a qualificação e requalificação profissional de jovens e adultos, em diversas áreas de atuação, independentemente de escolaridade, mas buscando através de convênios e parcerias, articulando e fomentando a elevação do grau de escolaridade do estudante. São cursos de duração variada, de 32 a 600 horas, oferecidos de acordo com a demanda dos indivíduos ou de entidades públicas ou privadas. Os alunos desses cursos recebem certificação de participação e aproveitamento.

Em 2017 apenas os campi Propriá e Tobias Barreto tiveram cursos FIC, sendo que em Propriá foram ofertados os cursos de Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet, já no Campus Tobias Barreto foram feitas duas ofertas para o curso de Operador de Computador.

#### d) **Cursos de Educação a Distância**

- E-Tec: oferecidos somente a alunos que concluíram o ensino médio.

Cursos ofertados e respectivos polos:

- Aracaju: Administração; Secretariado e Transações Imobiliárias;
- Estância: Administração;
- Cristinápolis: Administração e Reabilitação de Dependentes Químicos;
- Itabaiana: Administração;
- Itabaianinha: Administração e Reabilitação de Dependentes Químicos;
- Lagarto: Secretariado;
- Propriá: Administração e Transações Imobiliárias;
- Socorro: Reabilitação de Dependentes Químicos.

- MedioTec: oferecidos aos alunos que estão cursando o ensino médio.

Cursos ofertados e respectivos polos:

Aracaju: Administração; Guia de Turismo e Informática para Internet;  
Lagarto Informática para Internet;  
Estância: Guia de Turismo;  
Itabaiana: Informática para Internet;  
Socorro: Informática para Internet;  
Propriá: Informática para Internet;

#### e) **Mestrado**

**Mestrado Profissional em Educação – ProfEPT** – é um programa de pós-graduação em rede nacional reconhecido pela Capes que tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica. Busca, ainda, ampliar a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos através da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado. É ofertado na modalidade semipresencial pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

**Mestrado Profissional em Turismo** do IFS é uma modalidade de pós-graduação *stricto sensu* voltada para a capacitação de profissionais, e enfatiza estudos e técnicas diretamente relacionados ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional. Seu objetivo é contribuir com o setor produtivo, no sentido de agregar competitividade e produtividade a empresas e organizações públicas ou privadas.

**Mestrado profissional em Gestão Pública** – ofertado apenas para servidores do IFS. Fruto de um termo de cooperação entre o IFS e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a formação visa a qualificação, em nível de Pós-graduação *stricto sensu*, de servidores, com o intuito de tornar mais eficiente a gestão pública.

## **PESQUISA**

A pesquisa no Instituto Federal de Sergipe, anteriormente incipiente, foi estimulada de forma que se buscou o incremento da mesma através de manutenção do PIBIC, PIBITI e da criação de outros novos programas, tais como: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Junior – PIBIC Jr., Programa Institucional de Apoio a Pesquisa ao Técnico Administrativo – PPTAE, Programa Institucional de Apoio à Pesquisa do Convênio IFS/Petrobras – PAP, Programa de Bolsas de Apoio ao Registro de Inovação Tecnológica.

Além das bolsas ofertadas para discentes, docentes e servidores técnicos administrativos, a PROPEX disponibilizou auxílio financeiro para o desenvolvimento de cada projeto aprovado, seja através de edital institucional ou oriundo de agências de fomento à pesquisa (CAPES, CNPq e FAPITEC). O apoio também se dá pela liberação do servidor a ida a eventos científicos, com passagens e diárias em trechos nacionais e internacionais, através de publicação e atendimento a solicitação de compras de equipamentos e materiais outros que permitiram a conclusão do trabalho com êxito.

## **EXTENSÃO**

As ações voltadas à extensão, articulada com o ensino e a pesquisa, surgem através do olhar criterioso junto às comunidades dos territórios do estado de Sergipe no intuito de se construir um diagnóstico seguido do preparo para aplicação do projeto em parceria com as comunidades locais utilizando-se métodos para se buscar conhecer os problemas visando no futuro próximo apresentar soluções para alguns dos problemas da localidade, mantendo-se o caráter científico, gerando conhecimento, despertando para a questão empreendedora e formando multiplicadores. Desta forma contribuímos para que cada comunidade assistida tenha um acesso mais fácil ao mercado de trabalho, bem como condições de gerar renda, consequentemente melhorar a qualidade de vida.

O Instituto Federal de Sergipe vem buscando estimular e incrementar a extensão através do Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX e da criação de outros novos programas, tais como: Programa Institucional de Cursos de Extensão, Programa Institucional de Pré-Incubação de Empreendimentos Inovadores e Empresas-juniors, Programa Pré-Música de Iniciação Musical, e estas ações nos permitiram um aumento significativo no número de projetos apoiados e de bolsas ofertadas.

## **INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**

A inovação tecnológica do IFS nasceu através do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe (NIT-IFS) e que tem como missão fortalecer o relacionamento do IFS com a comunidade, envolvendo órgãos de governo, setor produtivo e demais organizações da sociedade civil, com o objetivo de criar oportunidades de inovação tecnológica para a transferência do conhecimento em prol do desenvolvimento econômico, tecnológico e social da região Nordeste e do País.

Para tanto, o NIT-IFS atuou em todos os Campi executando a disseminação da cultura de inovação no IFS; orientando a sensibilização de alunos, professores e pesquisadores da Instituição

para a PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação); e promovendo a capacitação da equipe para atuar na área de gestão e PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação).

## 2.4. Organograma

O quadro 1 mostra informações sobre as áreas/subunidades consideradas estratégicas para o desenvolvimento das atribuições finalísticas do IFS com suas respectivas competências, no qual busca expressar o papel da área ou subunidade no contexto dos objetivos estratégicos e da missão do IFS.

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Pró-Reitoria de Administração	Planejamento estratégico e tático	Fernando Augusto de Jesus Batista	Pró-reitor	01/01/2017 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Ensino	Planejamento estratégico e tático	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga	Pró-reitora	01/01/2017 a 11/08/2017
		Almerindo Nascimento Rehem Neto	Pró-reitor	11/08/2017 a 17/11/2017
		Alysson Santos Barreto	Pró-reitor	17/11/2017 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão	Planejamento estratégico e tático	Ruth Sales Gama de Andrade	Pró-reitora	01/01/2017 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Planejamento estratégico e tático	Diego Rodrigues	Pró-reitor	01/01/2017 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	Planejamento estratégico e tático	Silvia Letícia de Abreu Oliveira	Pró-reitora	01/01/2017 a 10/04/2017
		Alysson Santos Barreto	Pró-reitor	10/04/2017 a 17/11/2017
		José Luciano Mendonça Moraes	Pró-reitor	17/11/2017 a 31/12/2017
Diretoria de Assistência Estudantil	Planejamento estratégico e tático	José Franco de Azevedo	Diretor	01/01/2017 a 31/12/2017
				01/01/2017 a 31/12/2017
Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos	Planejamento estratégico e tático	Marcus Paulo Rosa Barbosa	Diretor	01/01/2017 a 29/05/2017
		Carlos Augusto Tavares de Santana	Diretor	29/05/2017 a 31/12/2017
Diretoria da Tecnologia da Informação	Planejamento estratégico e tático	Fernando Lucas de Oliveira Farias	Diretor	01/01/2017 a 31/02/2017
Diretoria de Educação a Distância	Planejamento estratégico e tático	Saulo Eduardo Galilleo Souza	Diretor	01/01/2017 a 31/12/2017
Diretoria Geral de Bibliotecas	Planejamento estratégico e tático	Kelly Cristina Barbosa	Diretora	01/01/2017 a 31/12/2017
Coordenadoria de Comunicação Social e Eventos	Planejamento estratégico e tático	Alecsandra Azevedo de Souza Camelo	Coordenadora	01/01/2017 a 06/02/2017
		Geraldo Bulhões Bittencourt Filho	Coordenadora	06/02/2017 a 31/12/2017
Coordenadoria Geral de Protocolo e Arquivos	Planejamento estratégico e tático	Dulce Elizabeth Lima de Sousa	Coordenadora	01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Aracaju	Planejamento operacional	Elber Ribeiro Gama	Diretor Geral	01/01/2017 a 31/12/2017

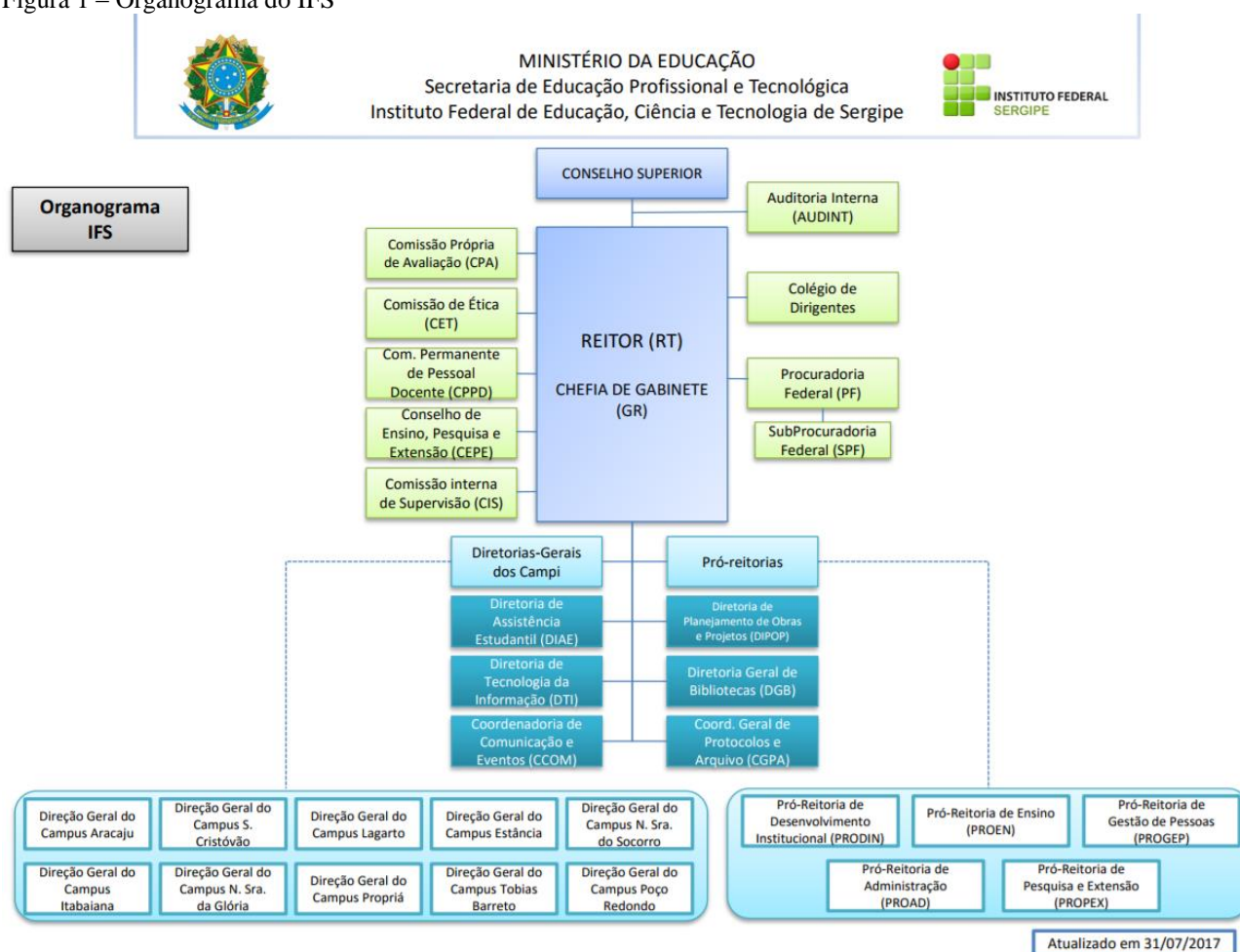
Campus São Cristóvão	Planejamento operacional	Alfredo Cabral Franco	Diretor Geral	01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Lagarto	Planejamento operacional	José Osman dos Santos	Diretor Geral	01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Itabaiana	Planejamento operacional	José Rocha Filho	Diretor Geral	01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Estância	Planejamento operacional	Sonia Pinto de Albuquerque Melo	Diretora Geral	01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Glória	Planejamento operacional	José Henrique Dias Santos	Diretor Geral	01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Propriá	Planejamento operacional	Danielle Amaral Menéndez	Diretor Geral Pró-Tempore	01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Tobias Barreto	Planejamento operacional	José Sérgio Filgueiras Costa	Diretor Geral Pró-Tempore	01/01/2017 a 31/12/2017

Fonte: Diário Oficial da União (DOU) e Boletim de Serviços/IFS

O organograma foi construído com base em documentos institucionais, como a Resolução nº 52/2011/CS/IFS, a Resolução nº 39/2016/CS/IFS e o Estatuto do IFS. O organograma da UPC está disponível em <http://www.ifs.edu.br/institucional/estrutura-organizacional>.

Cabe destacar o papel da CPA (Comissão Própria de Avaliação), pois conforme regimento possui autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados, devendo apresentar anualmente relatório da Avaliação Institucional ao Conselho Superior, que tem a incumbência de aprovar o seu regulamento.

Figura 1 – Organograma do IFS



Fonte: Reitoria

## 2.5. Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos finalísticos são processos que, com suas operações, agregam valor diretamente para o cidadão e a comunidade. Estão envolvidos na geração e na prestação de serviços e transferência para os usuários.

Segundo o TCU (2017), os macroprocessos finalísticos referem-se à essência da organização, caracterizam a atuação da organização e estão diretamente relacionados aos seus objetivos estratégicos e à geração de produto ou serviço para o cliente interno ou externo.

A UPC tem como negócio principal os serviços de ensino, atrelado à pesquisa, extensão e inovação tecnológica dispostos no círculo central e integrados conforme visto na Figura 02.

Desse modo o processo ensino/aprendizagem está ligado aos demais processos, à medida que os cidadãos crescem através da pesquisa e inovação tecnológica, e no alcance do IFS à comunidade com os cursos e programas de extensão.

Todos estes processos têm suas entradas a partir das necessidades (requisitos, expectativas e preferências) dos cidadãos e comunidade, e através da visão estratégica da Reitoria pela Governança Pública assegurando o seu desempenho e o cumprimento de sua Missão, para alcance de sua visão, pautados nos valores definidos pelo IFS.

Figura 2 – Fluxograma dos Macroprocessos Finalísticos e de Apoio



Fonte: Prodin

No exercício 2017 a instituição iniciou uma sistemática de mapeamento de seus principais processos, tendo elaborado de início um manual de processos mapeados da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. Além disso, foi montada uma comissão para estabelecer a forma de padronizar os processos de trabalho no âmbito da UPC, o que culminou na criação do escritório de processos, que deverá construir seu normativo próprio e estabelecer um manual de padronização para os futuros trabalhos.

No quadro 2 segue a descrição dos macroprocessos finalísticos do IFS com seus respectivos produtos e serviços, principais clientes e subunidades responsáveis.

Quadro 2 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos finalísticos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
ENSINO	Planeja, coordena, fomenta, acompanha e avalia as atividades e políticas de ensino	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cursos ofertados em diferentes níveis e modalidades</li> <li>✓ Profissional de nível superior graduado, pós-Graduado ou em curso profissional tecnológico</li> <li>✓ Profissional de nível técnico formado</li> <li>✓ profissional de nível médio com qualificação profissional</li> </ul>	Comunidade acadêmica e sociedade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pró-Reitoria de ensino (PROEN)</li> <li>- Diretorias e/ou gerências de ensino</li> </ul>
PESQUISA E INOVAÇÃO	Planejar, supervisionar, coordenar, propor, fomentar atividades de pesquisa e inovação tecnológica.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Pesquisas aplicadas</li> <li>✓ Projetos tecnológicos</li> <li>✓ Patentes</li> <li>✓ Conhecimento</li> <li>✓ Tecnologia</li> <li>✓ Inovação</li> <li>✓ Serviços Tecnológicos:</li> </ul> <p>Consultoria, assessoria, prestação de serviços, laudos técnicos com agregado tecnológico para o mundo produtivo</p>	Comunidade acadêmica e sociedade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX)</li> <li>- Coordenadoria do Núcleo de Inovação Tecnológica (CNIT)</li> <li>- Diretoria de Pesquisa e Inovação (DIPIN)</li> <li>- Polo de Inovação Tecnológica (PPITA)</li> <li>- Coordenadoria de pesquisa e extensão dos campi</li> </ul>
EXTENSÃO	Planejar, supervisionar, coordenar, propor, fomentar atividades de extensão e articulação com a sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Cursos ofertados na área de extensão</li> <li>✓ Atividades culturais, artísticas e desportivas.</li> <li>✓ criação de habitats de inovação: pré-incubadoras, incubadoras</li> </ul>	Comunidade acadêmica e sociedade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX)</li> <li>- Diretoria de Extensão e Articulação com a Sociedade (DIREX)</li> <li>- Coordenadoria de pesquisa e extensão dos campi</li> </ul>

Fonte: PRODIN



### 3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

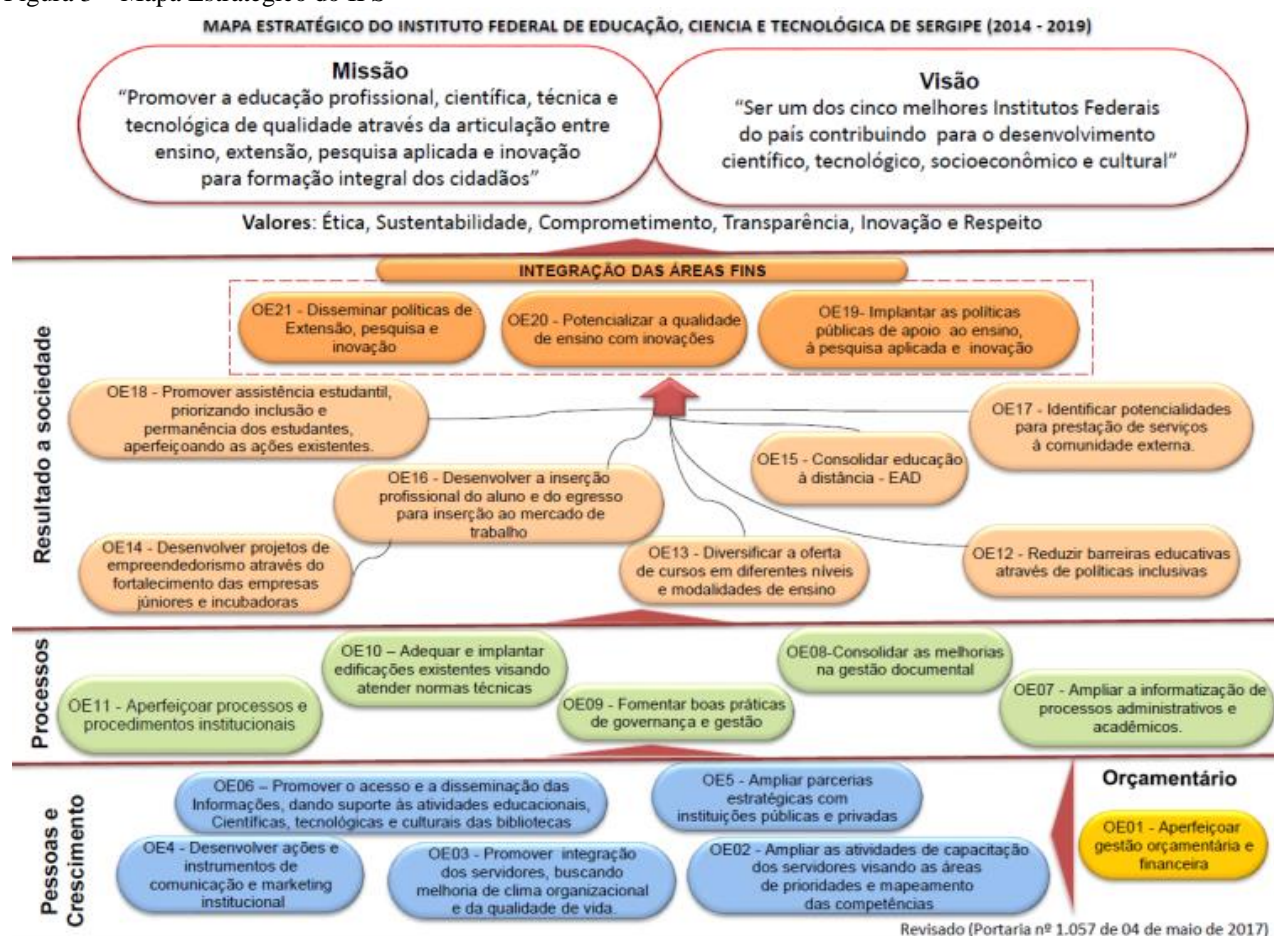
Neste capítulo procurou-se descrever o planejamento estratégico, o desempenho orçamentário, os principais resultados dos indicadores.

#### 3.1. Planejamento Organizacional

O IFS é composto por unidades com gestão interdependentes e que são integradas através de planejamento estratégico que está contido no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI com vigência de 2014 a 2019.

O planejamento estratégico do IFS está sintetizado no Mapa Estratégico conforme visto na Figura 3. A instituição adotou a metodologia do *Balanced Scorecard* – BSC para elaboração do planejamento estratégico mostrando o encadeamento dos objetivos estratégicos através das perspectivas do BSC para o alcance da sua missão e visão.

Figura 3 – Mapa Estratégico do IFS



Fonte: PDI 2014-2019

A ideia é buscar, através do planejamento, a melhoria contínua da instituição, visando garantir a realização das prioridades acadêmicas e administrativas, com eficiência e eficácia, bem como viabilizar a alocação de recursos para efetivação dos projetos e atividades, observando princípios legais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como a economicidade, além de subsidiar a tomada de decisão dos gestores.

As estratégias foram contextualizadas através da análise do ambiente, realizada a partir da matriz de avaliação estratégica, conforme Tabela 1, onde foram elencados os pontos fortes, pontos fracos (ambiente interno), as oportunidades e ameaças (ambiente externo).

A análise SWOT foi feita através de reunião com os dirigentes do IFS e a partir dos resultados foram estabelecidos os objetivos estratégicos elencados no plano estratégico do IFS.

Tabela 1 – Matriz de Avaliação Estratégica do IFS:

<b>Pontos fortes</b>	<b>Pontos fracos</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ensino público, gratuito e de qualidade</li> <li>2. Servidores qualificados</li> <li>3. Infraestrutura</li> <li>4. Estrutura Multi-Campi distribuída pelo estado</li> <li>5. Acervo bibliográfico atualizado e diversificado</li> <li>6. Imagem institucional</li> <li>7. Assistência estudantil</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ausência ou pouca aplicabilidade do planejamento estratégico/tático normatizado</li> <li>2. Descontinuidade das atividades quando da rotatividade das funções de gestão das unidades</li> <li>3. Falha no processo de comunicação institucional</li> <li>4. Problemas na intercambialidade de informações entre os diversos sistemas</li> <li>5. Ausência de mapeamento de processos e fluxogramas das diversas atividades</li> <li>6. Desigualdade na distribuição de servidores nas diversas unidades</li> <li>7. Ausência de capacitação específica para os servidores</li> <li>8. Falta de marketing para divulgação da marca IFS</li> </ol>
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Possibilidade de estreitamento de laços com entes públicos e privados</li> <li>2. Acesso às boas práticas de gestão administrativa e acadêmica, a nível nacional e internacional</li> <li>3. Possibilidade de captação de recursos extra-orçamentários</li> <li>4. Possibilidade de utilização das tecnologias de EAD para aumento da oferta de cursos</li> <li>5. Existência de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo, desenvolvimento tecnológico, econômico e socioambiental</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Redução orçamentária para os Institutos Federais</li> <li>2. Crise econômica e política comprometendo a política voltada a educação profissional</li> <li>3. Descontinuidade dos convênios</li> <li>4. Desinvestimento em obras</li> <li>5. Competição de outras instituições para oferta de cursos</li> <li>6. Segurança fragilizada na comunidade</li> </ol>

Fonte: PRODIN

### 3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A seguir, no quadro 3 estão descritos os objetivos e as metas estabelecidas para o período de vigência do planejamento estratégico do IFS, que está compreendido entre os anos de 2014 a 2019. Vale ressaltar que os indicadores estratégicos do IFS passaram por ajustes no ano de 2016 em virtude da prestação de contas no qual a Controladoria Geral da União (CGU) recomendou um aprimoramento dos indicadores da Instituição.

Quadro 3 – Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas do IFS

Perspectivas	Objetivos Estratégicos	Indicador	Metas		Iniciativas
			2017 previsto	2017 realizado	
Resultados a sociedade	OE21. Disseminar políticas de extensão, pesquisa e inovação	1. Número de envolvidos nos projetos de pesquisa, extensão e inovação	100	457	1.1 Ampliar os programas extensão, pesquisa aplicada e inovação já existentes para servidores, docentes e discentes; 1.2 Acompanhar o número de projetos aprovados em agências de fomento e órgãos externos.
		2. Número de projetos de pesquisa, extensão e inovação	200	211	2.1 Ampliar os programas de extensão já existentes para servidores, docentes e discentes 2.2 Acompanhar o número de projetos aprovados em agências de fomento e órgãos externos 2.3 Ampliar os programas de pesquisa aplicada e inovação já existentes para servidores, docentes e discentes
	OE20. Potencializar a qualidade de ensino com inovações	3. Número de eventos para potencializar a qualidade do ensino	*1	10	3.1 Planejar os eventos observando o calendário acadêmico (*Fórum de Ensino, Pesquisa e Extensão)
	OE19. Implantar as políticas públicas de apoio ao ensino, à pesquisa aplicada e inovação	4. Número de políticas públicas e institucionais implementadas	3	3	4.1 Implementar políticas públicas nas área de ensino, pesquisa aplicada e inovação
	OE18. Promover assistência estudantil do IFS, priorizando inclusão e permanência dos estudantes, aperfeiçoando as ações existentes	5. Número de Regulamento e/ou Normas do PRAAE reformuladas	2	3	5.1 Executar a adequação e a reformulação de Projetos do PRAAE/IFS
		6. Número de projetos adequados e reformulados	3	4	6.1 Projeto “Semana do Acolhimento do IFS” com execução dos <i>campi</i>
		7. Quantidade de campi supervisionados e acompanhados	2	8	7.1 Supervisionar e acompanhar as ações dos <i>campi</i> relativas ao PRAAE nas suas linhas de ações
	OE17. Identificar potencialidades para prestação de serviços à comunidade externa	8. Número de projetos e ou/cursos de extensão	17	51	8.1 Ampliar os programas de curso de extensão à comunidade externa
		9. Percentual de projetos de ação social e culturais	10	2	9.1 Promover a realização de projetos sociais e culturais à comunidade externa
	OE16. Desenvolver a inserção profissional do aluno e do egresso ao mercado de trabalho	10. Número de eventos e cursos para inserção profissional do aluno e egresso	2	1	10.1 Promover eventos destinados a inserção profissional do aluno e do egresso produtivos

Perspectivas	Objetivos Estratégicos	Indicador	Metas		Iniciativas
			2017 previsto	2017 realizado	
	OE15. Consolidar educação a distância –EAD	11. Número de Polos da EAD implantados	1	0	11.1 Interiorizar os polos da EAD 11.3 Estruturar o planejamento estratégico da EAD
	OE14. Desenvolver projetos de empreendedorismo através do fortalecimento da empresa Junior e incubadoras	12. Número de projetos de pré-incubação de empresas juniores e empreendimentos	14	7	12.1 Ampliar os programas de pré-incubação de empresas juniores e empreendimentos já existentes para servidores e discentes
	OE13. Diversificar a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino	13. Número de cursos de Pós-Graduação	1	1	13.1 Implantar cursos de Pós-Graduação (Strictu Sensu )
		14. Número de cursos ofertados com foco na verticalização do ensino	8	2	14.1 Ofertar cursos com foco na verticalização: 14.2 Fazer consulta ao PDI antes da abertura de novos cursos 14.3 Aprovar o Projeto Pedagógico de cada curso junto ao Conselho Superior 14.4 Ofertar cursos que viabilizem a verticalização observando os Arranjos Produtivos Locais (APL).
	OE12. Reduzir barreiras educativas através de políticas inclusivas	15. Percentual de alunos matriculados em cursos de formação inicial e continuada (FIC)	+10	+304,54	15.1 Ofertar cursos de FIC 15.2 Divulgar cursos visando à ampliação das matrículas.
Processos	OE11. Aperfeiçoar processos e procedimentos institucionais	16. Percentual de execução do PDI 2014-2019	60	72,54	16.1 Revisar o PDI 2014-2019 anualmente para avaliação e atualização; 16.2 Realizar análise SWOT para os ambientes internos e externos.
		17. Número de projetos para modernização dos processos e procedimentos de gestão	2	1	17.1 Elaborar e implantar projetos para modernização dos processos e procedimentos de gestão
		18. Percentual de ações estratégicas do PDTIC	85	81,81	18.1 Monitorar e agir corretivamente no plano de ações estratégicas do PDTIC 18.2 Elaborar relatórios de acompanhamentos de execução das ações
	OE10. Adequar e implantar edificações existentes visando atender normas técnicas	19. Percentual de compleição das obras de construção da II etapa dos novos campi.	100	67	19.1 Proporcionar a infraestrutura necessária para seu funcionamento atendendo as normas de acessibilidade e sustentabilidade 19.2 Realizar licitação para construção dos novos campi.
		20. Percentual de compleição de obras nos campi em funcionamento.	85	-	20.1 Realizar levantamento dos espaços que deverão ser reestruturados e adequados 20.2 Montar infraestrutura com equipamento e matérias conforme as áreas reestruturadas; 20.3 Atender, sempre que possível, as demandas da comunidade acadêmica.

Perspectivas	Objetivos Estratégicos	Indicador	Metas		Iniciativas
			2017 previsto	2017 realizado	
	OE09. Fomentar boas práticas de governança e gestão	21. Número de boas práticas de governança e gestão	1	1	21.1 Implementar boas práticas de governança e gestão
	OE08. Consolidar as melhorias na gestão	22. Número de atividades arquivistas padronizadas nos arquivos centrais	4	1	22.1 Realizar levantamento das atividades arquivísticas 22.2 Elaborar modelos padronizados para as atividades de rotinas arquivísticas 22.3 Divulgar os modelos padronizados com os arquivistas dos Campi 22.4 Monitorar a efetividade dos modelos padronizados.
		23. Número de orientações técnicas para dos demais campi	2	1	23.1 Elaborar normativos para orientações técnicas sobre os arquivos 23.2 Publicar no site do IFS os normativos de orientações 23.2 Divulgar nos campi os normativos técnicos do arquivo.
	OE07. Ampliar a informatização de processos administrativos e acadêmicos	24. Percentual de execução orçamentária de TI	85	184,41	24.1 Monitorar e agir corretivamente na execução orçamentária de TI 24.2 Elaborar relatórios de acompanhamento da execução orçamentária de TI
		25. Percentual de projetos constantes do PDTIC	80	23,07	25.1 Monitor e controlar a execução dos projetos constantes do PDTIC 25.2 Elaborar relatórios de acompanhamento dos projetos
	Pessoas, Crescimento e Inovação	26. Número de projetos de incentivo à cultura local, de produção literárias e a leitura	15	6	26.1. Promover apresentações culturais de cunho temático, saraus poéticos, musicais e teatro 26.2 Promover lançamentos de livros, exposições temáticas, concursos de poesias, discussões literárias e produção científica institucional 26.3 Proporcionar espaços de leitura para os usuários 26.4 Implantar o projeto “Clube do Livro” 26.5 Implantar ações como a “Bibliotroca”, o Clube de Xadrez e o BiblioCine, promovendo a interação entre a biblioteca e o usuário.
		27. Número de recursos tecnológicos de apoio às bibliotecas	2	-	27.1. Realizar assinaturas digitais para os livros digitais, E-books; 27.2 Promover autoatendimento na circulação de materiais bibliográficos; 27.3 Proporcionar acesso à internet através dos laboratórios da biblioteca.
		28. Percentual de acessibilidade aos usuários com deficiências físicas das bibliotecas	40	-	28.1 Estruturar as bibliotecas com espaços para usuários portadores de necessidades especiais; 28.2 Promover a inclusão através da implantação de sistemas/TI para usuários especiais. 28.3 Adquirir instrumentos audiovisuais e de locomoção motora aos usuários das bibliotecas

Perspectivas	Objetivos Estratégicos	Indicador	Metas		Iniciativas
			2017 previsto	2017 realizado	
	OE05. Ampliar parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas	29. Número de Convênios com Instituições Públicas e Privadas	31	255	29.1 Firmar convênios para possibilitar o desenvolvimento de ações conjuntas e troca de conhecimento entre IFS e instituições públicas federais, estaduais e municipais 29.2 Firmar convênios para possibilitar o desenvolvimento de ações conjuntas e troca de conhecimento entre IFS e instituições de ensino nacionais e internacionais
	OE04. Desenvolver ações e instrumentos de comunicação e marketing institucional	30. Número de instrumentos de comunicação criados	3	2	30.1 Criação de canal no <i>Instagram</i> ; 30.2 Criação de canal no <i>Youtube</i> ; 30.3 Implementação de e-mail marketing voltado para públicos específicos.
		31. Número de projetos de comunicação e marketing	1	1	31.1 Confecção do jornal institucional Conexão IFS 31.8 Cobertura jornalística e fotográfica de evento importante para instituição.
	OE03. Promover integração dos servidores, buscando melhorias do clima organizacional e da qualidade de vida	32. Percentual de implantação dos programas de prevenção de acidentes e saúde	60	100	32.3 Elaborar regulamento e relatórios para programas de prevenção e acidentes e saúde do trabalho.
	OE02. Ampliar atividades de capacitação dos servidores visando as áreas de prioridades do IFS e mapeamento das competências	33. Percentual de servidores capacitados	40	42	33.1 Promover treinamentos em atividades administrativas para novos e antigos servidores 33.2 Promover cursos de capacitação para os docentes nas áreas pedagógicas e técnicas 33.3 Realizar levantamento de capacitação dos servidores 33.4 Promover capacitação interna buscando a troca de experiências e a multiplicação de conhecimentos
		34. Percentual de servidores qualificados	40	127	34.1 Elaborar editais de seleção para bolsas de qualificação 34.2 Realizar levantamento de parceiros visando à qualificação dos servidores.
Orçamentária	OE01. Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	35. Percentual de execução orçamentária	90	92,57	35.1 Monitorar e acompanhar a execução orçamentária a fim de racionalizar os recursos .

Fonte: PDI 2014-2019 e GEPLANES (2017)

Os 35 indicadores que medem os objetivos estratégicos para o alcance da missão e visão do IFS tiveram uma média de alcance da estratégia em 2017 de **54,2%**, porém a meta prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional foi de **60%** para o ano citado. Esse percentual demonstra que deverá ser feita uma análise para verificar as anomalias encontradas e elaborar um plano de ação para corrigi-las e alcançar um nível desejável de execução dos objetivos estratégicos.

### **3.1.2 Estágio de implementação do planejamento**

O planejamento estratégico do IFS foi elaborado para o período de 2014 a 2019 contendo os objetivos estratégicos, missão e visão conforme citado nos itens acima. A instituição possui um planejamento estratégico previsto para cinco anos, sendo executado e revisto anualmente para atendimento da sua missão e visão. O Estágio de implementação foi citado no item 3.1.1 que mostrou o percentual de alcance do planejamento estratégico apurado em 2017.

### **3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

O relacionamento entre o Plano Plurianual (PPA) 2015-2019 e o Planejamento Estratégico do IFS inicia-se com o cumprimento dos seus objetivos estratégicos traçados, integrados com as ações orçamentárias e relacionados com os macroprocessos finalísticos e de apoio no qual irá contribuir com as iniciativas e objetivos propostos nos programas do Plano Plurianual. Toda essa articulação permitirá ao IFS o cumprimento e alcance da sua Missão e Visão observando as obrigações legais.

O planejamento estratégico da instituição, contido no PDI 2014-2019, está desdobrado no Plano de Desenvolvimento Anual – PDA que é o documento de planejamento anual para cumprimento das metas previstas no planejamento estratégico. É através da execução anual do PDA que são verificados os resultados e alcance das metas ano a ano.

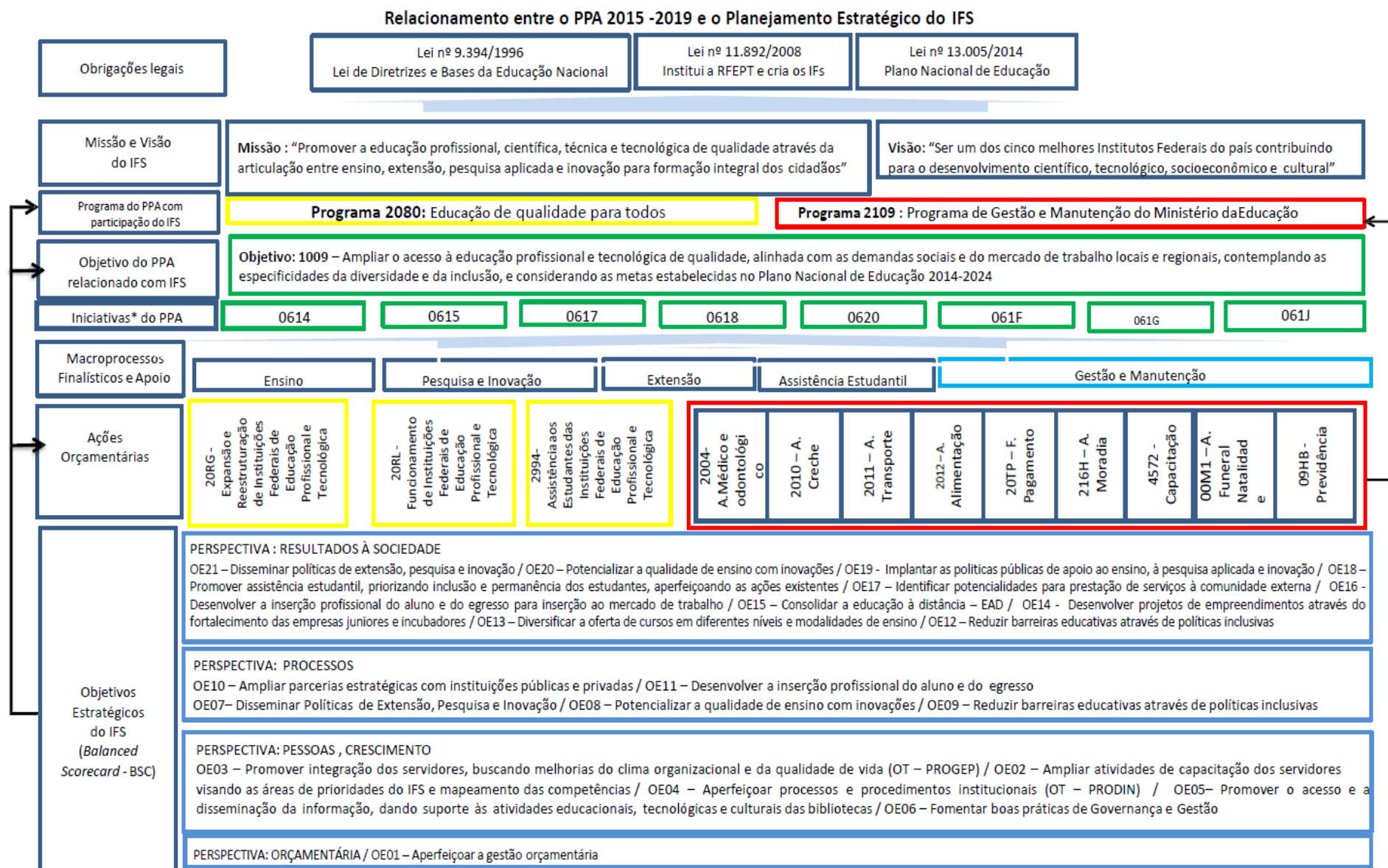
## **3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos**

A execução dos planos de indicadores, metas e iniciativas são acompanhadas através de relatórios semestrais e/ou Reuniões de Análise das Estratégicas (RAE's) onde são apresentados o status das metas e ações de cada campus, Pró-Reitorias, Diretorias sistêmicas e Coordenadorias Sistêmicas com suas dificuldades para que o gestor e seu *staff* tomem as devidas correções e ações nos desvios para o alcance das metas propostas. Nesta reunião, os gestores apresentam algumas práticas de gestão ou padrões de trabalhos que possam ser empregados em outras áreas, com o apoio do sistema GEPLANES (Gestão do Planejamento Estratégico) para monitoramento e análise dos dados.

A figura 4, a seguir, demonstra o relacionamento entre o PPA 2015-2019 e planejamento estratégico do IFS.



Figura 4 – Relacionamento entre o PPA 2015-2019 e planejamento estratégico do IFS



\*A descrição das iniciativas pode ser visualizadas no anexo I no PPA2019-2019 disponível no site: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>

Fonte: Prodin



### 3.3 Desempenho Orçamentário

Os recursos orçamentários destinados ao Instituto Federal de Sergipe são oriundos do OFSS e destinados para as despesas com pessoal (salários e benefícios), sobre as quais a UPC não tem gestão direta. As ações de gestão direta do Instituto, ligadas ao custeio e investimento que garantiram o seu funcionamento, estão detalhadas em quadros apresentados alhures. Quanto a estas ações, a análise é a que segue:

#### a) Ação 20RG – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Nesta ação estava prevista o valor total de R\$ 2.926.829,00. Foi empenhado o total de R\$ 2.926.825,69, sendo assim conseguiu-se atingir 99,99% de todo o orçamento disponível nessa ação, o que garante um forte investimento na reestruturação do Instituto.

Seguem informações acerca das obras relativas à ação de Expansão, discriminadas por obra no exercício de 2017:

- A UPC concluiu as obras de construção dos campi de Nossa Senhora do Socorro e de Itabaiana, deu continuidade à execução das obras dos campi de Nossa Senhora da Glória, Tobias Barreto, Poço Redondo e ao alojamento do campus São Cristóvão;
- Como fator negativo, ocorreu a paralisação da obra de construção dos prédios Administrativo, Biblioteca e Auditório do campus Aracaju;
- A construção do campus Propriá não teve sua obra retomada no ano de 2017 por decisão judicial;

Conforme apresentado no SPO, a meta prevista para 2017 era a conclusão de três obras da expansão: As construções dos campi Socorro, Itabaiana e a construção dos prédios Administrativo, Biblioteca e Auditório do campus Aracaju. Desta forma, as obras concluídas foram a construção dos campi Nossa Senhora do Socorro e Itabaiana. Ocorreram ainda 04 (quatro) obras com status “em andamento”, detalhadas a seguir:

- Construção do campus Nossa Senhora da Glória: o percentual executado do contrato em dezembro/2017 foi de 20,31%;
- Construção do campus Tobias Barreto: o percentual executado do contrato em dezembro/2017 foi de 67,01%;
- Construção do campus Poço Redondo: o percentual executado do contrato em dezembro/2017 foi de 25,82%;
- Construção dos Alojamentos do campus São Cristóvão: o percentual executado da obra em dezembro/2017 foi de 42,67%.

Em relação às obras paralisadas:

- Construção dos Prédios Administrativo, Biblioteca e Auditório do campus Aracaju: a obra estava prevista para ser concluída em novembro/2017, porém teve o contrato rescindido por problemas com a empresa executora em outubro/2017. Um novo processo licitatório está em realização para retomada do serviço em 2018. O percentual executado da obra é de 51,89%;
- Construção do campus Propriá: a construção do campus foi licitada no fim de 2016 para ter início de sua construção no começo de 2017, porém, por decisão da justiça, o início da obra foi suspenso para realização de perícia. Até o momento, o seu percentual executado é de 18,81%.

#### b) Ação 20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional

Esta ação teve dotação orçamentária inicial de R\$ 30.716.408,00 e final de R\$ 31.216.408,00, diferença proveniente da alteração orçamentária número 97607/SIOP que permutou o valor de R\$ 500.000,00 da ação de capacitação para a ação de funcionamento (grupo de despesa 4).

Nesta ação foi empenhado o total de R\$ 28.980.384,82, sendo assim conseguiu-se atingir a execução de 92,84% de todo o seu orçamento disponível.

### c) Ação 2994 – Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica

Esta ação teve dotação orçamentária inicial e final de R\$ 5.949.080,00. Foi solicitada uma alteração orçamentária no valor de R\$ 900.000,00 para investimentos na estrutura do Instituto, solicitação esta que não foi atendida, o que prejudicou em parte a execução de todo o recurso disponível.

Para esta ação foi empenhado o valor total de R\$ 4.978.599,19, com 83,69% de execução, contemplando recursos para dispêndios com fornecimento de alimentação, atendimento médico–odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando.

### 3.3.1 Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade

Os quadros a seguir demonstram as informações sobre a execução das ações fixadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme comentado na seção 3.3:

#### a) Ação 20RG – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Quadro 4 – Ação 20 RG

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(   ) Integral    ( X ) Parcial				
Código		20RG		Tipo: Atividade		
Título		EXPANSAO DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA				
Iniciativa		Não descrita no SIMEC				
Objetivo		Construção, modernização, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com vistas a expandir a oferta de vagas. Código: 0019				
Programa		Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		26423 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe				
Ação Prioritária		(   )Sim ( x )Não    Caso positivo: (   ) PAC    (   ) Brasil sem Miséria (   ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.926.829,00	2.926.829,00	2.926.825,69	607.734,22	R\$ 308.011,22	R\$ 299.273,00	2.319.091,47
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Obra viabilizada para a sociedade e em pleno funcionamento conforme SIMEC			Obra entregue	3	3	2
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
14.907.861,65	3.370.589,70	1.773.252,43	Obra viabilizada para a sociedade e em pleno funcionamento conforme SIMEC	Obra entregue	2	

Fonte: Tesouro Gerencial

**c) Ação 20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional**

Quadro 5 – Ação 20 RL

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( ) Integral ( X ) Parcial				
Código		20RL		Tipo: Atividade		
Título		FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA				
Iniciativa		Não descrita no SIMEC				
Objetivo		Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, propiciar o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Garantir a gestão e o funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino. Código: 0019				
Programa		Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		26423 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe				
Ação Prioritária		( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.716.408,00	31.216.408,00	28.990.384,82	20.995.008,25	20.619.498,66	R\$ 375.509,59	7.995.376,57
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Nº de matrículas realizadas no exercício conforme SIMEC		Nº de matrículas	5.000	10.000	9.298	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20.312.335,05	11.608.223,75	4.919.746,01	Número de matrículas realizadas no exercício conforme SIMEC	Número de matrículas	9.298	

Fonte: Tesouro Gerencial

d) **Ação 2994 – Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica**

Quadro 6 – Ação 2994

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(    ) Integral    ( X ) Parcial				
Código		2994				

Fonte: Tesouro Gerencial

e) **Ações não Previstas na LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS**

Quadro 7 – Ação 1H10

Identificação da Ação					
Código	1H10		Tipo: Atividade		
Título	EXPANSAO DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA				
Iniciativa	Não descrita no SIMEC				
Objetivo	Construção, ampliação, reforma e equipamento das novas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Código: 1062				
Programa	Desenvolvimento da Educação profissional e Tecnológica Código: 1062 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	26423 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe				
Ação Prioritária	( ) Sim ( x )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( )Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
100.149,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

### 3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Os fatores intervenientes ou positivos, que prejudicaram ou possibilitaram o desenvolvimento das ações, podem ser listados a seguir:

1. Extinção da concessão de acúmulo de auxílios para estudantes com perfis para esta modalidade, impossibilitando, por exemplo, o recebimento simultâneo de auxílio financeiro e serviço refeitório, devido ao corte orçamentário;
2. Demora no crédito dos pagamentos dos auxílios, bem como inexistência de uma data fixa para o crédito das parcelas, o que gerou uma demanda intensa no atendimento virtual, telefônico e presencial, muito embora o encaminhamento das folhas tenha seguido as datas programadas;
3. No quesito assistência ao estudante, a gestão ainda tem buscado meios para garantir instalações adequadas para utilização do serviço de refeitório pelos estudantes no Campus Aracaju;
4. A questão orçamentária também foi um grande óbice, pois a sua inconstância no estabelecimento do montante dos recursos dificultou um melhor planejamento das ações do PRAAE;
5. A escassez de tempo para os prazos de empenho não possibilitou a realização das ações necessárias para o gasto, além de um planejamento adequado para tal, o que tem que ser melhorado nos próximos exercícios;
6. O principal limitador da ação foi o Edital com um cronograma extenso, no qual o empenho somente foi feito após a finalização do referido instrumento, o que acarretou o atraso nos primeiros pagamentos. Já o que facilitou sobremaneira foi a disponibilidade da Equipe Multidisciplinar em prol do atendimento ao aluno, assim como a disponibilidade dos computadores da biblioteca.
7. Imprevisibilidade da descentralização orçamentária destinada aos campi (previsão X execução) foi um elemento dificultador da ação.
8. Ocorreu redução do recurso orçamentário, causando limitação das ações da assistência estudantil, sendo necessário remanejamento do recurso de funcionamento dos campi para atender integralmente as parcelas dos alunos contemplados pelo Programa de Assistência Estudantil.

9. Houve descentralização orçamentária por duodécimos e liberação de recursos financeiros com atraso em alguns meses do ano, levando a atrasos nos pagamentos dos auxílios.

10. O que facilitou a execução da ação Assistência do Estudante de Educação Profissional e Tecnológica foi a realização de reuniões para discutir ações e normas e a aprovação de regulamentos procedimentais. Em contrapartida, destaca-se que a liberação tardia de verba dificultou o planejamento das ações que seriam desenvolvidas pela Assistência Estudantil.

### 3.3.3 Restos a pagar de exercícios anteriores

O pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores impacta fortemente a gestão financeira devido à dificuldade de recebimento de sub-repasses enviados pelo órgão superior (MEC), que normalmente ocorre nos três primeiros meses do exercício. Isto causa transtornos na gestão das contas a pagar relativas às despesas empenhadas no final do exercício de prestação de contas, que sempre são em elevado montante, em decorrência da política de liberação de limites orçamentários para empenho.

Este limite consiste na retenção, por parte do órgão superior, de grande parcela da dotação orçamentária durante exercício, com liberação de parcelas mínimas nos dez primeiros meses do ano e de montantes maiores nos meses de novembro e dezembro.

A permanência de restos a pagar relativos aos exercícios de 2009 e 2010 decorre de processos que se encontram em discussão judicial.

Neste exercício, a Administração continuou com o trabalho iniciado em 2016 com vistas a cancelar os empenhos que não tivessem razão para permanecerem com saldo inscrito em restos a pagar. Chegou-se ao cancelamento da quase totalidade destes. Os poucos que ainda foram mantidos serão analisados em 2018 para a definição quanto a manutenção ou não dos saldos.

No que se refere à prorrogação de vigência dos saldos, por estes se referirem a empenhos de fonte de recurso destinada à educação (fonte 0112), conclui-se que não existe inscrição em restos a pagar cuja vigência não tenha sido prorrogada, ou seja, a manutenção de tais saldos está de acordo com a legislação aplicável.

Quadro 8 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Quadro 8 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2017 (d) = (a-b-c)	
2016	1.531.682,92	1.522.847,23	3.390,92	5.444,77	
2015	45.699,21	10.936,69	18.778,22	15.984,30	
2014	21.881,37	0,00	0,00	21.881,37	
2013	170.187,66	0,00	0,00	170.187,66	
2012	0,00	0,00	0,00	0,00	
2010	245.272,25	10.499,14	-	234.773,11	
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2017 (i) = (e-g-h)
2016	30.584.260,81	22.308.592,60	21.780.997,06	3.453.492,08	5.349.771,67
2015	4.830.017,30	2.117.939,30	2.117.939,30	2.698.043,03	14.034,97
2014	5.885.306,22	89.698,45	89.698,45	877.246,64	4.918.361,13
2013	5.598.987,30	197.137,51	197.137,51	868.358,58	4.533.491,21
2012	368.408,85	46.103,60	46.103,60	322.305,25	0,00
2010	100.149,42	0,00	0,00	0,00	100.149,42
2009	90.544,41	0,00	0,00	0,00	90.544,41

Fonte: Tesouro Gerencial

### 3.3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos

O IFS possui um Termo de Cooperação firmado junto a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, visando vagas no curso de mestrado profissional em Gestão Pública. Neste sentido, no exercício de 2017 foi descentralizado o valor total de R\$ 54.977,39, conforme notas de crédito 2017NC000077, 2017NC000078 e nota de devolução 2017NC001577 para a UFRN (153103/15234) a fim de atender despesas com o custeio das vagas no curso mencionado. Há de se considerar que este mesmo convênio no exercício 2016 representou uma descentralização na ordem de R\$ 57.600,00.

O convênio foi firmado com o objetivo de qualificar os servidores contemplados pelo convênio e no médio prazo terá impacto qualitativo nos recursos humanos do instituto, fazendo com que este tenha mão-de-obra mais qualificada e possa auxiliar nos projetos do IFS, principalmente no tocante as suas atividades fins.

O plano de execução do Termo de Cooperação objeto dessa descentralização contempla mecanismos de acompanhamento, como visitas programadas, contato permanente com a gestão do PPGP/UFRN, ou seja, ações de controle que permitem avaliar continuamente a relação estabelecida e mitigar eventuais impropriedades na execução.

Os editais para seleção visando o mestrado são publicado na página da Propex, podendo ser acessados através do link: <http://www.ifs.edu.br/propex/index.php/editais>. Já a prestação de contas dos alunos aprovados é feita na instituição através da plataforma do Sispubli. O convênio é para reserva de vagas no mestrado, não tendo sido estabelecido nenhuma outra espécie de prestação de contas.

### 3.3.5 Informações sobre a realização das receitas

O quadro 9 retrata a situação da realização das receitas em 2017:

Quadro 9 – Informações sobre a realização das receitas em 2017

EXERCÍCIO	RECEITA ESTIMADA	RECEITA REALIZADA	%
2017	R\$ 295.005,00	R\$ 180.965,62	61,35

Fonte: Tesouro Gerencial

Em relação à natureza da fonte, as receitas estão classificadas conforme quadro 10, que demonstra o desempenho nos anos de 2015 a 2017.

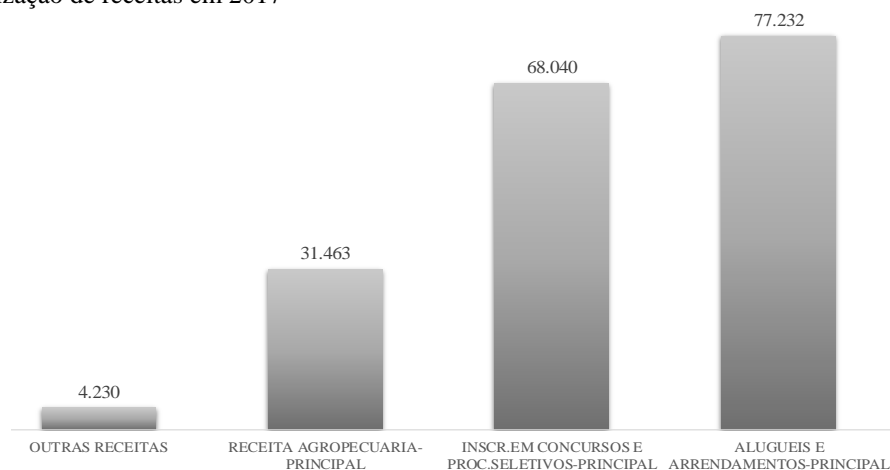
Quadro 10 – Receita Realizada por Natureza

Natureza Receita	2017	2016	2015
NAO SE APLICA			267.899,45
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	77.232,35	7.869,88	
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-MULTAS E JUROS	41,69		
RECEITA AGROPECUARIA-PRINCIPAL	31.463,05	1.891,40	
SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	999,24	809,50	
SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-MUL.JUR.	18,40		
INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL	68.040,00	273.625,00	
MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	228,31		
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	1.189,33	4.128,67	
OUTRAS INDENIZACOES-PRINCIPAL		320,00	
RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	52,27	550,94	
OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL	1.520,98	0,00	
OUTRAS RECEITAS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	180,00		
Receita Realizada	180.965,62	289.195,39	267.899,45

Fonte: Tesouro Gerencial

No exercício 2017, a UPC obteve uma arrecadação própria no valor de R\$ 180.965,62. A principal fonte desta receita foram aluguéis e arrendamentos, inscrições em concursos e processos seletivos realizados pelo IFS. Outras fontes secundárias também integraram o montante, como: multas relativas a contratos e receitas agropecuárias, conforme gráfico 1.

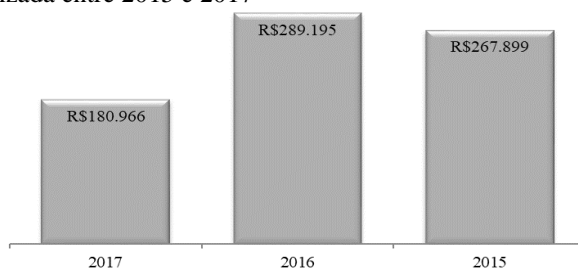
Gráfico 1 – Realização de receitas em 2017



Fonte: Tesouro Gerencial

No histórico da receita realizada pelo IFS observa-se que nos anos de 2015 e 2016 a arrecadação elevou-se por causa, predominantemente, da rubrica INSCR. EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS em virtude da realização de concursos públicos para técnicos administrativos e professores. Já em 2017 a mesma receita teve uma queda brusca, o que exige da instituição novos mecanismos para auferir receitas e assim auxiliar na manutenção de alguns projetos.

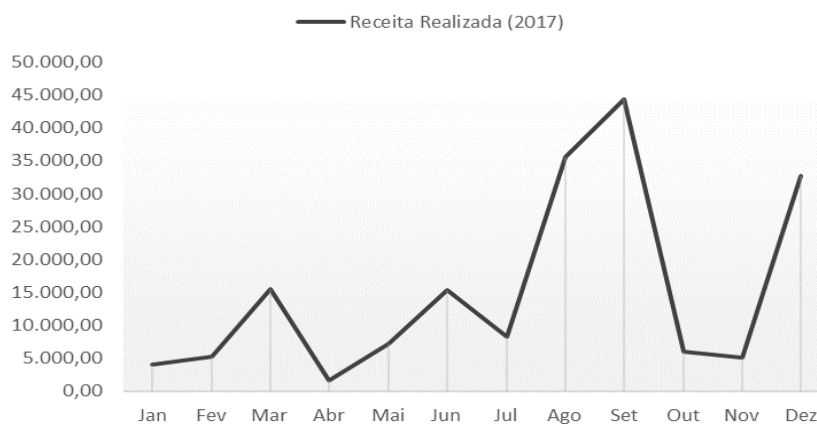
Gráfico 2 – Histórico da receita realizada entre 2015 e 2017



Fonte: Tesouro Gerencial

No desempenho mensal a receita teve um aumento substancial nos meses de agosto e setembro de 2017, conforme gráfico 3:

Gráfico 3 – Receita realizada mensalmente em 2017



Fonte: Tesouro Gerencial

### 3.3.6 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve, no âmbito da UPC, obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.



### 3.3.7 Informações sobre a execução das despesas

#### a) Despesas por modalidade de contratação

Quadro 11 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	39.233.290,94	14,81	45.288.925,79	18,58	17.411.692,58	7,36	20.812.651,43	9,83
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	119.196,72	0,04	1.498.657,53	0,61	91.631,44	0,04	194.883,62	0,09
c) Concorrência	14.412.992,12	5,44	11.746.085,55	4,82	1.134.239,91	0,48	743.441,34	0,35
d) Pregão	24.701.102,10	9,33	32.044.182,71	13,15	16.185.821,23	6,84	19.874.326,47	9,39
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	5.056.934,48	1,91	6.187.774,38	2,54	4.214.338,43	1,78	4.276.836,35	2,02
h) Dispensa	3.810.366,15	1,44	4.782.601,57	1,96	3.297.121,67	1,39	3.360.909,60	1,59
i) Inexigibilidade	1.246.568,33	0,47	1.405.172,81	0,58	917.216,76	0,39	915.926,75	0,43
3. Regime de Execução Especial	2.656,68	0,00	2.632,63	0,00	2.656,68	0,00	2.632,63	0,00
j) Suprimento de Fundos	2.656,68	0,00	2.632,63	0,00	2.656,68	0,00	2.632,63	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	201.384.679,48	76,03	171.397.459,64	70,32	199.742.411,39	84,38	171.348.655,64	80,97
k) Pagamento em Folha	201.048.325,29	75,90	171.047.269,18	70,18	199.409.205,91	84,24	170.998.532,86	80,80
l) Diárias	336.354,19	0,13	350.190,46	0,14	333.205,48	0,14	350.122,78	0,17
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	245.677.561,58	92,75	222.876.792,44	91,44	221.371.099,08	93,52	196.440.776,05	92,82
6. Total das Despesas da UPC	264.868.189,04	100	243.743.670,61	100	236.726.817,25	100	211.627.726,88	100

**Fonte:** Tesouro Gerencial

**b) Despesas por grupo e elemento de despesa**

Quadro 12 – Despesas por grupo e elemento de despesa

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	132.586.869,44	112.261.409,74	132.586.869,44	112.261.409,74	0,00	0,00	132.565.678,08	112.247.772,67
APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	28.419.546,83	24.452.606,36	28.419.546,83	24.452.606,36	0,00	0,00	28.419.546,83	24.452.606,36
Demais elementos do grupo	40.041.909,02	34.333.253,08	40.041.909,02	34.333.253,08	0,00	0,00	38.423.981,00	34.298.153,83
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	11.752.922,83	13.112.926,52	10.649.234,74	11.919.609,83	1.103.688,09	1.193.316,69	10.419.616,18	11.917.087,55
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	7.425.042,52	7.535.297,77	5.895.090,32	5.825.840,29	1.529.952,20	1.709.457,48	5.849.354,96	5.791.906,18
AUXILIO-ALIMENTACAO	6.031.491,86	5.856.502,02	6.031.491,86	5.856.502,02	0,00	0,00	6.031.491,86	5.856.502,02
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	5.674.201,98	6.253.402,61	3.529.210,75	3.324.272,34	2.144.991,23	2.929.130,27	3.444.944,42	3.190.279,11
INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.673.579,15	2.578.186,13	2.673.579,15	2.578.186,13	0,00	0,00	2.673.579,15	2.578.186,13
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.874.350,93	2.920.511,66	1.399.395,73	1.753.709,29	474.955,20	1.166.802,37	1.389.374,84	1.672.129,29
Demais elementos do grupo	6.799.349,69	7.512.666,93	4.330.159,04	5.325.467,52	2.469.190,65	2.187.199,41	4.242.292,50	4.952.412,94
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>4. Investimentos</b>	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
OBRAS E INSTALACOES	14.597.982,10	15.054.451,68	1.575.346,55	1.674.288,73	13.022.635,55	13.380.162,95	1.134.239,91	984.442,08
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.712.144,36	8.410.770,42	612.394,08	1.640.402,94	4.099.750,28	6.770.367,48	266.813,99	1.542.842,78
Demais elementos do grupo	2.278.798,33	3.461.685,69	1.865.903,53	2.213.861,53	412.894,80	1.247.824,16	1.865.903,53	2.143.405,94

**Fonte:** Tesouro Gerencial

No que tange às Dispensas e Inexigibilidades de licitações, observa-se do valor exposto a predominância das contratações para fornecimento de água, energia elétrica, locação de imóveis e publicação na imprensa nacional. Essas contratações classificam-se como de necessidade permanente para funcionamento da instituição. As demais contratações ocorreram por necessidade e conveniência da Administração, sem expressivo percentual em relação ao valor supracitado. Há de se enaltecer que todas ocorreram em constância com os preceitos Legais.

No que tange as despesas correntes as limitações impostas pela Portaria nº 28/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, afetou de maneira significativa o planejamento do IFS, sobretudo no que diz respeito aos itens relacionados a Apoio Administrativo, Técnico e Operacional os quais representam um montante significativo do orçamento do IFS.

A publicação de tal portaria obrigou o instituto rever seu planejamento orçamentário no tocante a todos os itens mencionados na portaria, a saber: I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional, II - Locação de Imóveis, III - Locação de Máquinas e Equipamentos, IV - Locação de Veículos, V - Locações de Mão de Obra e Terceirização, VI - Serviços de Consultoria, VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos, VIII - Serviços de Limpeza e Conservação, IX - Serviços de Telecomunicações, X - Vigilância Ostensiva e XI - Diárias e Passagens.

Há que se considerar ainda que na ação de Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica teve uma alteração orçamentária negada no montante de R\$ 900.000,00, o que tornou esse recurso sem planejamento para sua utilização.

### 3.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias e cartões de pagamento

No IFS, somente o Campus Aracaju (UG 158393) utilizou-se da modalidade de compras por meio de suprimento de fundos. A gestão de recursos decorrentes da utilização da modalidade de suprimento de fundos pelo IFS/Campus Aracaju é de forma coerente e em caráter excepcional para atendimento de despesas na contratação de prestação de serviços ou pequenas compras e em observância a legislação, tornando-se indispensável para a Administração.

O Campus Aracaju adotou o uso do Cartão Corporativo do Governo Federal – CPGF como ferramenta de compra na modalidade de suprimento de fundos, por proporcionar ao suprido e aos gestores maior segurança na utilização, controle dos recursos, acompanhamento dos gastos e prestação de contas no portal do COMPRASNET-CSF, onde são detalhadas as despesas com respectivas notas fiscais demonstrando a transparência nos gastos públicos.

No exercício de 2017, foram concedidos 07 (sete) CSF – Concessão de Suprimento de Fundos, para 02 (dois) servidores portadores de cartões, que totalizaram R\$ 32.500,00, dos quais foram efetivamente realizadas despesas através de fatura no total de R\$ 2.656,68, visto que não houve saques, conforme detalhados nos quadros a seguir.

Quadro 13 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	158393	IFS/Campus Aracaju	-	-	07	32.500,00	5.000,00
2016	158393	IFS/Campus Aracaju	-	-	06	30.000,00	5.000,00

Fonte: SIAFI

Quadro 14 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quant	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158393	IFS/Campus Aracaju	-	-	-	-	2.656,68	2.656,68
2016	158393	IFS/Campus Aracaju	-	-	01	150,00	2.482,63	2.632,63

Fonte: SIAFI

Quadro 15 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício 2017

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158393	IFS/Campus Aracaju	339030	01	988,58
			39	253,10
		339039	19	1.415,00
TOTAL				2.632,63

Fonte: SIAFI

O acompanhamento das Concessões de Suprimento de Fundos – CSF e análise das prestações de contas são realizados pelo Coordenadoria de Contabilidade do campus, responsável pelos lançamentos contábeis, de forma que as despesas decorrentes de pagamentos antecipados são reclassificadas e os saldos existentes ajustados, espelhados em relatórios e encaminhados ao ordenador de despesas para aprovação e homologação.

No Campus Aracaju não existiu pendência de prestação de contas de suprimento de fundos no exercício, visto que, os valores concedidos nesta modalidade foram monitorados pelo setor contábil, que ao final do prazo prescricional adota os procedimentos de conciliação e baixa.

### 3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho dos processos finalísticos são cadastrados no GEPLANES (Software do planejamento estratégico), que permite um acompanhamento através do sítio do IFS.

Os sistemas que são utilizados como fonte de dados para cálculo dos indicadores são o SISTEC, alimentado pelos campi, além do Tesouro Gerencial e o SIAPE. Devido ao atraso do ano letivo pode ter ocorrido que alguns campi não tenham atualizado o SISTEC a tempo da coleta dos dados do MEC.

#### 3.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do TCU

De acordo com ofício-circular nº 4/2018/GAB/SETEC-MEC, de 08/01/2018, que instituiu a Plataforma Nilo Peçanha – PNP e a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – REVALIDE, Consoante previsão legal, a Plataforma Nilo Peçanha será um importante instrumento de gestão, fundamental para o acompanhamento, monitoramento, avaliação e divulgação dos dados acadêmicos, técnico administrativos e financeiros das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além de servir como a base de dados para o cálculo dos indicadores de gestão monitorados por esta Secretaria.

Nesse contexto, as instituições terão que adotar os procedimentos para os registros competentes junto à Plataforma, observando-se conforme previsto no artigo 16 da referida Portaria, para o exercício de 2018, o cronograma contendo a publicação dos resultados, cuja liberação ocorreu em 15/03/2018.

Apenas a partir de então foi possível calcular os indicadores acadêmicos e administrativos conforme determinação do TCU, bem como realizar análise crítica dos referidos indicadores.

O quadro 16, a seguir, consolida as informações referentes aos resultados dos indicadores acadêmicos, administrativos, socioeconômicos e de gestão de pessoas, cujo detalhamento acontece em seguida.

Quadro 16 – Resultado dos indicadores do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	2013	2014	2015	2016	2017
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$RCV = \frac{\text{Inscritos}}{\text{Vagas para ingresso}}$	2,40	15,41	12,30	10,71	3,50
	Relação Ingresso/Aluno	$RIM = \frac{\text{Ingressantes}}{\text{Matrículas atendidas}} \times 100$	22,55%	28,02%	35,55%	24,80%	26,24%
	Relação Concluinte/Aluno	$RCM = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Matrículas atendidas}} \times 100$	4,93%	6,77%	14,24%	4,47%	23,53%
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	$EAC = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Finalizados}} \times 100$	33,33%	39,30%	34,27%	30,78%	37,2%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$RFE = \frac{\text{Retidos}}{\text{Matrículas atendidas}} \times 100$	37,54%	6,53%	45,55%	39,49%	5,9%
	Relação de Alunos por Professor	$RAP = \frac{\text{Aluno – Equivalente}}{\text{Docentes Equivalentes}}$	26,65*	13,40*	31,37	22,88	22,88
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno (R\$)	$GCA = \frac{\text{GASTOT}}{\text{Matrículas atendidas}}$	7.557,21	9.884,70	11.811,55	15.995,52	17.519,62
	Percentual de Gastos com Pessoal	$GCP = \frac{\text{GASPES}}{\text{TOTGAS}} \times 100$	77,21%	76,85%	82,21%	81,02%	84,57%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$GOC = \frac{\text{GASOUC}}{\text{TOTGAS}} \times 100$	15,10%	14,65%	11,89%	11,93%	9,69%
	Percentual de Gastos com Investimentos	$GCI = \frac{\text{GASINV}}{\text{TOTGAS}} \times 100$	3,01%	3,90%	1,87%	2,21%	1,16%
Socio-econômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	$MRF = \frac{\text{FaixasM}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	NI*	NI*	2.527	3.585	3.345
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$TCD = \frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,28	3,86	3,63	3,95	3,97

\*Não Considera o conceito de Aluno-Equivalente, não podendo ser diretamente comparável aos demais valores da série; NI: Não Informado em virtude de mudança na metodologia do cálculo.

Fonte: SISTEC, Tesouro Gerencial, SIAPE, Plataforma Nilo Peçanha

## • Indicadores Acadêmicos

Para análise e interpretação dos indicadores de Ensino seguiram-se as orientações da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a partir de consultas específicas ao ambiente virtual, denominado Plataforma Nilo Peçanha – PNP, de tratamento e validação dos dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, tendo como objetivo cumprir a determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, que exige a padronização na forma de cálculo e de obtenção dos dados. É importante ressaltar que durante a coleta de dados, o Instituto Federal de Sergipe passava pelo período de transição do sistema de Registro Escolar Q-Acadêmico para o SIGAA, ocasionando uma fase de instabilidade nas informações acadêmicas.

As informações foram coletadas previamente no mês de fevereiro de 2018 pela PNP, instituída pela Portaria SETEC nº 01/2018, de 03 de janeiro de 2018, e SISTEC, fonte oficial para coleta de dados para cálculo da matriz orçamentária. Os dados são extraídos pela SETEC e disponibilizados aos campi para qualificação, a fim de que este relatório possa ser o mais fidedigno possível.

### a) Relação Candidato/ Vaga (RCV)

Este indicador mede a consonância entre oferta de vagas em relação à procura do público.

#### • Método de cálculo:

$$RCV = \frac{\text{Inscritos}}{\text{Vagas para ingresso}}$$

#### • Definições:

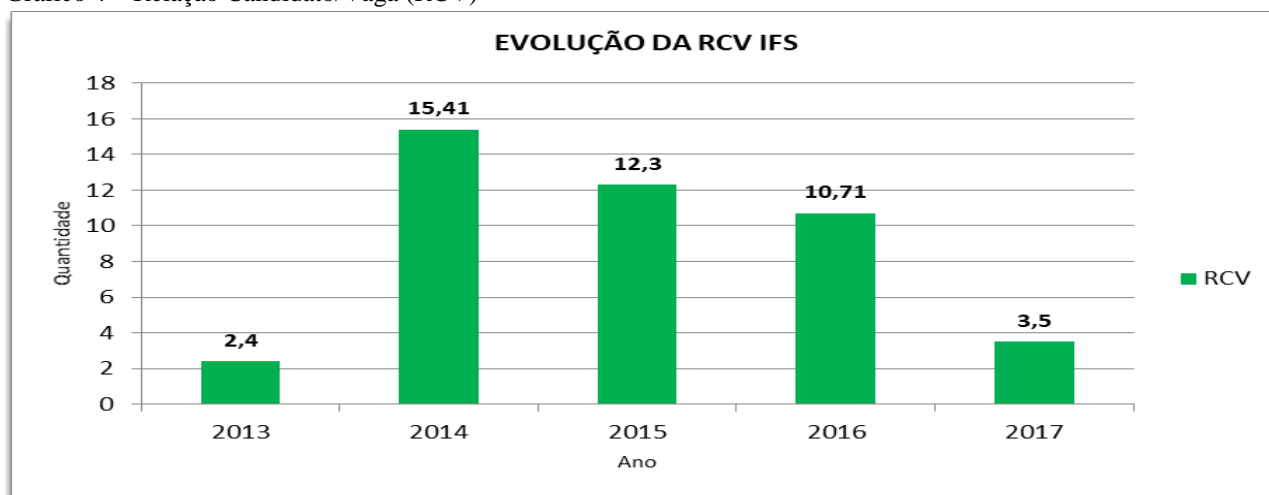
Inscritos= Número de inscrições para vagas ofertadas, por quaisquer formas de ingresso (SISU, vestibular, processo seletivo,...) por curso e campus.

Vagas para ingresso= Número de vagas ofertadas, por curso e campus dentro do período em análise por meio de vestibular, processo seletivo e outras formas de ingresso.

No gráfico 4 se destaca a relação candidato/vaga no IFS no período de 2013 a 2017. Nota-se um decréscimo nos resultados em 2017, em virtude da realização do processo seletivo por análise de histórico escolar no segundo semestre de 2016, o qual não teve suas inscrições devidamente registradas em virtude das mudanças de sistema acadêmico pelas quais passou o Instituto.

É importante destacar ainda que os alunos aprovados em tal processo seletivo ingressaram na instituição no exercício 2017. Porém, apesar do problema apontado, verifica-se que, de acordo com a PNP, a média desse indicador em toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil é de 4,01, valor próximo ao do IFS que foi de 3,5.

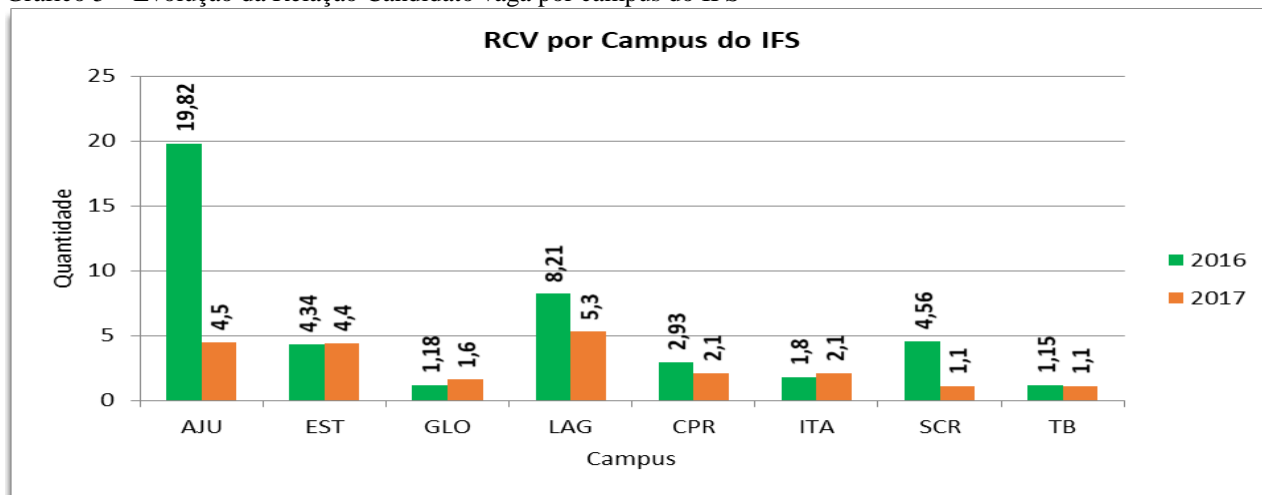
Gráfico 4 – Relação Candidato/Vaga (RCV)



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

É possível verificar no gráfico a seguir que o resultado do Campus Aracaju afetou em forma de uma queda acentuada no indicador RCV, fato este proveniente do processo seletivo por análise de histórico não ter sido contabilizado no cálculo. A redução do percentual desse indicador para o campus Aracaju impactou no RCV do IFS, justificando assim seu decréscimo neste ano em comparação ao exercício 2016.

Gráfico 5 – Evolução da Relação Candidato vaga por campus do IFS



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

#### b) Relação Ingresso/ Matrículas Atendidas (RIM)

Este indicador mede a capacidade de renovação do quadro discente. Analisa também a capacidade da oferta de vagas da Instituição.

- **Método de cálculo:**

$$RIM = \frac{\text{Ingressantes}}{\text{Matrículas atendidas}} \times 100$$

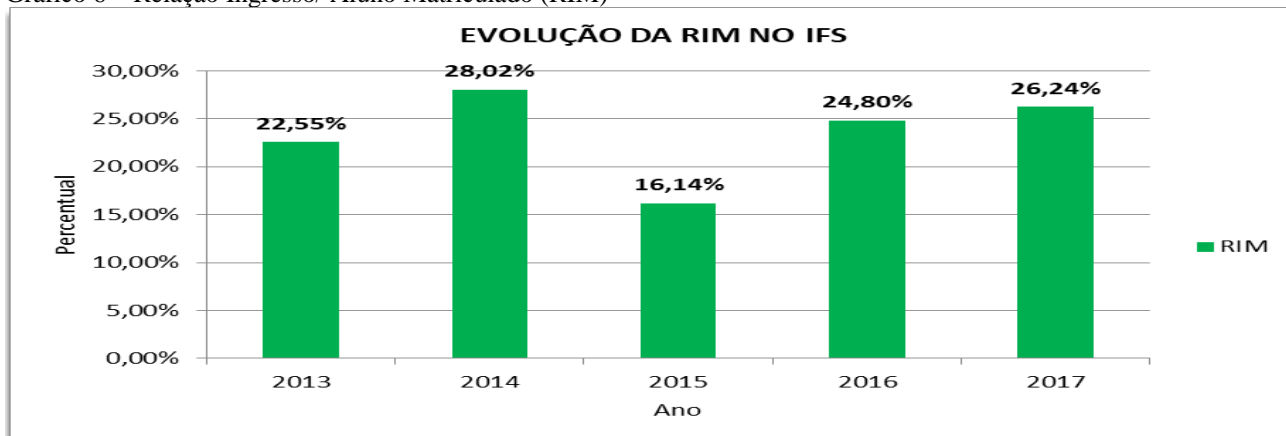
- **Definições:**

Ingressantes= Total de alunos ingressantes (novas matrículas), por quaisquer formas de ingresso (SISU, vestibular, processo seletivo,...), nos meses de referência do intervalo de análise.

Matrículas atendidas= Número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independente da situação atual da matrícula.

No gráfico 6, percebe-se que, apesar do problema observado no registro dos inscritos em processo seletivo por análise de histórico, houve um aumento da RIM em relação a 2015 e 2016, significando uma maior procura pelos cursos do IFS, em virtude da reestruturação dos trabalhos de divulgação dos processos seletivos através das redes sociais, digitais, TV, rádio, etc.

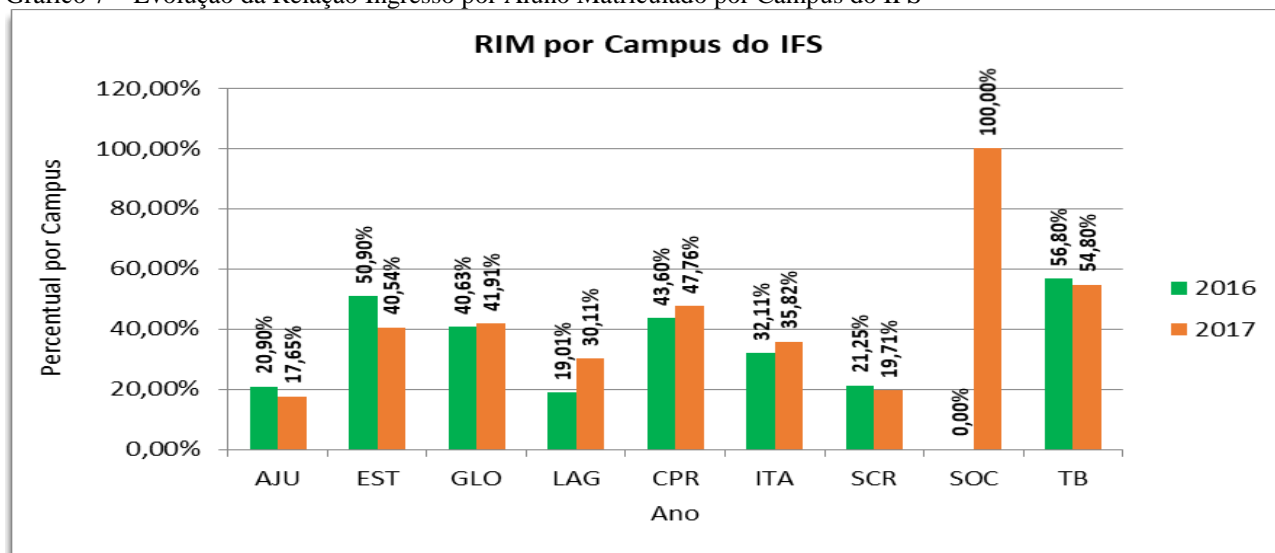
Gráfico 6 – Relação Ingresso/ Aluno Matriculado (RIM)



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Pela análise do gráfico 7 percebe-se que a RIM é inversamente proporcional ao tempo de consolidação das unidades de ensino, ou seja, aqueles campi com maior período temporal de início das atividades apresentaram uma RIM menor. Isso se justifica porque são campi que estão em processo de expansão e receberam, ou estão prestes a receber, sua sede definitiva de funcionamento. Nesse contexto se enquadram as unidades do IFS em Propriá, Itabaiana, Tobias Barreto e Socorro.

Gráfico 7 – Evolução da Relação Ingresso por Aluno Matriculado por Campus do IFS



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

### c) Relação Concluintes / Aluno Matriculado (RCM)

Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito escolar, quantifica a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.

- **Método de cálculo:**

$$RCM = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Matrículas atendidas}} \times 100$$

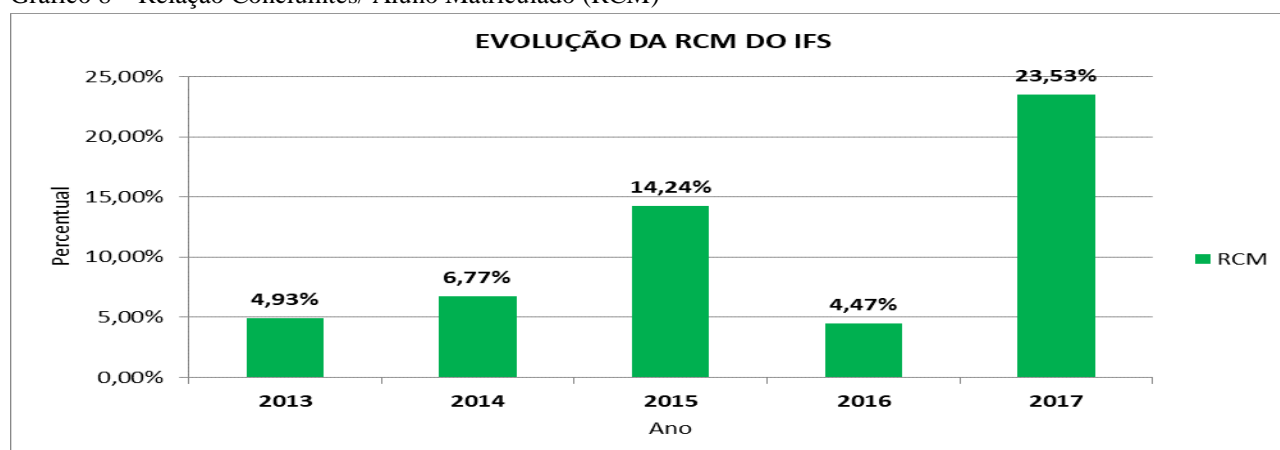
- **Definições:**

Concluintes= Estudantes que concluíram o curso com êxito e estão aptos a colar grau.

Matrículas atendidas= Número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independente da situação atual da matrícula.

Em relação ao RCM, conforme gráfico 8, o percentual de alunos que concluíram o curso aumentou significativamente, pois em 2016, devido ao atraso no calendário acadêmico, os estudantes que deveriam concluir no segundo semestre daquele ano só terminaram em 2017.

Gráfico 8 – Relação Concluintes/ Aluno Matriculado (RCM)

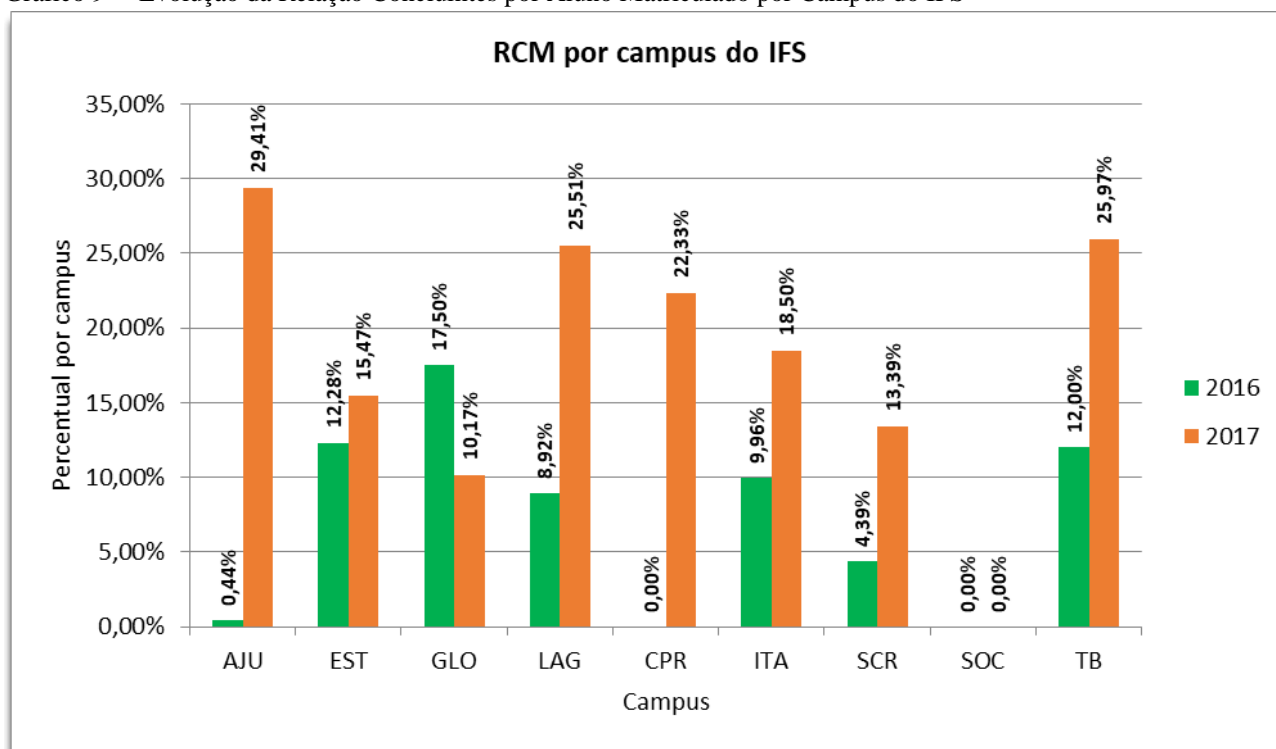


Fonte: Plataforma Nilo Peçanha



No tocante ao RCM por campus, os concluintes do campus Aracaju foram os mais prejudicados em 2016 pelo problema de inconsistência do ano letivo e civil, levando ao acúmulo de conclusão no ano seguinte. Cabe ressaltar que o campus Propriá teve seus primeiros concluintes em 2017 e o Campus Socorro iniciou suas atividades no segundo semestre de 2017, dessa forma no referido campus não houve taxa de conclusão no último exercício, conforme apontado no gráfico 9.

Gráfico 9 – Evolução da Relação Concluintes por Aluno Matriculado por Campus do IFS



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

#### d) Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (EAC)

Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam (concluído, evadido, desligado, transferido externo).

- **Método de cálculo:**

$$EAC = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Finalizados}} \times 100$$

- **Definições:**

Concluintes= Estudantes que concluíram o curso com êxito e estão aptos a colar grau.

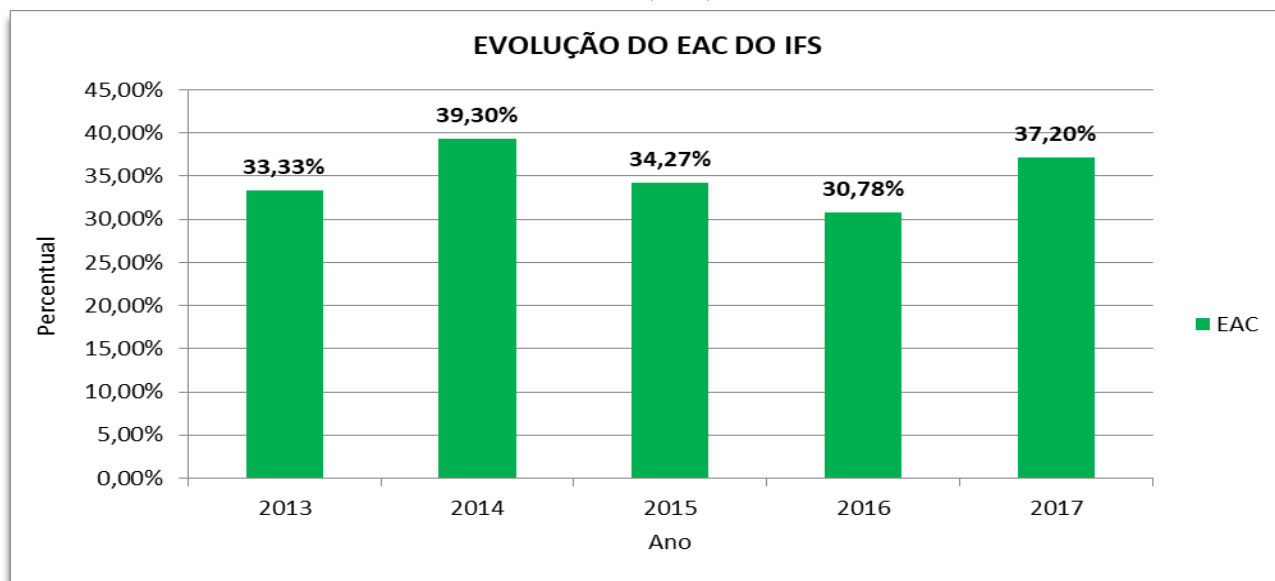
Finalizados= Referem-se às matrículas que foram finalizadas, independentemente do êxito ou não do aluno. Ou seja, o aluno pode ter se transferido, desligado, concluído ou evadido.

De modo similar à análise dos demais indicadores, houve decréscimo nos resultados deste indicador em 2015 e em 2016, em relação ao ano de 2014.

O indicador voltou a melhorar em 2017, devido ao resultado da diferença entre ano letivo e ano civil nos campi, já que movimentos parestas nos exercícios anteriores prolongaram a permanência dos alunos além do prazo normal de integralização, impactando no EAC.

Cabe ressaltar que a EAC da Rede Federal foi de 46,9, assim, apesar do aumento, o índice do IFS ainda apresenta resultado abaixo da média nacional.

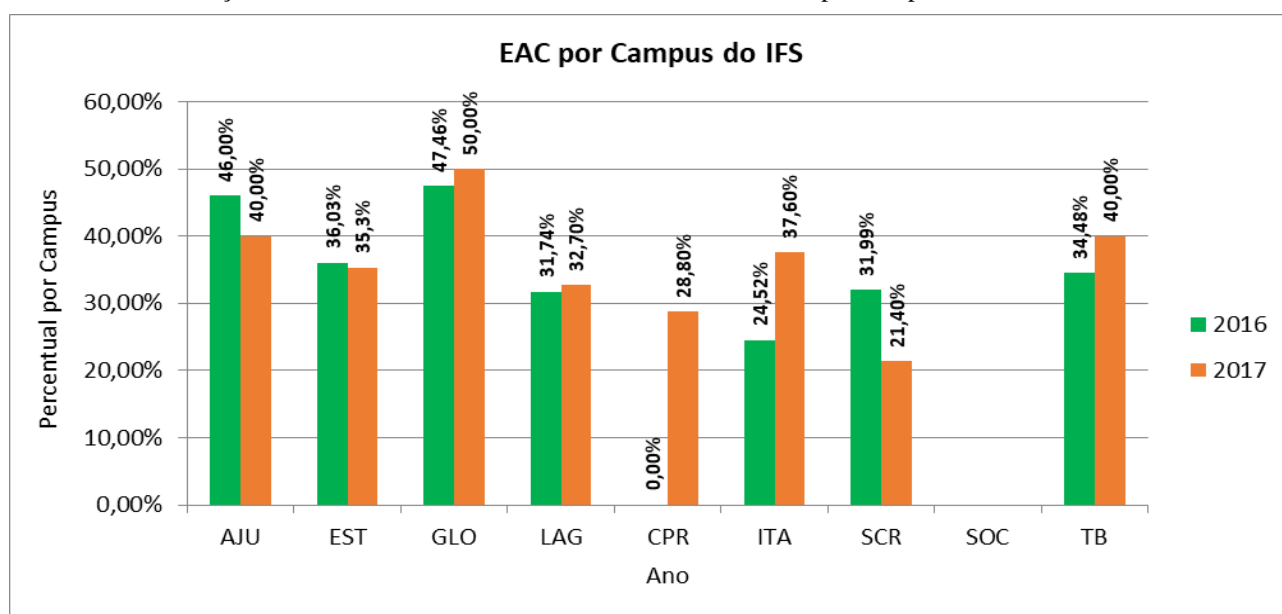
Gráfico 10 – Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (EAC)



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Quando efetuada a análise de desempenho do EAC por campus, ocorreu uma variação nos resultados em cada campus. Destacando-se que em 2017 foram intensas as atividades de acompanhamento sócio pedagógico, oferta de monitoria, atendimento individualizado do aluno, como também ocorreram outras ações desenvolvidas pelas equipes de assistência ao educando nos diversos campi, além de ter havido uma maior compatibilidade entre os anos letivo e o civil, que surtiram mais efeito em algumas unidades do que em outras.

Gráfico 11 – Evolução do Índice de Eficiência Acadêmica dos Concluintes por campus do IFS



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

#### e) Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

Este indicador mede a relação de alunos que não concluem seus cursos no período previsto.

- **Método de cálculo:**

$$RFE = \frac{\text{Retidos}}{\text{Matrículas atendidas}} \times 100$$

- **Definições:**

Retidos= Número de alunos que permanece matriculado por período superior ao tempo previsto para integralização do curso.

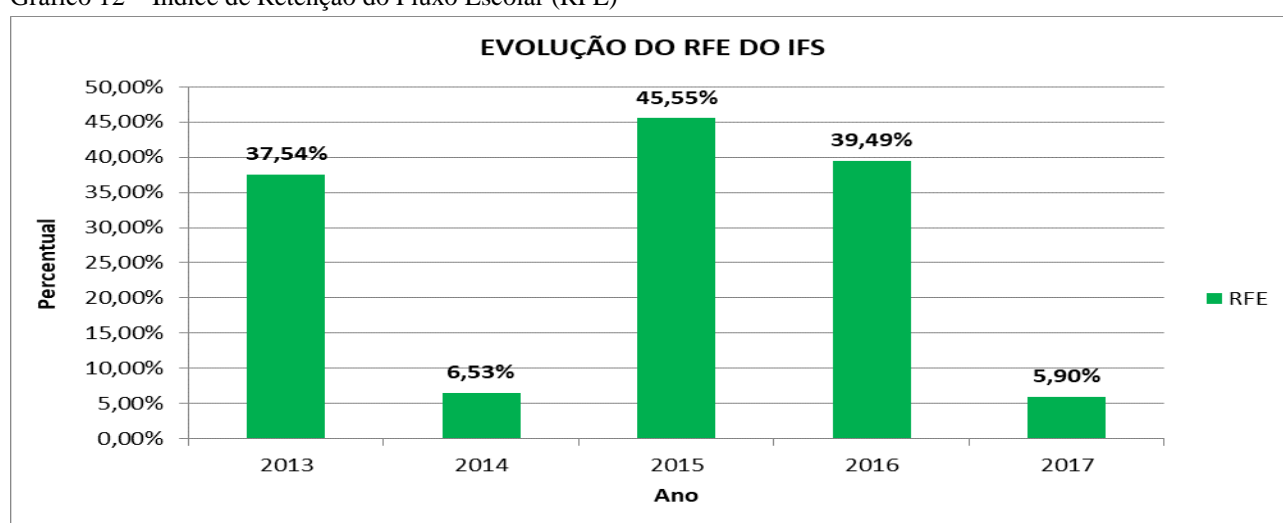
Matrículas atendidas= Número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independentemente da situação atual da matrícula.

Observando-se a evolução histórica do indicador RFE no IFS, através do gráfico 12, nota-se que houve uma melhora nos resultados deste indicador, visto que ocorreu uma queda acentuada do RFE em 2017 em relação aos dados de 2016.

Um dos motivos da melhora deste indicador justifica-se pela nova metodologia de cálculo dos indicadores da PNP, a qual considera como aluno retido aquele que ultrapassa 365 dias do período previsto para integralização.

A retenção do fluxo escolar é consequência direta da melhora nos resultados dos indicadores RCM e EAC. Desse modo, o bom resultado apresentado neste indicador justifica-se pelas ações sócio pedagógicas e adoção de estratégias desenvolvidas pelos campi, conforme já citado anteriormente.

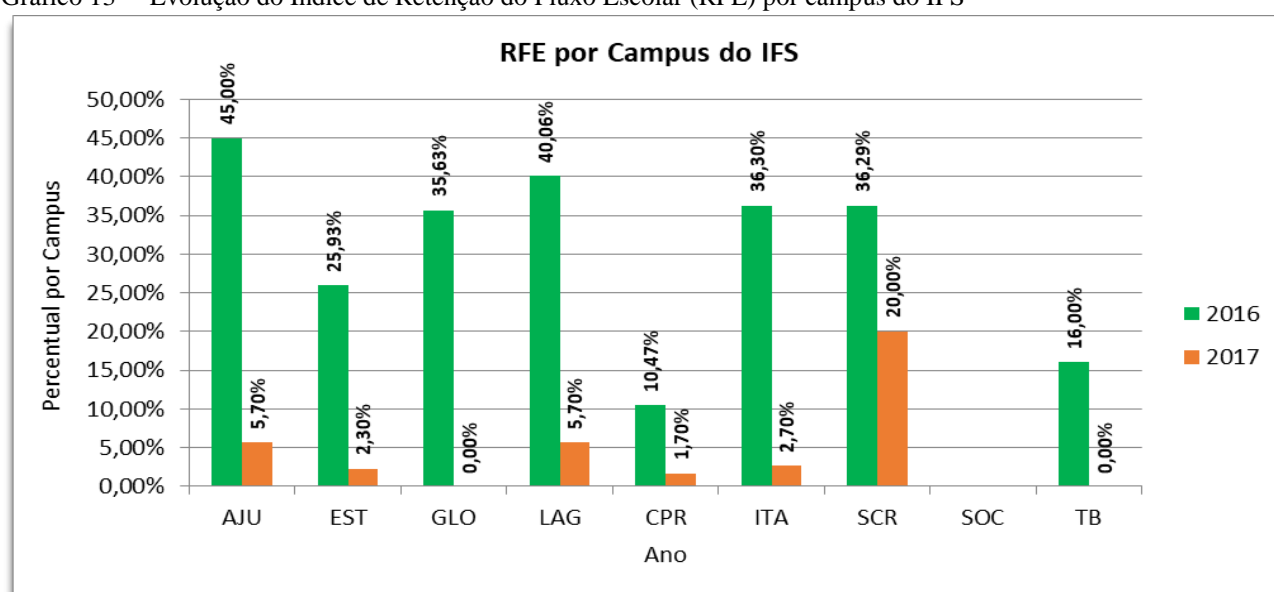
Gráfico 12 – Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

O desempenho da RFE por campus está apresentado no gráfico 13, no qual observam-se uma redução significativa nos percentuais de retenção de fluxo escolar em todos os campi do IFS.

Gráfico 13 – Evolução do Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE) por campus do IFS



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

#### f) Relação de Alunos por Professor (RAP)

Este indicador mede a capacidade de atendimento pela força de trabalho.

- **Método de cálculo:**

$$RAP = \frac{\text{Aluno - Equivalente}}{\text{Docentes Equivalentes}}$$

- **Definições:**

Aluno-Equivalente = Aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo Fator de Equiparação de Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso.

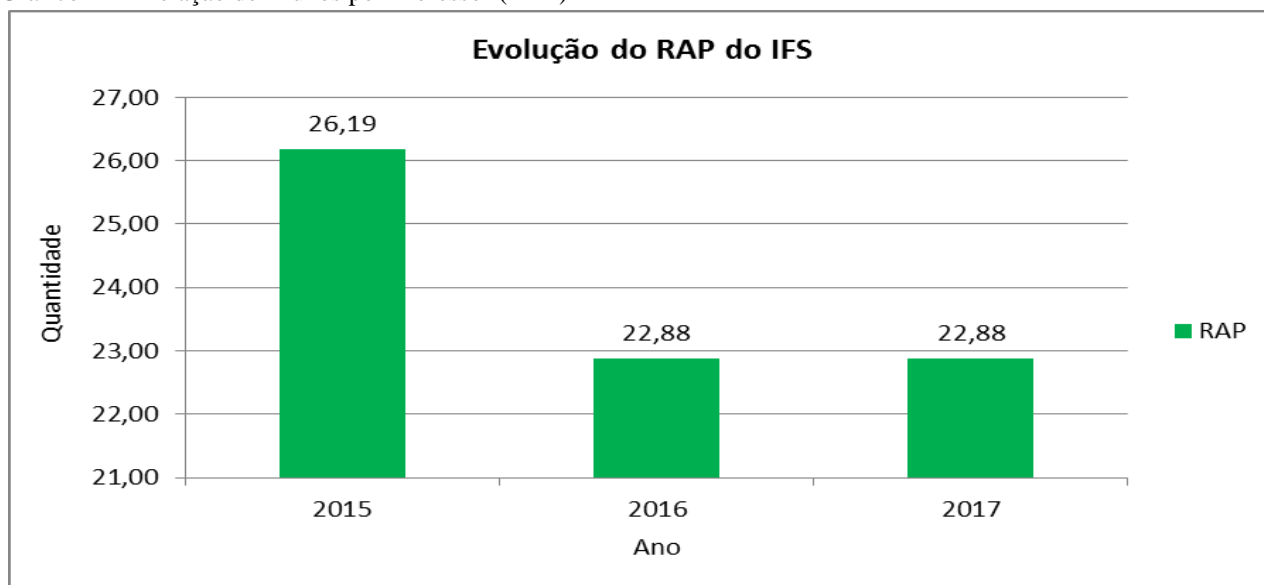
Docentes equivalentes= Professores da Carreira do Magistério ou de EBTT. Para todos os professores efetivos ou temporários, considerar 1,0 (um) se for contratado em regime de 40 horas ou de Dedicção Exclusiva; e como 0,5 (meio) se for contratado em regime de 20 (vinte) horas.

Os resultados deste indicador podem ser visualizados no gráfico 14, com os dados apresentados a partir de 2015, pois a metodologia de cômputo do RAP sofreu alterações, passando a ser calculado pelo conceito de aluno-equivalente, impossibilitando sua comparação com anos anteriores.

Apesar da ocorrência de concurso público para docente em 2017, houve também a inauguração do Campus Socorro com a consequente permanência do RAP, atendendo ao previsto no Plano Nacional de Educação.

Ressaltamos que a PNP, nova fonte de cálculo dos indicadores do TCU, não forneceu o RAP referente a cada campus.

Gráfico 14 – Relação de Alunos por Professor (RAP)



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

- **Indicadores Administrativos**

Os resultados dos indicadores administrativos da UPC estão sintetizados na Tabela 2 – Indicadores de Desempenho Administrativo e seus componentes de cálculo (2013-2017), valores correntes. Há de se considerar que tais resultados foram atualizados. A seguir são apresentadas as fórmulas de cálculo, padronizadas através do acórdão 2.267/2005/TCU:

a) **Gasto Corrente por Aluno (GCA):**  $GCA = \frac{GASTOT}{Matriculas\ Atendidas}$

b) **Gastos com Pessoal (GCP):**  $GCP = \frac{GASPES}{TOTGAS} \times 100$

c) *Gastos com Outros Custeios (GOC):*  $GOC = \frac{GASOUC}{TOTGAS} \times 100$

d) *Gastos com Investimentos (GCI):*  $GCI = \frac{GASINV}{TOTGAS} \times 100$

A tabela 2 mostra os valores nominais referentes aos tipos de gastos realizados pelo Instituto Federal de Sergipe do ano 2013 ao ano 2017, além dos indicadores de desempenho administrativo, calculados de acordo com a orientação prevista no *Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de EPCT* (BRASIL, 2016, p. 21-23).

Tabela 2 – Indicadores de Desempenho Administrativo e seus componentes de cálculo (2013-2017)

Indicador	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Gasto Corrente por Aluno (GCA)</b>	<b>R\$ 7.557,21</b>	<b>R\$ 9.884,70</b>	<b>R\$ 10.794,61</b>	<b>R\$ 15.537,56</b>	<b>R\$ 17.519,62</b>
Gasto Total da Instituição $GASTOT = 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6$	R\$ 101.153.320,22	R\$ 133.423.712,50	R\$ 154.740.773,91	R\$ 173.570.133,50	R\$ 197.043.208,12
<b>1. Total de Gastos (TOTGAS)</b>	<b>R\$ 132.397.003,21</b>	<b>R\$ 168.105.074,02</b>	<b>R\$ 188.779.912,61</b>	<b>R\$ 211.196.442,24</b>	<b>R\$ 237.940.538,63</b>
2. Gastos com Investimentos ( <i>inv</i> )	R\$ 3.989.335,39	R\$ 6.554.996,25	R\$ 3.531.442,17	R\$ 4.672.831,98	R\$ 2.755.219,03
3. Gastos com Precatórios ( <i>pre</i> )	R\$ 1.582.523,72	R\$ 1.503.184,62	R\$ 876.339,02	R\$ 980.161,43	R\$ 1.420.839,82
4. Gastos com Inativos ( <i>ina</i> )	R\$ 19.555.784,43	R\$ 20.473.505,77	R\$ 22.618.047,10	R\$ 24.452.606,36	R\$ 28.419.546,83
5. Gastos com Pensionistas ( <i>pen</i> )	R\$ 6.116.039,45	R\$ 6.149.674,88	R\$ 7.013.310,41	R\$ 7.520.708,97	R\$ 8.301.724,83
6. Apoio à Form. Prof. e Tecn. ( <i>20RW</i> )	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>% Gasto com Pessoal (GCP)</b>	<b>77,21%</b>	<b>76,85%</b>	<b>82,21%</b>	<b>81,02%</b>	<b>84,57%</b>
Gastos com Pessoal ( <i>GASPEs</i> )	R\$ 102.217.197,45	R\$ 129.189.801,29	R\$ 155.202.894,65	R\$ 171.108.795,94	R\$ 201.219.287,83
<b>% Gasto com Outros Custeios (GOC)</b>	<b>15,10%</b>	<b>14,65%</b>	<b>11,89%</b>	<b>11,93%</b>	<b>9,69%</b>
Gastos com Outros Custeios $GASOUC = (1) - (2) - (3)$	R\$ 19.994.230,18	R\$ 24.632.633,02	R\$ 22.439.069,07	R\$ 25.204.762,17	R\$ 23.044.885,97
1. Total Gastos com Custeio (TOTCUS)	R\$ 26.190.470,37	R\$ 32.360.276,48	R\$ 30.045.575,79	R\$ 35.414.814,32	R\$ 33.966.031,77
2. Gastos com Benefícios ( <i>ben</i> )	R\$ 6.178.802,77	R\$ 7.701.369,08	R\$ 7.584.016,91	R\$ 10.193.126,40	R\$ 10.910.648,89
3. Gastos com PASEP ( <i>pasep</i> )	R\$ 17.437,42	R\$ 26.274,38	R\$ 22.489,81	R\$ 16.925,75	R\$ 10.496,91
<b>% Gasto com Investimentos (GCI)</b>	<b>3,01%</b>	<b>3,90%</b>	<b>1,87%</b>	<b>2,21%</b>	<b>1,16%</b>
Gastos com Investimentos ( <i>GASINV</i> )	R\$ 3.989.335,39	R\$ 6.554.996,25	R\$ 3.531.442,17	R\$ 4.672.831,98	R\$ 2.755.219,03
<b>Matrículas Atendidas</b>	<b>13.385</b>	<b>13.498</b>	<b>14.335</b>	<b>11.171</b>	<b>11.247</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (orçamento), PROEN (matrículas atendidas) e IBGE (deflator)

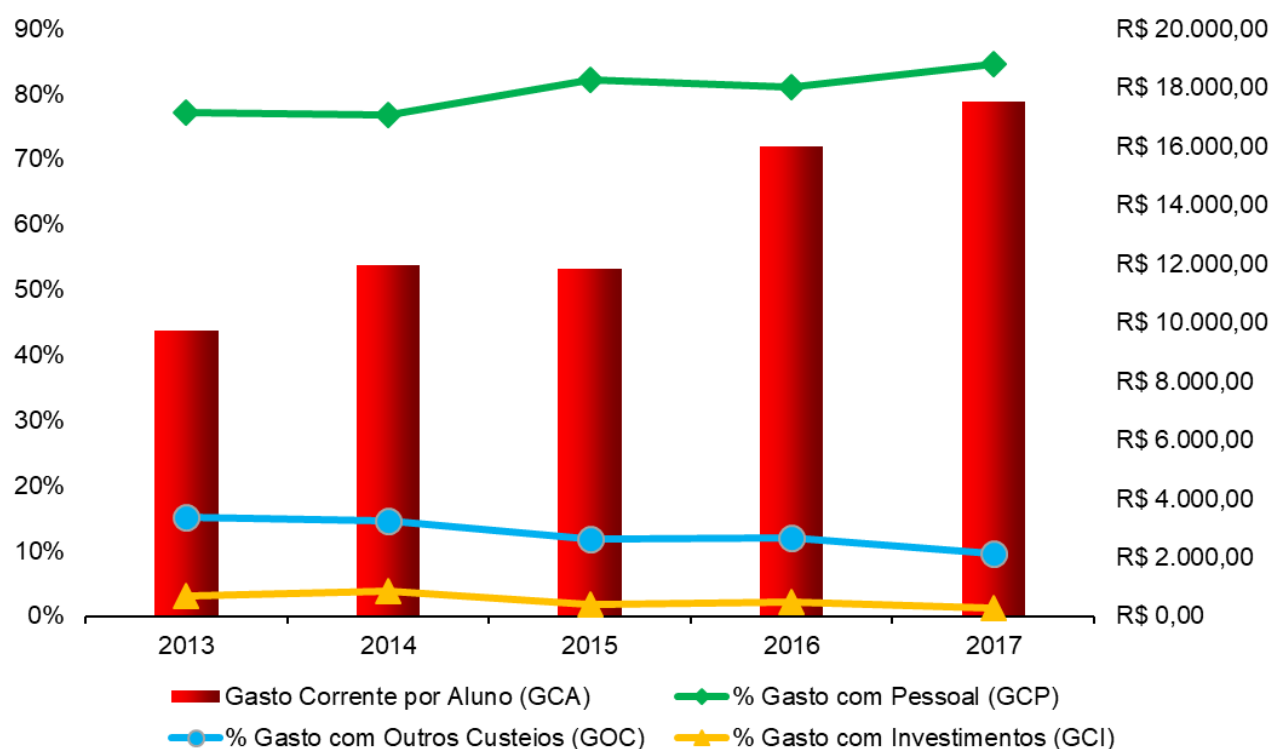
Os valores da tabela 3 estão expressos em termos nominais. Por exemplo, o valor correspondente ao Gasto Corrente por Aluno no ano de 2013 está expresso em R\$ daquele ano e, portanto, desconsideram a defasagem monetária ocorrida no período. Desse modo, a fim de estabelecer a comparação dos valores em termos reais, os valores deste indicador na tabela 3 foram corrigidos de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, a preços de dezembro de 2017. Os valores corrigidos estão expostos na tabela a seguir e no gráfico 15.

Tabela 3 – Indicadores de Desempenho Administrativo (2013-2017), a preços de dezembro de 2017

Indicador	2013	2014	2015	2016	2017
Gasto Corrente por Aluno (GCA)	R\$ 9.738,12	R\$ 11.970,30	R\$ 11.811,55	R\$ 15.995,52	R\$ 17.519,62
% Gasto com Pessoal (GCP)	77,21%	76,85%	82,21%	81,02%	84,57%
% Gasto com Outros Custeios (GOC)	15,10%	14,65%	11,89%	11,93%	9,69%
% Gasto com Investimentos (GCI)	3,01%	3,90%	1,87%	2,21%	1,16%

Fonte: Tesouro Gerencial (orçamento), PROEN (matrículas atendidas) e IBGE (deflator)

Gráfico 15 – Evolução dos indicadores administrativos (2013-2017), a preços de dezembro/2017



Fonte: Tesouro Gerencial (orçamento), PROEN (matrículas atendidas) e IBGE (deflator)

Observa-se um crescimento dos gastos correntes por aluno, que em 2016 eram equivalentes a R\$ 15.995,52, para R\$ 17.519,62, em 2017, representando um crescimento real de 9,53%. Ainda na comparação 2017/2016, houve aumento de 3,55 p.p. no “Percentual de Gastos com Pessoal” (GCP), enquanto o “Percentual de Gastos com outros Custeios” (GOC) e o “Percentual de Gastos com Investimentos” (GCI), retraíram 2,25 p.p. e 1,05 p.p., respectivamente. A redução do GCI está relacionada à queda do ritmo do processo de expansão, enquanto que a redução do GOC está principalmente relacionada à política de ajuste fiscal do Governo Federal.

Em uma análise que leva em consideração a evolução desses números no período 2013-2017, verificamos que, enquanto os gastos com pessoal aumentaram 52,77% em termos reais, as matrículas atendidas foram reduzidas em 15,97%. É nesse sentido que, nesses últimos 4 anos, o aumento de 79,91% do gasto corrente por aluno é explicado pela combinação de dois fatores: elevação das despesas correntes (especialmente com pessoal) combinada com a redução do número de matrículas atendidas (devido aos fatores elencados na análise dos indicadores acadêmicos).

Para efeitos de melhor entendimento, a descrição dos indicadores está apresentada no Quadro 17, a seguir:

Quadro 17 – Terminologia para os indicadores

Variável	Descrição
Gasto Total da Instituição (GASTOT)	Gasto Total da Instituição, deduzindo pessoal inativo e pensionistas, precatórios, gastos com investimentos e ação 20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica
Total de Gastos da Instituição (TOTGAS)	Total de gastos da Instituição
Gastos com Investimentos ( <i>inv</i> )	Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 4 - Investimentos

Gastos com Precatórios ( <i>pre</i> )	Todos os gastos associados às naturezas de despesa 319091 - Sentenças Judiciais e 339091 - Sentenças Judiciais
Gastos com Inativos ( <i>ina</i> )	Todos os gastos associados à natureza de despesa 319001 - Aposent.RPPS, Reser.Remuner. e Refor.Militar
Gastos com Pensionistas ( <i>pen</i> )	Todos os gastos associados à natureza de despesa 319003 - Pensões do RPPS e do Militar
Gastos com Apoio à Formação Profissional e Tecnológica (20RW)	Todos os gastos associados à Ação 20RW - Apoio à Formação Profissional e Tecnológica
Matrículas Atendidas	Todas as matrículas que estiveram "em curso" por pelo menos um dia no período analisado
Gastos com Pessoal (GASPES)	Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais
Gastos com Outros Custeios (GASOUC)	Total de Gasto com Outros Custeios da Instituição, deduzindo benefícios e PASEP
Total de Gastos com Custeio (TOTCUS)	Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 3 - Outras Despesas Correntes
Gastos com Benefícios ( <i>ben</i> )	Todos os gastos associados às ações 00M1, 2004, 2010, 2011 e 2012
Gastos com PASEP ( <i>pasep</i> )	Todos os gastos associados à natureza de despesa 339147 - Obrig.Tribut. e Contrib-op.Intra-Orcamentarias
Gastos com Investimentos (GCI)	Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 4 - Investimentos

Fonte: Tesouro Gerencial; Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de EPCT

### • Indicador socioeconômico: Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar

Este indicador mede a capacidade de inclusão social da instituição.

#### • Método de cálculo:

$$MRF = \frac{\text{FaixasM}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$$

#### • Definições:

FAIXASM = Contagem dos alunos matriculados

Alunos matriculados = Todas as matrículas que estiveram em curso por pelo menos um dia no período analisado

Nos quadros 18 a 26 estão apresentados os dados dos percentuais de renda per capita dos campi do IFS, cuja consolidação dos dados do IFS encontra-se no quadro 27.

Quadro 18 – Percentual de renda per capita (Campus Aracaju)

Renda per capita (RPC)	2013		2014		2015		2016		2017	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
RPC < 0,5 SM	577	54,34	671	60,56	543	48,53	724	47,15	702	43,58
0,5 SM < RPC < 1 SM	342	32,20	220	19,85	252	22,52	382	24,88	409	25,39
1 SM < RPC < 1,5 SM	113	10,64	94	8,48	134	11,97	200	13,02	233	14,46
1,5 SM < RPC < 2,5 SM	30	2,82	61	5,51	105	9,38	130	8,46	163	10,12
2,5 SM < RPC < 3 SM	-	-	22	1,99	32	2,86	39	2,56	43	2,67
RPC > 3 SM	-	-	40	3,61	53	4,74	60	3,93	61	3,78
Amostragem	1.062	100	1.108	100	1.119	100	1.536	100	1.611	100

Fonte: Q-Acadêmico

Quadro 19 – Percentual de renda per capita (Campus Lagarto)

Renda per capita (RPC)	2013		2014/1		2015		2016		2017	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
<b>RPC &lt; 0,5 SM</b>	387	71,53	276	71,69	170	69,67	24	21,43	20	21,74
<b>0,5 SM &lt; RPC &lt; 1 SM</b>	110	20,33	84	21,82	51	20,90	47	41,97	31	33,70
<b>1 SM &lt; RPC &lt; 1,5 SM</b>	33	6,11	18	4,67	17	6,97	20	17,86	22	23,91
<b>1,5 SM &lt; RPC &lt; 2,5 SM</b>	11	2,03	07	1,82	01	0,41	13	11,61	13	14,13
<b>2,5 SM &lt; RPC &lt; 3 SM</b>	-	-	-	-	01	0,41	08	7,13	5	5,43
<b>RPC &gt; 3 SM</b>	-	-	-	-	04	1,64	-	-	1	1,09
<b>Amostragem</b>	<b>541</b>	<b>100</b>	<b>385</b>	<b>100</b>	<b>244</b>	<b>100</b>	<b>112</b>	<b>100</b>	<b>92</b>	<b>100</b>

Fonte: Q-Acadêmico

Quadro 20 – Percentual de renda per capita (Campus São Cristóvão)

Renda per capita (RPC)	2013		2014		2015		2016		2017	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
<b>RPC &lt; 0,5 SM</b>	346	80,65	312	47,85	-	-	335	54,21	163	45,03
<b>0,5 SM &lt; RPC &lt; 1 SM</b>	70	16,32	212	32,52	-	-	139	22,49	102	28,18
<b>1 SM &lt; RPC &lt; 1,5 SM</b>	09	2,10	74	11,35	299	56,95	84	13,59	63	17,40
<b>1,5 SM &lt; RPC &lt; 2,5 SM</b>	04	0,93	21	3,22	159	30,28	32	5,18	15	4,14
<b>2,5 SM &lt; RPC &lt; 3 SM</b>	-	-	14	2,15	35	6,67	16	5,59	11	4,04
<b>RPC &gt; 3 SM</b>	-	-	19	2,91	32	6,10	12	1,94	8	2,20
<b>Amostragem</b>	<b>429</b>	<b>100</b>	<b>652</b>	<b>100</b>	<b>525</b>	<b>100</b>	<b>618</b>	<b>100</b>	<b>362</b>	<b>100</b>

Fonte: Q-Acadêmico

Quadro 21 – Percentual de renda per capita (Campus Itabaiana)

Renda per capita (RPC)	2013		2014		2015		2016		2017	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
<b>RPC &lt; 0,5 SM</b>	114	63,33	04	33,33	12	4,69	52	8,80	64	12,96
<b>0,5 SM &lt; RPC &lt; 1 SM</b>	49	27,22	-	-	121	47,27	265	44,84	240	48,58
<b>1 SM &lt; RPC &lt; 1,5 SM</b>	16	8,89	03	25,00	83	32,42	193	32,66	101	20,45
<b>1,5 SM &lt; RPC &lt; 2,5 SM</b>	01	0,56	05	41,67	15	5,86	35	5,92	51	10,32
<b>2,5 SM &lt; RPC &lt; 3 SM</b>	-	-	-	-	09	3,51	12	2,03	5	1,01
<b>RPC &gt; 3 SM</b>	-	-	-	-	16	6,25	34	5,75	33	6,68
<b>Amostragem</b>	<b>180</b>	<b>100</b>	<b>12</b>	<b>100</b>	<b>256</b>	<b>100</b>	<b>591</b>	<b>100</b>	<b>494</b>	<b>100</b>

Fonte: Q-Acadêmico



Quadro 22 – Percentual de renda per capita (Campus Glória)

Renda per capita (RPC)	2013		2014		2015		2016		2017	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
<b>RPC &lt; 0,5 SM</b>	105	75,54	57	73,08	33	67,35	21	28	20	20,62
<b>0,5 SM &lt; RPC &lt; 1 SM</b>	25	17,99	08	10,26	11	22,45	38	50,67	59	60,82
<b>1 SM &lt; RPC &lt; 1,5 SM</b>	07	5,04	11	14,10	02	4,08	01	1,33	8	8,25
<b>1,5 SM &lt; RPC &lt; 2,5 SM</b>	02	1,43	02	2,56	03	6,12	13	17,33	8	8,25
<b>2,5 SM &lt; RPC &lt; 3 SM</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RPC &gt; 3 SM</b>	-	-	-	-	-	-	02	2,67	2	2,06
<b>Amostragem</b>	<b>139</b>	<b>100</b>	<b>78</b>	<b>100</b>	<b>49</b>	<b>100</b>	<b>75</b>	<b>100</b>	<b>97</b>	<b>100</b>

Fonte: Q-Acadêmico

Quadro 23 – Percentual de renda per capita (Campus Estância)

Renda per capita (RPC)	2013		2014		2015		2016		2017	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
<b>RPC &lt; 0,5 SM</b>	73	59,35	473	69,15	152	63,60	318	62,72	243	63,78
<b>0,5 SM &lt; RPC &lt; 1 SM</b>	39	31,71	133	19,44	53	22,18	139	27,42	103	27,03
<b>1 SM &lt; RPC &lt; 1,5 SM</b>	10	8,13	39	5,70	19	7,95	27	5,33	18	4,72
<b>1,5 SM &lt; RPC &lt; 2,5 SM</b>	01	0,81	14	2,05	11	4,60	18	3,55	12	3,15
<b>2,5 SM &lt; RPC &lt; 3 SM</b>	-	-	24	3,51	01	0,42	-	-	1	0,26
<b>RPC &gt; 3 SM</b>	-	-	01	0,15	03	1,25	05	0,98	4	1,06
<b>Amostragem</b>	<b>123</b>	<b>100</b>	<b>684</b>	<b>100</b>	<b>239</b>	<b>100</b>	<b>507</b>	<b>100</b>	<b>381</b>	<b>100</b>

Fonte: Q-Acadêmico

Quadro 24 – Percentual de renda per capita (Campus Propriá)

Renda per capita (RPC)	2014		2015		2016		2017	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
<b>RPC &lt; 0,5 SM</b>	16	26,67	21	22,10	15	15	44	22,92
<b>0,5 SM &lt; RPC &lt; 1 SM</b>	31	51,67	51	53,68	73	73	132	68,75
<b>1 SM &lt; RPC &lt; 1,5 SM</b>	09	15	12	12,64	09	9	14	7,29
<b>1,5 SM &lt; RPC &lt; 2,5 SM</b>	02	3,33	06	6,32	02	2	2	1,04
<b>2,5 SM &lt; RPC &lt; 3 SM</b>	01	1,67	02	2,10	-	-	-	-
<b>RPC &gt; 3 SM</b>	01	1,67	03	3,16	01	1	-	-
<b>Amostragem</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>95</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>192</b>	<b>100</b>

Fonte: Q-Acadêmico

Quadro 25 – Percentual de renda per capita (Campus Tobias Barreto)

Renda per capita (RPC)	2014/2		2015*		2016		2017	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
<b>RPC &lt; 0,5 SM</b>	-	-	-	-	18	38,30	15	25,42

<b>0,5 SM &lt; RPC &lt; 1 SM</b>	03	2,22	03	37,50	21	44,68	31	52,55
<b>1 SM &lt; RPC &lt; 1,5 SM</b>	71	52,60	01	12,50	06	12,76	11	18,65
<b>1,5 SM &lt; RPC &lt; 2,5 SM</b>	56	41,48	02	25	01	2,13	1	1,69
<b>2,5 SM &lt; RPC &lt; 3 SM</b>	03	2,22	02	25	01	2,13	-	-
<b>RPC &gt; 3 SM</b>	02	1,48	-	-	-	-	1	1,69
<b>Amostragem</b>	<b>135</b>	<b>100</b>	<b>08</b>	<b>100</b>	<b>47</b>	<b>100</b>	<b>59</b>	<b>100</b>

Fonte: Q-Acadêmico

Quadro 26 – Percentual de renda per capita (Campus Socorro)

Renda per capita (RPC)	2017	
	Nº Alunos	%
<b>RPC &lt; 0,5 SM</b>	17	29,82
<b>0,5 SM &lt; RPC &lt; 1 SM</b>	21	36,84
<b>1 SM &lt; RPC &lt; 1,5 SM</b>	7	12,28
<b>1,5 SM &lt; RPC &lt; 2,5 SM</b>	4	7,02
<b>2,5 SM &lt; RPC &lt; 3 SM</b>	2	3,51
<b>RPC &gt; 3 SM</b>	6	10,53
<b>Amostragem</b>	<b>57</b>	<b>100</b>

Quadro 27 – Percentual de renda per capita consolidado do IFS

Renda per capita (RPC)	2015 (consolidado)		2016 (consolidado)		2017 (consolidado)	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
<b>RPC &lt; 0,5 SM</b>	931	36,84	1.507	42,04	1.288	38,51
<b>0,5 SM &lt; RPC &lt; 1 SM</b>	539	21,33	1.104	30,79	1.128	33,72
<b>1 SM &lt; RPC &lt; 1,5 SM</b>	566	22,40	540	15,06	477	14,26
<b>1,5 SM &lt; RPC &lt; 2,5 SM</b>	300	11,87	244	6,81	269	8,04
<b>2,5 SM &lt; RPC &lt; 3 SM</b>	80	3,17	76	2,12	67	2,00
<b>RPC &gt; 3 SM</b>	111	4,39	114	3,18	116	3,47
<b>Amostragem</b>	<b>2.527</b>	<b>100</b>	<b>3.585</b>	<b>100</b>	<b>3.345</b>	<b>100</b>

Fonte: Q-Acadêmico

Os dados apresentados foram coletados do Q-Acadêmico. Constata-se que uma parcela significativa de nosso público possui renda relativamente baixa, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, já que apresentam renda menor que ½ salário mínimo.

Diante da situação é imprescindível a intervenção através de ações (concessão de auxílios e/ou bolsas) que possibilitem ao estudante permanecer na instituição com êxito e qualidade.

- **Indicador de gestão de pessoas: Índice de Titulação do Corpo Docente**

Este indicador mede o índice de atualização do corpo docente.

- **Método de cálculo:**

$$TCD = \frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$$

- **Definições:**

G=Graduação; A=Aperfeiçoamento; E=Especialização; M=Mestrado; D=Doutorado

A seguir, são apresentados os resultados deste indicador nos exercícios de 2015 a 2017.

Quadro 28 – Titulação do Corpo Docente 2015

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS						
Campus Aracaju						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	11	0	47	125	43	226
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	11	0	141	500	215	867
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $867 / 226 = 3,83$						
Campus Estância						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	0	4	26	1	32
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	0	12	104	5	122
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $122 / 32 = 3,81$						
Campus Glória						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	0	3	23	4	31
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	0	9	92	20	122
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $122 / 31 = 3,93$						
Campus Itabaiana						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	0	9	20	7	37
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	0	27	80	35	143
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $143 / 37 = 3,86$						
Campus Lagarto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	7	0	29	46	12	94
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	7	0	87	184	60	338
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $338 / 94 = 3,59$						
Campus Propriá						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	2	0	2	1	1	6
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	2	0	6	4	5	17
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $17 / 6 = 2,83$						
Campus São Cristóvão						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	5	0	12	48	22	87
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	5	0	36	192	110	343
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $343 / 87 = 3,94$						
Campus Tobias Barreto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	2	0	2	3	0	7
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	2	0	6	12	0	20
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $20 / 7 = 2,85$						
Índice de Titulação do Corpo Docente/IFS = $1972 / 542 = 3,63$						

Fonte: PROGEPI/IFS

Quadro 29 – Titulação do Corpo Docente 2016

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS						
Campus Aracaju						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	5	0	46	124	46	221
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	5	0	138	496	230	869
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $869 / 221 = 3,93$						
Campus Estância						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	0	2	26	3	32
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	0	6	104	15	126
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $126 / 32 = 3,94$						
Campus Glória						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	0	2	17	6	26
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	0	6	68	30	105
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $105 / 26 = 4,04$						
Campus Itabaiana						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	7	22	8	37
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	21	88	40	149
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $149 / 37 = 4,03$						
Campus Lagarto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	1	25	45	12	84
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	2	75	180	60	318
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $318 / 84 = 3,78$						
Campus Propriá						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	2	0	1	3	1	4
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	2	0	3	12	5	22
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $22 / 4 = 5,5$						
Campus São Cristóvão						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	3	0	9	41	26	79
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	3	0	27	164	130	324
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $324 / 79 = 4,10$						
Campus Tobias Barreto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	3	5	0	8
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	9	20	0	29
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = $29 / 8 = 3,62$						
Índice de Titulação do Corpo Docente/IFS = $1942 / 491 = 3,95$						

Fonte: PROGEPI/IFS

Quadro 30 – Titulação do Corpo Docente 2017

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS						
Campus Aracaju						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	6	0	38	125	49	218
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	6	0	114	500	245	865
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 865 / 218 = 3,97						
Campus Estância						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	2	0	3	27	8	40
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	2	0	9	108	40	159
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 159 / 40 = 3,97						
Campus Glória						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	0	1	14	10	26
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	0	3	56	50	110
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 110 / 26 = 4,23						
Campus Itabaiana						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	0	4	24	7	36
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	0	12	96	35	144
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 144 / 36 = 4,00						
Campus Lagarto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	0	23	47	14	85
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	0	69	181	70	321
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 321 / 85 = 3,78						
Campus Propriá						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	0	1	5	1	8
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	0	3	20	5	29
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 29 / 8 = 3,62						
Campus São Cristóvão						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	2	0	8	40	27	77
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	2	0	24	160	135	321
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 321 / 77 = 4,17						
Campus Tobias Barreto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	3	5	0	8
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	9	20	0	29
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 29 / 8 = 3,62						
Campus Nossa Senhora do Socorro						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	1	2	2	5
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	3	8	10	21
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 21 / 5 = 4,2						
Índice de Titulação do Corpo Docente/IFS = 1999 / 503 = 3,97						

O índice obtido aponta, por meio do peso multiplicado, que a média de titulação do corpo docente desta Instituição é de 3,97. Visando incrementar a titulação e a qualificação do corpo

docente para, dessa forma, elevar o padrão de qualidade dos cursos ofertados e implantar grupos de pesquisa tecnológica, a Instituição tem buscando valorizar, nos concursos públicos para provimento de cargos docentes, os títulos de mestre e doutor, ao mesmo tempo em que implementou política de estímulo à participação dos docentes em programas de mestrado e doutorado.

Além disso, para que a totalidade dos docentes eleve a titulação num curto espaço de tempo, a Instituição vem estabelecendo tratativas com instituições para implementação de grupos de Mestrado e Doutorado Interinstitucional.

Resultados positivos já estão sendo colhidos, pois comparando o exercício de 2016 ao de 2017 o índice de titulação do corpo docente aumentou na UPC.

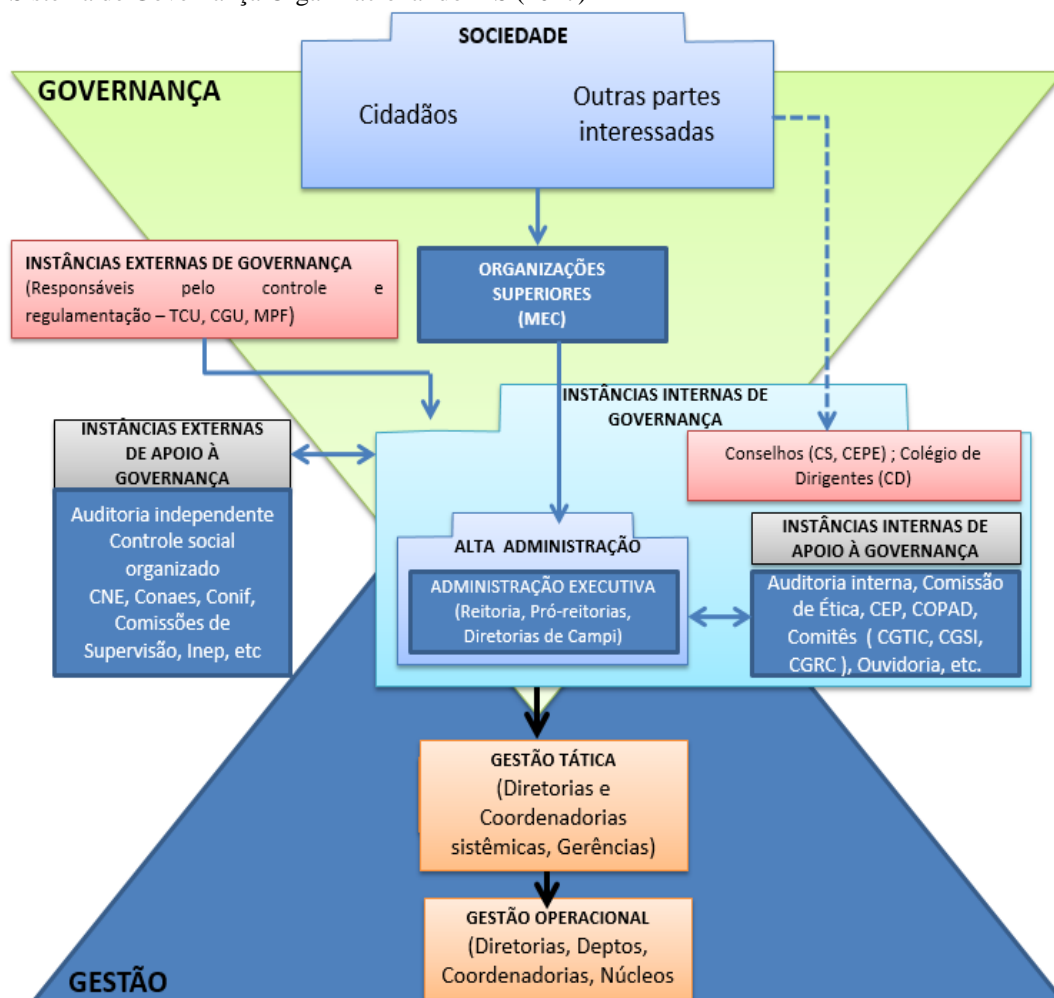
## 4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Neste capítulo demonstra-se a estrutura de governança, explicitando as atividades realizadas, os mecanismos e controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados, as atividades de correição, entre outros, que permitem identificar como o IFS é dirigido, controlado e monitorado com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse público.

### 4.1 Descrição das estruturas de governança

O sistema de governança no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS é composto por instâncias externas de governança e externas de apoio à governança, bem como instâncias internas de governança e internas de apoio à governança, além das que constituem a estrutura organizacional nos níveis de administração executiva, gestão tática e gestão operacional, conforme indica a figura 5.

Figura 5 – Sistema de Governança Organizacional do IFS (2017)



Fonte: DGR/PRODIN

#### 4.1.1 Instâncias externas de governança e de apoio à governança

As instâncias externas de governança atuam de forma independente e autônoma na fiscalização, controle e regulação da governança de diferentes órgãos. Exercem esse papel no âmbito do IFS instâncias como o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério Público Federal (MPF).

As instâncias externas de apoio à governança respondem por avaliação, auditoria e monitoramento independente, em cuja atuação podem ser identificadas oportunidades de melhoria que resultam em comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança. São exemplos de instâncias que apoiam o IFS com responsabilidades correlatas às citadas, no âmbito do sistema federal de ensino, o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e Comissões de Supervisão, conforme disposto no Decreto nº 9.235/2017.

Nesse nível apoio, identifica-se também o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). Trata-se de uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação, criada em março de 2009 a partir da extinção do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Concefet), com a instituição a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pela Lei nº 11.892/2008.

O Conif atua no desenvolvimento de estudos e projetos, de natureza interdisciplinar e interinstitucional e no incentivo ao intercâmbio de informações e experiências entre as instituições que o compõem e de igual forma com outras instituições de ensino, pesquisa e extensão, entidades culturais, científicas e tecnológicas nacionais e estrangeiras. Além disso, bem como na articulação com os diversos entes públicos e a sociedade civil organizada nas esferas federal, estadual e municipal.

#### **4.1.2 Instâncias internas de governança e de apoio à governança**

As instâncias internas de governança no IFS são as que respondem pela definição, avaliação e monitoramento das estratégias e políticas institucionais, direcionando a atuação do órgão ao atendimento do interesse público. São instâncias internas de governança no IFS:

##### **Conselho Superior (CS)**

O Conselho Superior é o órgão máximo do IFS, instituído pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, de caráter consultivo e deliberativo sobre os assuntos estratégicos da instituição. Tem em sua composição representantes dos docentes, dos discentes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal.

Em atendimento ao Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 01/2012 de 27.11.2012, assinado entre o IFS e o MPF, e ao Termo de Audiência realizada em 27.10.2015, constantes no Processo Judicial nº 0004377-92.2013.4.05.8500 (3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Sergipe), o Conselho Superior do IFS tem a seguinte composição: o Reitor, que o preside, 7 (sete) docentes e seus suplentes, 01 (um) servidor técnico-administrativo e seu suplente, 01 (um) discente e seu suplente; 01 (um) representante dos Egressos e seu suplente, 01 (um) docente e seu suplente; 01 (um) representante docente, do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e seu suplente; e 01 (um) representante e 01 (um) suplente dos Diretores Gerais de campus, eleitos por seus pares, na forma regimental.

##### **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)**

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, consubstanciado no Art.7º da Resolução nº 52/2011 do Conselho Superior e instituído pela Resolução nº 86/2014/CS/IFS, é órgão normativo e consultivo de assessoramento da Reitoria no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão do IFS para todos os níveis e modalidades de ensino.

Tem em sua composição o Pró-Reitor de Ensino, que o presidirá; o Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão; Representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aos servidores docentes; representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada ao corpo discente; um (a) pedagogo (a), representando as equipes pedagógicas dos campi; um Diretor de Desenvolvimento de Ensino,



ou equivalente, representando os gestores de ensino dos campi; e um Diretor de Pesquisa e Extensão, ou equivalente, representando os gestores de pesquisa e extensão dos campi.

### **Colégio de Dirigentes (CD)**

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, instituído pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. O órgão se reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) de seus membros.

As instâncias internas de apoio à governança por sua vez, realizam entre outras ações a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, informando à alta administração, eventuais disfunções identificadas. No IFS, são exemplos de estruturas internas de apoio à governança:

### **Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC)**

O Comitê de Governança, Riscos e Controles, órgão normativo e consultivo instituído por meio da Portaria nº 181 de 24/01/2017 (que revogou a Portaria nº 3.143/2016), é responsável por prestar assessoramento à Reitoria no que tange à adoção de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à governança, gestão de riscos e controles internos no IFS, em consonância com o disposto na Instrução Normativa nº 01/2016/MP/CGU. Por força desta, no âmbito de sua atuação, tem competência deliberativa delegada pela Resolução nº 13/2017/CS/IFS, de 15/03/2017.

É composto pelo Reitor, que o preside, Pró-Reitores, Diretores e/ou Coordenadores Sistêmicos, Diretores-Gerais dos Campi (campus Aracaju, Estância, Glória, Itabaiana, Lagarto, Propriá, São Cristóvão, Socorro e campus Tobias Barreto) e o Ouvidor do IFS.

### **Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC)**

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação é o órgão colegiado de caráter permanente, instituído pela Portaria Nº 1039/IFS de 28/04/2014, e de natureza deliberativa convalidada pela Resolução Nº 17/2017/CS/IFS de 13/03/2017, responsável pela discussão das demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), alinhada às diretrizes e aos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O CGTIC tem por competência promover a eficiência e eficácia com a aplicação de recursos, investimentos e custeio na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, por meio da adoção de uma política de acompanhamento, execução de projetos e diretrizes que envolvam padrões de integração, qualidade e segurança de informações, aquisição de equipamentos e materiais, infraestrutura e serviços destinados à Tecnologia da Informação e Comunicação.

### **Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI)**

É o órgão colegiado de caráter permanente, instituído pela Portaria Nº 1179/IFS de 13/04/2014, e de natureza deliberativa convalidada pela Resolução Nº 17/2017/CS/IFS de 13/03/2017.

### **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)**

O Comitê de Ética em Pesquisa, diretamente subordinado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, é responsável por assessorar, propor, emitir, manter, acompanhar, receber, requerer, comunicar, registrar, apresentar atividades de ética nas áreas de pesquisa e extensão.

O CEP é a instância colegiada que abrange os cursos de pós-graduação, graduação, Tecnólogos, Técnicos Subsequentes, Integrados e Proeja de assessoramento ao Colégio de Dirigentes do IFS, e tem caráter interdisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar, autônomo, normativo, consultivo, deliberativo e educativo. (RESOLUÇÃO Nº 74/2014/CS).

### **Comissão de Processos Administrativos Disciplinares (CPAD)**

A Comissão de Processos Administrativos Disciplinares é a instância interna de apoio à governança instituída para viabilizar o Sistema de Correição de que dispôs o Decreto nº. 5.480, de 30 de junho de 2005 que regulamentou dispositivos da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituiu o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

### **Comissão Interna de Supervisão (CIS)**

A Comissão Interna de Supervisão é a instância de apoio à governança de pessoas no IFS, que supervisiona o Plano de Carreira dos Cargos Técnico administrativos em Educação, respondendo pelo acompanhamento, orientação, fiscalização e avaliação da implementação do Plano de Carreira.

### **Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e Arquivos (COPAD)**

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos é órgão de caráter permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, criada pela Resolução nº 44/2015/CS/IFS, em conformidade com a Resolução nº 7 de 20 de maio de 1997 do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

O órgão é composto por um relator, um servidor representante de cada Pró-Reitoria e um servidor com formação em contabilidade do quadro de pessoal da instituição (Resolução nº 1/2016/CS/IFS), tem por finalidade promover a gestão de documentos produzidos e recebidos pelo IFS; garantir o acesso às informações contidas nos documentos, e orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no âmbito do – IFS, visando estabelecer prazos de guarda e destinação final de documentos de arquivo.

### **Comissão Própria de Avaliação (CPA)**

A instituição de CPA se encontra prevista no Art. 11 da Lei nº 10.861/2004, sendo de natureza autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados do órgão. No IFS, é a instância responsável pela condução do processo de auto-avaliação institucional e da sistematização e prestação das informações decorrentes da Avaliação Nacional da Educação Superior.

A comissão tem por competências avaliar de forma global e integrada as dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais; garantir publicização de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos, bem como oportunizar a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo e sociedade civil organizada no processo de auto-avaliação institucional.

### **Ouvidoria**

A Ouvidoria, atualmente exercida por servidor nomeado pelo Reitor por meio da Portaria 2.486 de 08/09/2015, é a instância de apoio à governança que tem por finalidade dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, reclamações, informações, elogios, solicitações e sugestões referentes aos serviços prestados pela Instituição. Em função das finalidades de sua atuação e em observância à Instrução Normativa nº 01/2016/MP/CGU que instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controles, o Ouvidor do IFS compõe o referido Comitê.

### **Unidade de Auditoria Interna (AUDINT)**

A Unidade de Auditoria Interna do IFS, instituída em consonância com o Decreto nº 3.591/2000, é órgão sistêmico subordinado funcionalmente ao Conselho Superior, conforme disposto no § 3º do art. 15 do referido Decreto e no item 8 do Capítulo X da Instrução Normativa nº 01/2001 Secretaria Federal de Controle Interno, e vinculado administrativamente à Reitoria.

A missão da unidade consiste em assessorar a alta administração, adotando uma abordagem independente, sistemática e disciplinada avaliando os processos de controle, gerenciamento de riscos e governança corporativa, buscando adicionar valor à gestão. Suas finalidades e objetivos, organização, prerrogativas, competências e atribuições específicas se encontram definidos no Regimento Geral do setor, aprovado pela Resolução nº 29/2015/CS/IFS.

### 4.1.3 Outras Instâncias de governança

De acordo com o TCU (2014) são estruturas que também contribuem para a boa governança da organização: a administração executiva, a gestão tática e a gestão operacional.

#### 4.1.3.1 Administração executiva

Compreende as estruturas que respondem por avaliar, direcionar e monitorar, internamente, o órgão. Atuam nesse nível a autoridade máxima da organização e os dirigentes superiores (gestores de nível estratégico e administradores executivos diretamente ligados à autoridade máxima), estabelecendo políticas e objetivos e provendo direcionamento para a instituição. Nesse sentido, no IFS, integram a gestão e a administração executiva: a Reitoria, as Pró-reitorias e os Diretorias-Gerais de Campi.

No IFS, integram a administração executiva as seguintes instâncias:

- **Reitoria:** É o órgão executivo do Instituto Federal de Sergipe, cabendo-lhe o planejamento, a administração, a coordenação, a avaliação e a supervisão de todas as atividades da Autarquia. A unidade executiva em nível de Reitoria é a Diretoria Executiva (DEXEC), sendo o órgão de apoio em questões técnico-administrativas.
- **Pró-reitorias:** órgãos executivos de apoio à Reitoria com funções de supervisão e coordenação das áreas de sua competência, cabendo aos respectivos Pró-Reitores exercê-las por delegação do Reitor, decorrente do ato de designação. No âmbito de atuação das pró-reitorias as boas práticas de governança são também viabilizadas por meio de comissões e/ou grupos de trabalhos multidisciplinares constituídos com finalidades específicas.

As Pró-reitorias se encontram constituídas sob as seguintes denominações: Pró-reitoria de Administração (PROAD), Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN); Pró-reitoria de Ensino (PROEN); Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) e Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX), com atribuições e forma de atuação a seguir indicadas:

#### a) Pró-reitoria de Administração:

É o órgão executivo que planeja, organiza, coordena, acompanha e avalia as atividades e políticas de administração, envolvendo a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contratual do IFS.

#### b) Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional:

É o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de desenvolvimento institucional. Tem por objetivo fortalecer a identidade institucional, dotar a instituição de instrumentos de planejamento, contribuir para a melhoria e à inovação da gestão do IFS.

#### c) Pró-reitoria de Ensino:

É o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta, acompanha e avalia as atividades e políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão.

#### d) Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão:

É o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta, acompanha e avalia as atividades e políticas de pesquisa, pós-graduação, extensão, inovação tecnológica, relações com a sociedade e interação com o processo produtivo, articuladas ao ensino.

#### e) Pró-reitoria de Gestão de Pessoas:

É o órgão responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar projetos e atividades relacionados à seleção, admissão, acompanhamento e desenvolvimento dos servidores.

- **Diretorias-Gerais de campi:**

São administrações executivas, nomeadas de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº 11.892/2008 e regulamentação dada pelo Decreto nº 6.986 de 20/10/2009, responsáveis por desenvolver o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica segundo as diretrizes, regulamentações e normas homologadas e estabelecidas pelo Conselho Superior e pela Reitoria.

#### **4.1.3.2 Gestão tática**

É a responsável por coordenar a gestão operacional em áreas específicas, assim, seus dirigentes integram o nível tático de decisão. Nesse sentido, no IFS, compõem a gestão tática as diretorias e coordenadorias sistêmicas, subordinadas diretamente ao Reitor ou a respectiva Diretoria Executiva. Além dessas, integram a gestão tática as gerências vinculadas às Pró-reitorias e às Diretorias de Campi.

As Diretorias Sistêmicas, dirigidas por diretores nomeados pelo Reitor, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação: Diretoria de Assuntos Estudantis (DIAE), Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), a Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB), Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos (DIPOP). Ainda em nível decisão tática, atuam também a Coordenação Geral de Protocolos e Arquivos (CGPA) e a Coordenadoria de Comunicação Social (CCOM), com atribuições a seguir indicadas.

##### **a) Diretoria de Assuntos Estudantis:**

Diretamente subordinada ao Reitor, é o órgão responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades relacionados às demandas sociais e acadêmicas dos estudantes.

##### **b) Diretoria de Tecnologia da Informação:**

Diretamente subordinada ao Reitor, é o órgão responsável por planejar, supervisionar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades relacionados às demandas de Tecnologia da Informação.

##### **c) Diretoria Geral de Bibliotecas:**

Diretamente subordinada ao Reitor, é o órgão responsável por planejar, supervisionar, coordenar, executar, controlar, acompanhar e avaliar as atividades e políticas relacionadas à aquisição, tratamento e disseminação dos recursos informacionais a serem disponibilizados nas bibliotecas do IFS.

##### **d) Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos:**

Diretamente subordinada ao Reitor, é o órgão responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades relacionados às demandas de infra-estrutura.

##### **e) Coordenadoria de Comunicação e Eventos:**

Diretamente subordinada à Diretoria Executiva, é responsável por planejar, supervisionar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar as atividades e políticas relacionadas à comunicação social e eventos.

##### **f) Coordenadoria Geral de Protocolo e Arquivo:**

Diretamente subordinada à Diretoria Executiva, é responsável pelo planejamento, organização e direção sistêmicas das atividades de protocolo, da gestão documental e da proteção especial a documentos de arquivos com valor histórico, probatório e informativo.

### 4.1.3.3 Gestão operacional

É a responsável pela execução de processos finalísticos e de apoio, cujos gestores ocupam cargos ou funções em nível operacional. No IFS, atuam nesse nível, as instâncias de execução que compõem a estrutura organizacional da Diretoria Executiva e a estrutura das Pró-reitorias, Diretorias de Campi e Diretorias e Coordenadorias Sistêmicas, conforme o caso, a exemplo das Diretorias de Administração, Departamentos, Coordenadorias e Núcleos.

## 4.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A Unidade de Auditoria Interna do IFS é órgão sistêmico, subordinada funcionalmente ao Conselho Superior do IFS e vinculada administrativamente à Reitoria. Tem como finalidades básicas, fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle e prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, bem como desenvolver ações preventivas para a garantia da legalidade, da moralidade e da probidade dos atos da administração do Instituto. Sua atuação é regida pelas normas constantes no Regime Interno da Auditoria Interna, aprovado pela Resolução nº 29/2015 - Conselho Superior, de 27 de fevereiro de 2015.

No que se refere às informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna, seguem os tópicos com os dados relativos a cada tema:

**a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna. Se o estatuto ou normas estiverem disponíveis na Internet, basta indicar o caminho para acesso. Se não estiverem disponíveis, as normas ou estatuto devem ser inseridas no anexo do relatório de gestão**

A atuação da Auditoria Interna é regulamentada pelo Regimento Interno da Auditoria, aprovado pela Resolução nº 29/2015 - Conselho Superior, de 27 de fevereiro de 2015, disponível em: <http://www.ifs.edu.br/audint>.

Além deste, o Estatuto do IFS, na seção IV, Capítulo II, Título II traz o registro da definição e forma de funcionamento da Auditoria Interna, disponível em: [http://www.ifs.edu.br/antigo/images/reitoria/2013/conselho\\_superior/estatuto/ESTATUTO\\_atualizado\\_conforme\\_Termo\\_de\\_Audi%C3%A0ncia.pdf](http://www.ifs.edu.br/antigo/images/reitoria/2013/conselho_superior/estatuto/ESTATUTO_atualizado_conforme_Termo_de_Audi%C3%A0ncia.pdf).

**b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interna no setor público), que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC**

A aprovação do Regimento Interno da Auditoria que, dentre outras coisas, estabeleceu formalmente as responsabilidades da auditoria interna e contribuiu sobremaneira para a independência e objetividade nos trabalhos. Neste ponto, o referido regimento garante a independência e objetividade na medida em que:

- Subordina funcionalmente a Auditoria ao Conselho Superior – órgão máximo do IFS (Art. 5º);
- Garante que a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do Chefe da unidade de Auditoria Interna seja sempre submetida à aprovação do Conselho Superior, garantindo assim que as auditorias sejam realizadas de forma mais independente (Art. 9º);
- Assegura aos membros da unidade de Auditoria Interna, quando no exercício das atribuições inerentes às atividades de auditoria, o acesso irrestrito aos ambientes organizacionais, registros de pessoal, informações, sistemas, títulos, documentos, valores e processos (Art. 14);
- Assegura ao Chefe da Auditoria o livre acesso aos órgãos colegiados do IFS (Art. 18);

- Elenca como atribuições da Chefia da Auditoria a possibilidade de informar ao Gestor e ao Conselho Superior, quando for o caso, situações que configurem prejuízo à independência, à imparcialidade ou denotem conflitos de interesses dos membros da unidade da Auditoria Interna, quando da realização de trabalhos de auditoria (Art. 20, V);
- Veda aos auditores internos, dentre outras coisas, a realização de atividades que possam caracterizar participação nos atos de gestão, respeitando assim o princípio da segregação de funções, garantindo a independência nos trabalhos da auditoria (Art. 31, IV);
- Traz como procedimentos éticos que a conduta dos servidores da unidade de Auditoria deve manter uma atitude de independência que assegure a imparcialidade de seu julgamento, nas fases de planejamento, execução e emissão de sua opinião, assim como nos demais aspectos relacionados com sua atividade profissional (Art. 30, II);

**c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver**

Nos termos do Art. 8º do Regimento Interno da Auditoria Interna do IFS “a Auditoria Interna funcionará de forma sistêmica, com servidores atuando na Reitoria e nos campi.”

Os trabalhos desenvolvidos pela Audint para atendimento das ações do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2017, no decorrer do exercício, foram realizados de forma centralizada.

Ressalte-se que, a Reitoria do Instituto, acatando pleito da Chefia da Auditoria, autorizou o exercício provisório das auditoras lotadas nos Campi Nossa Senhora da Glória e Itabaiana, na Audint/Reitoria, de forma centralizada, até o final de 2017 e quanto às auditoras lotadas em Lagarto e Estância, que estavam designadas para funções gratificadas na Audint/Reitoria.

Deve-se frisar que a centralização da equipe contribuiu de forma relevante para o aprimoramento dos trabalhos, trazendo mais agilidade, eficácia e eficiência à equipe.

Por fim, registramos que mesmo sem auditores lotados em todos os Campi, mais uma vez durante o exercício, a equipe sistêmica da auditoria realizou os trabalhos em todo o Instituto.

**d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC)**

**Quanto à estrutura física,** a sede provisória da Auditoria, durante todo o exercício de 2017, permaneceu localizada na Rua Francisco Portugal, nº 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, (Prédio alugado pelo IFS para funcionamento do Pronatec, além de outros setores administrativos da Reitoria), em vista das reformas da nova sede da Reitoria e do campus Aracaju, ainda não concluídas. Desta forma, na nova sede administrativa, em construção, prevêm-se melhorias das instalações físicas ocupadas pela auditoria interna, com a estrutura adequada para a realização de suas atividades.

**Quanto à estrutura organizacional,** conforme art. 7º do seu Regimento Interno, a Auditoria Interna é composta pela Chefia da Auditoria, três coordenadorias (de Administração e Planejamento, de Execução das Ações de Controle e de Acompanhamento das Ações de Controle), Equipe Técnica e Equipe de Apoio.

Cumprir registrar, que embora prevista na estrutura organizacional do regimento interno do setor, no exercício 2017 a Auditoria Interna não contou com a Equipe de Apoio, conforme preconiza o art. 12 de seu regimento, sendo suas atribuições abarcadas pelos demais membros (equipe técnica, coordenadores e chefia) da equipe, fechando o exercício 2017 de acordo com o quadro 31:

Quadro 31 – Estrutura Organizacional da Audint

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	SERVIDOR	LOTAÇÃO/ ATUAÇÃO	CARGO	FORMAÇÃO
Chefia da Auditoria	Giulliano Santana Silva do Amaral	Reitoria/ Reitoria	Auditor	Direito e Administração
Coordenadoria de Administração e Planejamento	Helanne Cristianne da Cunha Pontes <sup>1</sup>	Estância/ Reitoria	Auditor	Ciências Contábeis
Coordenadoria de Execução das Ações de Controle	Rosângela de Moraes Estevam <sup>2</sup>	Itabaiana/ Reitoria	Auditor	Direito e Ciências Sociais
Coordenadoria de Acompanhamento das Ações de Controle	William de Jesus Santos	Reitoria/ Reitoria	Auditor	Direito
Equipe Técnica	Wenia Ventura de Farias Caldas	Glória/ Reitoria	Auditor	Direito
Equipe Técnica	Raquel da Silva Oliveira Estácio	Lagarto/ Reitoria	Auditor	Ciências Contábeis
Equipe de Apoio	-	-	-	-

Fonte: AUDINT

**Quanto à escolha do titular,** conforme está estabelecido no art. 9º do Regimento Interno da auditoria, a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do Chefe da unidade de Auditoria Interna deverá ser submetida à aprovação do Conselho Superior, sendo posteriormente encaminhada à aprovação da Controladoria Geral da União - CGU, conforme § 5º do art. 15 do Decreto nº 3.591 de 06 de setembro de 2000. Estabelece, ainda, o Regimento Interno que a função de Chefe da Auditoria será ocupada por um servidor do quadro institucional ocupante do cargo efetivo de Auditor estável, facultado, quando da ausência, renúncia expressa ou indisponibilidade deste, que a indicação recaia sobre servidor estável ocupante de cargo de nível superior, compatível com os requisitos de ingresso para o cargo de Auditor, além dos requisitos constantes nos arts. 1º ao 4º da Portaria da CGU nº 915, de 29 de abril de 2014.

**Quanto ao posicionamento,** a Unidade de Auditoria Interna do IFS é órgão sistêmico, subordinada funcionalmente ao Conselho Superior, órgão máximo do IFS, de caráter consultivo e deliberativo, e vinculada administrativamente à Reitoria, conforme art. 5º do Regimento Interno da Auditoria e alínea “a”, inciso I do art. 7º do Estatuto do IFS.

**e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações**

As recomendações decorrentes das constatações de auditoria interna em cada ação de controle realizada são consolidadas no Relatório de Auditoria respectivo. Ao término dos trabalhos, o referido documento é encaminhado, via memorando (enumerados no quadro a seguir), em meio digital, à autoridade superior do IFS (membros do Conselho Superior – órgão máximo do IFS) e aos dirigentes máximos das unidades gestoras auditadas, bem como à CGU, a fim de que a gestão apresente as providências adotadas ao cumprimento de cada recomendação e a Controladoria tenha conhecimento dos trabalhos realizados pela Audint, mormente quanto ao seu plano anual de trabalho.

No quadro a seguir são apresentados os Relatórios e as Notas de Auditoria que foram executados pela Auditoria Interna no exercício 2017 e que resultaram em recomendações à gestão:

<sup>1</sup> Em 17 de novembro, a auditora Helanne Cristianne da Cunha Pontes foi designada para a função de Coordenadoria de Administração e Planejamento – CAP da Auditoria Interna (Portaria nº 3500/2017), função anteriormente ocupada por Raquel da Silva Oliveira Estácio.

<sup>2</sup> Em 17 de novembro, a auditora Rosângela de Moraes Estevam foi designada para a função de Coordenadoria de Execução das Ações de Controle - CEA da Auditoria Interna (Portaria nº 3501/2017), função anteriormente ocupada por Helanne Cristianne da Cunha Pontes.

Quadro 32 – Relatórios e as Notas de Auditoria da Audint

<b>Relatório/ Nota</b>	<b>Assunto</b>	<b>Documento formal de envio e ciência à Alta Administração</b>
<b>01/2017</b>	Processos de Dispensa de Licitação	Memorando nº 032/2017/AUDINT/IFS
<b>02/2017</b>	Processos de Devolução ao Erário – Licenças e Afastamentos	Memorando nº 047/2017/AUDINT/IFS
<b>03/2017</b>	Concessão de Incentivo à Qualificação (IQ) e Retribuição por Titulação (RT)	Memorando nº 069/2017/AUDINT/IFS
<b>04/2017</b>	Avaliação dos Controles Internos Administrativos adotados nos processos de Concessão de Incentivo à Qualificação (IQ) e Retribuição por Titulação (RT)	Memorando nº 074/2017/AUDINT/IFS
<b>05/2017</b>	Avaliação dos Projetos de Pesquisa e Extensão	Memorando nº 112/2017/AUDINT/IFS
<b>06/2017</b>	Avaliação dos Controles Internos Administrativos (ACIA) adotados na Propex	Memorando nº 113/2017/AUDINT/IFS
<b>07/2017</b>	Contratação de Serviço de Outsourcing de Impressão	Memorando nº 116/2017/AUDINT/IFS
<b>08/2017</b>	Atos de Admissão de Pessoal e Concessão de Aposentadoria e Pensão	Memorando nº 134/2017/AUDINT/IFS
<b>09/2017</b>	Avaliação dos Processos de Contratação Temporária para Professor Substituto e Concessão de Adicional de Insalubridade e Periculosidade	Memorando nº 143/2017/AUDINT/IFS
<b>10/2017</b>	Carga Horária dos Servidores Bolsistas do Pronatec	Memorando nº 001/2018/AUDINT/IFS
<b>11/2017</b>	Controles da execução das Atividades dos Servidores do Pronatec	Memorando nº 002/2018/AUDINT/IFS

Fonte: AUDINT

Dessa forma, acontece a certificação de que a alta gestão tomou conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna.

Quanto à aceitação dos riscos pela não implementação das recomendações, a gestão é orientada a assumi-los, baseada em pareceres e/ou outros documentos que sustentem a divergência do seu entendimento sobre as circunstâncias fáticas, situação em que a Auditoria Interna procede à baixa das respectivas recomendações, não mais fazendo constar nos monitoramentos posteriores.

**f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência**

Em regra, o resultado das ações de controle realizadas pela Audint tem sido levado ao conhecimento do Conselho Superior (órgão máximo do Instituto), da gestão das unidades gestoras – Reitor e Diretores Gerais de Campus – bem como das Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e setores objeto da ação, por meio dos relatórios de auditoria. Os referidos documentos fornecem dados para a tomada de decisões, adoção das providências que julgarem pertinentes, bem como para correção das inconsistências detectadas.

Ainda, durante o exercício 2017 foram emitidos os Relatórios Mensais de Monitoramento para comunicar a alta gestão o resultado dos monitoramentos das recomendações realizados pela equipe da Auditoria Interna. Nesse relatório também encontram-se consignadas informações sobre as recomendações que foram monitoradas pelo TCU e CGU durante o mês a que se refere o relatório de monitoramento.

Ressalta-se que, além de encaminhar o Relatório Mensal de Monitoramento por meio eletrônico, as informações desse relatório são apresentadas em reunião presencial ao Presidente do Conselho Superior pelo Chefe da Auditoria Interna e, quando possível, por um auditor que realizou o monitoramento do maior número de recomendações a apresentar no mês a que se refere o relatório.

Além disso, normalmente o teor do documento alerta para os riscos decorrentes da inobservância às normas, leis, procedimentos, com base em posicionamentos do órgão de controle



interno (CGU) e jurisprudência do órgão de controle externo (TCU), similar ao evidenciado, e que são registradas no conteúdo das constatações.

**g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes**

O regimento prevê o funcionamento da Auditoria Interna de forma sistêmica, com servidores atuando na Reitoria e nos campi, sendo facultada à Reitoria a implantação de estruturas nos campi, considerando as particularidades quanto à localização geográfica em relação à Reitoria, com número suficiente de servidores para atender às suas finalidades.

Ressalta-se que durante o exercício 2017, embora houvessem duas auditoras lotadas nos campi Itabaiana e Nossa Senhora da Glória, o gestor máximo do instituto, acatando pleito da auditoria, autorizou o exercício provisório na Audint/Reitoria de forma centralizada, contribuindo de forma positiva e relevante para o aprimoramento dos trabalhos, trazendo mais agilidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade às atividades desenvolvidas pela equipe.

No tocante ao reposicionamento na estrutura da entidade cabe informar que permanece inalterada, ou seja, desde 2015 a Auditoria Interna encontra-se subordinada funcionalmente ao Conselho Superior do IFS, nos termos do art. 5º do Regimento Interno da Auditoria.

#### **4.2.1 Sobreposição de carga horária – Pronatec**

Em atendimento à determinação do item 9.3 do Acórdão 1006/2016 – TCU – Plenário, a Audint inseriu, no seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício de 2017, a ação nº 3.3 na ÁREA 03 – GESTÃO OPERACIONAL /FINALÍSTICA, com o objetivo de verificar a existência de sobreposição de carga horária de servidores do IFS que atuavam no Pronatec, cuja ação foi deflagrada por meio do Memorando Eletrônico nº 130/2017/AUDINT, em 10/11/2017 e os trabalhos foram realizados por três auditores e perduraram até 18/12/2017, totalizando 230 horas, junto aos responsáveis pelo Pronatec em 2016, bem como à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGE, no intuito de verificar a existência de sobreposição de carga horária de servidores do IFS que atuaram no referido Programa durante o exercício 2016.

Ressalta-se que as atividades administrativas da Coordenação do Pronatec do IFS foram declaradas extintas a partir de 28/06/2017, por meio da Portaria nº 1672, de 12/07/2017. Tal Portaria também encarregou servidores para compor uma equipe responsável por executar tarefas administrativas, patrimoniais, contábeis e financeiras necessárias ao encerramento das atividades da Coordenação do Pronatec, com prazo determinado para a conclusão de todos os trabalhos, que após três prorrogações, foi estabelecido em 11/02/2018, conforme portarias nº 2753, 3008 e 3833 de 2017.

Em face dos exames realizados, a equipe de auditoria concluiu que há evidências de sobreposição entre a carga horária regular de docentes do IFS e suas cargas horárias de atuação como bolsistas no âmbito do Pronatec, quando foram identificados que 7 docentes de uma amostra de 14 conflitaram suas jornadas no IFS e no Pronatec, perfazendo um total de 50%, conforme Relatório de Auditoria nº 011/2017/AUDINT finalizado em 21/12/2017 e comunicado aos interessados por meio do Memorando Eletrônico nº 149/2017.

Visto que as atividades do Pronatec do IFS foram declaradas extintas a partir de 28/06/2017, data anterior à conclusão deste Relatório de Auditoria, não seria adequado recomendar o fortalecimento dos controles internos do Programa. Assim, restou à Audint recomendar a apuração dos casos de sobreposição de jornada identificados, respeitando o contraditório e a ampla defesa, e caso confirmadas as sobreposições, providenciando junto aos servidores o devido ressarcimento ao erário dos recursos percebidos indevidamente.

### 4.3 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

No tocante ao Sistema de Correição o Decreto nº. 5.480, de 30 de junho de 2005, regulamentou dispositivos da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, e instituiu o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O mesmo dispositivo também instituiu as Corregedorias–Seccionais, que exercem suas atribuições em um órgão ou entidade da Administração Pública Federal e estão subordinadas às Corregedorias – Setoriais.

No âmbito do IFS, através da Portaria /IFS nº 0287, de 03 de fevereiro de 2012, foi criada a Coordenadoria de Comissão de Processos Administrativos Disciplinares (CPAD), que vincula-se administrativamente à Reitoria, possuindo as seguintes atribuições:

- Orientar os trabalhos de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, quando solicitado pelos presidentes das Comissões;
- Elaborar modelos de expedientes utilizados nas comissões;
- Sugerir ao Reitor membros para compor a comissão de inquérito de Processo Administrativo Disciplinar
- Acompanhar e cobrar das comissões processantes o cumprimento dos prazos processuais;
- Dar parecer técnico sobre os atos formais dos processos antes do julgamento, de acordo com solicitação do Reitor;
- Encaminhar os processos administrativos disciplinares e sindicâncias, em até 30 (trinta) dias a partir do ato instaurador, para que o Coordenador-Adjunto do Sistema CGU-PAD realize o cadastro e posterior baixa dos processos administrativos no Sistema;
- Outras atribuições que estejam inerentes ao direito disciplinar.

O IFS está em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União, tendo em vista que fora nomeado Coordenador-adjunto do sistema CGU-PAD, através da Portaria nº 179, de 22/01/2009 – CGU, e o cadastramento dos processos disciplinares ocorreram tempestivamente.

Em 2017, foram instaurados 30 processos e julgados 8 processos, conforme os quadros 33 e 34, a seguir:

Quadro 33 – Quantitativo de Procedimentos Disciplinares instaurados

ANO	SINDICÂNCIA	PAD	RITO SUMÁRIO	TOTAL
2016	13	1	0	14
2017	27	3	0	30

Fonte: CGU-PAD/CPAD

Quadro 34 – Quantitativo de Procedimentos Disciplinares julgados

ANO	SINDICÂNCIA	PAD	RITO SUMÁRIO	TOTAL
2016	15	4	0	19
2017	4	4	0	8

Fonte: CGU-PAD/CPAD

### 4.4 Gestão de riscos e controles internos

A instância de governança interna que responde pelo assessoramento à Reitoria nas iniciativas para a sistematização de práticas relacionadas à governança, gestão de riscos e controles internos no IFS, em consonância com o disposto na Instrução Normativa nº 01/2016/MP/CGU é o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), órgão de natureza normativa e consultiva institucionalizado por meio da Portaria nº 181/IFS/REI, de 24/01/2017, com competência deliberativa delegada pela Resolução nº 13/2017/CS/IFS, de 15/03/2017.

O CGRC é integrado por representantes de nível estratégico do IFS e tem suas competências previstas na Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão (PGRC), aprovada pela Deliberação nº 01/IFS/DGRC, de 31/01/2017, cujo documento resultou do aprimoramento de versões anteriores da política.

A atuação do comitê no exercício de 2017 foi subsidiada por grupos de trabalho formados por servidores da área de apoio e da área finalística do IFS, constituídos, respectivamente, pelas portarias nº 1.533 e nº 1534, ambas de 21/06/2017.

Coordenados pelo Departamento de Gestão de Riscos (DGR), setor da estrutura organizacional da PRODIN, os grupos de trabalho promoveram suporte ao processo decisório do Comitê, que resultou na institucionalização de instrumentos norteadores à implementação da gestão de riscos e controles internos no IFS.

O demonstrativo das deliberações do colegiado em 2017 está disposto na tabela 4:

Tabela 4 – Deliberações CGRC 2017

Número/Ano	Ementa
01/2017	Aprova a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão do Instituto Federal de Sergipe
02/2017	Aprova o Método de Priorização de Processo em subsídio ao levantamento e gerenciamento dos riscos e controles da gestão do Instituto Federal de Sergipe
03/2017	Aprova as naturezas de riscos e respectivas categorias de riscos, em subsídio ao gerenciamento dos riscos e controles da gestão do Instituto Federal de Sergipe
04/2017	Aprova a Matriz de Riscos em subsídio ao gerenciamento dos riscos e controles da gestão do Instituto Federal de Sergipe
05/2017	Aprova Piloto na Gestão de Contratações para implementação da metodologia de gestão de riscos e controles do Instituto Federal de Sergipe

Fonte: DGR/PRODIN

Concomitante às iniciativas estratégicas para a definição dos instrumentos, foram promovidas atividades em nível tático-operacional para mobilização e sensibilização de diversas unidades estratégicas e áreas de gestão específicas para a promoção do processo de implementação da gestão de riscos e controles da gestão.

Nas formas de palestras, oficinas e minicurso, as iniciativas foram desenvolvidas buscando realizar um alinhamento entre três grandes operações: revisão do planejamento estratégico, elaboração do Plano de Contratação no IFS e boas práticas de gestão, estas últimas contempladas no Levantamento Integrado de Governança – ciclo 2017, conduzido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme a tabela 5:

Tabela 5 – Iniciativas para mobilização e sensibilização à implementação da gestão de riscos e controles internos

Nº	Descrição da Iniciativa	Unidades/ Setores contemplados	Promotores Parceiros	Nº de Servidores Capacitados
1	Palestra: Alinhamento dos direcionamentos estratégicos para a implementação da gestão de riscos no IFS.	DTI	IFS/DGR/COPLAN	8
2		CCOM		7
3		DIPOP		8
4		DIAE		5
5		PROPEX		5
6		PROEN		9
7		PROGEP		7
8		PROAD		13
9		DGB		5
10		PRONATEC		2
11		CGPA		9
12		PRODIN		9
13		Campus Socorro		10

14	Palestra: Sensibilização a boas práticas do Levantamento Integrado de Governança Institucional – Ciclo 2017, correlatas à atuação da CE	Comissão de Ética	IFS/DGR	7
15	I Ciclo de Oficinas de Planejamento e Gestão de Riscos no IFS	Reitoria/Campi	CGU e IFS/DGR/COPLAN	55
16	I Oficina de Planejamento de TI: Gestão de Riscos em Contratação na TI	Reitoria/Campi	IFS/DTI/DGR/COPLAN	32
17	I Oficina de Planejamento Estratégico e Mapeamento de Riscos	Campus Itabaiana	IFS/DGR/COPLAN	16
18	Oficinas de Planejamento e Gestão de Riscos no I Workshop de Planejamento	Campus Socorro	IFS/DGR/COPLAN	23
19	Minicurso: Alinhamento sobre a elaboração de plano de contratação e de mapa de riscos em contratação de serviços (IN 05/2017/MP)	Reitoria/Campi	DGR/DPG	30
<b>TOTAL</b>				<b>260</b>

Fonte: DGR (2017)

As 19 atividades de mobilização e sensibilização descritas na tabela 5 alcançaram 260 servidores, considerando nesse cômputo os que participaram em modalidades diversas. Ainda em paralelo às ações destacadas, com a publicação da Instrução Normativa nº 05/2017/MP em 26 de maio de 2017, diante da necessidade de realinhar estruturas, processos, procedimentos e práticas em contratação, foi iniciado projeto piloto em gestão de contratação no IFS.

O projeto, em andamento, tem por objetivo estimular o gerenciamento de riscos e controles internos da gestão na operacionalização da referida instrução. Nesse sentido, ressaltam-se, entre outros aspectos, a obediência às leis e regulamentos que regem a contratação de serviços no IFS e a busca pela eficiência e eficácia dos processos em relação aos objetivos traçados, observando as fases de implementação propostas na deliberação nº 05/2017/DGRC/IFS.

Vinculadas ao objetivo estratégico de aperfeiçoar processos e procedimentos institucionais na área de atuação da PRODIN, em especial às ações estratégicas e tático-operacionais, foram promovidas as primeiras iniciativas de implementação da gestão de riscos no IFS, permitindo o alcance de metas definidas pelo Departamento de Gestão de Riscos e Controles Internos, no âmbito de suas competências.

## 5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Este capítulo retrata como a gestão desenvolveu-se na UPC em 2017, tendo em vista fatores como pessoas, patrimônio, infraestrutura, frota de veículos, imóveis, obras, serviços de engenharia, Tecnologia da Informação, meio ambiente e sustentabilidade.

Acrescentou-se nos **anexos 1 e 2** outras duas áreas consideradas especiais pela gestão do IFS, que não estão incluídas nas solicitações emanadas pelos documentos que norteiam a ementa deste relatório, a saber: **Bibliotecas e Protocolo e Arquivo**. A importância desses setores recai em serem considerados estratégicos institucionalmente.

### 5.1. Gestão de Pessoas

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP é o setor que coordena as políticas e os programas de ingresso, capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores do Instituto Federal de Sergipe.

O levantamento de necessidades de contratação de pessoal é efetuado diretamente com os Diretores dos Campi, Diretores Sistêmicos e Pró-Reitores, uma vez que estes é que podem definir fielmente a necessidade real de suas unidades, observando-se, sempre que possível, os indicadores de metas estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Os procedimentos de verificação de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, bem como de infração ao regime de Dedicação Exclusiva se dão no cruzamento dos bancos de dados do Ministério do Trabalho e Emprego solicitando informações da RAIS do ano-base correspondente.

O IFS, detectando indícios de acumulação indevida de cargos ou infração ao Regime de Dedicação Exclusiva nos termos da Lei nº 8.112/90, deverá proceder a instauração de procedimento administrativo de rito sumário para apuração do ilícito, garantindo a ampla defesa e o contraditório.

Não se aplica a terceirização irregular de cargos no âmbito da UPC, uma vez que só há contratação de pessoal terceirizado nas áreas em que os cargos foram extintos ou estejam em extinção, como vigilância, limpeza e conservação e serviços de apoio administrativo, a exemplo de vigilância e recepção.

A unidade possui plano de gestão de pessoas, com objetivos, metas e indicadores gerenciais, que são acompanhados por dois softwares, o GEPLANES, para a gestão estratégica, que é utilizado na fase de elaboração do planejamento estratégico, na execução, acompanhamento e gestão das metas e indicadores traçados, disponível em: [https://geplanes.ifs.edu.br:8443/geplanes\\_bsc/sgm/Index/e](https://geplanes.ifs.edu.br:8443/geplanes_bsc/sgm/Index/e) o SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, disponível em: <http://sigrh.ifs.edu.br/sigrh/public/home.jsf>.

#### 5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

A força de trabalho da UPC é demonstrada através do quadro 35. Registra-se que houve um ingresso de 137 novos servidores durante o ano de 2017, com 69 egressos no mesmo exercício.

Quadro 35 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>1558</b>	<b>1153</b>	<b>98</b>	<b>31</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1558	1153	98	31
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1548	1143	97	26
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	02	02	00	00

1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	05	05	01	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	03	03	00	05
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>164</b>	<b>44</b>	<b>39</b>	<b>38</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>07</b>	<b>03</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>1729</b>	<b>1200</b>	<b>137</b>	<b>69</b>

Fonte: PROGEP

Os servidores do IFS estão lotados conforme o quadro 36. Na área fim registra-se um total de 552 servidores, ao passo que na área meio o IFS possui 650 servidores.

Quadro 36 – Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>647</b>	<b>508</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	647	508
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	642	503
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	02	00
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	01	04
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	02	01
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>00</b>	<b>44</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>03</b>	<b>00</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>650</b>	<b>552</b>

Fonte: PROGEP

A estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas pode ser visualizada no quadro 37. Em relação às funções gratificadas registra-se um total de 236 lotações, ao passo que em cargos de comissão efetivamente verifica-se o quantitativo de 73 servidores listados com tal atribuição.

Quadro 37 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>75</b>	<b>72</b>	<b>25</b>	<b>15</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	75	72	25	15
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	69	66	25	15
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	02	02	00	00
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	01	01	00	00
1.2.4. Sem Vínculo	02	02	00	00
1.2.5. Aposentados	01	01	00	00
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>328</b>	<b>251</b>	<b>134</b>	<b>90</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	326	249	134	90
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	02	02	00	00
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>403</b>	<b>323</b>	<b>159</b>	<b>105</b>

Fonte: PROGEP

O quadro de pessoal no IFS teve um acréscimo no ano de 2017, permitindo um melhor atendimento às demandas institucionais, às demandas de cada Campus e, conseqüentemente, maior efetividade nestes.

Uma maior quantidade de servidores na área-meio não significa que a UPC esteja fugindo da principal finalidade do Instituto qual seja, o ensino. Ao contrário, a distribuição atual entre cargos da área fim e área meio está adequada para a instituição, trazendo um melhor resultado.

O quadro de cargos em comissão e funções gratificadas teve também um discreto acréscimo, permitindo uma maior coordenação das áreas e resultados mais efetivos.

Os impactos decorrentes da aposentadoria não foram relevantes, já que no exercício de 2017 dentre os 31 servidores que egressaram, foram concedidas 11 aposentadorias que se compensou com as nomeações efetuadas no mesmo exercício.

Atualmente, a maior dificuldade é a fixação dos servidores em determinados campi do interior do estado, onde a infraestrutura das cidades é considerada pelos servidores recém-chegados como menor do que a infraestrutura oferecida nas cidades próximas à capital.

Para evitar a evasão prematura dos novos servidores, a instituição estabeleceu editais de remoção como oferta interna de vagas, priorizando o processo de remoção dos servidores em relação ao tempo de serviço efetivo no campus, para só então realizar o preenchimento por meio de concurso. Essa estratégia tem se mostrado efetiva, apesar de algumas limitações pertinentes ao processo.

### **5.1.2. Gestão de riscos relacionados ao pessoal**

O passo inicial para o trabalho de levantamento e mapeamento dos riscos institucionais proposto pela comissão responsável por conduzir os trabalhos de implementação da Política de Gerenciamento de Riscos no IFS se deu pela instituição de comitês de gestão de riscos, conforme portarias nº 3.168 e 3.169 de 24/11/2015.

No tocante à Gestão de Pessoas da UPC, ainda não há uma formalização dos procedimentos de gestão de riscos na metodologia apropriada e com discussão no comitê específico. Contudo, percebeu-se durante o exercício como um dos principais riscos envolvendo a atividade está a acumulação indevida de cargos, empregos e funções públicas, em contrariedade à norma constitucional e infraconstitucional.

Deste modo, visando minorar situações desta natureza, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) cobra como mais vigor o adequado preenchimento da declaração de acumulação quando do ingresso de novos servidores, inclusive quando se trata de aspirantes ao cargo de docente, em regime de dedicação exclusiva, que necessitam preencher, além da declaração mencionada, um termo de compromisso, deixando claro a impossibilidade de exercício de qualquer outro tipo de atividade remunerada.

Além disso, no exercício de 2017 foram abertos quase 40 (quarenta) procedimentos de investigação de infração ao regime de dedicação exclusiva ou às normas insculpidas no Parecer GQ-145 da AGU, que fixa o limite máximo de jornada semanal para fins de acúmulo em 60h (sessenta horas) semanais, sendo que, após o colhimento de informações preliminares, reduziu-se a cerca de 10 (dez), todos relacionados à infração ao regime de dedicação exclusiva, com encaminhamento à Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares para as providências previstas em lei.

### 5.1.3. Demonstrativo das despesas com pessoal

O quadro 38 abaixo compõe o demonstrativo de despesas com pessoal.

Quadro 38 – Despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	121.212.856,11	49.041.507,22	14.662.094,99	12.399.324,87	9.789.132,89	3.392.107,97	297.139,66	2.058.938,13	1.646.406,08	214.499.507,92
	2016	101.919.553,61	42.048.899,91	12.115.544,00	4.552.565,21	969.740,85	709.826,76	8.893.113,82	1.305.123,90	909.723,59	173.424.091,65
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	1.650.819,26	0,00	139.729,82	176.471,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PROGEP

Obs.: Não é possível extrair do SIAPE as rubricas das despesas elencadas por situação do servidor. Diante disso, optou-se por extrair o total global das despesas e lançá-las em uma única situação funcional, qual seja, a de servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade. A exceção é o caso dos servidores em contrato temporário, que possuem rubrica específica para o pagamento dos vencimentos e vantagens fixas.



### 5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e estagiários

A seção dispõe da contratação de pessoal na reitoria e nos campi do IFS, estando apresentada a prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos através dos quadros de 39 a 48.

Quadro 39 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da Reitoria

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe						
UG/Gestão: 158134/26423						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Vigilância armada (Reitoria)	16.207.888/0001-78	14/01/2013	14/01/2019	Fundamental	(P)
2014	Vigilância armada (Anexo II da Reitoria, Campus Propriá, Campus Tobias Barreto, e no Campus Poço Redondo)	16.207.888/0001-78	26/11/2014	26/11/2018	Fundamental	(P)
2014	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	17/12/2014	16/12/2018	Fundamental	(P)
2016	Vigilância armada (Anexo I da Reitoria)	16.207.888/0001-78	01/08/2016	01/08/2018	Fundamental	(P)
2016	Limpeza, asseio e conservação (Reitoria, anexo I e anexo II)	09.282.163/0001-89	22/04/2016	22/04/2018	Fundamental	(P)
2017	Contratação de serviços de equipe multidisciplinar de fiscalização subsidiária de projetos, obras e serviços de engenharia.	02.905.403/0001-05	20/11/2017	20/11/2018	Superior	(A)
2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e instalação com insumos por conta da contratada, nos aparelhos de condicionadores de ar, bebedouros, geladeiras, freezer e frigobar.	19.997.585/0001-94	02/10/2017	02/10/2018	Médio / Técnico	(A)
2017	Contratação de serviços de Leiloeiro Público Oficial, profissional regularmente matriculado na Junta Comercial do Estado de Sergipe, para realização de leilão dos bens móveis patrimoniais inservíveis do IFS.	CPF: 407.096.125-91	24/05/2017	24/05/2018	Leiloeiro (PF)	(A)

**Legenda:** Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Reitoria

Quadro 40 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Aracaju

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe / Campus Aracaju						
UG/Gestão: 158393/26423						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Apoio Administrativo	07.044.888/0001-03	14/12/2014	12/12/2018	Diversos	(P)
2016	Limpeza, asseio e conservação	09.282.163/0001-89	29/02/2016	28/02/2018	Fundamental	(P)
2016	Vigilância Armada e Desarmada	16.207.888/0001-78	01/08/2016	31/07/2018	Não especificado	(P)

**Legenda:** Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Campus Aracaju

Quadro 41 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Estância

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe / Campus Estância						
UG/Gestão: 152426/26423						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	17/12/2014	17/12/2017	Médio	(E)
2014	Limpeza, asseio e conservação	14.782.495/0001-62	23/09/2016	23/03/2017	Fundamental	(E)
2014	Vigilância armada	16.207.888/0001-78	25/09/2014	25/09/2018	Médio	(P)
2017	Limpeza, asseio e conservação	02.544.972/00001-72	23/05/2017	22/05/2018	Fundamental	(A)
2017	Apoio administrativo	10.808.175/0001-83	18/12/2017	18/12/2018	Médio	(A)

**Legenda:** Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Campus Estância

Quadro 42 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Glória

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Nossa Senhora da Glória						
UG/Gestão: 152420/26423						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	29/12/2014	28/12/2018	Fundamental / Médio	(P)
2015	Vigilância	16.207.888/0001-78	26/11/2015	25/11/2018	Fundamental	(P)
2015	Limpeza e conservação	09.282.163/0001-89	05/08/2015	04/08/2018	Fundamental	(P)

**Legenda:** Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Campus Nossa Senhora da Glória

Quadro 43 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Itabaiana

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Itabaiana						
UG/Gestão: 152430/26423						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
04/2016	Vigilância armada e desarmada	16.207.888/0001-78	01/08/2016	01/08/2018	Médio	(P)
02/2014	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	16/12/2014	16/12/2018	Médio e Fundamental	(P)
03/2016	Limpeza, asseio e conservação	09.282.163/0001-89	07/07/2016	07/07/2018	Fundamental	(P)

**Legenda:** Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Campus Itabaiana

Quadro 44 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Lagarto

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Lagarto						
UG/Gestão: 158394/26423						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Limpeza, anseio e conservação	02.627.183/0001-03	16/12/2013	15/12/2018	Fundamental	(P)
2014	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	03/11/2014	02/11/2018	Fundamental	(P)
2012	Vigilância armada	16.207.888/0001-78	04/05/2012	04/05/2017	Fundamental	(E)
2017	Vigilância armada	16.207.888/0001-78	05/05/2017	04/05/2018	Fundamental	(A)
2017	Manutenção preventiva, corretiva e instalação de aparelhos de refrigeração	09.379.897/0001-80	02/01/2017	02/01/2018	Ensino técnico	(P)

**Legenda:** Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Campus Lagarto

Quadro 45 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Propriá

Unidade Contratante						
Unidade Contratante: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Propriá						
UG/Gestão: 154681/26423						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Limpeza, asseio e conservação	09.282.163/0001-89	06/11/2015	05/11/2017	Fundamental	(E)
2016	Vigilância armada	16.207.888/0001-78	01/08/2016	31/07/2018	Fundamental	(P)
2017	Serviço de Manutenção Predial	08.635.114/0001-10	12/06/2017	11/06/2018	Fundamental	(A)
2017	Limpeza, asseio e Conservação	25.449.972/0001-72	06/11/2017	05/11/2018	Não especificado	(A)
2017	Serviço de Motorista	10.808.175/0001-83	01/12/2017	30/11/2018	Fundamental	(A)

**Legenda:** Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Campus Propriá

Quadro 46 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus São Cristóvão

Unidade Contratante						
Unidade Contratante: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus São Cristóvão						
UG/Gestão: 158392/26423						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Vigilância armada e desarmada com apoio veicular	16.207.888/0001-78	27/09/2016	26/09/2018	Fundamental	(P)
2015	Limpeza, asseio e conservação	09.282.163/0001-89	03/08/2015	03/08/2018	Fundamental	(P)
2015	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	08/01/2015	08/01/2018	Fundamental /médio	(P)
2014	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	02/09/2014	01/09/2018	Fundamental/médio	(P)
2014	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	15/08/2014	14/08/2018	Médio	(P)

**Legenda:** Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

**Fonte:** Campus São Cristóvão

Quadro 47 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus T. Barreto

Unidade Contratante						
Unidade Contratante: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Tobias Barreto						
UG/Gestão: 154679/26423						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Limpeza, asseio e conservação	09.282.163/0001-89	01/04/2016	31/03/2018	Fundamental	(P)
2014	Vigilância armada	16.207.888/0001-78	26/11/2014	25/11/2018	Sem exigência	(P)

**Legenda:** Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

**Fonte:** Campus Tobias Barreto

Quadro 48 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Socorro

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Socorro						
UG/Gestão: 154680/26423						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2017	Vigilância Armada	16.207.888/0001-78	16/01/2017	15/01/2018	Fundamental Incompleto	(A)
2017	Serviços de manutenção predial, jardinagem, apoio administrativo e transporte (motorista)	10.808.175/0001-83	01/08/2017	31/07/2018	Não especificado	(A)
2017	Serviços de Limpeza, asseio e conservação	19.152.814/0001-70	28/08/2017	27/08/2018	Não especificado	(A)

**Legenda:** Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

**Fonte:** Campus Socorro

O Instituto Federal de Sergipe, no tocante a estágio, orienta-se pela Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio dos estudantes no âmbito das instituições de educação superior e educação profissional. Como normatização interna, tem-se as seguintes regulamentações:

- Regulamento Interno de Estágios dos Estudantes do IFS, aprovado pela Resolução nº 46/2015/CS/IFS. Esse regulamento foi revisado no ano de 2017 e sua atualização está sob apreciação do Conselho Superior;
- Regulamento de Estágio Supervisionado para os Cursos de Licenciatura do IFS, aprovado pela Resolução nº 27/2016/CS/IFS;
- Regulamento Geral do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Engenharia Civil do IFS, aprovado pela Resolução nº 19/2017/CS/IFS;
- Regulamento para Realização de Estágio Não Obrigatório, aprovado pela Resolução nº 21/2013/CS/IFS.

No exercício de 2017, não houve contratação de estudantes para a realização de estágio não obrigatório no Instituto Federal de Sergipe/IFS. Desde 2014, essas contratações foram suspensas devido a reduções orçamentárias, pois nessa modalidade de estágio é necessário o pagamento de bolsa, auxílio transporte e seguro de vida.

Em 2017, a UPC recebeu apenas alunos que realizaram o estágio obrigatório. Como nessa modalidade de estágio não é necessário o pagamento ao estudante, esses alunos não geraram nenhum custo ao Instituto.

No IFS, a Coordenadoria Geral de Estágios (CGE) está diretamente subordinada à Diretoria de Assuntos Estudantis (DIAE) e atua prioritariamente em busca de parcerias com empresas e órgãos públicos que possam oferecer estágio aos alunos.

Nos campi, há os Núcleos de Apoio ao Estágio (NAE's), setores responsáveis pela operacionalização dos estágios em cada campus. Os NAE's não são subordinados à CGE, porém atuam em parceria com esta coordenadoria, no sentido de atender à demanda de estudantes que necessitam realizar estágio.

#### **5.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais**

No exercício 2017 não foram contratados consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

### **5.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura**

Aqui a UPC apresenta uma visão gerencial da gestão do seu patrimônio, bem como da infraestrutura para o cumprimento da missão institucional.

#### **5.2.1. Gestão da frota de veículos**

A frota de veículos da instituição é importante para consecução dos objetivos estratégicos e realização de suas atividades finalísticas, uma vez que são essenciais no atendimento das necessidades precípuas da Reitoria, das Pró-reitorias, dos *Campi* e demais subunidades.

Importante também destacar o papel da frota de veículos do IFS para o cumprimento das atividades institucionais e do apoio logístico, seja nos *Campi* situados nos diversos municípios do Estado ou frente às demandas relativas a expansão da Rede Federal de Ensino Profissional.

Toda utilização de transporte institucional é controlada e documentada, necessitando de autorização da chefia de transportes, presentes nos *Campi* e na Reitoria.

Toda utilização de transporte institucional é controlada e documentada, necessitando de autorização da chefia de transportes, presentes nos *Campi* e na Reitoria. A gestão da frota do IFS é orientada pelos seguintes comandos:

- A Instrução Normativa nº 03/2017/PROAD (regulamenta a requisição e a utilização de veículos oficiais no âmbito do Instituto Federal de Sergipe);

- Decreto 6.403, de 17 de março de 2008;
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 (SLTI/MPOG);
- Decreto nº 99.658/90;
- Decreto nº 1.305/94;
- Resolução 231 de 15 de março de 2007 – CONTRAN;
- Resolução 241 de 22 de junho de 2007 – CONTRAN;
- Controles Internos de Inspeção de saída de veículos e Controle de Manutenção da Frota.

Não há veículos locados no âmbito do IFS, dessa forma os critérios utilizados para justificar as aquisições são baseados na economicidade e satisfação das necessidades constatadas, tendo em vista a maior autonomia possibilitada pela aquisição, não ficando à mercê de terceiros, reduzindo os riscos de interrupção dos serviços por questão financeira da contratada (terceiros que podem a qualquer momento apresentar restrições no SICAF, e demais certidões trabalhistas), o que resultaria na necessidade de rescisão e nova contratação, acarretando assim em perda de tempo e prejuízo para o IFS. Outro critério da escolha da aquisição é possibilitar maior poder de mobilização, uma vez que viagens urgentes podem ser realizadas imediatamente pelo Órgão.

Através de contratos realizados com terceiros, a UPC utiliza sistemas informatizados para o abastecimento de combustível e manutenção dos veículos. O IFS também dispõe de um sistema (SIPAC – Módulo Transportes) para o gerenciamento da frota de veículos.

#### a) Veículos da Reitoria

Os veículos de transporte coletivo que a Reitoria dispõe são utilizados para as atividades fim, como o transporte de servidores para realização das suas atividades institucionais e alunos para participarem de visitas técnicas, seminários, congressos. Os veículos de carga são utilizados principalmente na atividade meio, como transporte de material entre os *campi*, além de transportar servidores para atividades externas.

Os veículos de passeio são utilizados principalmente para a entrega de documentos nas instituições bancárias, fornecedores, entrega e coleta de documentos entre os *Campi* ou ainda no descolamento de servidores ou discentes para atividades exclusivamente institucionais. Já o veículo de transporte institucional (de representação) é de uso exclusivo do Reitor, no atendimento dos compromissos e atividades institucionais.

Quadro 49 – Veículos da Reitoria

<b>Categoria de uso</b>	<b>Especificação</b>	<b>Placa</b>	<b>Patrimônio</b>	<b>Quilometragem Anual</b>	<b>Idade</b>
Coletivo	Van Executiva Boxer	OES 3668	22383	10.577	7
Carga leve	Caminhonete Amarok	OEM-8401	24949	22.070	5
	Caminhonete Amarok	OEM-8441	24950	23.420	5
	Caminhonete Hilux CD 4X4	NVJ-8721	20907	26.694	7
Transporte de Pessoal	Ford Fiesta Sedan 1.6 flex	OEM-0162	23181	9.073	5
	Doblô Essence 1.8*	NVJ-6207	20898	8.869	7
Representação	Vectra Sedan Elegance	NVI-0682	17753	10.180	7
Média				15.840	6,14

\*O referido veículo passou à posse do Campus Socorro no decorrer do exercício

Fonte: PROAD/CMT

Quadro 50 – Despesas associadas à manutenção da frota da Reitoria

<b>Despesas Envolvidas</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Combustível	44.901,35
Reparo/manutenção	27.672,13
Seguro	15.999,99*
<b>TOTAL</b>	<b>74.173,47</b>

\*O valor é global, abrangendo veículos que foram repassados à posse de alguns campi

Fonte: PROAD/CMT

Quadro 51 – Gestão da frota de veículos da Reitoria

<b>Tipo de veículo</b>	<b>Quantidade de veículos</b>	<b>Custo de manutenção (R\$)</b>	<b>Quilômetros rodados</b>	<b>Horas de uso</b>	<b>Idade média (em anos)</b>	<b>Veículos próprios</b>	<b>Veículos contratados de terceiros</b>
<b>Representação</b>	01	2.366,80,	10.180	0	7	1	0
<b>Transporte</b>	06	27.125,40	100.704	0	7	6	0
<b>Agrícola</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	07	24.758,60	110.884	0	14	7	0

Fonte: PROAD/CMT

## b) Veículos do Campus Aracaju

A composição da frota do Campus Aracaju possui o quantitativo de 04 (quatro) veículos: 01 ônibus, 01 van, 01 pick-up e 01 sedan tipo fiesta. Sendo que o ônibus já tem 12 anos de uso.

Configura-se como importante uma frota nova e em quantidade adequada, mas nos últimos anos, o campus não teve êxito na renovação. Por força da Portaria nº 28, de 16 de fevereiro de 2017 do MPOG e também pelo contingenciamento no orçamento para aquisição e/ou locação de viaturas para um apoio às demandas rotineiras não foi possível realizar novas aquisições e também não foi realizada licitação visando a locação de veículo.

Consideram-se as demandas para visitas técnicas e micro estágios, principalmente levando em consideração o curso de Gestão de Turismo, onde a Unidade de Ensino é obrigada a proporcionar uma quantidade determinada de horas de micro estágios, senão o discente não consegue fechar a carga horária e assim receber seu diploma.

Diante do cenário posto e dos recursos limitados, o Campus continuou com a frota de veículos, apesar de antiga, mas com uma manutenção preventiva e corretiva adequada de forma a possibilitar o atendimento máximo possível das demandas dos cursos.

Para 2018 foi elaborado o Plano de Anual de Aquisição de Veículos (PAAV) através do processo 23290.000322/2017-92, porém o orçamento previsto para o Campus Aracaju inviabilizara a conclusão do mesmo.

Quadro 52 – Veículos do campus Aracaju

<b>Categoria de uso</b>	<b>Especificação</b>	<b>Placa</b>	<b>Patrimônio</b>	<b>Quilometragem Anual</b>	<b>Idade</b>
Coletivo	ÔNIBUS	IAC-1508	30016340	27940	11
Carga leve	VAN	IAN-2060	30016744	8924	10
Transporte de Pessoal	L-200	IAI-0783	30017358	8965	08
	FIESTA	OEO-2332	30023901	3228	04
<b>Média</b>				<b>12.264,25</b>	<b>8,25</b>

Fonte: Campus Aracaju

Quadro 53 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Aracaju

<b>Despesas Envolvidas</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Combustível	38.866,73
Reparo/manutenção	14.221,67
Seguro	425,29
<b>TOTAL</b>	<b>53.513,69</b>

Fonte: Campus Aracaju

Quadro 54 – Gestão da frota de veículos do Campus Aracaju

<b>Tipo de veículo</b>	<b>Quantidade de veículos</b>	<b>Custo de manutenção (R\$)</b>	<b>Quilômetros rodados</b>	<b>Horas de uso</b>	<b>Idade média (em anos)</b>	<b>Veículos próprios</b>	<b>Veículos contratados de terceiros</b>
<b>Representação</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transporte</b>	04	53.513,69	49.057	-	8,25	04	-
<b>Agrícola</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	04	53.513,69	49.057	-	8,25	04	-

Fonte: Campus Aracaju

## c) Veículos do Campus Estância

Quadro 55 – Gestão da frota de veículos do Campus Estância

<b>Categoria de uso</b>	<b>Especificação</b>	<b>Placa</b>	<b>Patrimônio</b>	<b>Quilometragem Anual</b>	<b>Idade</b>
Coletivo	Ônibus Max Bus OH1628L	OEJ-8408	010045040	11.736	7
Carga leve	Caminhonete Hilux CD 4X4	NVJ-8711	060011436	14.787	5
Transporte de Pessoal	Logan Expression 1.0 16V	OEO-5804	060011861	14.113	4
<b>Média</b>				<b>13.545,34</b>	<b>5,34</b>

Fonte: Campus Estância

Quadro 56 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Estância

<b>Despesas Envolvidas</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Combustível	22.650,67
Reparo/manutenção	19.893,97
Seguro	3.917,31
<b>TOTAL</b>	<b>46.461,95</b>

Fonte: Campus Estância

Quadro 57 – Gestão da frota de veículos do Campus Estância

<b>Tipo de veículo</b>	<b>Quantidade de veículos</b>	<b>Custo de manutenção (R\$)</b>	<b>Quilômetros rodados</b>	<b>Horas de uso</b>	<b>Idade média (em anos)</b>	<b>Veículos próprios</b>	<b>Veículos contratados de terceiros</b>
<b>Representação</b>	0	-	-	-	-	-	-
<b>Transporte</b>	3	19.893,97	40.636	671,10	5,34	3	-
<b>Agrícola</b>	0	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	3	19.893,97	40.636	671,10	5,34	3	-

Fonte: Campus Estância



#### d) Veículos do Campus Nossa Senhora da Glória

Quadro 58 – Gestão da frota de veículos do Campus Nossa Senhora da Glória

<b>Categoria de uso</b>	<b>Especificação</b>	<b>Placa</b>	<b>Patrimônio</b>	<b>Quilometragem Anual</b>	<b>Idade</b>
Coletivo	Van Peugeot/Box Marimar	OES-9868	70014658	11.765	7
Carga leve	Caminhonete Toyota Hilux CD 4x4	NVJ-8731	60008758	25.729	7
Transporte de Pessoal	Microônibus Marcopolo/Volare	NVK-7957	5252000469828	14.360	7
<b>Média</b>				51.854	7

Fonte: Campus Nossa Senhora da Glória

Quadro 59 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Nossa Senhora da Glória

<b>Despesas Envolvidas</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Combustível	17.833,72
Reparo/manutenção	8.770,34
Seguro	1.400,49
<b>TOTAL</b>	28.004,55

Fonte: Campus Nossa Senhora da Glória

Quadro 60 – Gestão da frota de veículos do Campus Nossa Senhora da Glória

<b>Tipo de veículo</b>	<b>Quantidade de veículos</b>	<b>Custo de manutenção (R\$)</b>	<b>Quilômetros rodados</b>	<b>Horas de uso</b>	<b>Idade média (em anos)</b>	<b>Veículos próprios</b>	<b>Veículos contratados de terceiros</b>
<b>Representação</b>	0	-	-	-	-	-	-
<b>Transporte</b>	3	8.770,34	51.854	-	7	3	0
<b>Agrícola</b>	0	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	3	-	51.854	-	7	3	0

Fonte: Campus Nossa Senhora da Glória

#### e) Veículos do Campus Itabaiana

A frota de veículos do Campus Itabaiana permite o alcance dos objetivos a que se dispõe, pois é através dela que podem ser cumpridas atividades institucionais e de apoio logístico relativas às demandas administrativas e do setor de ensino.

Os veículos de transporte do Campus Itabaiana são utilizados para atividades fim como o transporte de servidores para realização de atividades institucionais e o transporte de alunos para participação em visitas técnicas, seminários e congressos. O veículo de carga leve é utilizado também em atividades meio como transporte de materiais entre os campi e entrega de documentos em instituições bancárias e agências de correios, por exemplo.

Devido à iminência da mudança para a sede definitiva do Campus Itabaiana, o que ocasionará aumento na quantidade de discentes e no número de visitas técnicas solicitadas por docentes, para transportar mais passageiros do que a Van Boxer suporta, foi sinalizado no PAAV – Plano Anual de Aquisição de Veículos do ano de 2017 a necessidade de compra de um ônibus para atender a demanda crescente do Campus, solicitado através do processo nº 23462.000373/2017-03, conforme PCM 01/2017 COTRANS-ITA.

Quadro 61 – Gestão da frota de veículos do Campus Itabaiana

<b>Categoria de uso</b>	<b>Especificação</b>	<b>Placa</b>	<b>Patrimônio</b>	<b>Quilometragem Anual</b>	<b>Idade</b>
Coletivo	Van Boxer Peugeot	OES-5738	050013062	8.971	7
Carga leve	Caminhonete Hilux CD 4x4	NVJ-9551	050012456	16.812	7
Transporte de Pessoal	-	-	-	-	-
<b>Média</b>				12.891,5	7

Fonte: Campus Itabaiana

Quadro 62 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Itabaiana

<b>Despesas Envolvidas</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Combustível	12.240,59
Reparo/manutenção	5.383,40
Seguro	2.299,99
<b>TOTAL</b>	19.923,98

Fonte: Campus Itabaiana

Quadro 63 – Gestão da frota de veículos do Campus Itabaiana

<b>Tipo de veículo</b>	<b>Quantidade de veículos</b>	<b>Custo de manutenção (R\$)</b>	<b>Quilômetros rodados</b>	<b>Horas de uso</b>	<b>Idade média (em anos)</b>	<b>Veículos próprios</b>	<b>Veículos contratados de terceiros</b>
<b>Representação</b>	0	0,00	0	-	0	0	0
<b>Transporte</b>	2	19.923,98	25.783	-	7	2	0
<b>Agrícola</b>	0	0,00	0	-	0	0	0
<b>Total</b>	2	19.923,98	25.783	-	7	2	0

Fonte: Campus Itabaiana

#### f) Veículos do Campus Lagarto

A gestão da frota de veículos leva em consideração a otimização dos recursos e o uso eficiente dos mesmos. Desta forma, o setor sofreu impacto tanto do aumento dos combustíveis quanto das limitações orçamentárias. Ressalta-se que a Coordenação de Transportes baseia-se na Instrução Normativa nº 03/2017/PROAD/IFS, uma vez que a importância da frota de veículos consiste em atender as necessidades da comunidade do IFS, em viagens a serviços da Administração, visitas técnicas entre outros usos.

No ano de 2017 foram realizados cerca de 12 serviços de manutenção veicular. O custo operacional de manutenção (somatório das despesas de manutenção + abastecimento/quilometragem da frota) apresenta a estimativa de R\$ 0,88/km rodado. A média anual de quilômetros rodados é 7.121,67 km/ano. A estrutura de controle ocorre periodicamente através do módulo SIPAC e sistemas de gerenciamento de manutenção de frota de veículos (Ticket Log), bem como de fornecimento de combustível (Ecofrotas), mediante contratos firmados com a iniciativa privada, segundo os mandamentos da Lei n.º 8.666/93. São fornecidas também informações para o site de Gestão institucional GEPLANES.

Como consequência da redução do repasse de recursos por parte do Governo Federal (Contingenciamento), foram realizadas menos visitas técnicas no ano em referência do que no exercício anterior.

Quadro 64 – Gestão da frota de veículos do Campus Lagarto

<b>Categoria de uso</b>	<b>Especificação</b>	<b>Placa</b>	<b>Patrimônio</b>	<b>Quilometragem Anual</b>	<b>Idade</b>
Coletivo	Van Executiva Boxer	IAN- 2070	0005887/40054250	2.116	11
	Ônibus Mercedes-Benz	OEJ-8468	0008393/40056756	8.570	07
	Micro-Ônibus Agrale Neobus	HZ T-4713	0003933/40052304	3.398	17
Carga leve	Caminhonete Pick-Up Bandeirante Toyota	HZ O-4780	002002/40050527	0	20
	Caminhonete Hilux CD 4X4	NVJ-9561	0008394/40056757	17.970	06
Transporte de Pessoal	Gol Volkswagen Flex 1.6	IAE-8382	005886/40054249	10.676	10
Média				7.121,67	11,83

Fonte: Campus Lagarto

Quadro 65 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Lagarto

<b>Despesas Envolvidas</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Combustível	20.004,71
Reparo/manutenção	28.439,90
Seguro	6.400,41
TOTAL	54.845,02

Fonte: Campus Lagarto

Quadro 66 – Gestão da frota de veículos do Campus Lagarto

<b>Tipo de veículo</b>	<b>Quantidade de veículos</b>	<b>Custo de manutenção (R\$)</b>	<b>Quilômetros rodados</b>	<b>Horas de uso</b>	<b>Idade média (em anos)</b>	<b>Veículos próprios</b>	<b>Veículos contratados de terceiros</b>
Representação	0	0,00	0	0	0	0	0
Transporte	6	R\$28.439,90	42.730	-	11,83	6	0
Agrícola	0	0,00	0	0	0	0	0
Total	6	R\$28.439,90	42.730	-	11,83	6	0

Fonte: Campus Lagarto

### g) Veículos do Campus São Cristóvão

A frota de veículos do campus São Cristóvão possui um papel indispensável no atendimento das necessidades do campus. Os veículos são utilizados na realização de atividades ligadas ao ensino como: transporte de aluno para visitas técnicas, participação em eventos e congressos, deslocamento ao polo de Cristinápolis. Sendo também utilizados em atividades de funcionamento do campus, como locomoção interna, transporte de materiais, malotes e correspondências.

O campus São Cristóvão possui frota própria de veículos, não apresentando veículos locados. Prefere-se a aquisição à locação por apresentar vantagens econômicas. Devido às restrições orçamentárias sofridas pela instituição nos últimos anos o campus não renovou a sua frota, ainda que exista um plano de substituição de frota aguardando orçamento para tal.

Quadro 67 – Gestão da frota de veículos do Campus São Cristóvão

<b>Categoria de uso</b>	<b>Especificação</b>	<b>Placa</b>	<b>Patrimônio</b>	<b>Quilometragem Anual</b>	<b>Idade</b>
Coletivo	Peugeot Boxer 2.8 Furgão DIES/ TB DIES.CURTO/MÉD	AXR-9982	20077056	12.921	05 anos
	MARCOPOLOVOLARE (Executivo W9) (diesel) Micro-ônibus	NVK-3682	20072857	18.275	07 anos
	Mercedes-Benz Ônibus / O-400R	HZG-5877	20066275	4.394	23 anos

	Mercedes-Benz Ônibus OH1628L O-500	OEJ-8448	20073522	11.193	08 anos
Carga leve	Caminhonete Mitsubishi L200 Triton HPE 3.2 CD TB Int.DieselAut	OEP-8742	20076287	23.847	05 anos
	GM – Chevrolet Montana Sport 1.4 Econoflex 8V 2p	OES-9031	20076987	6.311	05 anos
	Caminhonete GM - Chevrolet S10 Blazer Colina 2.8 TDI 4x4 Diesel	NVK-2180	20072845	958	08 anos
	Caminhonete GM - Chevrolet S10 Blazer Colina 2.8 TDI 4x4 Diesel	NVK-2160	20072844	2.141	08 anos
	Renault Kangoo Express Hi-Flex 1.6 16V	NVK-5552	20072858	1.227	08 anos
Carga média	Caminhão VOLKSWAGEN 7-100 2p (diesel)	HZQ-8661	20073180	197	19 anos
	Caminhão Ford baú Cargo 816/S	OEM-5144	20075921	3.144	06 anos
Transporte de Pessoal	Ford Fiesta Sed. 1.6 8V Flex 4p	NVG-8433	20073179	4.890	07 anos
	Ford Focus Sedan 2.0 16V/ 2.0 16V Flex 4p	NVK-2524	20073321	15.926	07 anos
Máquinas Agrícolas	Trator Ford TL85E	-	16322	–	07 anos
	Trator Ford 8030	-	15809	–	08 anos
	Trator Ford TL85 Gabinado	-	18984	–	05 anos
	Roçadeira Costal STIHL manual a gasolina motor 3,12cv, 3,0 HP FS220	-	20073519	–	–
Média				-	8,5 anos

Fonte: Campus São Cristóvão

Quadro 68 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus São Cristóvão

Despesas Envolvidas	Valor (R\$)
Combustível	65.970,93
Reparo/manutenção	108.742,92
Seguro	23.016,26
TOTAL	197.730,11

Fonte: Campus São Cristóvão

Quadro 69 – Gestão da frota de veículos do Campus São Cristóvão

Tipo de veículo	Quantidade de veículos	Custo de manutenção (R\$)	Quilômetros rodados	Horas de uso	Idade média (em anos)	Veículos próprios	Veículos contratados de terceiros
Representação	0	0	0	0	0	0	0
Transporte	13	89.254,92	105.424	0	8,92	13	0
Agrícola	03	19.488,00	0	-	6,66	03	0
Total	16	108.742,92	105.424	-	7,79	16	0

Fonte: Campus São Cristóvão

## h) Veículos do Campus Tobias Barreto

A gestão da frota de veículos leva em consideração a otimização dos recursos e o uso eficiente dos mesmos. Desta forma, o setor sofreu impacto tanto do aumento dos combustíveis quanto das limitações orçamentárias. Ressalta-se que a Coordenação de Transportes se baseia na Instrução Normativa nº 03/2017/PROAD/IFS, uma vez que a importância da frota de veículos consiste em atender as necessidades da comunidade do IFS, em viagens a serviços da Administração, visitas técnicas entre outros usos.

Com a mudança para o novo campus, a gestão vê a necessidade de elaborar um pedido para aquisição de novos veículos, pois pretende-se instalar no novo prédio cursos técnicos integrado, subsequente e superior. Destaca-se que para a instituição torna-se mais econômico adquirir os veículos do que locar, considerando a necessidade de mensurar aspectos como quilometragem, gastos com combustível entre outros, a exemplo da contratação de mais terceirizados.

No ano de 2017 foi realizado 01 serviço de manutenção veicular. O custo operacional de manutenção (somatório das despesas de manutenção + abastecimento/ quilometragem da frota) apresenta a estimativa de R\$ 0,94/km rodado. A média anual de quilômetros rodados é 3789 km/ano. A estrutura de controle ocorre periodicamente através do módulo SIPAC e sistemas de gerenciamento de manutenção de frota de veículos (Ticket Log), bem como de fornecimento de combustível (Ecofrotas), mediante contratos firmados com a iniciativa privada, segundo os mandamentos da Lei n.º 8.666/93. São fornecidas também informações para o site de Gestão institucional GEPLANES.

Logo a seguir pode-se observar o quadro indicativo da frota e informações relevantes:

Quadro 70 – Gestão da frota de veículos do Campus Tobias Barreto

<b>Categoria de uso</b>	<b>Especificação</b>	<b>Placa</b>	<b>Patrimônio</b>	<b>Quilometragem Anual</b>	<b>Idade</b>
Coletivo	-	-	-	-	-
Carga leve	L200 4X4	IAI0793	010044373	3789	09 ANOS
Transporte de Pessoal	-	-	-	-	-
<b>Média</b>				3789	09 ANOS

Fonte: Campus Tobias Barreto

Quadro 71 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Tobias Barreto

<b>Despesas Envolvidas</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Combustível	1157,06
Reparo/manutenção	2421,50
Seguro	1495,00
<b>TOTAL</b>	5073,56

Fonte: Campus Tobias Barreto

Quadro 72 – Gestão da frota de veículos do Campus Tobias Barreto

<b>Tipo de veículo</b>	<b>Quantidade de veículos</b>	<b>Custo de manutenção (R\$)</b>	<b>Quilômetros rodados</b>	<b>Horas de uso</b>	<b>Idade média (em anos)</b>	<b>Veículos próprios</b>	<b>Veículos contratados de terceiros</b>
<b>Representação</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transporte</b>	01	2421,50	3789	126:57	09	01	-
<b>Agrícola</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	01	2421,50	3789	126:57	09	01	-

Fonte: Campus Tobias Barreto

### **i) Veículos do Campus Propriá**

A frota do Campus Propriá conta com 01 veículo de transporte de pessoal, apresentando um papel fundamental no atendimento das demandas administrativas no transporte de servidores a serviço da administração, assim como em visitas técnicas de acompanhamento pedagógico e assistencial e durante os processos seletivos transportando os servidores com fins de promoção e divulgação dos cursos oferecidos pelo Campus.

Há uma necessidade latente por adquirir um veículo coletivo de maior capacidade que possa ser utilizado no transporte de alunos das regiões mais afastadas da região do Baixo São Francisco até o Campus, passando pelas regiões rurais. O veículo atual tem capacidade para 07 pessoas,

inviabilizando a satisfação dessa necessidade em específico. A solicitação não foi atendida como decorrência do contingenciamento orçamentário e financeiro.

No que compete ao controle realizado pela administração do campus tendo em vista racionalizar os recursos empregados na utilização do veículo (gastos com gasolina e manutenção veicular, por exemplo) a Coordenadoria de Transportes do Campus tem demonstrado êxito ao controlar as solicitações, mediante confecção de mapa de utilização do veículo, evitando duplicidades de destinos em períodos próximos.

Quadro 73 – Gestão da frota de veículos do Campus Propriá

<b>Categoria de uso</b>	<b>Especificação</b>	<b>Placa</b>	<b>Patrimônio</b>	<b>Quilometragem Anual</b>	<b>Idade</b>
Coletivo	-	-	-	-	-
Carga leve	-	-	-	-	-
Transporte de Pessoal	Fiat Doblô Essence 1.8 Flex	NVJ-6247	10045637	5.259 km	7 Anos

Fonte: Campus Propriá

As despesas envolvidas com a utilização do veículo somam R\$ 2.627,75, sendo que 88% desse valor foi destinado a aquisição de combustível, e o valor residual para reparo/manutenção do veículo.

Quadro 74 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Propriá

<b>Despesas Envolvidas</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Combustível	2.327,04
Reparo/manutenção	300,71
Seguro	1.145,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.772,75</b>

Fonte: Campus Propriá

No ano de 2017 foram atendidas 51 requisições do veículo com o objetivo de atender as demandas institucionais, percorrendo 5.259 (cinco mil, duzentos e cinquenta e nove) quilômetros.

Quadro 75 – Gestão da frota de veículos do Campus Propriá

<b>Tipo de veículo</b>	<b>Quantidade de veículos</b>	<b>Custo de manutenção (R\$)</b>	<b>Quilômetros rodados</b>	<b>Horas de uso</b>	<b>Idade média (em anos)</b>	<b>Veículos próprios</b>	<b>Veículos contratados de terceiros</b>
<b>Representação</b>	0	-	-	-	-	-	-
<b>Transporte</b>	1	R\$ 300,71	5.259	-	7	1	0
<b>Agrícola</b>	0	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	1	R\$ 300,71	5.259	-	7	1	0

Fonte: Campus Propriá

#### j) Veículos do Campus Socorro

O Campus Socorro, por ser recém-inaugurado (setembro/2017), conta com apenas 01 (um) veículo, transferido da carga da Reitoria a partir de agosto de 2017, o qual destina-se ao transporte de pessoal a serviço, bem como ao transporte de materiais leves de acordo com o porte do veículo.

A gestão da frota de veículos no campus leva em consideração a otimização dos recursos e o uso eficiente dos mesmos. Ressalta-se que a Coordenação de Transportes baseia-se na Instrução Normativa nº 03/2017/PROAD/IFS.

Ressalta-se que para a instituição, torna-se mais econômico adquirir os veículos do que locar, considerando a necessidade de mensurar aspectos como quilometragem, gastos com combustível entre outros, a exemplo da contratação de mais terceirizados.

As requisições do veículo são feitas através do sistema SIPAC. Quanto à política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, não é aplicada ao Campus até o presente momento devido ao fato de não possuí-los, bem como também não se aplica algum plano de substituição da frota.

Em relação ao custo operacional trata-se de um veículo que foi entregue pela Reitoria, revisado, atualizado e até o momento não houve a necessidade de fazer manutenção. Quanto ao custo referente às despesas com combustíveis (abastecimento/ quilometragem da frota), a estimativa é de R\$ 0,63/km rodado. A média mensal de quilômetros rodados é 592,28/km. A estrutura de controle ocorre periodicamente através do módulo SIPAC e sistemas de gerenciamento de manutenção de frota de veículos, bem como de fornecimento de combustível, mediante contratos firmados com a iniciativa privada, segundo os mandamentos da Lei n.º 8.666/93.

A seguir, o quadro indicativo do veículo e informações relevantes:

Quadro 76 – Gestão da frota de veículos do Campus Socorro

<b>Categoria de uso</b>	<b>Especificação</b>	<b>Placa</b>	<b>Patrimônio</b>	<b>Quilometragem Anual</b>	<b>Idade</b>
Coletivo	-	-	-	-	-
Carga leve	-	-	-	-	-
Transporte de Pessoal	Fiat/Dobló Essence 1.8	NVJ 6207	010045636	4.146*	7 anos

Fonte: Campus Socorro

Quadro 77 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Socorro

<b>Despesas Envolvidas</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Combustível	2.613,22*
Reparo/manutenção	-
Seguro	1.145,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.758,22</b>

\*Quantidade referente aos meses de junho a dez/2017. (Ressalta-se que nos meses de junho e julho o veículo ainda pertencendo a Reitoria fora disponibilizado para suprir as necessidades de alocação dos recursos necessários à implantação do Campus Socorro).

Fonte: Campus Socorro

Quadro 78 – Gestão da frota de veículos do Campus Socorro

<b>Tipo de veículo</b>	<b>Quantidade de veículos</b>	<b>Custo de manutenção (R\$)</b>	<b>Quilômetros rodados</b>	<b>Horas de uso</b>	<b>Idade média (em anos)</b>	<b>Veículos próprios</b>	<b>Veículos contratados de terceiros</b>
<b>Representação</b>	0	-	-	-	-	-	-
<b>Transporte</b>	01	-	83.664	-	07	01	0
<b>Agrícola</b>	0	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	01	-	83.664	-	07	01	0

Fonte: Campus Socorro

### 5.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações sobre veículos

A UPC não possui plano de substituição da frota que aborde a destinação de veículos inservíveis ou fora de uso.

### 5.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

A gestão patrimonial dos imóveis do IFS se dá através do SPIUnet, disponíveis em <http://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp>, local de onde foram retiradas as informações para preenchimento das tabelas.



Concernente ao preenchimento do Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet, cada campus possui responsabilidade sobre suas informações.

Quanto aos registros contábeis relativamente aos imóveis, são operacionalizados através do SIAFI pela Diretoria de Contabilidade e Finanças, vinculada à Pro-Reitoria de Administração e pelas Coordenadorias de Contabilidade, Orçamento e Finanças, dos Campi.

A estrutura de controle e gestão do patrimônio imobiliário no IFS e sua qualidade comportam quatro fases: Cadastro no SPIUnet, Avaliação, Contabilização e Depreciação, explicadas a seguir.

## **I. Cadastro no SPIUnet**

No IFS, a gestão dos bens imóveis é registrada no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Esse sistema tem como objetivo manter o controle sobre os imóveis, as utilizações e os usuários, emitir relatórios gerenciais interligados com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), o que automatiza os lançamentos contábeis e facilita a elaboração do Balanço Patrimonial da União.

Os setores contábeis dos Campi e da Reitoria se responsabilizam pela inclusão dos dados no SPIUnet e a atualização dos valores é feita exclusivamente pelo SPIUnet, que aciona, automaticamente e em tempo real, o lançamento dos valores no SIAFI.

Cada campus fornece e atualiza as informações sobre seus próprios imóveis ou sobre imóveis de propriedade da União que estejam sob a sua responsabilidade.

Os imóveis locados de terceiros para uso da Administração Pública Federal também são cadastrados no SPIUnet pela UG locatária. Uma vez cadastrados os imóveis, gera-se um RIP imóvel, que corresponde ao cadastro do imóvel no total e resulta da soma dos RIPs de utilização.

No SPIUnet, o RIP Imóvel contém as informações referentes ao imóvel e o RIP Utilização contém as informações referentes às benfeitorias do imóvel. No SIAFI, aparece o RIP Utilização, chamado de “Conta Corrente” com o seu respectivo valor, localizado no campo “Valor da Utilização”.

## **II. Avaliação**

Para avaliar um imóvel, precisa-se ter em mãos informações oficiais sobre o valor do terreno e o valor das benfeitorias, em separado e essa atualização se com as informações do RIP e toma por base o Laudo de Avaliação emitido pela Caixa Econômica Federal.

## **III. Contabilização**

Para verificar se os valores do SPIUnet estão de acordo com o SIAFI, os setores de contabilidade acessam o menu “Consulta”, em seguida “Contabilização SIAFI” e depois a verificação no “Balancete” da UG no SIAFI. Compara-se, então, se o valor contido no SPIUnet, no campo Valor enviado ao SIAFI, é igual ou diferente do contido no balancete no SIAFI na conta 1.4.2.1.1.1.10.00 – Imóveis de Uso Especial.

## **IV. Depreciação**

O cálculo da depreciação de Bens Imóveis é feito automaticamente pelo SPIUnet e registrado no SIAFI pela CCONT/STN.

### **a) Patrimônio imobiliário na cidade de Aracaju**

No IFS – Campus Aracaju, ao acessar o SPIUnet, as informações referentes ao imóvel e as suas benfeitorias podem ser obtidas através da conta contábil 1.2.3.2.1.01.07 - IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL, utilizando-se o RIP Utilização - 3105000435000 como “Conta Corrente” para identificar o respectivo valor da “Utilização”.



Para o imóvel de RIP 3105 00123.500-5, onde está sediado o IFS-Campus Aracaju, foi realizada avaliação patrimonial pela Caixa Economia Federal em 17 de julho de 2017 com a emissão do Laudo de Avaliação nº 6991.6991.000310427/2017.01.01.01, com validade de dois anos. O imóvel atualmente apresenta uma Área construída de 22.352,27m<sup>2</sup> e Área total do terreno de 33.187,79m<sup>2</sup>, tendo sido avaliado de R\$ 40.726.526,37 para R\$ 53.081.000,00.

Há de considerar a existência de outros valores que fazem parte do imóvel que se encontram nas contas sem o reflexo no SPIUnet, como:

- OBRAS EM ANDAMENTO: R\$ 19.784.454,42;
- ESTUDOS E PROJETOS: R\$ 2.886,81;
- INSTALACOES: R\$ 3.386.622,37.

Os registros da depreciação ocorreram de janeiro a dezembro de 2017, com contabilização dos registros nas contas 333110200 – Depreciação de Bens Imóveis, em contrapartida à conta de Depreciação Acumulada 12381.02.00, que totalizaram no exercício R\$ 153.241,46 e Acumulado R\$ 218.716,54.

Os custos totais de manutenção do imóvel do Campus Aracaju para o exercício 2017 ficaram em:

- Contratações de serviços e mão de obra no total de R\$ 606.042,19 (Seiscentos e seis mil, quarenta e dois reais e dezenove centavos), dos quais: R\$ 531.880,44 com limpeza e conservação do bem imóvel (CREDITO LIQUIDADO R\$ 485.134,23 e CRED EXEC POR INSCRICAO DE RPNP R\$ 46.746,21) e R\$ 74.161,75 manutenção do bem imóveis (CREDITO LIQUIDADO R\$ 11.085,42 e CRED EXEC POR INSCRICAO DE RPNP R\$ 63.076,33);
- Compras de materiais de consumo no valor de R\$ 122.965,03 (Cento e vinte e dois mil, novecentos e sessenta e cinco reais, três centavos), dois quais: R\$ 26.324,43 com material p/manutenção de bens imóveis/instalações (CREDITO LIQUIDADO R\$ 8.914,43 e CRED EXEC POR INSCRICAO DE RPNP R\$ 17.410,00); R\$ 48.314,81 com materiais elétricos (CREDITO LIQUIDADO R\$ 13.192,20 e CRED EXEC POR INSCRICAO DE RPNP R\$ 35.122,61) e R\$ 48.325,79 com materiais de limpeza e conservação (CREDITO LIQUIDADO R\$ 36.258,25 e CRED EXEC POR INSCRICAO DE R\$ 12.067,54)

O imóvel do Campus Aracaju está localizado na Cidade de Aracaju/SE, na Avenida Engenheiro Gentil Tavares, Nº 1166, Bairro Getúlio Vargas, CEP: 49055-260.

#### **b) Patrimônio imobiliário na cidade de Estância**

No Campus Estância, o terreno em que a unidade de ensino está localizada possui 55.000,00 m<sup>2</sup>, sendo que 3.662,46 m<sup>2</sup> equivalem a área construída. O imóvel do Campus Estância está situado na Rua Café Filho, nº 260, bairro Dr. Valter Cardoso Costa, Estância, Sergipe. As coordenadas geográficas decimais para Google Maps são: -11.2359637325, -37.4229543151.

No Campus Estância, referente aos materiais para manutenção do imóvel, o Almoxarifado possui um valor de R\$ 6.119,34 (Seis mil, cento e dezenove reais e trinta e quatro centavos) de saldo, sendo que ao longo do ano de 2017 houve uso de R\$ 4.602,59 (Quatro mil, seiscentos e dois reais e cinquenta e nove centavos) pelo setor de Manutenção para reparos na estrutura do prédio.

#### **c) Patrimônio imobiliário na cidade de Nossa Senhora da Glória**

O Prédio do Campus Glória ainda está em fase construção, estando localizado no Povoado Piabas, Zona Rural de Nossa Senhora da Glória, às margens da Rodovia Juscelino Kubitschek, entre os municípios de Glória e Monte Alegre.

O referido campus atualmente funciona em prédio cedido pela ENDAGRO, Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Sergipe, localizado no Parque de Exposição João de Oliveira Dantas, S/N, Nossa Senhora da Glória – Sergipe.

#### **d) Patrimônio imobiliário na cidade de Itabaiana**

Em atendimento à legislação referente a gestão do Patrimônio (Decreto nº 99672, de 06 de novembro de 1990), o imóvel disponibilizado para gestão do Campus Itabaiana está cadastrado no SPIUNET – Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União sob o Registro Imobiliário Patrimonial – RIP: 3157 00039.500-1. A obra foi concluída pela empresa Macedo Engenharia Ltda e entregue parcialmente no mês de setembro/2017, sendo realizados serviços complementares como cabeamento estruturado de rede e ligação definitiva da energia elétrica. O laudo de avaliação está com validade até dezembro/2017, porém aguarda-se a entrega definitiva da obra para nova avaliação. A data prevista de inauguração do prédio é em março/2018.

A sede definitiva do Campus Itabaiana está localizada no endereço Fazenda Grande, s/n, Bairro São Cristóvão, Itabaiana-Sergipe.

#### **e) Patrimônio imobiliário na cidade de Lagarto**

O Prédio do IFS Campus Lagarto possui em torno de 22 anos de existência, localiza-se na Estrada da Barragem n.425, Povoado Carro Quebrado, Distrito Industrial da Cidade de Lagarto. Cabe lembrar que devido a alterações em nomenclaturas de ruas da cidade, esta estrada atualmente é denominada Rua Cauby, Bairro Jardim Campo Novo, como constam em documentos.

O Campus Lagarto possui área de 22.600m<sup>2</sup> conforme registro do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Lagarto e sistema SPIUnet. A equipe diretiva é responsável pela gestão do patrimônio e manutenção de sua estrutura.

O referido campus possui ainda dois imóveis (terrenos) doados pelos poderes municipal e estadual, que encontram-se em fase de transcrição imobiliária. Ressalta-se que o terreno doado pela Prefeitura Municipal de Lagarto possui escritura de doação lavrada pelo 1º Tabelionato local datada de 28 de novembro de 2013 em favor do IFS. Este imóvel localiza-se a alguns metros de distância do Campus Lagarto, possuindo 4.580,62m<sup>2</sup>.

O outro imóvel (terreno) doado pelo Estado localiza-se na Rua João Inês, Bairro Libórios, na cidade de Lagarto. Este bem possui cerca de 67.335,09m<sup>2</sup> e também está em fase de transcrição imobiliária.

Salienta-se que os dois imóveis (terrenos), após o registro da doação efetiva, serão registrados no sistema de controle SPIUnet.

#### **f) Patrimônio imobiliário na cidade de Propriá**

Em relação ao Campus Propriá, existe um terreno localizado na Rodovia BR 101/SE – KM 5,0, S/N na cidade de Propriá/SE no qual a sede definitiva está sendo construída. A unidade funciona em sede provisória, através de prédio alugado junto à Diocese de Propriá.

#### **g) Patrimônio imobiliário na cidade de São Cristóvão**

A estrutura de controle e gestão do patrimônio imobiliário no âmbito do Campus São Cristóvão é realizado através do SPIUnet, no qual se mantêm os registros dos imóveis, utilizações, usuários e relatórios gerenciais, interligados com o SIAFI cujos lançamentos contábeis são automatizados, facilitando os balanços patrimoniais que eventualmente venham a ser confeccionados.

O campus possui apenas um imóvel, que está localizado na Rodovia BR 101 – Km 96 – Povoado Quissamã, Município de São Cristóvão, com área total de 9.610.600,00m<sup>2</sup>, registrado com o RIP 323300153.500-0.

O imóvel do campus está avaliado através do Laudo da Caixa nº 6991.6991.000088969/2017.01.01.01, de 27 de março de 2017, em R\$ 34.097.034,89, no qual aproximadamente R\$ 21.800.00,00 são relativos ao terreno e R\$ 12.300.000,00 referentes ao valor da área construída.

No terreno do Campus novas instalações estão em fase final de construção e serão incorporadas ao patrimônio do campus. Entre elas estão um complexo para formação de Cães Guia, Alojamentos para alunos, Posto Médico e uma nova Guarita.

### h) Patrimônio imobiliário na cidade de Tobias Barreto

O Campus Tobias Barreto funciona provisoriamente na antiga escola Estadual Albano do Prado Franco, endereço Rodovia Gov. Antônio Carlos Valadares, Conjunto Irmã Dulce, s/n. A obra, da sede definitiva, foi reiniciada e está em andamento, no Complexo habitacional Julieta Barreto Menezes, s/n, na Zona de Expansão, bairro Fazenda Concórdia, Tobias Barreto/SE, CEP 49300-000.

O terreno, recebido em doação pela prefeitura do Município de Tobias Barreto, possui 123.592,87 m<sup>2</sup>, sendo que 2.727 m<sup>2</sup> equivalem a área construída. De acordo com a avaliação da Caixa Econômica Federal, o valor do terreno é o de R\$ 8.250.000,00.

### i) Patrimônio imobiliário na cidade de Socorro

O Campus Socorro localiza-se à Avenida Perimetral, S/N - Bairro Marcos Freire I, CEP 49160-000, Nossa Senhora do Socorro-SE. O imóvel está registrado no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União – SPIUnet com os seguintes números: RIP do imóvel: 3195.00013.500-2 e RIP de utilização: 3195.00014.500-8.

De forma geral, o IFS não possui plano formal para a abordagem da gestão de riscos quanto aos seus imóveis, apesar de possuir um Departamento de Gestão de Riscos constituído em sua estrutura no ano de 2016. Contudo, foi realizado um treinamento no período de 05 a 09/12/2016 (Curso de Gestão de Risco no Setor Público), ministrado pela ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público.

Assim, em relação aos riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los, os dados apresentados no quadro abaixo são empíricos e estão baseados no que o setor visualiza como risco evidente, devendo ser trabalhado no Comitê recém-constituído para tal finalidade.

Quadro 79 – Riscos e medidas mitigadoras em relação aos imóveis

Riscos Identificados	Medidas Mitigadoras.
Perda de prazo para renovação/nova contratação do contrato de aluguel do imóvel	No prazo de 90 dias anteriores à renovação/vencimento, os contratos são renovados, conforme orientações do setor de contratos
Exposição dos imóveis funcionais e seus ocupantes à insegurança devido ao aumento da taxa de violência urbana	Contratação/renovação contratual do serviço de vigilância
Conservação e manutenção dos imóveis a fim de garantir a salubridade do ambiente de trabalho	Contratação/renovação do serviço de limpeza predial e serviço de apoio à manutenção do imóvel
Acúmulo de lixo dos Imóveis	Escolher imóveis onde existe coleta regular de lixo

Fonte: Proad

O sítio da rede mundial de computadores no qual é feito o acompanhamento dos imóveis é de responsabilidade do Ministério do Planejamento, SPIUnet, e as informações podem ser acessadas pelo link: <http://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp>.

Quadro 80 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2017	Exercício 2016
BRASIL	Sergipe	Σ	Σ
	Aracaju	1	01
	Lagarto	1	01
	São Cristóvão	1	01

	Estância	1	01
	Itabaiana	1	01
	Glória	1	01
	Tobias Barreto	1	01
	Nossa Senhora do Socorro	1	01
	Poço Redondo	1	01
	Propriá	1	01
	<b>Subtotal Brasil</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
	<b>Subtotal Exterior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Total (Brasil + Exterior)</b>	<b>10</b>	<b>10</b>

Fonte: COPAT/Reitoria

O IFS não possui bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização, nem com ocupação irregular de imóveis funcionais e sua representatividade frente ao todo. Também não encontrou outros problemas identificados na gestão dos imóveis funcionais. O quadro 81 a seguir contém um resumo dos imóveis registrados pelo IFS através de seu RIP, demonstrando o valor de avaliação.

Quadro 81 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Valor do Imóvel		
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
158393	3105.00123.500-5	Entrega – Administração Federal Direta	Cr\$ 1.200.000,00	17/07/2017	R\$ 53.081.000,00
152420	3189.00050.500-0	Uso em Serviço Público	95.000,00	17/07/2017	R\$ 231.469,51
152430	3157.00039.500-1	Uso em Serviço Público	R\$166.208,26	10/12/2015	R\$ 4.255.007,57
158392	3233.00153.500-0	Entrega – Administração Federal Direta	3.836.703,06	16/03/2017	R\$ 34.097.034,89
158394	3169.00004.500-4	Uso em Serviço Público	11.206,61	05/02/2016	R\$ 10.006.067,67
154626	3207.00028.500-1	Uso em Serviço Público	R\$ 1.358.962,59	07/11/2011	R\$ 1.358.962,59
154679	3247.00022.500-8	Uso em Serviço Público	-	19/12/2016	R\$ 8.250.000,00
154680	3195.00013.500-2	Doação Sem Encargo	-	28/11/2016	R\$ 11.830.000,00
154681	3213 00038.500-0	Uso em Serviço Público	-	19/01/2017	R\$ 857.700,00
<b>Total</b>					
Observações:					
1- Referente à UG 154626 (Poço Redondo), o cadastro do mesmo foi realizado pela COPAT/Reitoria, mas a gestão ficará a cargo do campus.					

Fonte: COPAT/Reitoria

#### 5.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

No IFS, o Campus Aracaju apresenta duas situações de cessão de espaço físico, sendo a primeira com a Caixa Econômica Federal (CEF), CNPJ 00.360.305/0001-04 (área de 127,16m²) e a segunda com a firma Wbiranilton L. de Araújo – ME, CNPJ 40.811.101/0001-67 (área de 56,13m²).

A cessão do Campus Aracaju com a Caixa Econômica Federal foi realizada pela Inexigibilidade Nº 01/2017, processo nº 23290.000356/2017-87, Termo de Contrato N.º 01/2017, tendo por finalidade de uso serviços bancários que atende alunos, servidores e também a comunidade externa. O prazo da cessão foi de 07 de julho de 2017 até o dia 10/11/2017. O valor

arrecadado com a cessão em 2017 foi de R\$ 42.285,09 (Quarenta e dois mil e duzentos e oitenta e cinco reais e nove centavos), sendo recebido em 2017 o valor de R\$ 25.803,84 (Vinte e cinco mil e oitocentos e três reais e oitenta e quatro centavos), referente ao período de 03/12/2013 a 03/12/2014. A cessionária realiza o pagamento das despesas com água e energia elétrica que consome, existe no local medidores de energia e água para verificar o consumo. É relevante destacar que a CAIXA funcionava inicialmente no prédio administrativo (1º bloco), o qual foi demolido por conta da obra de construção do novo Teatro, Prédio Administrativo e Biblioteca, obra que ainda está em execução.

A cessão do Campus Aracaju com a empresa Wbiranilton L. de Araújo – ME, foi realizada pelo Pregão Eletrônico nº 04/2015, processo nº 23290.001472/2014-71, resultando no Contrato nº 04/2015, tendo por objeto o fornecimento de refeições prontas e lanches. O espaço cedido fica localizado na cantina, pavimento térreo do prédio Leyda Régis no IFS/Campus Aracaju, com área total de 56,13m². A indenização pelo uso custou a cessionária o valor mensal de R\$ 469,44 de janeiro a junho de 2017. Com reajuste o valor passou a ser de R\$ 476,83 de julho até dezembro de 2017, totalizando um montante de: R\$ 5.550,83. O benefício da cessão visa principalmente atender aos alunos considerados carentes que tem acesso a duas refeições (almoço e jantar) subsidiado pela Administração dentro dos limites orçamentários, mas também atende aos demais alunos que podem pagar e assim não precisam se deslocar para áreas externas do Campus com riscos diversos (acidente de trânsito, assaltos, etc.). A cessionária realiza o pagamento das despesas com água e energia elétrica que consome, existe no local medidores de energia e água para verificar o consumo.

O campus Estância cede uma parte de seu imóvel à empresa Marleide Lima de Jesus, realizada através do Pregão nº 04/2017, processo nº 23463.000608/2016-68, resultando no Contrato nº 03/2017, que tem por objeto os serviços de lanchonete e fornecimento de refeições. O espaço cedido fica localizado na cantina do IFS/Campus Estância, com área total de 221,9m². A indenização pelo uso custa a cessionária o valor mensal de R\$ 300,00, e a cessionária realiza ainda o pagamento das despesas com água e energia elétrica que consome.

O benefício da cessão do Campus Estância visa principalmente atender aos alunos e servidores que assim não precisam se deslocar para áreas externas do Campus com riscos diversos (acidente de trânsito, assaltos, etc.) e ainda contam com o desconto de 24% aplicado sobre o preço médio de mercado nos produtos fornecidos.

O Campus São Cristóvão cedeu à Universidade Federal de Sergipe, por meio de um contrato de concessão de direito real de uso, 166,8 hectares de terra destinados a instalação do denominado “Campus Rural” da UFS. Neste espaço são desenvolvidos, pela universidade, estudos e pesquisas na área de ciências agrárias.

### 5.2.5. Informações sobre imóveis locados de terceiros

O IFS fechou o exercício de 2017 com 5 (cinco) imóveis locados de terceiros, sendo 3 (três) deles localizados na cidade de Aracaju/SE, 1 (um) na cidade de Itabaiana/SE e 1 (um) na cidade de Propriá/SE, conforme quadro 82:

Quadro 82 – Bens Imóveis Locados de Terceiros

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Aluguel	
				Valor (mensal)	Data da Avaliação
158134	3105.00237.500-5	Locação de Terceiros	Muito Bom	65.034,44	16/09/2015
158134	3105.00239.500-6	Locação de Terceiros	Regular	63.749,04	13/11/2015
158134	3105.00241.500-7	Locação de Terceiros	Bom	5.184,29	12/11/2015
152430	3157.00041.500-2	Locação de Terceiros	Regular	14.000,00	09/05/2016
154681	3213 00036.500-0	Locação de Terceiros	Bom	10.000,00	05/02/2016

Fonte: COPAT/PROAD

Considerando a grande reforma por que passa o Campus Aracaju, cujas instalações foram demolidas parcialmente, dando lugar a construção de um novo prédio, mais moderno e amplo, a Reitoria, a Diretoria de Obras, duas Pró-Reitorias que ocupavam espaços naquele campus tiveram que buscar alternativas para continuarem suas atividades, e tendo sido consultado o Gestor de imóveis da união no estado de Sergipe e não logrando êxito, seguindo os trâmites legais e não encontrando imóvel único que atendesse demanda deveras grandiosa, a gestão optou pelo aluguel de três prédios na cidade de Aracaju, abrigando a Reitoria no primeiro, a Diretoria de Obras no segundo e duas Pró-Reitorias, além do centro de pós-graduação no terceiro, evitando assim prejuízos de gestão que pudessem comprometer a atividade fim.

O quarto imóvel locado situa-se na cidade de Itabaiana e abriga o Campus provisório do Instituto instalado naquela localidade. Como os demais imóveis locados, antes de optar pela locação do referido imóvel, fora verificada a disponibilidade de imóvel da União na região, todavia não havia disponibilidade. As instalações provisórias estão localizadas à Rua Dr. Augusto César Leite nº 165, Bairro Anízio Amâncio de Oliveira, Itabaiana/SE, a qual foi definida conforme processo administrativo para contratação, que deve ser encerrado até 05/2018, por motivo de mudança para a sede própria da unidade de ensino.

Por fim, desde o exercício 2016 foi locado imóvel na cidade de Propriá mediante contrato de dispensa de licitação, devido ao processo de construção de sua sede definitiva que se encontra em andamento e sem prazo de conclusão. A princípio a Prefeitura Municipal de Propriá custeava as despesas com a locação, contudo a partir de 2016 tais despesas passaram a ser custeadas pelo IFS, uma vez que os serviços não poderiam ser descontinuados, o que causaria um prejuízo incalculável para os alunos daquela localidade.

Quadro 83 – Quantidade de imóveis locados de terceiros

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis locados de terceiros		
		Exercício 2017	Exercício 2016	Exercício 2015
<b>BRASIL</b>	<b>Sergipe</b>	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$
	Aracaju	3	3	3
	Lagarto	0	0	0
	São Cristóvão	0	0	0
	Estância	0	0	0
	Itabaiana	1	1	1
	Glória	0	0	0
	Tobias Barreto	0	0	0
	Nossa Senhora do Socorro	0	0	0
	Poço Redondo	0	0	0
	Propriá	1	1	0
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>5</b>	<b>5</b>	<b>4</b>
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>5</b>	<b>5</b>	<b>4</b>

Fonte: COPAT/PROAD

#### 5.2.6. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Dando continuidade ao processo de expansão e reestruturação da Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico, embora a crise no país tenha reduzido os investimentos públicos e afetado o início de novas obras e projetos em 2017, o IFS manteve a execução de suas obras que já haviam sido iniciados em períodos anteriores, como os casos das obras de construção dos campi Itabaiana e Nossa Senhora da Glória, que fazem parte da etapa II do Plano de expansão da rede, das obras de construção dos campi Tobias Barreto e Poço Redondo pertencente à etapa III da expansão e as



obras de reestruturação dos demais campi do IFS, construção dos prédios administrativo, biblioteca e auditório do campus Aracaju; construção dos alojamentos masculino e feminino, guarita, posto médico e, segunda etapa da pavimentação e urbanização do campus São Cristóvão; e por fim as obras de reforma do ginásio poliesportivo e revitalização dos sanitários do campus Lagarto.

#### 5.2.6.1. Serviços concluídos em 2017:

##### a) Construção do *campus* Itabaiana:

A obra de construção do *campus* Itabaiana teve seus serviços concluídos em junho de 2017, após ter sido retomada em janeiro de 2014. Foi entregue à sociedade um *campus* dotado com estrutura de quatro blocos divididos em: bloco de biblioteca, possuindo uma área de 829,46m<sup>2</sup> para disponibilização do acervo físico e digital; bloco de laboratórios, com área construída de 1.591,40m<sup>2</sup>, divididas em 13 salas de laboratórios e banheiro; bloco de salas de aulas, com um total de 12 salas e banheiro, distribuídos em 1.296,55m<sup>2</sup> de área construída; e por fim o bloco de administração, com 1.507,16m<sup>2</sup> de área construída, divididas em salas destinadas à administração do *campus*, além de banheiros, copas e mini auditório.

Figura 6 – Fachada do Campus Itabaiana



Fonte: acervo IFS

Figura 7 – Biblioteca do *campus* Itabaiana



Fonte: acervo IFS

**b) Reforma e revitalização dos sanitários do campus de Lagarto:**

Em outubro de 2017, foi concluída a reforma e revitalização dos sanitários do *campus* Lagarto. Os serviços envolveram a revitalização de 14 sanitários, incluindo a adequação aos portadores de necessidades especiais, substituição de revestimentos e lavatórios, individualização dos mictórios, entre outros.

Figura 8 – Reforma e revitalização dos sanitários do *campus* Lagarto



Fonte: acervo IFS.

Figura 9 – Reforma e revitalização dos sanitários do *campus* Lagarto



Fonte: acervo IFS.

**c) Serviços de topografia no *campus* São Cristóvão:**

Com o objetivo de cadastrar as feições do *campus* subsidiando a atividade de projetos ou mesmo de conferência de área para fins fundiários. O serviço de topografia envolveu o levantamento planialtimétrico e regularização junto ao INCRA com a certificação do imóvel e o cadastro ambiental rural.

**5.2.6.2. Serviços em desenvolvimento em 2017:**

**a) Contratação de equipe técnica multidisciplinar para fiscalizar obras e projetos de engenharia e arquitetura do IFS:**

Com o término do prazo do contrato firmado com empresa para disponibilização de uma equipe multidisciplinar com o objetivo de subsidiar os representantes da Administração na fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia nos *campi* do IFS, foi realizada no final de



2017, a contratação de uma nova empresa para disponibilização da equipe, com prazo inicial de 12 meses. Entre os serviços que essa equipe desenvolverá estão: verificar/avaliar a qualidade técnica dos projetos, orçamentos e especificações contratadas; elaborar orçamentos e especificações técnicas das obras e serviços; fiscalizar qualitativa e quantitativamente obras e serviços e, quando necessário, elaborar outros documentos técnicos como laudos e relatórios. Essas atividades são executadas sob a supervisão e orientação dos servidores engenheiros e arquitetos do IFS que atuam como fiscais de cada contrato, estando relacionadas com as atividades técnicas necessárias para o andamento de obras e serviços de engenharia no IFS.

#### **b) Execução da 2ª etapa da urbanização com pavimentação, passeios e arruamentos no *campus* São Cristóvão**

Dando sequência ao plano de reurbanização do *campus* São Cristóvão, através da construção de pavimentos, calçamentos e passeios, a segunda etapa, iniciada em dezembro de 2016, teve seus serviços paralisados temporariamente por 120 dias em decorrência da impossibilidade de execução do trecho da via principal, que é utilizado pelos caminhões pesados da obra de construção do Alojamento. Com a paralisação da obra, a previsão para conclusão dos serviços é abril de 2018.

Figura 10 – Canteiro de obras da 2ª etapa da urbanização do *campus* São Cristóvão.



Fonte: acervo IFS

#### **c) Construção dos alojamentos feminino e masculino, posto médico e guarita do *campus* São Cristóvão**

Dando continuidade a reestruturação e melhoria das estruturas físicas do *campus* São Cristóvão, a obra de construção dos alojamentos contemplará um prédio para o alojamento masculino e outro para o alojamento feminino com 20 dormitórios cada. Também está sendo construído um prédio para o posto médico e uma guarita. A previsão para conclusão da obra é o segundo semestre de 2018.

Figura 11 – Canteiro de obras da guarita do *campus* São Cristóvão



Fonte: acervo IFS



Figura 12 – Canteiro de obras dos Alojamentos e Posto Médico do *campus* São Cristóvão.



Fonte: acervo IFS

Figura 13 – Perspectiva artística do alojamento do *campus* São Cristóvão.



Fonte: acervo IFS

#### **d) Reforma do ginásio poliesportivo do *campus* Lagarto:**

A obra de reforma do ginásio foi retomada em dezembro de 2016 e conta com os serviços de substituição do piso de madeira por epóxi, recuperação da estrutura do telhado, renovação das instalações elétricas, revitalização dos vestiários, entre outros serviços que tornarão as instalações mais adequadas para a prática esportiva e apta a receber eventos do porte da instituição. A previsão de conclusão das obras é no primeiro semestre de 2018.

Figura 14 – Acessibilidade ao ginásio poliesportivo do *campus* Lagarto



Fonte: acervo IFS



Figura 15 – Interior do ginásio poliesportivo do *campus* Lagarto



Fonte: acervo IFS

**e) Complementação/conclusão da construção do *campus* de Nossa Senhora da Glória:**

O *campus* de Nossa Senhora da Glória pertencente à etapa II do plano de expansão da rede, reiniciou no final do ano de 2016 as obras para conclusão da construção do *campus*, com previsão de término para o início de 2018.

Figura 16 – Canteiro de obras do *campus* Nossa Senhora da Glória



Fonte: acervo IFS

**f) Obras de ampliação e reestruturação do *campus* Aracaju:**

Iniciada em novembro de 2014, a obra de ampliação e reestruturação do *campus* Aracaju foi paralisada pela empresa em junho de 2017. Após tentativas de reiniciar a obra, o IFS rescindiu o contrato com a empresa em setembro de 2017. Um novo processo de contratação foi iniciado, com previsão para início das obras no primeiro semestre de 2018.

Figura 17 – Canteiro das obras de ampliação e reestruturação do *campus* Aracaju.



Fonte: acervo IFS

Figura 18 – Concepção artística da ampliação e reestruturação do *campus* Aracaju.



Fonte: acervo IFS

**g) Construção da 1ª etapa do *campus* Tobias Barreto:**

A obra de construção do *campus* Tobias Barreto (etapa III do plano de expansão da rede) encontra-se com os seus serviços adiantados. Com prazo de conclusão previsto para setembro de 2018, há a expectativa de conclusão das obras já no primeiro semestre de 2018. A obra contempla a construção de um prédio administrativo, com parte da estrutura adaptado para salas de aula e laboratórios, além de uma guarita e estacionamento.

Figura 19 – Execução de serviços no canteiro de obras do *campus* Tobias Barreto.



Fonte: acervo IFS

Figura 20 – Execução de serviços no canteiro de obras do *campus* Tobias Barreto



Fonte: acervo IFS



#### h) Construção da 1ª etapa do *campus* de Propriá:

No fim de 2016, a obra de construção do *campus* Propriá (etapa III do plano de expansão da rede) foi relicitada após o IFS rescindir o contrato com a empresa anterior. Com previsão de início das obras para janeiro de 2017, por decisão judicial, o IFS foi impedido de emitir a ordem de serviço até que os trabalhos periciais solicitados pela justiça fossem concluídos. Somente em dezembro de 2017, a justiça liberou o IFS para retomar as obras de construção do *campus*. A previsão para início das obras é janeiro de 2018, com prazo para conclusão de 24 meses.

#### i) Construção da 1ª etapa do *campus* do município de Poço Redondo:

A construção do *campus* Poço Redondo, pertencente à etapa III do plano de expansão da rede, foi iniciada em setembro de 2016 e conclusão prevista para setembro de 2018. A obra segue o planejamento do IFS quanto à construção do prédio administrativo, com espaços adaptados para salas de aula e laboratórios, para posterior construção do prédio de didática.

Figura 21 – Execução de serviços no canteiro de obras do *campus* Poço Redondo



Fonte: Acervo IFS

### 5.2.6.3. Investimentos do IFS no âmbito de obras e serviços de engenharia

Tabela 6 – Valores de contratos de projetos, obras e serviços de engenharia concluídos em 2017

Item	Projeto, Obra ou Serviço	Valor final do contrato (R\$)
1.1	Complementação/conclusão da construção do <i>campus</i> de Itabaiana/SE.	7.403.626,16
1.2	Reforma e revitalização dos sanitários do <i>campus</i> de Lagarto.	369.281,68
1.3	Serviços de topografia no <i>campus</i> São Cristóvão.	115.416,42
<b>Total investido (R\$)</b>		<b>7.888.324,26</b>

Fonte: DIPOP/IFS

Tabela 7 – Valores de contratos de projetos, obras e serviços de engenharia em desenvolvimento em 2017

Item	Projeto, obra ou serviço	Valor atualizado do contrato (R\$)
2.1	Contratação de equipe técnica multidisciplinar para fiscalizar obras e projetos de engenharia e arquitetura do IFS.	133.343,48
2.2	Execução da 2ª etapa da urbanização com pavimentação, passeios e arruamentos no <i>campus</i> São Cristóvão.	1.515.008,10
2.3	Construção dos alojamentos feminino e masculino, posto médico e guarita do <i>campus</i> São Cristóvão.	6.906.936,56
2.4	Reforma do ginásio poliesportivo do <i>campus</i> Lagarto.	553.035,52
2.5	Complementação/conclusão da construção do <i>campus</i> de Nossa Senhora da Glória.	3.809.146,55
2.6	Obras de ampliação e reestruturação do <i>campus</i> Aracaju.	31.930.946,39
2.7	Construção da 1ª etapa do <i>campus</i> Tobias Barreto.	4.545.412,59
2.8	Construção da 1ª etapa do <i>campus</i> de Propriá.	6.568.216,74
2.9	Construção da 1ª etapa do <i>campus</i> do município de Poço Redondo.	6.590.410,35
<b>Total investido (R\$)</b>		<b>62.552.456,28</b>

Fonte: DIPOP/IFS

### 5.3. Gestão da Tecnologia da Informação

#### a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC é o instrumento de gestão que contém o diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC visando atender às necessidades tecnológicas e de informação do Instituto Federal de Sergipe - IFS, para o período 2014-2019.

Na construção do PDTIC foram observados além das diretrizes estabelecidas por diversas instruções normativas, leis, recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), e da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP); o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014 - 2019) e as Estratégias do SISP: Geral de Tecnologia da Informação – EGTI (2014-2015)<sup>1</sup> e de Governança Digital (2016-2019)<sup>2</sup>.

O PDTIC define como a área de TI, representada pela Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI contribuirá para o alcance dos objetivos estratégicos.

O Plano vigente está em conformidade com a Portaria Nº 19/MP de 29/05/2017 que dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2014-2019 da UPC encontra-se disponível através do link: <http://www.ifs.edu.br/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-pdtic>.

#### a.1) Estrutura de Governança de TIC

A Política de Governança de TIC/IFS (PGTIC), instituída pela Deliberação Nº 63/CGTIC/IFS de 02/10/2017, define princípios, diretrizes e estrutura organizacional referentes a governança e gestão de TIC para Instituição.

*“Art. 22. Para os efeitos dessa política compõe as Estruturas Organizacionais envolvidas na Gestão e Governança de TIC:*

*I – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) – órgão colegiado de caráter permanente, instituído pela Portaria Nº 1039/IFS de 28/04/2014, e de natureza deliberativa convalidada pela Resolução Nº 17/2017/CS/IFS de 13/03/2017.*

*II – Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) - órgão colegiado de caráter permanente, instituído pela Portaria Nº 1179/IFS de 13/04/2014, e de natureza deliberativa convalidada pela Resolução Nº 17/2017/CS/IFS de 13/03/2017.*

*III – Comitê de Planejamento de TIC (CplanTI) - órgão colegiado de natureza consultiva, instituído pela Portaria Nº 824/IFS de 18/03/2015 e recomposto anualmente;*

*IV – Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e Coordenações de Tecnologia da Informação (CTI) dos Campi;*

*V – Coordenação de Governança de TI (GovTI);*

*a) Escritório de Processos de TI (EprocTI);*

*b) Escritório de Projetos de TI (EprojTI); e*

*VI – Auditoria Interna (AUDINT) ”.*

<sup>1</sup> “A Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) é um instrumento de gestão do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), que traça a direção da Tecnologia da Informação (TI), definindo o plano estratégico que visa promover a melhoria contínua da gestão e governança de TI, assim como a sustentação da infraestrutura, além de subsidiar os órgãos do Sistema na elaboração dos Planejamentos de Tecnologia da Informação, inclusive em atendimento ao que determina o Art. 3º. da Instrução Normativa (IN) SLTI/MP nº 04, de 12 de novembro de 2010”.

“Art. 3º Em consonância com o art. 4º do Decreto nº 7.579, de 2011, o Órgão Central do SISP elaborará, em conjunto com os Órgãos Setoriais e Seccionais do SISP, a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI para a Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, revisada e publicada anualmente, para servir de subsídio à elaboração dos PDTI pelos órgãos e entidades integrantes do SISP”.

<sup>2</sup> “A Estratégia de Governança Digital (EGD) define conceitos, desafios, oportunidades, objetivos estratégicos, as metas, os indicadores e as iniciativas para implementar a Política de Governança Digital, instituída pelo Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, e norteará programas, projetos, serviços, sistemas e atividades a ela relacionados.

A estruturação da governança amplia as possibilidades de participação social e de construção colaborativa de políticas e iniciativas inovadoras de governo digital, para que possam ser oferecidos melhores serviços que respondam às exigências de transparência e prestação de contas para a sociedade. Nesse sentido, a EGD pretende promover um movimento de simplificação e agilização na prestação dos serviços públicos e de melhora do ambiente de negócios e da eficiência da gestão pública, conforme explicita o Decreto nº 8.414, de 26 de fevereiro de 2015, que instituiu o Programa Bem Mais Simples Brasil”.

*“Art. 23º Os papéis e responsabilidades referentes a Governança e Gestão de TIC no Instituto desenvolvidos pelas estruturas organizacionais se darão da seguinte forma:*

*I – Alta administração – responsável pela governança de TIC no IFS;*

*II - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) - responsável pelo estabelecimento e alcance dos objetivos e das metas de TIC, bem como pela orientação das iniciativas e dos investimentos em TIC;*

*III - Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) – responsável pela implementação da Política de Segurança da Informação;*

*IV– Comitê de Planejamento de TIC (CPlanTI) – executa o Processo de Acompanhamento do PDTIC auxiliando o CGTIC no monitoramento e avaliação da implementação das ações, do uso dos recursos e da entrega dos serviços, com o objetivo de atender às estratégias e aos objetivos institucionais;*

*V – Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e Coordenadorias de Tecnologia da Informação (CTI) dos Campi – são responsáveis pelo planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de TIC, devendo assessorar o CGTIC na governança de TIC;*

*VI – Coordenação de Governança de TI (GovTI) - assessora a DTI e CTI's na implantação das Políticas de Governança de TI e Segurança da Informação e acompanha sua execução.*

*a) Escritório de Processos de TI (EprocTI); – auxilia na formalização e acompanhamento dos processos de governança e Gestão de TIC;*

*b) Escritório de Projetos de TI (EprojTI); – auxilia o gerenciamento, monitoramento e controle do portfólio de TIC;*

*VII – Auditoria Interna (AUDINT) - analisa a conformidade do ambiente de TIC, avaliando e desenvolvendo mecanismos para a manutenção da conformidade da área de TIC com os marcos regulatórios que regem a administração pública”.*

A Diretoria de Tecnologia da Informação, por meio de seu representante, também integra o Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC) do IFS.

## **a.2) Evolução da Governança de TI no IFS**

Atendendo às recomendações da Auditoria Interna do IFS, o Levantamento de Governança de TI do Tribunal de Contas da União (TCU)<sup>3</sup> de 2012 foi utilizado como referência para o planejamento das ações de TI, objetivando a implantação das práticas de governança recomendadas pelo TCU.

O engajamento dos servidores de TI nos grupos de trabalho criados para implantação dessas práticas e o apoio da alta administração foram decisivos para sairmos do iGovTI<sup>4</sup> de 0,28, em 2012 para 0,63, em 2016, apresentando evolução significativa em todas as dimensões conforme demonstrado nas tabelas e gráficos seguintes.

<sup>3</sup> O Levantamento de Governança de TI do TCU tem o objetivo de acompanhar a situação atual e a evolução da governança de TI na Administração Pública Federal (APF). É realizado através da aplicação bianual de um questionário dividido em 06 dimensões: Liderança da alta administração (D1), Estratégias e planos (D2), Informações (D3, Pessoas (D4), Processos (D5) e Resultados (D6).

Os últimos levantamentos efetuados pelo Tribunal sobre a matéria ocorreram em 2010, 2012, 2014 e 2016 e foram apreciados, respectivamente, mediante os Acórdãos 2.308/2010, 2.585/2012, 3.117/2014 e 882/2017, todos do Plenário. Entretanto os Insitutos Federais só passaram a participar do levantamento a partir de 2012.

<sup>4</sup> iGovTI – “... índice de governança de TI (iGovTI) foi criado em 2010, no âmbito do 2º Levantamento de Governança de TI (Acórdão 2.308/2010-TCU-Plenário), com o propósito de orientar as organizações públicas no esforço de melhoria da governança e da gestão de TI. O índice também permite ao TCU avaliar, de um modo geral, a efetividade das ações adotadas para induzir a melhoria da situação de governança de TI na Administração Pública Federal. O iGovTI é o resultado da consolidação das respostas das organizações públicas ao questionário de governança de TI elaborado pela Sefti, por meio de fórmula que resulta em um valor que varia de 0 a 1”. Este intervalo é utilizado para referenciar 04 estágios de capacidade descritos na figura abaixo.

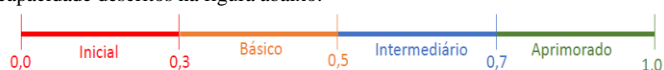
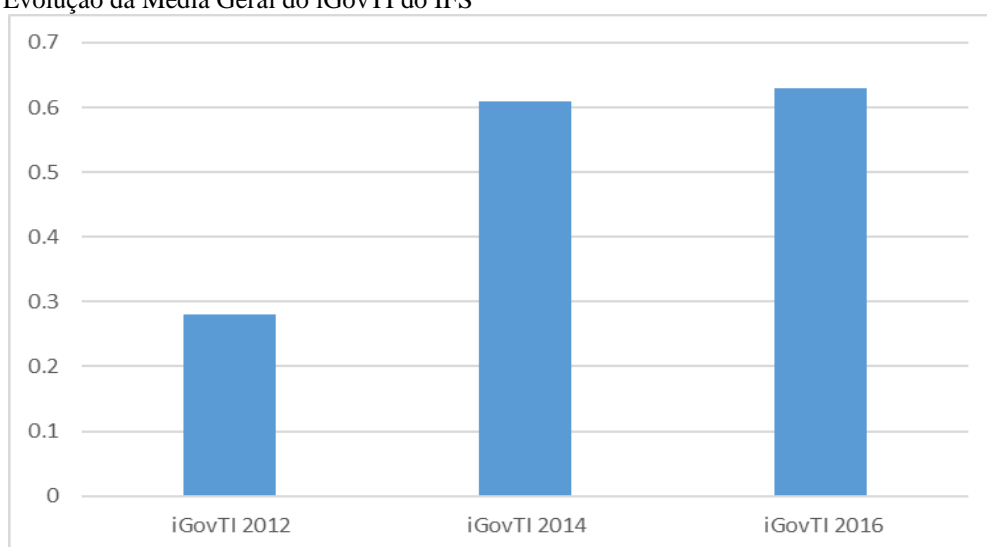


Tabela 8 – Evolução do Índice de Governança de TI do IFS

Dimensões	iGovTI 2012		iGovTI 2014		iGovTI 2016	
	Nota	Capacidade	Nota	Capacidade	Nota	Capacidade
<b>Liderança (D1)</b>	0.14	Inicial	0.59	Intermediário	0.56	Intermediário
<b>Estratégia e Planos (D2)</b>	0.33	Inicial	0.87	Aprimorado	0.95	Aprimorado
<b>Informação e Conhecimento(D3)</b>	0	Inicial	0.52	Intermediário	0.78	Aprimorado
<b>Pessoas (D4)</b>	0.47	Intermediária	0.43	Básico	0.44	Básico
<b>Processos (D5)</b>	0.24	Inicial	0.44	Básico	0.47	Básico
<b>Resultados (D6)</b>	0.26	Inicial	0.87	Aprimorado	0.59	Intermediário
<b>Média Geral</b>	<b>0,28</b>	<b>Inicial</b>	<b>0,61</b>	<b>Intermediário</b>	<b>0,63</b>	<b>Intermediário</b>

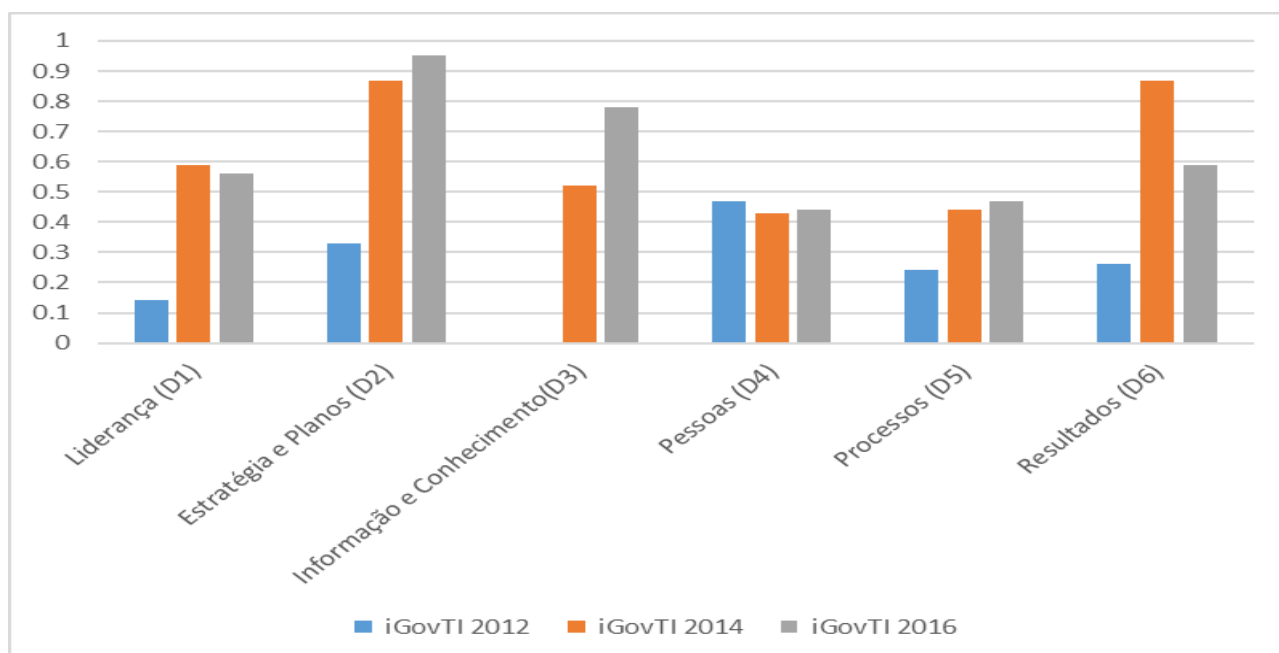
Fonte: Relatórios Levantamento de Governança de TI do TCU 2012, 2014 e 2016.

Gráfico 16 – Evolução da Média Geral do iGovTI do IFS



Fonte: Relatórios Levantamento de Governança de TI do TCU 2012, 2014 e 2016.

Gráfico 17 – Evolução das médias do iGovTI por Dimensão do IFS



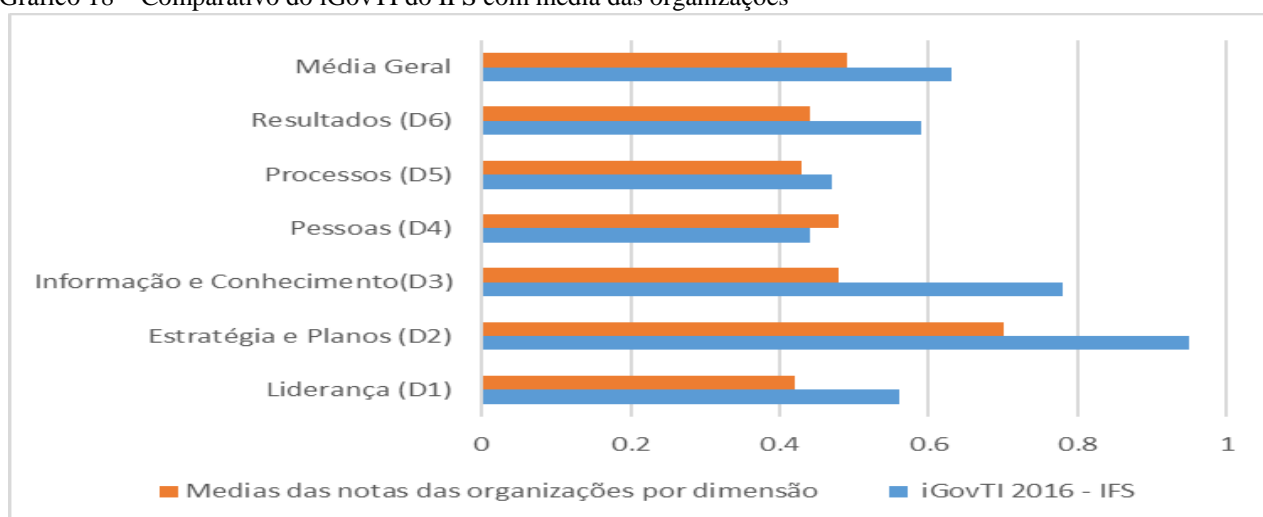
Fonte: Relatórios Levantamento de Governança de TI do TCU 2012, 2014 e 2016.



No levantamento de 2016 (Processo TC 008.127/2016-6 / Acórdão 882/2017) 368 instituições brasileiras responderam ao questionário enviado pelo TCU, e foram avaliadas em 06 dimensões: Liderança da alta administração (D1) – peso 21%, Estratégias e planos (D2) – peso 16%, Informações (D3) – Peso de 16%, Pessoas (D4) – Peso de 16%, Processos (D5) – Peso de 19% e Resultados (D6) – Peso de 12%.

O Instituto Federal de Sergipe (IFS) obteve **média geral de 0,63, nível de capacidade intermediário**, ficou com a **8ª colocação**, entre as **106 instituições de ensino avaliadas**; **36ª** entre as **225 do segmento EXE-Sisp**, que abrange as instituições que integram o Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISIP; e **87ª entre todas as 368 organizações avaliadas**, além de apresentar valores acima da média das organizações como pode ser observado no gráfico 18. Tornando-se referência em boas práticas de Governança de TI na Rede Federal de Educação conforme apontado pela SETIC em apresentação na Reunião Extraordinária do Fórum de Tecnologia da informação do CONINF, realizada em 08/08/2017 na sede do CONINF, DF.

Gráfico 18 – Comparativo do iGovTI do IFS com média das organizações



Fonte: Relatórios Levantamento de Governança de TI do IFS/TCU 2016 e Acórdão 882/2017.

Os marcos de implantação da GovTI no IFS podem ser vistos no site (<https://prezi.com/p/txprdazjrv3/>) apresentado na I Oficina de Planejamento de TI.

Figura 22 – Marcos de Implantação da GovTI



Fonte: I Oficina de Planejamento de TI

**b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.**

O Comitê Gestor de TIC - CGTIC é um órgão colegiado de caráter permanente, instituído pela Portaria Nº 1039/IFS de 28/04/2014, e de natureza deliberativa convalidada pela Resolução Nº 17/2017/CS/IFS de 13/03/2017.

A composição e atribuições do CGTIC estão detalhadas no regimento interno do referido comitê institucionalizado através da Deliberação Nº 37/2017/CGTIC/IFS de 26/06/2017.

*“Art. 2º. O Comitê será constituído pelos servidores ocupantes dos seguintes cargos:*

*I – Reitor, como Presidente;*

*II – Diretor de Tecnologia da Informação;*

*III – Pró-Reitores;*

*IV – Diretor Geral dos campi do IFS;*

*V – Diretores e Coordenadores Sistêmicos vinculados à Reitoria.*

*§1º Um Servidor do IFS será designado para o exercício da secretaria do Comitê, e em caso de ausência, a Presidência deverá indicar um membro do Comitê como seu suplente.*

*§2º Na falta ou impedimento eventual de um membro do Comitê, sua vaga será ocupada pelo seu substituto legal.*

*§3º O substituto do Reitor responderá pelas atribuições do Presidente em seus impedimentos.”*

*“Art. 3º. Compete ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC):*

*I – Promover a integração entre as estratégias organizacionais e as estratégias de TIC;*

*II – Monitorar e avaliar a gestão de TIC do IFS;*

*III – Propor o alinhamento entre as ações de TIC, as estratégias de negócio do IFS e a Estratégia de Governança Digital - EGD do Governo Federal;*

*IV – Avaliar e deliberar sobre o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI do IFS ou instrumento equivalente;*

*V – Avaliar e deliberar sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC do IFS ou instrumento equivalente;*

*VI – Avaliar e deliberar sobre o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações – PCTIC;*

*VII – Definir prioridades na formulação e execução de planos, projetos e investimentos em TIC;*

*VIII – Sugerir, monitorar e propor alterações à proposta orçamentária específica para as ações de TIC;*

*IX – Monitorar e avaliar o alcance dos objetivos e das metas de TIC;*

*X – Propor a criação de grupos de trabalho e/ou subcomitês para auxiliarem nas decisões do Comitê, definindo seus objetivos, composição, regimento e prazo para conclusão de seus trabalhos, quando for o caso;*

*XI – Emitir atos relativos às matérias de sua competência; e*

*XII – Exercer outras competências afetas a sua área de atuação”.*

As reuniões do CGTIC são realizadas em conjunto com o colégio de dirigentes do IFS conforme Deliberação Nº 38/2017/CGTIC/IFS de 26/06/2017 que aprovou o Plano de Comunicação 2017.

Em 2017 ocorreram 09 reuniões ordinárias sendo emitidas 71 deliberações.

As reuniões ordinárias foram concretizadas de acordo com o quadro 84 e suas pautas e atas estão disponíveis no SIGRH (<https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/resolucoes.jsf>), conforme figura 23.

Quadro 84 – Reuniões Ordinárias 2017

Reunião	Dia	Mês
1ª	20	Fevereiro
2ª	24	Março
3ª	05	Maio
4ª	26	Maio
5ª	26	Junho
6ª	31	Julho
7ª	21	Agosto
8ª	25	Setembro
9ª	06	Novembro

Fonte: SIGRH/colegiados

Figura 23 – Consulta Pautas e Atas do CGTIC

**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE**  
Aracaju, 26 de Janeiro de 2018

**SIGRH**  
Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos

**COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**  
De natureza deliberativa, é responsável pela discussão das demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), alinhadas às diretrizes e objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com a incumbência de promover a eficiência e eficácia no âmbito do IFS, com aplicação de recursos, investimentos e custeio na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, mediante adoção de uma política de acompanhamento, execução de projetos e diretrizes que envolvam padrões de integração, qualidade e segurança de informações, aquisição de equipamentos e materiais, infraestrutura e serviços destinados à Tecnologia da Informação e Comunicação, inclusive criar grupos de estudos e coordenar pesquisas para adoção de novas tecnologias voltadas ao interesse público, especificamente das atividades no âmbito deste Instituto, conforme diretrizes estabelecidas pelo regimento Interno do referido Comitê. Portaria Nº 1.039/2014/IFS - Constituir comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Resolução Nº 17/2017/CS/IFS - Reconhece o caráter deliberativo do Comitê Gestor de TIC- CGTIC e o Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação – CGSIC.

Formulário para consultar as reuniões de colegiados.

**BUSCA POR REUNIÕES DE CONSELHO**

☒ Conselho: COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ▼

☐ Tipo de Reunião: TODOS ▼

☐ Ano: (Formato do Ano: aaaa)

Buscar Cancelar

SIGRH | DTI - Diretoria da Tecnologia de Informação - (79) 3711-3140 | © UFRN | BRONTES.srv2inst1 v4.21.2.s\_89 26/01/2018 11:33

Fonte: SIGRH/colegiados

As principais decisões tomadas pelo Comitê Gestor de TIC – CGTIC no exercício 2017 poder ser observadas na tabela 09.

Tabela 9 – Deliberações CGTIC 2017

Número/Ano	Ementa
<b>071/2017</b>	Aprova o Relatório com Indicadores do Gerenciamento de Serviços de TI - Setembro 2017 do Instituto Federal de Sergipe
<b>069/2017</b>	Autoriza a Migração do Webmail Institucional Expresso v3 para plataforma Office 365 Education
<b>068/2017</b>	Aprova a Criação do Comitê de Planejamento do PDTIC do IFS exercício 2018
<b>067/2017</b>	Aprova o novo Catálogo de Serviços de TI - IN 01 2016 DTI - Dispõe sobre a requisição e o gerenciamento de serviços de TI no IFS
<b>065/2017</b>	Aprova adesão ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), participação no Projeto "Processo Eletrônico Nacional (PEN)" e Designação de servidores para coordenação do projeto no Instituto Federal de Sergipe.
<b>064/2017</b>	Aprova Ad Referendum o Plano de Integração a Plataforma Cidadania Digital do Instituto Federal de Sergipe
<b>063/2017</b>	Aprova Ad Referendum a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal de Sergipe
<b>062/2017</b>	Aprova as Notificações Automatizadas para Alunos com dados inválidos no SIGAA do Instituto Federal de Sergipe
<b>061/2017</b>	Aprova as Notificações Automatizadas para Viagens com odômetro inicial inválido no módulo

Número/Ano	Ementa
	Transportes do SIPAC no Instituto Federal de Sergipe
<b>060/2017</b>	Aprova as Notificações Automatizadas para Viagens sem registro de retorno no módulo Transportes do SIPAC no Instituto Federal de Sergipe
<b>059/2017</b>	Aprova as Notificações Automatizadas para Contratos com informações não preenchidas no módulo Contratos do SIPAC no Instituto Federal de Sergipe
<b>058/2017</b>	Aprova as Notificações Automatizadas para Termos de Acautelamento sem assinatura no módulo Patrimônio do SIPAC no Instituto Federal de Sergipe
<b>057/2017</b>	Aprova as Notificações Automatizadas para Naturezas de Despesa não cadastradas no módulo Orçamento do SIPAC no Instituto Federal de Sergipe
<b>056/2017</b>	Aprova as Notificações Automatizadas para Termos de Responsabilidade não assinados no módulo Patrimônio do SIPAC no Instituto Federal de Sergipe
<b>055/2017</b>	Aprova o Relatório com Indicadores do Gerenciamento de Serviços de TI - Agosto 2017 do Instituto Federal de Sergipe
<b>054/2017</b>	Aprova o Guia de Governança de TIC do SISP v.2.0 como referencial normativo para Política de Governança de TIC do Instituto Federal de Sergipe
<b>053/2017</b>	Aprova o Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de TI -SETIC MP, Versão 3.0 como referencial normativo para realização de Contratações de Soluções de TI do IFS
<b>052/2017</b>	Aprova a criação do Núcleo de Desenvolvimento Mobile do IFS vinculado a Coordenadoria de Sistemas de Informação
<b>051/2017</b>	Aprova o novo Catálogo Padrão de Softwares do IFS v.1.9 - IN 01 2017 DTI - Política do Catálogo Padrão de Softwares do IFS
<b>050/2017</b>	Aprova a inclusão de Projetos de Tecnologia da Informação no PDTIC 2014-2019 do Instituto Federal de Sergipe.
<b>049/2017</b>	Aprova a descontinuidade do Webmail Expresso V3 e criação da Comissão Especial “Avaliação e Migração do Webmail Institucional para nova plataforma Webmail Corporativo” com prazo de 90 dias para conclusão dos trabalhos.
<b>048/2017</b>	Aprova o novo catálogo de serviços de TI da IN 01/2016/DTI, que dispõe sobre a requisição e o gerenciamento de serviços de TI no Instituto Federal de Sergipe.
<b>047/2017</b>	Aprova a inclusão no PDTIC 2014-2019 do projeto “Desenvolvimento de solução para Análise Preditiva visando redução dos índices de evasão escolar do IFS”.
<b>046/2017</b>	Aprova a atualização da IN 01/2016/DTI, que dispõe sobre a requisição e gerenciamento dos serviços de TI no IFS.
<b>045/2017</b>	Aprova a inclusão no PDTIC 2014-2019 a Contratação de Link Dedicado de Acesso à Internet Redundante para o Campus Nossa Senhora do Socorro.
<b>044/2017</b>	Aprova a inclusão no PDTIC 2014-2019 os projetos de Cabeamento Estruturado Complementar para Reitoria Sede, Reitoria Anexo 02, CGPA e DEAD através da celebração de termo aditivo de acréscimo e alteração qualitativa do Contrato nº 32/2016.
<b>043/2017</b>	Aprova o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações – PCTIC exercício 2018 do Instituto Federal de Sergipe.
<b>042/2017</b>	Aprova a Metodologia de Gerenciamento do Portfólio de Projetos de TI do Instituto Federal de Sergipe.
<b>041/2017</b>	Aprova atualização do Catálogo Padrão de Softwares no âmbito Administrativo e Acadêmico da IN 01/2017/DTI que dispõe sobre atualização da Política do Catálogo Padrão de Softwares do Instituto Federal de Sergipe.
<b>040/2017</b>	Convalida a assinatura ao programa “Microsoft Imagine Premium” por 03 anos com ônus limitados para o Instituto Federal de Sergipe.
<b>039/2017</b>	Aprova Ad Referendum a divulgação total das respostas fornecidas pelo Instituto Federal de Sergipe no Questionário de Governança de TI que trata do Levantamento de Governança de TI na Administração Pública Federal promovido pelo TCU – Ciclo 2016.
<b>038/2017</b>	Aprova o Plano de Comunicações do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) exercício 2017 do Instituto Federal de Sergipe.
<b>037/2017</b>	Aprovação do Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Número/Ano	Ementa
	(CGTIC) do Instituto Federal de Sergipe.
<b>036/2017</b>	Aprova a inclusão da unidade “Reitoria – Anexo”, situada à Rua Francisco Portugal, 150, Bairro: Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP: 49020-390, Coordenadas: 10.9290018, 37.0542147 a rede MetroAju (REDECOMEP) para disponibilização de enlace de alta velocidade 1Gbps com ônus limitados para o IFS através do contrato nº 32/2016.
<b>035/2017</b>	Aprova a inclusão da unidade “Reitoria Sede Atual”, situada à Av. Jorge Amado, 1551, Loteamento Garcia, Bairro: Jardins, Aracaju/SE, CEP: 49025-330, Coordenadas: 10.9421928, 37.0533205 a rede MetroAju (REDECOMEP) para disponibilização de enlace de alta velocidade 1Gbps com ônus limitados para o IFS através do contrato nº 32/2016.
<b>034/2017</b>	Aprova a entrada em produção/operação dos módulos Graduação, Médio/Técnico e Turma Virtual do SIGAA no dia 04/09/2017 para comunidade do IFS e indisponibilidade no período de 23/08/2017 a 01/09/2017 do sistema Q-Acadêmico para migração de dados para o SIGAA.
<b>033/2017</b>	Aprova o Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação – SETIC/MP, versão 2.0 como referencial normativo para realização de Contratações de Soluções de TI do Instituto Federal de Sergipe.
<b>032/2017</b>	Aprova o Guia de PDTIC do SISP, versão 2.0 e a Instrução Normativa nº 01/2015/PRODIN como referencial normativo obrigatórios na Elaboração e Acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Instituto Federal de Sergipe.
<b>031/2017</b>	Aprova a criação do Comitê de Planejamento do PDTIC exercício 2017 do Instituto Federal de Sergipe.
<b>030/2017</b>	Aprova a atualização do Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações – PCTIC exercício 2017 do Instituto Federal de Sergipe.
<b>029/2017</b>	Aprova a adesão ao serviço avançado da RNP “Eduroam (Education roaming)”.
<b>028/2017</b>	Aprova a adesão ao programa “VMWare IT Academy”.
<b>027/2017</b>	Aprova a adesão ao programa “Unit Education”.
<b>026/2017</b>	Aprova a adesão ao programa “Red Hat OpenShift Online Resource for Non Profits, Education Institution”.
<b>025/2017</b>	Aprova a adesão ao programa “Red Hat Academy”
<b>024/2017</b>	Aprova a adesão ao programa “Qlink Academic Program”
<b>023/2017</b>	Aprova a adesão ao programa “Oracle Academy”
<b>022/2017</b>	Aprova a adesão ao programa “NVIDIA GPU Educators Program”
<b>021/2017</b>	Aprova a adesão ao Programa “Mikrotik Academy Azure Education”
<b>020/2017</b>	Aprova a adesão ao Programa “Microsoft Azure Education”
<b>019/2017</b>	Autorizar a adesão ao Programa “JetBrains Student Program”.
<b>018/2017</b>	Autorizar a adesão ao Programa “Intel Software Academic Program”.
<b>017/2017</b>	Convalida a adesão ao Programa “IBM Academic Initiative”.
<b>016/2017</b>	Aprova a adesão ao Programa “Fortinet Network Security Academy”
<b>015/2017</b>	Aprova a adesão ao Programa “EMC Academic Alliance”
<b>014/2017</b>	Aprova a adesão ao Programa “DELL University Program”
<b>013/2017</b>	Convalida a adesão ao Programa “Cisco Networking Academy”.
<b>012/2017</b>	Aprovação da adesão ao Programa “Bizagi BPMS Academy Program”.
<b>011/2017</b>	Convalida a adesão ao Programa “Autodesk Education”.
<b>010/2017</b>	Aprova a adesão ao Programa “Apple Store Education”.
<b>009/2017</b>	Aprova a adesão ao Programa "Amazon Educate - Amazon Web Services"
<b>008/2017</b>	Aprova o novo Catálogo Padrão de Softwares no âmbito Administrativo e Acadêmico da IN 01/2017/DTI que dispõe sobre atualização da Política do Catálogo Padrão de Softwares do Instituto Federal de Sergipe.
<b>007/2017</b>	Aprova a metodologia de gerenciamento de projetos de TI v.1.1 do Instituto Federal de Sergipe.
<b>006/2017</b>	Aprova a política do Plano de Dados Abertos 2017-2018 do Instituto Federal de Sergipe



Número/Ano	Ementa
<b>005/2017</b>	Aprova o novo catálogo de serviços de TI da IN 01/2016/DTI, que dispõe sobre a requisição e o gerenciamento de serviços de TI no Instituto Federal de Sergipe.
<b>004/2017</b>	Aprova o envio de Proposta ao Conselho Superior para reconhecimento do caráter deliberativo do Comitê Gestor de TI – CGTI e o Comitê Gestor de Segurança de Informação – CGSI e convalidação das deliberações do CGTI entre 2014 e 2017.
<b>003/2017</b>	Aprova o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações – PCTIC exercício 2017 do Instituto Federal de Sergipe.
<b>002/2017</b>	Aprova o regulamento da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais do Instituto Federal de Sergipe
<b>001/2017</b>	Aprova a atualização da Política do Catálogo Padrão de Softwares no âmbito Administrativo e Acadêmico do Instituto Federal de Sergipe

Fonte: Sipac/colegiados

O conteúdo das Deliberações podem ser consultados através do link: [http://sigrh.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro\\_busca.jsf](http://sigrh.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf), conforme figura 24.

Figura 24 – Consulta Deliberações do CGTIC


**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE**  
**SIGRH**  
Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos

Aracaju, 09 de Janeiro de 2017


**ENTRAR NO SISTEMA**

### Resoluções

Para realizar uma busca nas resoluções, informe os dados necessários no formulário abaixo e clique em "buscar". A pesquisa pode ser feita por ano ou por palavras-chave, podendo ser informado apenas um dos dois. No caso de palavras-chave pode ser informada uma ou mais palavras-chave. A ordem dos termos e acentos não é levada em conta.

**REALIZAR BUSCA**

Conselho Superior:  COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Ano:

Número:

Palavra-Chave:

### COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

De natureza deliberativa, é responsável pela discussão das demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), alinhadas às diretrizes e objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com a incumbência de promover a eficiência e eficácia no âmbito do IFS, com aplicação de recursos, investimentos e custeio na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, mediante adoção de uma política de acompanhamento, execução de projetos e diretrizes que envolvam padrões de integração, qualidade e segurança de informações, aquisição de equipamentos e materiais, infraestrutura e serviços destinados à Tecnologia da Informação e Comunicação, inclusive criar grupos de estudos e coordenar pesquisas para adoção de novas tecnologias voltadas ao interesse público, especificamente das atividades no âmbito deste Instituto, conforme diretrizes estabelecidas pelo regimento Interno do referido Comitê. Portaria Nº 1.039/2014/IFS - Constituir comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Resolução Nº 17/2017/CS/IFS - Reconhece o caráter deliberativo do Comitê Gestor de TIC- CGTIC e o Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação – CGSIC.

**Não há Membros Ativos neste Conselho**


**Visualizar Resolução**

RESOLUÇÕES ENCONTRADAS (69)		
Número/Ano	Ementa	
<b>071/2017</b>	Aprova o Relatório com Indicadores do Gerenciamento de Serviços de TI - Setembro 2017 do Instituto Federal de Sergipe	
<b>069/2017</b>	Autoriza a Migração do Webmail Institucional Expresso v3 para plataforma Office 365 Education	
<b>068/2017</b>	Aprova a Criação do Comitê de Planejamento do PDTIC do IFS exercício 2018	
<b>067/2017</b>	Aprova o novo Catálogo de Serviços de TI - IN 01 2016 DTI - Dispõe sobre a requisição e o gerenciamento de serviços de TI no IFS	
<b>065/2017</b>	Aprova adesão ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), participação no Projeto "Processo Eletrônico Nacional (PEN)" e Designação de servidores para coordenação do projeto no Instituto Federal de Sergipe.	
<b>064/2017</b>	Aprova Ad Referendum o Plano de Integração a Plataforma Cidadania Digital do Instituto Federal de Sergipe	
<b>063/2017</b>	Aprova Ad Referendum a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal de Sergipe	

Fonte: SIGRH/colegiados

**c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.**

Quadro 85 – Principais Sistemas de Informação - Janeiro 2018

ID	Sistema	Objetivos / Funcionalidades do Sistema	Área	Responsável pela gestão do Sistema (Área do Negócio)	Equipe de TI responsável	Criticidade
S1	Boletim de Serviços (Antigo)	Disponibilizar informações institucionais em nosso website (Resoluções, Deliberações, Portarias, Diárias, Suprimentos de fundo, ...).	OUVIDORIA/ PROGEP/ PROAD/ PROEN	Fernando Fontes Santos (1673146) / Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) / Alysson Santos Barreto (1785513))	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736)	MÉDIA
S2	Boletim de Serviços (Novo)	Disponibilizar informações institucionais em nosso website (Resoluções, Deliberações, Portarias, Diárias, Editais, Suprimentos de fundo, Instrução Normativa, ....).	OUVIDORIA/ PROGEP/ PROAD/ PROEN/ PRODIN/ PROPEX/ GABINETE	Fernando Fontes Santos (1673146) / Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) / Alysson Santos Barreto (1785513) /  José Luciano Mendonça Morais (1086303) / Ruth Sales Gama de Andrade (1178269) / João de Jesus Barbosa (1423328)	Carlson Santana Cruz (2157307)	MÉDIA
S3	Geplanes	Auxiliar na Gestão Estratégica utilizando-o na fase de elaboração do planejamento estratégico da instituição através do acompanhamento dos indicadores e metas aferindo o que foi planejado e efetivamente executado conforme período especificado.	PRODIN	José Luciano Mendonça Morais (1086303) / Juciana Karla Melo Lima (1842158)	Carlson Santana Cruz (2157307)	BAIXA
S4	Intranet	Disponibilizar Espaço de acesso para sistemas e serviços da internet do Instituto Federal de Sergipe (PRAAE, Publicações, ...) e links de acesso para serviços do governo federal (Servidor Público, SiapeNET, Transparência Pública).	DTI	Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	MÉDIA
S5	CPA	Permitir a criação de formulários personalizados para realização de pesquisas junto à comunidade do IFS, avaliação analítica e sintética das questões e geração de gráficos ilustrativos.	PRODIN	Leopoldo Ramos de Oliveira (1054751)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	BAIXA
S6	Egressos	Realizar o acompanhamento dos egressos da instituição através do armazenamento dos seus dados para contato (nome, e-mail, telefone e link para currículo lattes) permitindo aos usuários gerar relatórios dos egressos por curso, nível do curso, atividade, empresa, entre outros.	PRODIN	José Luciano Mendonça Morais (1086303)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	BAIXA

ID	Sistema	Objetivos / Funcionalidades do Sistema	Área	Responsável pela gestão do Sistema (Área do Negócio)	Equipe de TI responsável	Criticidade
S7	Praae	Administrar o processo de recrutamento dos candidatos ao PRAAE, assim como, fornecer relatórios dos candidatos por edital – CAE e candidatos por Edital – Serviço Social	DIAE	José Franco de Azevedo (3279877)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	BAIXA
S8	Publicações	Gerenciar a submissão de eventos, artigos e projetos	PROPEX	Otacílio Joaquim Rodrigues Cerqueira (279493)	Fausto Bernard Melo Soares (1643126) / Glayderson Jonathan Nunes (2404048)	MÉDIA
S9	Moodle	Ambiente Virtual de Aprendizagem (EAD)	EAD	Alysson Santos Barreto (1785513) / Saulo Eduardo Galilleo Souza dos Santos (2678453)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736)	ALTA
S10	Sistema Integrado de Bibliotecas (Pergamum)	Automatizar as rotinas de uma biblioteca, permitindo o gerenciamento da catalogação dos acervos bibliográficos em MARC 21, renovação, empréstimo e devolução de livros	DGB	Kelly Cristina de Oliveira (1890903) / Daniel Amaro de Almeida (2153484)	Thiago Dias Bispo (3639242) / Carlson Santana Cruz (2157307)	ALTA
S11	Periódicos Eletrônicos (OJS)	Sistema de divulgação dos Periódicos do IFS	DGB	Kelly Cristina de Oliveira (1890903) / Daniel Amaro de Almeida (2153484)	Thiago Dias Bispo (3639242) / Ícaro Carlos Andrade Costa (2152402)	MÉDIA
S12	Q-Acadêmico	Sistema para gerenciamento de informações acadêmicas do instituto: - Cadastro de Professores, Alunos, Funcionários, Estagiários e Colaboradores Externos; - Gerenciamento de Diários de Classe, Notas, Faltas, Questionários, Histórico de Empréstimos, entre outros. - Horários de Aula e Reserva online de recursos. - Caixa de Mensagens, Questionários, Matrizes Curriculares, Seleção de FAQs; - Mapa de Notas e Faltas de Todas as disciplinas de Alunos de uma turma. - Visualizar horário individual, boletim escolar, informações sobre estágio, histórico escolar, material de aula, questionários pelo aluno. - Emissão de declarações, carteiras de identificação, certificados e diplomas. - Gestão avançada de usuário, papéis e permissões; - Auditoria de Logs, sessões e exceções; - Configurar e gestão de Censo Superior;	PROEN	Alysson Santos Barreto (1785513)	Danilo Bezerra da Silva (1944585) / Carlson Santana Cruz (2157307)	ALTA



ID	Sistema	Objetivos / Funcionalidades do Sistema	Área	Responsável pela gestão do Sistema (Área do Negócio)	Equipe de TI responsável	Criticidade
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mapas de Salas e Estatísticas Estrutura do Curso.</li> <li>- Relatórios de Diários de Classe, Diários Entregues, Listagem de Diários, Professores, Funcionários.</li> <li>- Estatísticas por Indicadores, Sexo, Faixa Etária, Forma de Ingresso, ...</li> </ul>				
S13	Q-Seleção	<p>Sistema para gerenciamento de processos seletivos da instituição:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inscrição de Candidatos;</li> <li>- Configuração de Questionários sócio-econômico;</li> <li>- Gerenciar e Administrar Provas por Curso;</li> <li>- Distribuição de Salas para os candidatos inscritos;</li> <li>- Processamento de provas em várias etapas;</li> <li>- Processamento de Provas Objetivas e Discursivas permitindo interpretar as folhas de respostas dos candidatos, corrigindo-as e atribuindo o total de pontos por disciplina.</li> <li>- Avaliação da Qualidade da prova emitindo relatórios de avaliação que identificam o grau de dificuldade, grau de discriminação e as alternativas plausíveis e as não-plausíveis.</li> <li>- Gerenciamento de Fiscais/Aplicadores de Prova.</li> <li>- Impressão de etiquetas para identificar cartões-respostas, as provas discursivas, etiquetas de carteira, os pacotes de provas e a identificação dos usuários.</li> <li>- Relatórios de mapas de salas, lista de frequência, atas de prova, relação de candidatos para mural, entre outros.</li> </ul>	PROEN	Alysson Santos Barreto (1785513) / Gildevana Ferreira da Silva (1932822)	Avner de Jesus Santos Pereira (2357332) / Carlson Santana Cruz (2157307)	ALTA
S14	Questionário (Limesurvey)	<p>Captar dados de alunos evadidos interessados no reingresso à instituição.</p> <p>O questionário atualmente possui 28 perguntas cadastradas no banco de questões que visam coletar dados acerca dos dados pessoais, curso, contato, motivo trancamento ou abandono do curso, interesse do discente em retornar a instituição entre outros.</p>	PROEN	Alysson Santos Barreto (1785513) / Gildevana Ferreira da Silva (1932822)	Thiago Dias Bispo (3639242) / Ícaro Carlos Andrade Costa (2152402)	BAIXA
S15	Redmine	<p>Gerenciar projetos e defeitos.</p> <p>Administração de múltiplos projetos e equipes.</p> <p>Permite criar tickets, definir tempo de trabalho para eles e atribuir à atividade para uma determinada pessoa.</p> <p>Permitindo que a pessoa designada seja notificada por e-mail informando detalhes sobre a atividade que ela deverá realizar.</p>	DTI	José Eduardo Nascimento Figueiredo (2247221) / Julio Cesar Pacheco Ribeiro (2334553) / Manuela Iris dos Santos (1087418)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Uendel Santos Batista (2321866)	MÉDIA

ID	Sistema	Objetivos / Funcionalidades do Sistema	Área	Responsável pela gestão do Sistema (Área do Negócio)	Equipe de TI responsável	Criticidade
S16	SIGAdmin	Administrar e gerenciar os 3 sistemas integrados (SIGAA, SIGRH e SIPAC); Gerenciar entidades comuns entre os sistemas informatizados, tais como: usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerencia de sites e portais, dentre outras funcionalidades.	PROAD e PROGEP	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) / Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Danilo Bezerra da Silva (1944585)	MÉDIA
S17	SIGRH-> Cadastro	Gerenciar informações pessoais e funcionais dos servidores e pensionistas da Instituição. Cadastrar os servidores e seus dependentes, atualizar as informações importadas através da Fita Espelho do SIAPE, informar ausências, adicionais, designações, ocorrências funcionais, auxílio transporte, progressões e capacitações para os servidores, entre outras funcionalidades.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / Kleber Souza da Silva (2215044)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	MÉDIA
S18	SIGRH-> Férias	Permitir o gerenciamento das informações relacionadas às marcações de férias dos servidores da Instituição. Neste módulo é possível cadastrar, consultar, alterar, homologar ou suspender as férias dos servidores, assim como, gerar um calendário de bloqueio de férias e emitir relatórios gerenciais.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / Kleber Souza da Silva (2215044)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	MÉDIA
S19	SIGRH-> Auxílios/Solicitações	Permitir o gerenciamento das solicitações eletrônicas feitas pelos servidores da Instituição. Realizar solicitações de auxílio escolar, auxílio alimentação e do auxílio transporte, acompanhar o andamento, visualizar e alterar as solicitações eletrônicas.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / Kleber Souza da Silva (2215044)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	MÉDIA
S20	SIGRH-> Plano de Saúde	Permitir o gerenciamento das informações relacionadas às adesões a Planos de Saúde e ressarcimentos para os servidores (ativos e inativos) e pensionistas da Instituição. Efetuar solicitações de adesão e de ressarcimento para os beneficiários da Instituição, incluir ou remover os seus dependentes e agregados, desativar solicitações, autorizar as solicitações e emitir relatórios.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / (Kleber Souza da Silva (2215044)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	MÉDIA
S21	SIGRH-> Banco de Vagas	Realizar o acompanhamento das vagas da instituição, realizando o controle de ocupação, vacância, distribuição e redistribuição das vagas institucionais, e servindo de ponto de partida para o controle dos concursos para o provimento de novas vagas e vagas que se tornaram vacantes pelo desligamento dos servidores ocupantes.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390)  Kleber Souza da Silva (2215044) / Carlson Santana Cruz (2157307)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	MÉDIA

ID	Sistema	Objetivos / Funcionalidades do Sistema	Área	Responsável pela gestão do Sistema (Área do Negócio)	Equipe de TI responsável	Criticidade
S22	SIGRH-> Concursos	Gerenciar o processo de provimento das vagas da Instituição.  Gerenciar os editais, as vagas e os candidatos dos tipos de provimentos disponíveis.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / (Kleber Souza da Silva (2215044)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	ALTA
S23	SIGRH-> Administração de Pessoal	Modernizar e desburocratizar as atividades da área de pessoal, simplificando os procedimentos administrativos, facilitando a gestão de pessoal e oferecendo um serviço com maior qualidade, presteza e rapidez mediante uma interface integrada para gerenciamento dos módulos do SIGRH.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / (Kleber Souza da Silva (2215044)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	MÉDIA
S24	SIGRH-> Assistência ao servidor	Gerar relatórios sobre informações funcionais dos servidores.  Gerenciar os exames médico ocupacional, informando os locais onde serão realizados, as pessoas envolvidas e emitindo cartas de convocação.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / (Kleber Souza da Silva (2215044)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	MÉDIA
S25	SIGRH-> Dimensionamento	Permitir que o usuário tenha acesso ao organograma detalhado, força de trabalho em cada unidade, informando bolsistas, servidores e terceirizados, localizar servidores, informar a atribuição de cada setor, os processos de trabalho e a geração dos relatórios de dimensionamento.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / (Kleber Souza da Silva (2215044)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	MÉDIA
S26	SIGRH-> Gestão por Competências	Realizar a avaliação do servidor por competência mediante o gerenciamento de escalas de avaliação, competências/mediadores, fatores, peso avaliação, assim como, visualização de relatórios de desempenho individual, servidores com auto avaliação e não avaliados pela chefia imediata, entre outros.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / (Kleber Souza da Silva (2215044)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	MÉDIA
S27	SIGRH-> Frequência	Permitir o gerenciamento das informações relacionadas ao controle da frequência e da escala de trabalho dos servidores ativos da Instituição.  Efetuar o cadastro das escalas dos servidores e emitir relatórios de frequência e das escalas.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / (Kleber Souza da Silva (2215044)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	ALTA
S28	SIGRH-> Comissões	Gerenciar as comissões que julgam as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares (PADs).  Auxiliando no acompanhamento dos processos e os seus prazos. Permitindo cadastrar, alterar e designar membros da comissão. Prorrogar prazo e redesignar comissão.  Relatórios de correição, interessados por processos, processos por comissão.	Reitoria	Aline de Oliveira Góes (1635971) / Fernando Fontes Santos (1673146)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	MÉDIA

ID	Sistema	Objetivos / Funcionalidades do Sistema	Área	Responsável pela gestão do Sistema (Área do Negócio)	Equipe de TI responsável	Criticidade
S29	SIGRH-> Colegiados	Gerenciar os conselhos superiores de uma instituição, seus componentes e suas competências. Sendo possível administrar conselhos superiores, câmaras de conselho superior, membros de conselhos/câmaras, tipos de representações, tipos de modificações de resoluções, reuniões e relatórios gerenciais (Declaração de comparecimento em reuniões, folha de comparecimento, mapa de conselheiros, relatório de término de mandato, declaração de membro, declaração de membro com titularidade, mandato de conselheiros por conselho e representação.	Reitoria	Monica Shenja Oliveira Santos (1550878)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	MÉDIA
S30	SIGRH-> Financeiro	Permite o gerenciamento das funções rotineiras associadas ao financeiro dos servidores ativos, inativos e pensionistas da instituição. Efetuar o pagamento de adicional noturno, hora-extra, pagamento de cursos e concursos, entre outros.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / (Kleber Souza da Silva (2215044)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	MÉDIA
S31	SIGRH-> Aposentadoria	Permitir a coleta de diversas informações sobre aposentadoria dos servidores, através de consultas e relatórios, assim como, simplificar as operações que envolvem as aposentadorias gerenciadas pelo DSDP. Fornecendo a possibilidade de consultar previsões de aposentadoria, cadastrar encerramento de aposentadoria, gestão de portarias, requerer contagem de tempo especial, recadastramento de pensionistas e relatórios (aposentados, previsão por unidade, relatório analítico de previsão de aposentadoria, recadastramento de aposentados, situação do recadastramento de aposentados, entre outros).	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / Luiz Gustavo Costa de Oliveira da Silva (1951606)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	BAIXA
S32	SIGRH-> Capacitação	Permite gerenciar as atividades de capacitação interna e externa da instituição, incluindo o registro de instrutores internos e externos, turmas, relatórios de consolidação de turmas, inscrições de alunos de turmas, emissão de certificados de capacitação, entre outras. Emitir relatórios de participação em curso de capacitação, avaliação de impacto, certificado de cursos, módulos, consultar certificados emitidos, mapa de frequências, relatórios de inscritos, listagem de atividades adicionadas, levantamento de necessidade de capacitação, entre outras.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / (Kleber Souza da Silva (2215044)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	ALTA
S33	SIPAC-> Atas e Registro de Preços	Informatizar o registro de preços de materiais adquiridos ou a serem adquiridos pela instituição. Permitir o gerenciamento de atas, relatórios de empenhos, adesões de atas, entre outros.	PRODIN	José Luciano Mendonça Moraes (1086303) / Baby de Fátima Barbosa Parisi (2267589)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Avner de Jesus Santos Pereira (2357332)	ALTA

ID	Sistema	Objetivos / Funcionalidades do Sistema	Área	Responsável pela gestão do Sistema (Área do Negócio)	Equipe de TI responsável	Criticidade
S34	SIPAC-> Boletim de Serviços	Disponibilizar de forma prática e dinâmica, a solicitação e autorização para publicação de informativos e boletins de serviços da instituição.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Avner de Jesus Santos Pereira (2357332)	ALTA
S35	SIPAC-> Restaurante Universitário	Permitir gerenciar a vendas de refeições no restaurante da unidade, disponibilizando relatório de vendas por emissão de bilhetes, recarga de cartões, demonstrativo de receitas e refeições servidas (Relatório diário, financeiro, mensal, por horário, por refeição, ...).	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Avner de Jesus Santos Pereira (2357332)	ALTA
S36	SIPAC-> Compras/Licitações	Automatizar as rotinas relacionados ao processo de compras da instituição, incluindo cadastro processo de compra/licitação, gestão de IRP, gerenciamento de requisições de serviços/obras, cotação de materiais, relatórios de pesquisa de preços de materiais para licitação e compras por unidade, modalidade de licitação, modalidade de licitação e fornecer, gráficos de DL ou IN por Inciso, entre outros.	PRODIN	José Luciano Mendonça Moraes (1086303) / Baby de Fátima Barbosa Parisi (2267589)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Avner de Jesus Santos Pereira (2357332)	ALTA
S37	SIPAC-> Protocolo	Auxiliar na gestão documental da instituição, abrangendo o controle de processos, documentos e memorando eletrônicos com informações de registro, conteúdo, tramitações e despachos. Registrar os processos de protocolo, documentos e memorandos eletrônicos, auxiliar operações básicas de autuação, despacho, tramitação entre unidades e arquivamento.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) / Dulce Elizabeth Lima de Souza e Silva (1892515)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Avner de Jesus Santos Pereira (2357332)	ALTA
S38	SIPAC-> Auditoria e Controle Interno	Gerenciar as demandas do setor de Auditoria Interna (Audit), que estão relacionados diretamente aos relatórios de mudanças do TCU (Tribunal de Contas da União) e da CGU (Controladoria Geral da União). Tais relatórios contém notificações e constatações relativas aos setores da instituição, indicando adequações e mudanças a serem realizadas em seus procedimentos.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Avner de Jesus Santos Pereira (2357332)	ALTA
S39	SIPAC-> Catálogo de Materiais	Permitir o cadastro de materiais, solicitar um cadastro de material. Atender, negar ou retornar solicitações.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Avner de Jesus Santos Pereira (2357332)	MÉDIA
S40	SIPAC-> Contratos	Gerenciar atividades relacionadas aos contratos da instituição e prestadores de serviços e de materiais. Contemplando detalhes contratuais, documentação, controle de movimentação e de pagamento e relatórios de balancetes dos contratos, contratos a vencer, contratos por unidade, previsão de despesas, contratos de receitas por unidade, GRU por contratos, entre outros.	PRODIN	José Luciano Mendonça Moraes (1086303) / Baby de Fátima Barbosa Parisi (2267589)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Avner de Jesus Santos Pereira (2357332)	MÉDIA

ID	Sistema	Objetivos / Funcionalidades do Sistema	Área	Responsável pela gestão do Sistema (Área do Negócio)	Equipe de TI responsável	Criticidade
S41	SIPAC-> Patrimônio	Gerenciar o registro dos materiais permanentes da instituição, permitindo o controle sobre a localização, movimentação, desfazimento e ajustes contábeis sofridos pelos bens.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) / Caros WhendelKreme (1486968)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Avner de Jesus Santos Pereira (2357332)	ALTA
S42	SIPAC-> Transportes	Prover uma melhor gestão do uso e manutenção da frota de veículos da instituição, permitindo gerenciamento acerca dos condutores, veículos, características, manutenção, deslocamentos, além dos custos decorrentes de taxas, impostos e multas.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Avner de Jesus Santos Pereira (2357332)	ALTA
S43	SIPAC-> Liquidação de Despesas	Gerenciar todo fluxo de negociações do processo de Liquidação de Despesa, desde a criação do processo de licitação até serem realizadas notificações aplicadas ao fornecedor, consulta de atrasos, prazos e pronunciamentos, registro de ocorrências pela entrega de produtos de baixa qualidade, penalidades e/ou multas e operações que indicam que o fornecedor tenha cumprido suas obrigações com sucesso para com o contratante quanto à entrega de produtos e realização de serviços.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) / Celso Tavares dos Santos (279144)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Avner de Jesus Santos Pereira (2357332)	ALTA
S44	SIPAC-> Projetos	Responsável pela gestão financeira dos projetos da instituição bem como o controle de convênios com terceiros	PROAD e PRODIN	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) / José Luciano Mendonça Moraes (1086303)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Avner de Jesus Santos Pereira (2357332)	MÉDIA
S45	SIPAC-> Infraestrutura	Auxiliar a diretoria de planejamento, obras e projetos (DIPOP) na criação, análise e acompanhamento de obras, de manutenção, de projetos, de planilhas orçamentárias e de requisições de serviços.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Avner de Jesus Santos Pereira (2357332)	MÉDIA
S46	SIPAC-> Bolsas	Fornecer suporte a gestão da frequência mensal dos bolsistas ao local de trabalho, cadastrar pagamentos, gestão de dados bancários, folha de pagamento, geração de relatório de bolsas por curso, bolsas fora do prazo, bolsas por unidade e tipo, fonte de recurso, entre outros.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) / José Franco de Azevedo (1279877)	Carlson Santana Cruz (2157307) / Avner de Jesus Santos Pereira (2357332)	BAIXA
S47	Sistema de Cadastro de Fiscal	Sistema de gerenciamento de recrutamento de Fiscal do processo seletivo	PROEN	Alysson Santos Barreto (1785513) / Gildevana Ferreira da Silva (1932822)	Thiago Dias Bispo (3639242) / Ícaro Carlos Andrade Costa (2152402)	BAIXA
S48	Sistema de remoção interna	Sistemas para registro de interesse em remoção interna pelos servidores do quadro efetivo da instituição.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / Kleber Souza da Silva (2215044)	Thiago Dias Bispo (3639242) / Ícaro Carlos Andrade Costa (2152402)	BAIXA

ID	Sistema	Objetivos / Funcionalidades do Sistema	Área	Responsável pela gestão do Sistema (Área do Negócio)	Equipe de TI responsável	Criticidade
S49	Website Institucional do IFS	Fornecer informações institucionais (Notícias, Serviços, Estrutura Administrativa, Concursos, Calendários, Relatórios de Gestão, Documentos, Serviços, Sistemas,...) do Instituto Federal de Sergipe.	CCOM	Geraldo Bulhões Bittencourt Filho (2155854) / Thiago Guimarães Estácio (2843517)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	ALTA
S50	Website Institucional do Campus Aracaju	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações, Acompanhamento de PCMs e SSs,...)do Campus Aracaju	ASCOM Campus Aracaju	Marineide Bonfim Bastos (1081107)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA
S51	Website Institucional do Campus Estância	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações ,...) do Campus Estância	ASCOM Campus Estância	Carole Ferreira da Cruz (2158644)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA
S52	Website Institucional do Campus Glória	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações ,...) do Campus Glória	ASCOM Campus Glória	Ana Carla Rocha de Souza Cruz (1694556 )	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA
S53	Website Institucional do Campus Itabaiana	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações ,...) do Campus Itabaiana	ASCOM Campus Itabaiana	José Cícero do Nascimento (2267574)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA
S54	Website Institucional do Campus Lagarto	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações ,...) do Campus Lagarto	ASCOM Campus Lagarto	Demóstenes Rodrigues Varjão (2155498)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA
S55	Website Institucional do Campus São Cristóvão	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações ,...) do Campus Lagarto	ASCOM Campus São Cristóvão	Natália Gomes Dantas (1778678)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA
S56	Website Institucional do Campus T. Barreto	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações ,...) do Campus Tobias Barreto	ASCOM Campus Tobias Barreto	José Sergio Filgueiras Rocha (2267851)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA
S57	Website Institucional do Campus Propriá	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações ,...) do Campus Propriá	ASCOM Campus Propriá	Amanda dos Santos Doria Sandes (2338682)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA

ID	Sistema	Objetivos / Funcionalidades do Sistema	Área	Responsável pela gestão do Sistema (Área do Negócio)	Equipe de TI responsável	Criticidade
S58	Hotsite DTI	Fornecer informações institucionais (Sobre a DTI, Projetos, Atribuições, governança, Estrutura Administrativa, Contato, Documentos, ...) relacionadas a diretoria de tecnologia da informação do Instituto Federal de Sergipe.	DTI	Fernando Lucas de Oliveira Farias (1953308) / Manuela Iris dos Santos (1087418)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA
S59	Hotsite NIT	Fornecer informações acerca do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe: - Resolução do NIT, Legislação, Conceitos Fundamentais, Equipe. - Informações sobre Patente, Propriedade Intelectual, Proteção de Cultivares, Desenho Industrial, Modelo de Utilidade, Indicação Geográfica, Marca. - Editais, Formulário e Downloads. - Links para entidades Parceiras e Apoio do NIT.	NIT	Ruth Sales Gama de Andrade (1178269) / Renata Tania Brito Moraes (3307253)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA
S60	Hotsite PRODIN	Fornecer informações acerca da Pró-reitoria de desenvolvimento institucional do Instituto Federal de Sergipe: - Órgão Vinculados, Estrutura Administrativa, Contato. - PDI, NAEC e GEPLANES. - Documentos Gerais, PRODIN, PDI, PDA e Planejamento.	PRODIN	José Luciano Mendonça Moraes (1086303) / Márcio de Souza Costa (1843370)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA
S61	Hotsite PROGEP	Fornecer informações acerca da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas: Guia do Servidor, Concursos, Capacitação, Estrutura Administrativa, Recadastramento de Servidores, Quadro de Pessoal, Remoção Interna, Banco EBTT, Quadro TAE e Legislação.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) / Kleber Souza da Silva (2215044)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA
S62	Hotsite PROAD	Fornecer informações acerca da Pró-reitoria de Administração: - Pregões (2011-2015), Carta-Convite (2011-2015), Concorrência (2011-2015), Cotação Eletrônica (2011-2015), Leilões (2011-2015), Tomada de Preços (2011-2015), Registro de Preços (2011-2015), Contratos (2011-2015), Boletins de Diárias e Passagens, Declaração de Rendimentos dos servidores, modelos de formulários (PCM, SS, ...), normas e manuais desenvolvidos e disponibilizados pela PROAD.	PROAD/ PRODIN	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) / Regis Renner Vasconcelos Malta Junior (1801640) / José Luciano Mendonça Moraes (1086303)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA
S63	Hotsite PROEN	Fornecer informações acerca da Pró-reitoria de Ensino: - Regulamentação de Organização Didática, Informações detalhadas sobre Cursos do IFS, Regulamento de Encargo Docentes, Estrutura Administrativa, Catálogo de Cursos do MEC: Superiores, Técnicos e PROEJA, Calendário Acadêmico, Comissões, PPC, Legislação, Editais, Documentos Internos e Notícias.	PROEN	Alysson Santos Barreto (1785513)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA



ID	Sistema	Objetivos / Funcionalidades do Sistema	Área	Responsável pela gestão do Sistema (Área do Negócio)	Equipe de TI responsável	Criticidade
S64	Hotsite PROPEX	Fornecer informações acerca da Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão: - Apresentação, Quem Somos, Editais, Assessoria Internacional, Projeto Editora, IFS Sustentável, Cultura e Arte, Jovem Aprendiz, Polo de Inovação, Documentos (Regulamento de Pesquisa e Extensão, Afastamento de Professor para Capacitação, Material de Consumo e Permanente), Formulários e Notícias.	PROPEX	Ruth Sales Gama de Andrade (1178269)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA
S65	Hotsite Publicações	Gerenciar informações sobre eventos, inscrições, submissões de projetos e notícias relacionadas a pesquisa e extensão da instituição.	PROPEX	Ruth Sales Gama de Andrade (1178269) / Otacílio Joaquim Rodrigues Cerqueira (279493)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	MÉDIA
S66	Hotsite Comunicação	Fornecer informações acerca da coordenadoria de comunicação social e eventos da reitoria: - O que faz o setor de comunicação. - Sala de Imprensa, Manuais e Serviços. - Notícias da comunicação. - Estrutura Administrativa. - Identidade Visual e Formulários de Serviços.	CCSE	Geraldo Bulhões Bittencourt Filho (2155854) / Thiago Guimarães Estácio (2843517)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA
S67	Hotsite Processos Seletivos e Vestibular	Disponibilizar informações sobre Editais, Cursos, Provas dos processos seletivos do Instituto Federal de Sergipe. Acesso rápido a cartões de identificação, Resultados e Chamadas aos candidatos. Fornecer informações detalhadas acerca de cada curso ofertado pela instituição através de um hotsite específico.	PROEN	Alysson Santos Barreto (1785513) / Gildevana Ferreira da Silva (1932822)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	ALTA
S68	Hotsite DGB	Fornecer informações acerca da Diretoria Geral de Bibliotecas: Apresentação, Bibliotecas (Composição do acervo e Bibliotecas / Campus), Serviços, Biblioteca Virtual, Galeria de Fotos, Missão DGB, Histórico DGB, Regulamento DGB, ABNT Coleções e Notícias	DGB	Kelly Cristina Barbosa (1890903) / Daniel Amaro de Almeida (2153484)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA
S69	Webmail Expresso	- Fornecer serviço de Webmail; - Gerenciar Calendário Eletrônico (Agenda); - Administrar Listas de Contatos;	IFS	Fernando Lucas de Oliveira Farias (1953308) / José Eduardo Nascimento Figueiredo (2247221)	Jefferson Gonzaga dos Santos (1668165) / Demair de Sá Ramos (1953293)	ALTA
S70	Sistema de Gerenciamento de Atendimento	Gerenciar filas e fluxo de atendimento na prestação de serviço de atendimento presencial as pessoas. Emitir senhas e chamadas das mesmas através de painéis. Fornecer uma diversidade de informações gerenciais preciosas,	PROEN	Alysson Santos Barreto (1785513) / Gildevana Ferreira da Silva (1932822)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736)	MÉDIA

ID	Sistema	Objetivos / Funcionalidades do Sistema	Área	Responsável pela gestão do Sistema (Área do Negócio)	Equipe de TI responsável	Criticidade
	- SGA	através de relatórios, estatísticas e gráficos avançados sobre atendimento de uma unidade, de um grupo de unidades ou de todas elas. Possibilitando obter estatísticas e tempos médios de atendimento por atendente, por período e por unidade, entre outras. Permitir aos gestores planejar, acompanhar, monitorar, otimizar e agilizar o atendimento aos clientes.				
S71	RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências	Gerenciar o cadastro de docentes requerentes da RSC; Disponibilizar documentos relacionados a RSC (Resolução 34/CS/2014, Manual do Avaliador RSC, Termo de Apuração, Declaração de Pagamento, ...) Permite o avaliar proceder com avaliação dos dados enviados pelo requerente da RSC	PROGEP	Leila Buarque Couto de Matos (2279730) / João Bosco Silva Rocha (1785940) / Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390)	Rodrigo Fontes Cruz (2894266) / Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	MÉDIA
S72	GLPI	Permitir gerenciamento de chamados e suporte a serviços de TI em 1º Nível, utilizando interface web ou e-mail no gerenciamento de comentários e acompanhamento do histórico de ferramenta, além de possuir integração com ferramenta de inventário de hardware e suporte a base de conhecimento, notificação de usuários e escalonamento automático de chamados e integração com SIPAC e SIGRH em algumas funcionalidades.	DTI	Fernando Lucas de Oliveira Farias (1953308) / Danilo Bezerra da Silva (1944585)	Carlson Santana Cruz (2157307) Thiago Dias Bispo (3639242)	ALTA
S73	SIGAA -> Graduação	Sistema para gerenciamento de informações acadêmicas do nível de ensino graduação do instituto: - Cadastro de Professores, Alunos, Funcionários, Estagiários e Colaboradores Externos; - Gerenciamento de Diários de Classe, Notas, Faltas, Questionários, Histórico de Empréstimos, entre outros. - Horários de Aula e Reserva online de recursos. - Caixa de Mensagens, Questionários, Matrizes Curriculares, Seleção de FAQs; - Mapa de Notas e Faltas de Todas as disciplinas de Alunos de uma turma. - Visualizar horário individual, boletim escolar, informações sobre estágio, histórico escolar, material de aula, questionários pelo aluno. - Auditoria de Logs, sessões e exceções; - Mapas de Salas e Estatísticas Estrutura do Curso. - Relatórios de Diários de Classe, Diários Entregues, Listagem de Diários, Professores, Funcionários.	PROEN	Alysson Santos Barreto (1785513) / Herbert Melo Lima (2157287)	Uendel Santos Batista (2321866) / Victor Matheus da Silva (2973470)	ALTA

ID	Sistema	Objetivos / Funcionalidades do Sistema	Área	Responsável pela gestão do Sistema (Área do Negócio)	Equipe de TI responsável	Criticidade
S74	SIGAA -> Médio/Técnico	Sistema para gerenciamento de informações acadêmicas do nível de ensino integrado e subsequente do instituto: - Cadastro de Professores, Alunos, Funcionários, Estagiários e Colaboradores Externos; - Gerenciamento de Diários de Classe, Notas, Faltas, Questionários, Histórico de Empréstimos, entre outros. - Horários de Aula e Reserva online de recursos. - Caixa de Mensagens, Questionários, Matrizes Curriculares, Seleção de FAQs; - Mapa de Notas e Faltas de Todas as disciplinas de Alunos de uma turma. - Visualizar horário individual, boletim escolar, informações sobre estágio, histórico escolar, material de aula, questionários pelo aluno. - Auditoria de Logs, sessões e exceções; - Mapas de Salas e Estatísticas Estrutura do Curso. - Relatórios de Diários de Classe, Diários Entregues, Listagem de Diários, Professores, Funcionários.	PROEN	Alysson Santos Barreto (1785513) / Herbert Melo Lima (2157287)	Uendel Santos Batista (2321866) / Victor Matheus da Silva (2973470)	ALTA
S75	SIGAA -> Portal do Docente	Reúne informações relativas aos docentes nas suas atividades acadêmicas, sejam elas de ensino, de pesquisa, de extensão ou de monitoria. Além disso, também permite que o docente cadastre informações relativas a sua produção intelectual; gerencie suas turmas através do AVA Turma Virtual; acesse os portais os quais tem acesso(Coordenador de Lato Sensu, Coordenador de Stricto Sensu etc); acesse seu Porta-arquivos, inscreva-se para fiscalizar vestibular e solicite compra de livros a biblioteca.	PROEN	Alysson Santos Barreto (1785513) / Herbert Melo Lima (2157287)	Uendel Santos Batista (2321866) / Victor Matheus da Silva (2973470)	ALTA
S76	SIGAA -> Portal do Discente	Permite aos discentes realizar operações relativas ao ensino a pesquisa e a extensão. Como também inscrever-se para ser fiscal do vestibular, participar de fóruns do seu curso, bem como criá-los, solicitar bolsa auxílio alimentação e moradia, consultar a produção intelectual dos docentes e as defesas de pós-graduação e comunicar-se com a coordenação de seu curso. Em relação ao ensino, o aluno poderá consultar nota, emitir histórico, declaração de vínculo e atestado de matrícula, matricular-se, trancar componente curricular, consultar as informações de curso, de componente curricular, de turma e de unidades acadêmicas e, por fim, acessar as turmas virtuais dos componentes curriculares nos quais está matriculado	PROEN	Alysson Santos Barreto (1785513) / Herbert Melo Lima (2157287)	Uendel Santos Batista (2321866) / Victor Matheus da Silva (2973470)	ALTA

ID	Sistema	Objetivos / Funcionalidades do Sistema	Área	Responsável pela gestão do Sistema (Área do Negócio)	Equipe de TI responsável	Criticidade
S77	SIGAA -> Diplomas	Sistema para gerenciamento de informações acadêmicas do instituto: - Emissão de declarações, certificados e diplomas.	PROEN	Alysson Santos Barreto (1785513) / Herbert Melo Lima (2157287)	Uendel Santos Batista (2321866) / Victor Matheus da Silva (2973470)	ALTA
S78	SIGAA -> Pesquisa	Gerenciar a submissão de eventos, artigos e projetos	PROPEX	Ruth Sales Gama de Andrade (1178269) / Chirlaine Cristine Gonçalves (1938149) / Otacílio Joaquim Rodrigues Cerqueira (279493)	Glayderson Jonathan Nunes (2404048) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	ALTA
S79	SIGAA -> Extensão	Gerenciar a submissão de eventos, artigos e projetos	PROPEX	Ruth Sales Gama de Andrade (1178269)  Chirlaine Cristine Gonçalves (1938149)  Otacílio Joaquim Rodrigues Cerqueira (279493)	Glayderson Jonathan Nunes (2404048) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	ALTA
S80	SIGAA -> Produção Intelectual	Gerenciar informações acerca do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe: - Resolução do NIT, Legislação, Conceitos Fundamentais, Equipe. - Informações sobre Patente, Propriedade Intelectual, Proteção de Cultivares, Desenho Industrial, Modelo de Utilidade, Indicação Geográfica, Marca. - Editais, Formulário e Downloads. - Links para entidades Parceiras e Apoio do NIT.	PROPEX / NIT	Ruth Sales Gama de Andrade (1178269)  Chirlaine Cristine Gonçalves (1938149)  Renata Tania Brito Morais (3307253)	Glayderson Jonathan Nunes (2404048) / Saulo Lordão Andrade Barros (2403973)	MÉDIA
S81	SIGAA -> Ensino a Distância	Sistema para gerenciamento de informações acadêmicas da modalidade de ensino à distância do instituto: - Cadastro de Professores, Alunos, Funcionários, Estagiários e Colaboradores Externos; - Gerenciamento de Diários de Classe, Notas, Faltas, Questionários, Histórico de Empréstimos, entre outros. - Horários de Aula e Reserva online de recursos. - Caixa de Mensagens, Questionários, Matrizes Curriculares, Seleção de FAQs; - Mapa de Notas e Faltas de Todas as disciplinas de Alunos de uma turma. - Visualizar horário individual, boletim escolar, informações sobre	DEAD	Alysson Santos Barreto (1785513)  Saulo Eduardo Galilleo Souza dos Santos (2678453)	Uendel Santos Batista (2321866) / João Ribeiro de Almeida Neto (2403911)	ALTA

ID	Sistema	Objetivos / Funcionalidades do Sistema	Área	Responsável pela gestão do Sistema (Área do Negócio)	Equipe de TI responsável	Criticidade
		estágio, histórico escolar, material de aula, questionários pelo aluno. - Auditoria de Logs, sessões e exceções; - Mapas de Salas e Estatísticas Estrutura do Curso. - Relatórios de Diários de Classe, Diários Entregues, Listagem de Diários, Professores, Funcionários.				
S82	SIGAA -> Assistência ao Estudante	Administrar o processo de recrutamento dos candidatos ao PRAAE, assim como, fornecer relatórios dos candidatos por edital – CAE e candidatos por Edital – Serviço Social	DIAE	José Franco de Azevedo (3279877) / Vera Lucia Sampaio Tourinho (53160)	Glayderson Jonathan Nunes (2404048) / Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	MÉDIA
S83	SIGAA -> Avaliação Institucional	Permitir a criação de formulários personalizados para realização de pesquisas junto à comunidade do IFS, avaliação analítica e sintética das questões e geração de gráficos ilustrativos.	PROPEX	Ruth Sales Gama de Andrade (1178269) / Leopoldo Ramos de Oliveira (1054751)	Glayderson Jonathan Nunes (2404048) / Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	ALTA
S84	Portal de Dados Abertos	Portal de dados que concentram informações estratégicas com o objetivo de atender às orientações do Plano de Dados Abertos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) no biênio 2017/2018	PROEN / PEI	Fernando Fontes Santos (1673146) / Lígia Cristina da Silva (1962355)	Victor Matheus da Silva (2973470) / Thiago Dias Bispo (3639242)	MÉDIA
S85	SEI - PEN	Sistema de gestão de informações com o objetivo de atender às premissas do PEN – Processo Eletrônico Nacional, onde serão gerenciados processos administrativos e documentos eletrônicos que possibilitam a produção, edição, assinatura, trâmite (andamento) e armazenamento de documentos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) / Dulce Elizabeth Lima de Souza e Silva (1892515)	Avner de Jesus Santos Pereira (2357332) / Carlson Santana Cruz (2157307)	ALTA
S86	App IFS Digital -> Discente	Aplicativo Mobile que permite aos discentes acesso rápido às informações relativas ao ensino e seguimentos afins.	DTI / CCOM	Geraldo Bulhões Bittencourt Filho (2155854) / Alysson Santos Barreto (1785513)	Fernando Henrique Vieira Trindade (2157349) / Tiago Viana de Souza (2156658)	MÉDIA
S87	Hotsite DIAE	Fornecer informações institucionais (Sobre a DIAE, Projetos, Atribuições, Estrutura Administrativa, Contato, Documentos, ...) relacionadas a Diretoria de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Sergipe.	DIAE	José Franco de Azevedo (3279877) / Vera Lucia Sampaio Tourinho (53160)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) / Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MÉDIA

Fonte: DTI/Portaria dos Sistemas Informatizados

**d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.**

O Plano de Capacitação de Tecnologia e Comunicação do IFS 2015-2019, foi idealizado levando-se em consideração:

- Capacitações que atendam aos Eixos Temáticos para Capacitação do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação - SISP;
- A Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI (2013-2015), instrumento de planejamento estratégico do SISP, que definiu como objetivo estratégico: Aprimorar quali-quantitativamente os quadros de pessoal de gestão de TI;
- Planejamento Estratégico Institucional - PEI/IFS (2014 - 2019) que definiu como objetivo estratégico: XXI. Ampliar as atividades de capacitação dos servidores visando às áreas de prioridades e mapeamento das competências;
- PDTIC elaborado pelo IFS para o período de 2014-2019,
- Sugestões de capacitação feitas pelos servidores de TI, gestores das Coordenadorias Sistêmicas, das CTI's dos *Campi* e da Diretoria de Tecnologia da Informação.

O documento segue as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal direta, autárquica, além do disposto na Portaria GM/MP nº 208, de 25 de julho de 2006, na Norma Operacional /SPOA nº 04, de 7 de outubro de 2010 e na Norma Operacional /SPOA nº 01, de 24 de fevereiro de 2012.

As ações de capacitação e desenvolvimento profissional previstas neste instrumento abrangem eventos, cursos presenciais e à distância contemplando trilhas de capacitação para o desempenho de diversas áreas direcionadas aos servidores do Instituto Federal de Sergipe.

O Plano de Capacitação de TIC 2015-2019 foi aprovado pelo Comitê Gestor de TI no dia 30/11/2015, Deliberação Nº 04/2015/CGTIC/IFS, disponível através do link:

“[http://www.ifs.edu.br/images/Hotsites/dti/Documentos/PDTIC/Plano\\_de\\_Capacita%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_TIC\\_2015-2019\\_-\\_Otimizado.pdf](http://www.ifs.edu.br/images/Hotsites/dti/Documentos/PDTIC/Plano_de_Capacita%C3%A7%C3%A3o_de_TIC_2015-2019_-_Otimizado.pdf)”

Quadro 86 – Treinamentos efetivamente realizados no exercício 2017

Nº	Descrição da Atividade	Instituição Promotora	Nº de Servidores Capacitados
1	Ciclo de Treinamentos do Adobe Creative Cloud - Módulos Adobe Photoshop, Illustrator, InDesign, Premiere e After Effects - Turma 01/2017 (Exclusiva para Programador Visual, Técnico em Artes Gráficas, Técnico Audiovisual, Jornalista e demais profissionais de comunicação social do IFS)	IFS/DTI	1
2	I Ciclo de Oficinas de Planejamento e Gestão de Riscos	IFS/PRODIN	3
3	I Encontro de Tecnologias na Educação do IFS - Palestras (Vagas Exclusivas para Técnicos Administrativos)	IFS/PROEN/DTI	22
4	I Oficina de Planejamento de TIC do IFS	IFS/DTI/PRODIN	29
5	I Semana de Conscientização em Segurança da Informação do IFS - Palestras	IFS/DTI	23
6	II Ciclo de Treinamentos do SIGAA - Administração e Configuração do SIGAA - Turma 01/2017 (Coordenadores de Curso, Diretores e Gerentes de Ensino, DTI e PROEN)	IFS/DTI	4
7	II Ciclo de Treinamentos do SIGAA - Configuração do Ciclo Acadêmico dos Cursos de Graduação no SIGAA - Turma 01/2017 (Coordenadores e Servidores da CRE, PROEN e DTI)	IFS/DTI	4
8	II Ciclo de Treinamentos do SIGAA - Configuração do Ciclo Acadêmico dos Cursos Técnicos Integrados e Subsequente no SIGAA - Turma 01/2017 (Coordenadores e Servidores da CRE, PROEN e DTI)	IFS/DTI	2
9	II Ciclo de Treinamentos do SIGAA - Configuração do Ciclo Acadêmico dos Cursos Técnicos Integrados e Subsequente no SIGAA - Turma 01/2017 (Coordenadores e Servidores da CRE, PROEN e DTI)	IFS/DTI	2

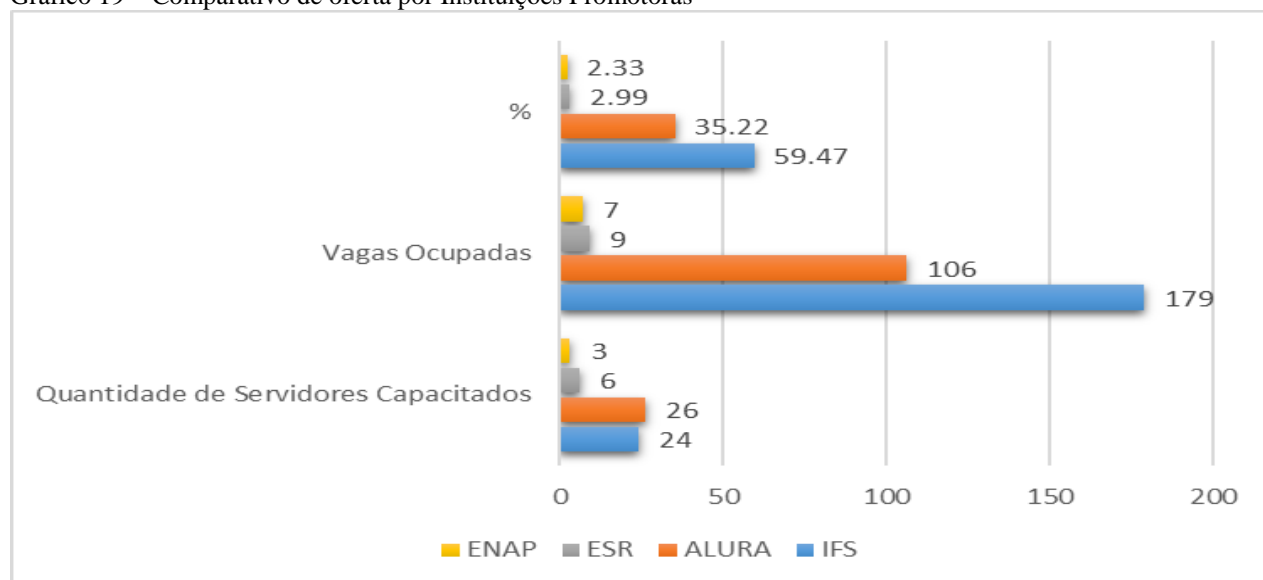
10	III Ciclo de Treinamentos do SIGAA - Gerenciamento Avançado do Ciclo Acadêmico - Módulo: Médio/Técnico - Turma 19/2017 - 30 Ago 2017 08h às 12h e 14h às 18h (Exclusiva para servidores da CRE e COHE)	IFS/DTI	2
11	III Ciclo de Treinamentos do SIGAA - Portal Docente e Turma Virtual - Turma 01/2017 ("Pontos Focais" de Suporte à Implantação do SIGAA) - 08h às 11h	IFS/DTI	1
12	III Ciclo de Treinamentos do SIGAA - Portal Docente e Turma Virtual - Turma 17/2017 ("Pontos Focais" de Suporte à Implantação do SIGAA) - 08h às 11h	IFS/DTI	4
13	Minicurso - Apresentação de Bases de Dados de Apoio a Pesquisa, Extensão e Inovação do IFS - Turma 01/2017	IFS/DTI	1
14	Minicurso - AutoDesk (Autocad e Revit)	IFS/DTI	1
15	Minicurso - Boas Práticas em Segurança da Informação, aprenda a se manter seguro! (Campus Itabaiana, Aracaju, Lagarto, Estância, Glória, São Cristóvão, Socorro e Tobias Barreto)	IFS/DTI	20
16	Minicurso - Conhecendo o programa Cisco Academy	IFS/DTI	1
17	Minicurso - Conhecendo os principais recursos de Interatividade em sala de aula do projetor vertical de ultracurta distância PJ WX4130N	IFS/DTI	2
17	Minicurso - Construção de Vídeoaulas - Turma 01/2017 - 08h às 12h30min	IFS/DTI	1
19	Minicurso - Construção de Vídeoaulas - Turma 01/2017 - 08h às 12h30min	IFS/DTI	2
20	Minicurso - IBM Academic Initiative	IFS/DTI	1
21	Modelagem de Processos na Prática: Mapeamento e documentação de processos com Bizagi - Turma 01 e 02/2017	IFS/DTI	11
22	Oficina - Planejando Aulas com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - Turma 01/2017 - 08h às 18h30min	IFS/DTI	1
23	Otimizando a Administração Pública por meio da Gestão por Processos: Uma visão estratégica - Turma 01/2017	IFS/DTI	5
24	Prêmio Destaques de TI do IFS 2017 / 2ª Edição	IFS/DTI	36
25	Gerenciamento de Projetos de TI	ESR/RNP	2
26	Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002	ESR/RNP	2
27	Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27005	ESR/RNP	1
28	Introdução à Segurança de Redes	ESR/RNP	2
29	Planejamento e Contratação de Serviços de TI	ESR/RNP	1
30	Virtualização de Servidores	ESR/RNP	1
31	C I: Introdução à Linguagem das Linguagens	Alura	2
32	C II: Avançando na linguagem	Alura	1
33	C III: Recursos avançados da linguagem	Alura	1
34	C# I: Fundamentos da linguagem C	Alura	3
35	C# II: Orientação a objetos	Alura	2
36	Certificação ITIL Foundation 1: Introdução ao gerenciamento de TI	Alura	14
37	Certificação ITIL Foundation 2: Estratégias e Desenho de Serviços	Alura	10
38	Certificação ITIL Foundation 3: Transição e Operação de Serviço	Alura	8
39	Certificação ITIL Foundation 4: Melhoria Contínua de Serviço	Alura	6
40	COBIT 5 Foundations Parte 1: Introdução a Governança Corporativa	Alura	2
41	COBIT 5 Foundations Parte 2: Princípios do COBIT 5	Alura	2
42	COBIT 5 Foundations Parte 3: Habilitadores do COBIT 5	Alura	2
43	COBIT 5 Foundations Parte 4: Implementação e Avaliação de Processos	Alura	1
44	JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	Alura	3
45	JavaScript Avançado II: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	Alura	3
46	JavaScript Avançado III: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	Alura	1
47	Lógica de programação I: Os primeiros programas com Javascript e HTML	Alura	4
48	Lógica de programação II: pratique com desenhos, animações e um jogo	Alura	3
49	Métodos Ágeis: Introdução	Alura	7
50	Python 2: Programando com a linguagem	Alura	4
51	Python 2: Programando com a linguagem	Alura	4
52	Python 3 parte 1: Introdução à nova versão da linguagem	Alura	5
53	Python 3 parte 1: Introdução à nova versão da linguagem	Alura	5
54	Python 3 parte 2: Avançando na linguagem	Alura	4

55	Python 3 parte 2: Avançando na linguagem	Alura	4
56	Scrum: Agilidade em seu projeto	Alura	5
57	Acesso à Informação	ENAP	1
58	Introdução à Gestão de Processos	ENAP	1
59	Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR	ENAP	1
60	Gestão da Estratégia com BSC - Fundamentos	ENAP	1
61	Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação (GCTI)	ENAP	1
62	Ética e Serviço Público	ENAP	1
63	Elaboração de Plano de Dados Abertos	ENAP	1

Fonte: SIGRH/Capacitação, Sites da Alura, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e Escola Superior de Redes-ESR.

Foram realizadas 63 atividades de capacitação, com 301 vagas ocupadas, resultando em 53 servidores capacitados nas diversas modalidades descritas na tabela 10. 59,46% das vagas foram em cursos, minicursos, oficinas, workshops e treinamentos presenciais promovidos pelo IFS, tendo como multiplicadores servidores da DTI, PRODIN e convidados externos. 35,21% em cursos à distância ministrados pela Alura, 2,99% em cursos presenciais ofertados pela Escola Superior de Redes – ESR e 2,33% em cursos à distância da ENAP, conforme gráfico 19.

Gráfico 19 – Comparativo de oferta por Instituições Promotoras



Fonte: SIGRH/Capacitação, Sites da Alura, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e Escola Superior de Redes-ESR.

A meta para 2017 era capacitar 70% dos servidores em temas alinhados ao PDTIC. Com as iniciativas relatadas acima o IFS superou a meta, capacitando 53 dos 62 Servidores de TI, ou seja, 85,48% do corpo funcional.



**e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.**

Quadro 87 – Detalhamento da Força de Trabalho de TI - 2017

Com relação à força de trabalho de TI, informe:	Total	Reitoria	Campus									
			Aracaju	São Cristóvão	Lagarto	Estância	Gloria	Itabaiana	Socorro	Propriá	Poço Redondo	Tobias
a) Quantitativo <b>total da força de trabalho existente (real)</b> em TI. (Lotação de Exercício: 14 ATI + 32 TTI + 2 TE +16 TLAB +1 TS + 1PV)	65	38	7	3	4	2	2	3	2	2	0	2
b) Quantitativo de servidores/empregados públicos <b>efetivos da carreira de TI</b> da própria instituição (32 TTI + 14 ATI )	45	29	5	2	1	1	2	3	1	1	0	0
c) Quantitativo de <b>servidores/empregados efetivos de outras carreiras</b> da instituição. ( Lotação de Exercício: 2 TE +16 TLAB + 1 TS + 1PV)	20	9	2	1	3	1	0	0	1	1	0	2
d) Quantitativo de servidores/empregados <b>efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
e) Quantitativo de servidores/ <b>empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
f) Quantitativo de <b>terceirizados</b>	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
g) Quantitativo de <b>estagiários</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
h) Quantitativo de <b>bolsistas</b>	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: DTI/SIGRH/SIAPE3

Legenda:

ATI - Analista de Tecnologia da Informação

TTI - Técnico de Tecnologia da Informação

TE - Técnico em Eletroeletrônica

TS – Técnico de Secretariado

TLAB - Técnico de Laboratório / ÁREA

PV - Programador Visual

**f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.**

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), órgão do IFS responsável pelo fornecimento de serviços de TI, deve prover os serviços que atendam aos processos administrativos do Instituto, bem como oferecer e manter infraestrutura e serviços às diversas áreas de atuação, tais como: ensino, pesquisa e extensão, além de vários serviços que o IFS disponibiliza para o público em geral. O conjunto desses serviços ofertados pela DTI abrange todas as áreas de atuação do Instituto, o que exige uma gestão aprimorada de sistemas e infraestrutura de TI que garanta a disponibilidade permanente dos serviços.

A implantação de uma Solução Integrada de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação, fundamentada nas melhores práticas da biblioteca ITIL – *Information Technology Infrastructure Library*, compreendendo uma solução que atenda as disciplinas ITIL com gestão e controle de estações de trabalho (Inventário, Distribuição e Atualização de Softwares) e os serviços necessários à sua plena implementação na instituição, está prevista em nosso PDTIC 2014-2019, contudo, a sua consolidação foi reprograma para 2018-2019.

Como alternativa ao exposto acima e visando maior celeridade e gestão nos chamados recebidos, a DTI utiliza o GLPI (*Gestionnaire libre de parc informatique*) e Redmine, duas soluções de software livre para WEB, que oferecem os seguintes recursos:

- Sistema de Autenticação integrado LDAP que permite aos usuários do novo sistema adotarem o mesmo *login* e senha já utilizados nos sistemas SIG (SIPAC, SIGRH, SIGPP ou SIGAdmin);
- Notificações dos usuários a cada atualização do chamado, incluindo seu encaminhamento ou alteração de status;
- Possibilidade do usuário avaliar a solução proposta pela equipe de DTI podendo aprovar ou recusar;
- Escalonamento automático dos chamados para equipe de TI de sua unidade, desta forma, o chamado é direcionado automaticamente para CTI de cada campus através da identificação pelo sistema da unidade de lotação do servidor autor do chamado;
- Consulta ao histórico de chamados;
- Pesquisa de Satisfação;
- Possibilidade de Adicionar comentários ao chamado utilizando a interface *web* ou e-mail;
- Geração de Relatórios Analíticos e/ou sintéticos dos chamados coletados;
- Gestão de Base de conhecimento hierárquico baseados nos chamados encerrados.

➔ Informações acerca do GLPI, Redmine e catálogo de serviços podem ser encontradas nos links abaixo:

"<https://aplicacoes.ifs.edu.br/suporte/>"

"<https://aplicacoes.ifs.edu.br/dokuwiki/doku.php?id=sistemas:glpi>"

"<https://tarefas.ifs.edu.br/>"

"<http://www.ifs.edu.br/catalogos-de-servicos>"

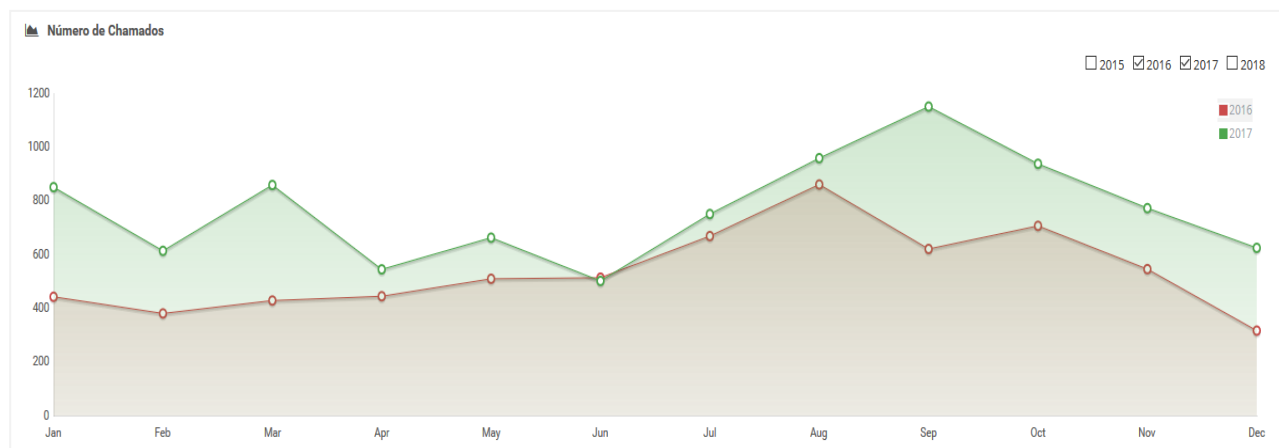
➔ **Resoluções e Instruções normativas:**

- Deliberação Nº 67/2017/CGTIC - Aprova Catálogo de Serviços de TI - Ref Novembro 2017
- Deliberação Nº 48/2017/CGTIC - Aprova o novo catálogo de serviços de TI da IN 01/2016/DTI
- Deliberação Nº 08/2016/CGTI - Aprova novo Catálogo de Serviços de TI

- Instrução Normativa Nº 01/2016/DTI - Dispõe sobre a requisição e o gerenciamento dos serviços de TI no Instituto Federal de Sergipe

Na sequência serão apresentados alguns relatórios e gráficos disponíveis no GLPI e utilizados no gerenciamento de serviços de TI.

Gráfico 20 – Números de Chamados 2016-2017



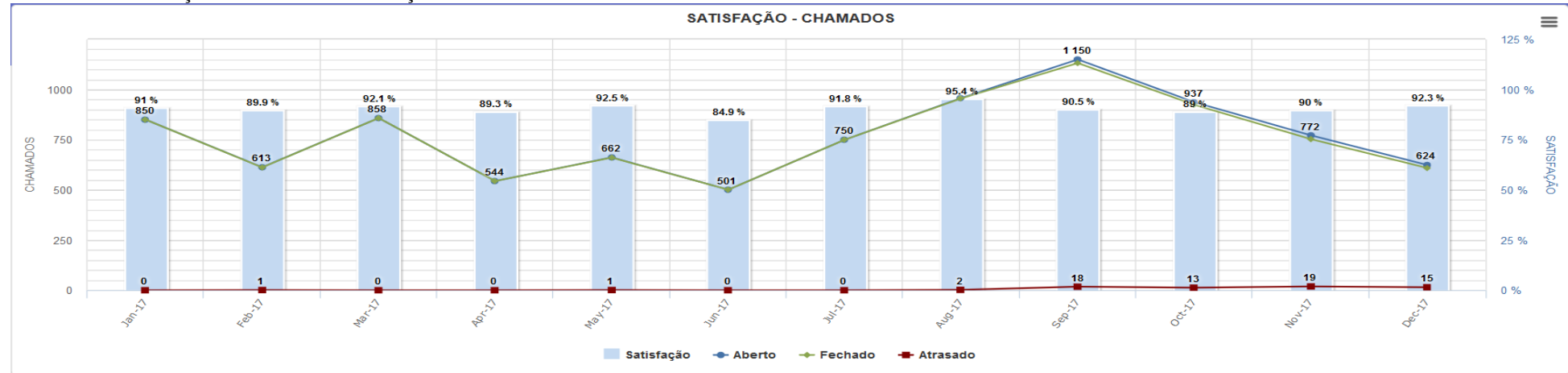
Fonte: GLPI v 9.1.4

Figura 25 – Recorte do Relatório do Indicador Chamados por Grupo<sup>5</sup> – Exercício 2017

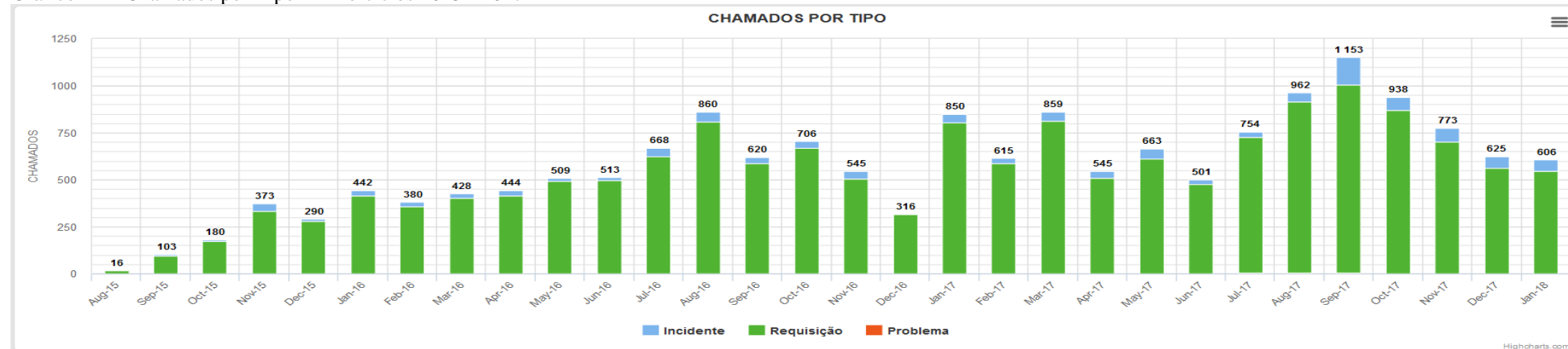
Grupos	Chamados	Aberto	Solucionado	Fechado	% Fechado
CTI - Aracaju (16)	1165	3	0	1162	99.7 %
CTI - Estância (17)	674	4	0	670	99.4 %
CTI - Glória (18)	498	1	3	494	99.8 %
CTI - Itabaiana (19)	958	1	3	954	99.9 %
CTI - Lagarto (20)	1281	1	0	1280	99.9 %
CTI - Propriá (36)	330	2	3	325	99.4 %
CTI - Reitoria (Anexo 1 e Campus Aracaju) (23)	416	3	3	410	99.3 %
CTI - Reitoria (Anexo 2 - PRONATEC) (24)	407	2	0	405	99.5 %
CTI - Reitoria (sede) (22)	705	1	0	704	99.9 %
CTI - Socorro (51)	189	1	1	187	99.5 %
CTI - São Cristóvão (21)	533	2	0	531	99.6 %
CTI - Tobias Barreto (37)	371	0	1	370	100 %

Fonte: GLPI v 9.1.4

<sup>5</sup> Indicador responsável por contabilizar os chamados encaminhados para as equipes de 1º, 2º e 3º Níveis de atendimento aos serviços e TI no Instituto Federal de Sergipe.

Gráfico 21 – Satisfação dos Usuários em Relação ao Atendimento<sup>6</sup> – Exercício 2017

Fonte: GLPI v 9.1.4

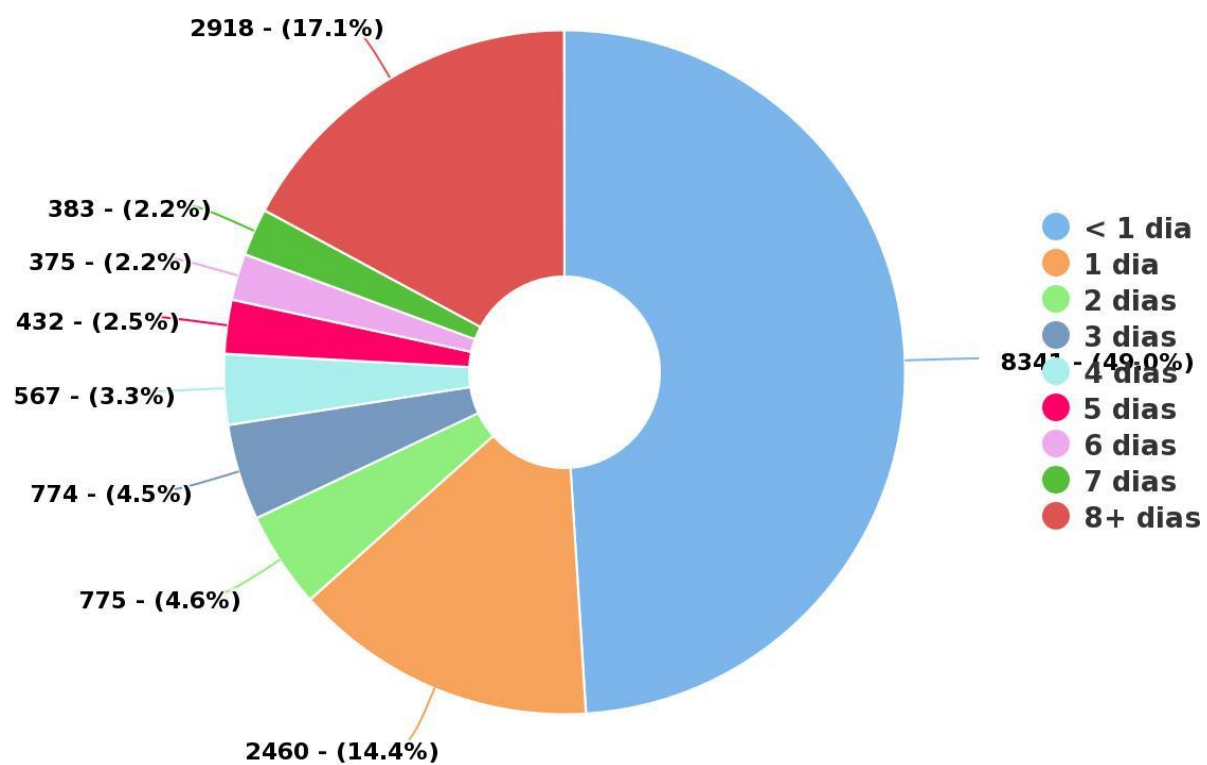
Gráfico 22 – Chamados por Tipo<sup>7</sup> – Exercícios 2015 - 2017

Fonte: GLPI v 9.1.4.

<sup>6</sup> Esse indicador permite acompanhar o número de chamados abertos na plataforma GLPI que foram concluídos dentro do SLA, bem como identificar a quantidade daqueles atendidos fora do prazo pactuado.

<sup>7</sup> Esse indicador permite relacionar a partir do total de chamados, àqueles reportados como **incidentes** “Interrupção não planejada de um serviço de TI ou a redução de sua qualidade conforme os requisitos acordados”, **requisição** “solicitação, contato, pedido de informação ou dúvida para acessar um serviço disponível no catálogo” ou **problemas** “Registro de um problema, a fim de que seja iniciado o processo de gerenciamento de problemas para investigação de sua origem, histórico e posterior aplicação de solução de contorno e/ou ações mitigadoras visando coibir a sua recorrência”.

Gráfico 23 – Tempo de Solução de Chamados – Exercício 2017



Fonte: GLPI v 9.1.4

**g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão**

Quadro 88 – Projetos de TI agrupados por Objetivos Táticos

Objetivo Tático	Projeto	Previsto	Realizado	Valores Orçados	Valores Despendidos	Prazo	Observações
01 – Consolidar a Expansão do IFS	Aquisição de Microcomputadores para Renovação do Parque Computacional (SRP)	100%	100%	R\$ 1.049.750,00	R\$ 1.284.000,00	Dez/2017	A meta para 2017 era de 20%, mas devido ao contingenciamento de recursos foram renovados 13,45 % do parque computacional.
	Aquisição de Nobreaks de Tensão (SRP)	100%	100%	R\$ 60.000,00	R\$ 82.000,00	Dez/2017	---
	Aquisição de Servidores de Rede Corporativo de Alto Desempenho (SRP)	100%	100%	R\$ 176.000,00	R\$ 43.998,00	Jul/2017	Por contingenciamento de recursos foram adquiridos apenas 02 para o Campus Socorro e Reitoria – Centro de Pós-graduação.
	Aquisição de Transceiver para Fibra ótica Monomodo 16GBPS SFP+	100%	100%	R\$ 13.500,00	R\$ 13.500,00	Nov/2017	---
	Aquisição de 02x Switches Core de Alto Desempenho para redes metropolitanas	100%	100%	R\$ 66.605,60	R\$ 66.605,60	Jul/2017	Conclusão do projeto em out/2017 (Ofício nº 523/2017/Reitoria/IFS) Deliberação Nº 35/2017/CGTIC/IFS de 26/06/2017 aprova a inclusão da unidade Reitoria-Sede na rede metro-aju.
	Contratação de Links Dedicados de Acesso à Internet	100%	100%	R\$ 700.000,00	R\$ 477.162,48	Set/2017	O contrato 34/2013 foi renovado por mais 01 e último ciclo. Devendo ser realizada nova contratação em 2018.
	Contratação de Serviços de instalação cabeamento estruturado para Campus Socorro	100%	100%	R\$ 77.920,00	R\$ 77.920,00	Mai/2017	Contratação realizada em 2016 com liquidação em 2017. Contrato nº 32/2016
	Contratação de Serviços de instalação cabeamento estruturado para Campus Itabaiana	100%	100%	R\$ 596.259,20	R\$ 596.259,20 + R\$ 168.544,80	Mar/2018	Contratação realizada em 2016 com liquidação em 2018. Contrato nº 32/2016. Aditivo nº 01/2017.
	Contratação de Serviços de instalação cabeamento estruturado para Campus Lagarto	100%	100%	R\$ 733.298,00	R\$ 733.298,00	Jan/2018	Contrato nº 04/2017 Empenhado em 2016

Objetivo Tático	Projeto	Previsto	Realizado	Valores Orçados	Valores Desprendidos	Prazo	Observações
	Contratação de Serviços para Manutenção Corretiva e Preventiva para Grupo Gerador Diesel	100%	80%	R\$ 25.000,00	---	Fev/2018	Processo Nº 23290.001252/2017-90 está no Departamento de Licitações e Contratos para publicação do edital de licitação.
	Contratação de Serviços de Impressão e Digitalização	100%	100%	R\$ 128.900,00	R\$ 51.800,00	Mai/2017	Contratos Nº 07/2017 e 16/2017 "Ilhas de Impressão"
	Estruturação dos Serviços de TIC do Campus Socorro	100%	100%	---	---	Jun/2017	---
	Implantação do sistema de monitoramento e localização dos ativos de rede e de servidores em todos os Campi	50%	10%	---	---	Dez/2018	Repactuado para 2018.
02 – Melhorar os Processos de Apoio	Abertura de chamados no GLPI a partir de erros nos sistemas	100%	90%	---	---	Nov/2017	Implantação do Fluxo de Atendimento a Incidentes de Sistemas.
	Customizações da Plataforma OJS	10%	10%	---	---	Dez/2017	---
	Elaboração da política de renovação do parque tecnológico do IFS	100%	0%	---	---	Dez/2017	Reprogramado para 2018
	Elaboração da política de renovação do parque sistêmico do IFS mediante vencimento das licenças dos Softwares	100%	0%	---	---	Dez/2017	Reprogramado para 2018
	Elaborar projeto base de infraestrutura para CTI's dos Campi	100%	0%	---	---	Dez/2017	Reprogramado para 2018
	Estruturar e manter equipe de manutenção evolutiva/customização dos sistemas SIG-UFRN no IFS (Transferência de Tecnologia da ESIG para o IFS)	20%	15%	----	---	Mai/2020	Contrato Nº 8/2016 – transferência de tecnologia prevista no contrato.
	Implantação da Gestão de Problemas proposta pelo ITIL	10%	10%	---	---	Dez/2018	Alinhamento dos conhecimentos e elaboração de plano de ação. Cursos Alura ofertados para servidores: Certificação ITIL Foundation 1: Introdução ao gerenciamento de TI; Certificação ITIL Foundation 2: Estratégias e Desenho de Serviços;

Objetivo Tático	Projeto	Previsto	Realizado	Valores Orçados	Valores Desprendidos	Prazo	Observações
							Certificação ITIL Foundation 3: Transição e Operação de Serviço; Certificação ITIL Foundation 4: Melhoria Contínua de Serviço.
	Implantação de ambiente específico para armazenamento dos Backups e Logs sistêmicos	80%	80%	---	---	Dez/2017	---
	Implantação de Processo para Avaliação Qualitativa dos Chamados	10%	10%	---	---	Dez/2018	---
	Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	30%	30%	---	----	Dez/2019	Deliberação Nº 65/2017/CGTIC/IFS de 06/11/2017 aprova o adesão ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
	Implantação de Solução de TI para Inventário dos Ativos de Rede do IFS	10%	10%	---	---	Dez/2019	---
	Implantação de solução de virtualização de laboratórios de TI	40%	0%	---	---	Dez/2019	Reprogramar os 40% para 2018 ( contingenciamento de recursos)
	Implantação de Solução Integrada de Gerenciamento de Serviços de TI	10%	10%	---	---	Dez/2019	Promoção de cursos online de ITIL para servidores, gerenciamento de SLAs, gestão de problemas e catálogo de serviços de TI. Deliberação Nº 67/2017/CGTIC/IFS de 06/11/2017 aprova o Catálogo de Serviços de TI. Deliberação Nº 71/2017/CGTIC/IFS de 06/11/2017 aprova relatório com indicadores do gerenciamento dos serviços de TI – Setembro/2017.
	Implantação do Módulo Extensão do SIGAA	20%	10%	R\$ 25.894,00	---	Dez/2017	Contrato Nº 08/2016 Entrada em produção reprogramada para 2018.
	Implantação do Módulo Avaliação Institucional do SIGAA	100%	50%	R\$ 25.894,00	---	Nov/2017	Contrato Nº 08/2016 Entrada em produção reprogramada para 2018.
	Implantação do Módulo Diplomas do SIGAA	100%	100%	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	Set/2017	Contrato Nº 08/2016 Gastos com manutenção evolutiva R\$



Objetivo Tático	Projeto	Previsto	Realizado	Valores Orçados	Valores Desprendidos	Prazo	Observações
							20.075,00
	Implantação do Módulo Graduação do SIGAA	100%	100%	R\$ 36.850,00	R\$ 36.850,00	Set/2017	Contrato Nº 08/2016 Manutenção evolutiva
	Implantação do Módulo Mobile do SIGAA	100%	90%	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	Nov/2017	Contrato Nº 08/2016 Aguardando autorização da UFRN para disponibilização do SIGAA Mobile em ambiente de produção nas lojas Play Store e/ou Apple Store para comunidade do IFS (OFÍCIO Nº 551/2017/Reitoria/IFS)
	Implantação do Módulo Pesquisa do SIGAA	20%	10%	R\$ 25.894,00	---	Dez/2017	Contrato Nº 08/2016 Entrada em produção reprogramada para 2018.
	Implantação do Módulo Processo Seletivo do SIGAA	100%	20%	R\$ 23.000,00	---	Nov/2017	Contrato Nº 08/2016 Entrada em produção reprogramada para 2018.
	Implantação do Módulo Produção Intelectual do SIGAA	20%	5%	R\$ 18.000,00	---	Dez/2017	Contrato Nº 08/2016 Reprogramado para 2018
	Implantação do Módulo Técnico Integrado/Subsequente do SIGAA	100%	100%	R\$ 44.800,00	R\$ 44.800,00	Set/2017	Contrato Nº 08/2016
	Implantação do Módulo Turma Virtual do SIGAA	50%	50%	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00	Set/2017	Contrato Nº 08/2016
	Mapeamento dos Processos de Negócio do SIPAC contextualizado aos Processos de Negócio "Patrimônio" do IFS	100%	100%	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	Dez/2018	Edital nº 35/2016/PROPEX/IFS – programa de bolsas institucionais de extensão – PBIEX
	Mapeamento dos Processos de Negócios da Área de Recursos Humanos "Avaliação Funcional" do IFS	100%	100%	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	Dez/2018	Edital nº 35/2016/PROPEX/IFS – programa de bolsas institucionais de extensão – PBIEX
	Migração de Dados do sistema Q-Acadêmico para SIGAA	100%	100%	R\$ 44.483,00	R\$ 55.000,00	Set/2017	Contrato Nº 08/2016
03 - Aprimorar a	Capacitação de Servidores de TI em	70%	86,88%.	R\$ 34.140,00	R\$ 34.140,00	Dez/2017	Foram 63 atividades de capacitação

Objetivo Tático	Projeto	Previsto	Realizado	Valores Orçados	Valores Desprendidos	Prazo	Observações
Formação Continuada dos Servidores e Gestores de TI	temas alinhados ao PDTIC			(Alura) R\$ 15.753,31 ( gastos com passagens e diárias cursos)	(Alura) R\$ 15.753,31 ( Gastos com passagens e diárias cursos)		com 301 vagas ocupadas, resultando em 53 servidores capacitados nas diversas modalidades ofertadas pelo IFS, Alura, ESR e ENAP.
04 - Aprimorar e fortalecer a gestão orçamentária de TI	Formalização do Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – PCTIC exercício 2017	100%	100%	---	---	Fev/2017	Deliberação Nº 30/2017/CGTIC/IFS de 29/05/2017 aprova PCTIC - 2017
	Acompanhamento da Execução do PCTIC - 2017	85%	184,41%	---	---	Dez/2017	Resultados trimestrais lançados no Geplanes (% de Execução Orçamentária de TI)
05 - Aperfeiçoar a Governança de TI	Atualização do PDTIC ao PEI/IFS (2014-2019) e EGTI (2014-2015) e Estratégia de Governança Digital (EGD)	100%	80%	--	--	Dez/2017	Capítulos/Artefatos atualizados: 1.Metodologia Aplicada; 2.Documentos de Referência; 3.Princípios e Diretrizes; 4.Organização da TI; 5.Referencial Estratégico; 6.Alinhamento com a Estratégia da Organização; 7.ANEXO 03 - Inventário de Hardware; 8.ANEXO 04 - Inventário de Software; 9.ANEXO 05 - Inventário de Sistemas; 10.ANEXO 07 - Quadro de Pessoal de TI - Formação/Competências; 11.ANEXO 08 - Quadro de Pessoal de TI - Treinamentos Realizados
	Elaboração do PDTIC (Acompanhamento da execução do Plano)	90%	128%	---	---	Dez/2019	Acompanhamento da realização das ações previstas no PDTIC (ANUALMENTE). Em 2017 foram realizadas: a) 09 reuniões ordinárias do Comitê Gestor de TIC; e b) 06 reuniões ordinárias e 03 extraordinárias do Comitê de Planejamento de TI. Sendo os indicadores de resultado lançados no GEPLANES
	Implantação Política de Governança	50%	60%	--	--	Dez/2019	Identificação de práticas já

Objetivo Tático	Projeto	Previsto	Realizado	Valores Orçados	Valores Desprendidos	Prazo	Observações
	de TI						implantadas do Guia do Governança de TI e conformidade com a Política de Governança de TIC do SISP, Portaria SETIC nº 19, de 20 de maio de 2017.
	Implantação Solução Integrada de Governança de TI	20%	20%	--	--	Dez/2017	Análise de Ferramentas disponíveis que permitam acompanhamento da execução do PDTIC, vinculando projetos aos objetivos estratégicos.
	Prêmio Destaques de TI 2017/2ª Edição	100%	100%	--	--	Dez/2017	Foram inscritos 09 Projetos de TI, 03 Projetos de Extensão e 23 experiências exitosas em 10 categorias.
06 - Fortalecer a gestão de TI com base nas melhores práticas compartilhadas no SISP	Formalização Metodologia de Gerenciamento do Portfólio Projetos de TI	100%	100%	--	--	Ago/2017	Deliberação Nº 42/2017/CGTIC/IFS de 07/08/2017 aprova a Metodologia de Gerenciamento do Portfólio de Projetos de TI - IFS
	Implantação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos de TI	20%	20%	---	---	Dez/2018	Levantamento da Necessidade de adaptação do GPWEB a MGPPTI (Artefatos da IN 04/2014).
	Implantação da Metodologia de Gestão de Processos de TI	10%	10%	---	---	Dez/2018	Levantamento de Metodologias existentes.
	Implantação de Avaliação de Periódica dos Serviços de TI junto à comunidade	30%	10%	---	---	Dez/2019	---
	Implantação de Solução de TI para Gestão da Fiscalização dos Contratos de TI no IFS	100%	50%	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	Dez/2018	Edital nº 35/2016/PROPEX/IFS – programa de bolsas institucionais de extensão – PBIEX
	Implantação do Processo de Gestão Corporativa de Segurança da Informação	30%	25%	---	---	Dez/2019	1.Minuta da POSIC elaborada e disponibilizada para consulta pública no <i>participa.br</i> 2. Estruturação da Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede – ETIR

Objetivo Tático	Projeto	Previsto	Realizado	Valores Orçados	Valores Desprendidos	Prazo	Observações
07 - Fortalecer a padronização do ambiente de Tecnologia da Informação, com base nos padrões de governo definidos no e-MAG e e-PING.	Desenvolvimento de Página Eletrônica para Memorial do IFS	20%	20%	---	---	Jun/2018	---
	Implantação de Acessibilidade Digital nos sítios e sistemas informatizados do IFS	50%	50%	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	Dez/2018	Edital nº 35/2016/PROPEX/IFS – programa de bolsas institucionais de extensão – PBIEX
08 – Garantir a Segurança das Informações	Aquisição de Solução de Firewall Corporativo de Grande Porte	100%	100%	R\$ 600.000,00	R\$ 354.330,00	Dez/2017	---
	Aquisição de Solução de Firewall Corporativo de Pequeno e Médio Porte	100%	100%	R\$ 400.000,00	R\$ 265.500,00	Dez/2017	---
	Contratação de Serviços para Registro e Renovação de Certificado Digital A3	50%	50%	R\$ 15.180,00	R\$ 6.831,00	Mai/2018	Contrato nº 9/2017
	Integração da Solução de Monitoramento do Zabbix + Grafana	100%	100%	---	---	Dez/2017	---
	Elaboração da Política para gestão da Solução de Antivírus Corporativo da Rede Administrativa e Acadêmica	50%	90%	---	---	Mar/2018	---
	Implantação de Sistema de Detecção de Intrusão Baseado em Host no IFS	100%	50%	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	Dez/2018	Edital nº 35/2016/PROPEX/IFS – programa de bolsas institucionais de extensão – PBIEX
	Aquisição de Solução de Backup Corporativo	100%	100%	R\$ 400.000,00	R\$ 177.170,00	Dez/2017	O projeto sofreu redução quantitativa sem impacto qualitativo aos resultados esperados. A solução foi redesenhada para contemplar todas as unidades a partir de uma aquisição única realizada pela Reitoria.
09 – Viabilizar a disponibilização e o uso de dados abertos	Desenvolvimento do Portal de Dados Abertos do IFS	100%	100%	---	---	Mai/2018	Link do Portal de Dados Abertos do IFS: <a href="http://dadosabertos.ifs.edu.br">dadosabertos.ifs.edu.br</a>
	Elaboração do Plano de Dados Abertos	100%	100%	---	---	Mar/2017	Deliberação Nº 06/2017/CGTIC/IFS de 24/03/2017 aprova o Plano de Dados Abertos – IFS.

Objetivo Tático	Projeto	Previsto	Realizado	Valores Orçados	Valores Desprendidos	Prazo	Observações
11 – Fortalecer a prestação de serviços digitais	Elaboração do plano de Integração à Plataforma de Cidadania Digital	100%	100%	---	---	Out/2017	Decreto 8936/2016 - Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Deliberação Nº 64/2017/CGTIC/IFS de 13/10/2017 aprova o plano de Integração à Plataforma de Cidadania Digital
12 – Fomentar a participação da comunidade na construção e melhoria de políticas de tecnologia da informação e comunicação TIC por meio de mídias digitais, sociais e outras tecnologias	Criação de Comunidade Virtual no ambiente participa.br para realização de Consultas Públicas	100%	100%	---	---	Set/2017	Comunidade Governança e Gestão de TIC  ( <a href="http://www.participa.br/governanca-e-gestao-de-tic">http://www.participa.br/governanca-e-gestao-de-tic</a> )  Em 2017 foram realizadas 02 Consultas Públicas: Política de Governança de TI do IFS (PGTIC) e Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC)  <a href="http://www.participa.br/governanca-e-gestao-de-tic/consulta-publica-minuta-da-politica-de-governanca-de-tic-ifs">http://www.participa.br/governanca-e-gestao-de-tic/consulta-publica-minuta-da-politica-de-governanca-de-tic-ifs</a>  <a href="http://www.participa.br/governanca-e-gestao-de-tic/consulta-publica-minuta-da-posicifs">http://www.participa.br/governanca-e-gestao-de-tic/consulta-publica-minuta-da-posicifs</a>

Fonte: DTI/CPlanTI

**h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.**

- Visando mitigar eventual dependência tecnológica com a empresa ESIG na prestação de serviços técnicos na área de TI para atender as demandas referentes à atualização e evolução dos Sistemas Integrados de Gestão – SIG (SIGRH, SIPAC, SIGAA e SIGAdmin) no Instituto Federal de Sergipe fora inclusa no contrato nº 08/2016 a cláusula, transcrita abaixo:

“CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Conforme a Instrução Normativa SLTI/MP Nº 4/2010, a empresa contratada deverá capacitar os profissionais da Coordenação de Sistemas da Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI por meio da transferência do conhecimento e tecnologias utilizadas no processo de implantação do SIG-UFRN através dos relatórios técnicos gerados. Isto visa manter a continuidade dos serviços em caso de finalização do contrato ou não disposição de recursos financeiros para abertura de novas ordens de serviços”.

- Provimento de 8 (oito) vagas do cargo de Analista de TI, sendo 03 (três) em 2016 e 5 (cinco) em 2017, visando consolidar a médio prazo o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação na Diretoria de TI, minimizando a grande dependência tecnológica destes serviços das empresas atualmente contratadas.
- Capacitação de servidores de TI em Tecnologias utilizadas pelos sistemas SIG-UFRN, a saber:
  1. Git: Controle e compartilhe o seu código;
  2. Java 8: Tire proveito dos novos recursos da linguagem;
  3. Java e JPA: Persista seus objetos com a JPA2 e Hibernate;
  4. Java e JSF 1: Sua aplicação web com JSF2;
  5. Java e JSTL: Tags para facilitar o desenvolvimento JSP/
  6. Java e JSF 2 - II: Componentes ricos com Primefaces
  7. Java e JSF 2 - III: Integração com CDI
  8. Java e JSF I: Sua aplicação web com JSF2
  9. Java e JSTL: Tags para facilitar o desenvolvimento JSP
  10. Java I: Primeiros passos
  11. Java II: Orientação a Objetos
  12. Java III: Principais APIs e bibliotecas
  13. Java Reflection: mágica e meta programação
  14. Java: Dominando as Collections
  15. JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos
  16. JavaScript Avançado II: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos
  17. JavaScript Avançado III: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos
  18. JavaScript: Programando na linguagem da web
  19. jQuery: Avance na biblioteca mais popular do mercado parte 2
  20. jQuery: Domine a biblioteca mais popular do mercado
  21. MEAN Stack: criando aplicações completas com Javascript
  22. Métodos Ágeis: Introdução
  23. Modelagem de Banco de Dados Relacional: Índices e Normalização
  24. MongoDB: Uma alternativa aos bancos relacionais tradicionais
  25. Node.js e HTTP: desenvolvendo uma API seguindo o estilo REST
  26. Orientação a Objetos: Melhores técnicas com Java

27. Performance Web I: otimizando o front-end
28. PostgreSQL I: Primeiros passos com suas consultas
29. Refatorando na prática
30. Scrum parte 1: Gerencie o seu projeto de forma ágil
31. Scrum: Agilidade em seu projeto
32. Selenium: Sua webapp testada de ponta a ponta em java
33. Servlets: Fundamentos de Java na Web
34. Spring MVC: É hora de criar uma webapp com Spring MVC4
35. Testes: TDD com Java
36. Threads 1: Programação paralela em Java
37. Threads 2: Programação concorrente avançada

### 5.3.1 Principais Sistemas de Informação

O quadro 89 apresenta os sistemas que mais contribuem para a realização da missão e objetivos institucionais do IFS, detalhando informações acerca de a manutenção, tais como se é própria ou terceirizada, despesas anuais com manutenção; desenvolvimento, prazo para conclusão, orçamento de desenvolvimento, riscos associados; e Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes.

Quadro 89 – Principais sistemas de informação

ID	Sistema	Objetivos do Sistema				
1	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC	Informatizar os fluxos da área administrativa através da informatização de todo o orçamento distribuído no âmbito interno e das requisições que demandam este orçamento (Material, Passagens, Diárias, Suprimento de Fundos, Auxílio Financeiro, prestações de serviço pessoa física e jurídica, etc). Automatizar os almoxarifados (centrais e setoriais), todo o controle patrimonial, as compras e licitações, o controle de atas e pedidos em registros de preços, o acompanhamento de entrega de empenhos (liquidação), o controle de obras e manutenções de bens imóveis, a aquisição de livros pela biblioteca, as faturas de água e energia, o controle dos contratos e convênios celebrados, o fluxo de processos e documentos eletrônicos, o registro e pagamento de bolsistas, o acompanhamento das despesas com automóveis e combustíveis. Disponibilizar portais de informações para os pró-reitores, para a auditoria interna e para a fundação.				
Manutenção		Desenvolvimento			Avaliação de Riscos	
Tipo (Própria/ Terceirizada)	Despesas Anuais	(Sim/ Não)	Prazo	Orçamento	Risco	Medida Mitigadora
Terceirizada	R\$ 546.000,00*	Não	-	-	Redução Orçamentária	Reduzir escopo da demanda
					Falta de conhecimento técnico da CONTRATADA	Cancelar contrato e contratar outra empresa
					Ausência de pessoal suficiente para continuidade do negócio	Contratar via licitação empresa para prestar apoio técnico de TI
					Não cumprimento dos prazos acordados	Aplicar sanções previstas em contrato
					Implantação de módulo defeituosa	Aplicar sanções previstas e exigir correção do serviço
					Customização de funcionalidade com requisito faltando	Aplicar sanções previstas e exigir correção do serviço
					Desenvolvimento de nova funcionalidade fora dos requisitos	Aplicar sanções previstas em contrato e exigir correção do serviço
					Ausência de pessoal suficiente para continuidade do negócio	Contratar via licitação empresa para prestar apoio técnico de TI
					Migração de dados defeituosa	Aplicar sanções previstas em contrato e exigir correção do serviço
					Alta rotatividade de gestores	Publicação de Portaria ou Instrução Normativa que institua a obrigatoriedade do gestor atual realizar a transferência de conhecimento par novo gestor da unidade.



ID	Sistema	Objetivos do Sistema				
2	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH	Informatizar os procedimentos de recursos humanos e planejamento, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, plano de gestão e metas, dentre outro				
Manutenção		Desenvolvimento			Avaliação de Riscos	
Tipo (Própria/Terceirizada)	Despesas Anuais	(Sim/Não)	Prazo	Orçamento	Risco	Medida Mitigadora
Terceirizada	*	Não	-	-	Redução Orçamentária	Reduzir escopo da demanda
					Falta de conhecimento técnico da CONTRATADA	Cancelar contrato e contratar outra empresa
					Ausência de pessoal suficiente para continuidade do negócio	Contratar via licitação empresa para prestar apoio técnico de TI
					Não cumprimento dos prazos acordados	Aplicar sanções previstas em contrato
					Implantação de módulo defeituosa	Aplicar sanções previstas em contrato e exigir correção do serviço
					Customização de funcionalidade com requisito faltando	Aplicar sanções previstas em contrato e exigir correção do serviço
					Desenvolvimento de nova funcionalidade fora dos requisitos	Aplicar sanções previstas em contrato e exigir correção do serviço
					Ausência de pessoal suficiente para continuidade do negócio	Contratar via licitação empresa para prestar apoio técnico de TI
					Migração de dados defeituosa	Aplicar sanções previstas em contrato e exigir correção do serviço
					Alta rotatividade de gestores	Publicação de Portaria ou Instrução Normativa que institua a obrigatoriedade do gestor atual realizar a transferência de conhecimento par novo gestor da unidade.

ID	Sistema	Objetivos do Sistema				
3	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA	Informatizar os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Da mesma maneira do SIPAC também disponibiliza portais específicos para: reitoria, professores, alunos, tutores de ensino a distância, coordenações lato sensu, stricto sensu e de graduação e comissões de avaliação (institucional e docente).				
Manutenção		Desenvolvimento			Avaliação de Riscos	
Tipo (Própria/ Terceirizada)	Despesas Anuais	(Sim/ Não)	Prazo	Orçamento	Risco	Medida Mitigadora
Terceirizada	*	Sim	Dez/19**	R\$ 282.925.50***	Redução Orçamentária	Reduzir escopo da demanda
					Falta de conhecimento técnico da CONTRATADA	Cancelar contrato e contratar outra empresa
					Ausência de pessoal suficiente para continuidade do negócio	Contratar via licitação empresa para prestar apoio técnico de TI
					Não cumprimento dos prazos acordados	Aplicar sanções previstas em contrato
					Implantação de módulo defeituosa	Aplicar sanções previstas em contrato e exigir correção do serviço
					Customização de funcionalidade com requisito faltando	Aplicar sanções previstas em contrato e exigir correção do serviço
					Desenvolvimento de nova funcionalidade fora dos requisitos	Aplicar sanções previstas em contrato e exigir correção do serviço
					Ausência de pessoal suficiente para continuidade do negócio	Contratar via licitação empresa para prestar apoio técnico de TI
					Migração de dados defeituosa	Aplicar sanções previstas em contrato e exigir correção do serviço
					Alta rotatividade de gestores	Publicação de Portaria ou Instrução Normativa que institua a obrigatoriedade do gestor atual realizar a transferência de conhecimento par novo gestor da unidade.

(\*) Valor correspondente a 13x parcelas do item “2 – Sustentação e Suporte Técnico dos Sistemas SIG” cujo valor unitário é de R\$ 42.000,00. Sendo 12x parcela do exercício 2017 e 1x parcela do exercício 2016.

(\*\*) Previsão de conclusão da implantação dos módulos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA.

(\*\*\*) Valor total efetivamente pago com desenvolvimento/manutenção evolutiva dos módulos do SIGAA no exercício 2017 até 31/12/2017.

ID	Sistema	Objetivos do Sistema				
4	Q-Acadêmico e Q-Seleção	Sistema para gerenciamento de informações acadêmicas do instituto: - Cadastro de Professores, Alunos, Funcionários, Estagiários e Colaboradores Externos; - Gerenciamento de Diários de Classe, Notas, Faltas, Questionários, Histórico de Empréstimos, entre outros. - Horários de Aula e Reserva online de recursos. - Caixa de Mensagens, Questionários, Matrizes Curriculares, Seleção de FAQs; - Mapa de Notas e Faltas de Todas as disciplinas de Alunos de uma turma. - Visualizar horário individual, boletim escolar, informações sobre estágio, histórico escolar, material de aula, questionários pelo aluno. - Emissão de declarações, carteiras de identificação, certificados e diplomas. - Gestão avançada de usuário, papéis e permissões; - Auditoria de Logs, sessões e exceções; - Configurar e gestão de Censo Superior; - Mapas de Salas e Estatísticas Estrutura do Curso. - Relatórios de Diários de Classe, Diários Entregues, Listagem de Diários, Professores, Funcionários. - Estatísticas por Indicadores, Sexo, Faixa Etária, Forma de Ingresso, ...				
Manutenção		Desenvolvimento			Avaliação de Riscos	
Tipo (Própria/ Terceirizada)	Despesas Anuais	(Sim/ Não)	Prazo	Orçamento	Risco	Medida Mitigadora
Terceirizada	R\$ 112.388,85	Não	-	-	Não cumprimento dos prazos acordados	Aplicar sanções previstas em contrato
					Redução Orçamentária	Reduzir escopo da demanda
					Falta de conhecimento técnico da CONTRATADA	Cancelar contrato e contratar outra empresa

ID	Sistema	Objetivos do Sistema				
5	Webmail Expresso V3	- Fornecer serviço de Webmail; - Gerenciar Calendário Eletrônico (Agenda); - Administrar Listas de Contatos;				
Manutenção		Desenvolvimento			Avaliação de Riscos	
Tipo (Própria/ Terceirizada)	Despesas Anuais	(Sim/ Não)	Prazo	Orçamento	Risco	Medida Mitigadora
Terceirizada	R\$ 104.849,18	Não	-	-	Descontinuidade da atuação do fornecedor	Realizar nova contratação
					Decretação de recuperação judicial ou falência da empresa CONTRATADA	Prever no edital cláusula de garantia de repasse do código fonte e da transferência de tecnologia
					Atrasos no pagamento dos serviços realizados	Abertura de negociação com a empresa CONTRATADA
					Treinamento técnico insuficiente ou inadequado	Capacitar à equipe técnica

#### 5.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

Foi iniciado no ano de 2016 a confecção do Plano de Gestão em Logística Sustentável do Instituto Federal de Sergipe a partir do que rege o Programa 'IFS Sustentável', presidida pela Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão – PROPEX, através do Departamento de Projetos Acadêmicos (DPA). O Plano de Gestão tem como meta envolver todos os setores administrativos e acadêmicos da instituição, numa estrutura multicampi.

Inicialmente, o Departamento de Projetos Acadêmicos redigiu um documento que tem como objetivo desenvolver um conjunto de iniciativas socioambientais pensadas e geridas pelo IFS à promoção do uso racional de recursos e a incorporação de práticas de sustentabilidade na cultura da instituição. Neste documento, também foram listados exemplos de campanhas de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização de materiais, além de uma tabela com materiais comuns de natureza sustentável para uma possível aquisição destes materiais através das licitações do Instituto.

Em 2017, a PROPEX acompanhou o desenvolvimento e a conclusão dos primeiros projetos, aprovados no primeiro edital IFS Sustentável, que foi um edital de seleção para projetos ligados ao Programa IFS Sustentável direcionados aos servidores efetivos do IFS (docentes e técnicos administrativos), com duração de 12 (doze) meses.

Foram aprovados 03 (três) projetos, que foram desenvolvidos nas áreas de atuação do IFS Sustentável, com resultados voltados ao ambiente interno do IFS. As áreas de atuação do IFS SUSTENTÁVEL são:

##### I. Uso Racional de Recursos:

- a) Diminuir os atuais padrões de produção e consumo e a cultura do desperdício;
- b) Prever a redução na geração de resíduos, objetivando o consumo sustentável, reutilização dos resíduos e sua adequada destinação;
- c) Tornar mais eficiente o consumo de Energia;
- d) Tornar mais eficiente o consumo de água;
- e) Desenvolver tecnologias/produtos que visem dirimir os impactos negativos ao princípio da sustentabilidade;

II. Construções Sustentáveis – Estimular o desenvolvimento de tecnologias e/ou procedimentos que visam à sustentabilidade das edificações;

III. Educação ambiental – estimular o desenvolvimento de uma cultura de ligação entre natureza e sociedade; iv. Saúde, qualidade de vida e socialização (criação de espaços de vivência em locais ociosos dos Campi; v. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Os projetos foram concluídos em dezembro de 2017, e atualmente estamos analisando os resultados através dos relatórios finais e da prestação de contas. É oportuno destacar que a segunda edição dos editais IFS Sustentável, está aberta até dia 26 de fevereiro de 2018.

A publicação do Programa IFS Sustentável está amparada na página da instituição, podendo ser acessado no menu à direita do hotsite da Propex ou através do link <http://www.ifs.edu.br/propex/index.php/ifs-sustentavel1>.

O IFS ainda não participa em sua totalidade da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), mas sempre realizou ações pontuais, desenvolvidas pelos servidores com o objetivo de colaborar com a questão sustentável, essa ação despertou interesse em outros servidores que começaram a apresentar projetos de sustentabilidade dentro dos editais dos programas institucionais, a saber, PIBIC e PIBEX dentre outros.

Em paralelo, a instituição preocupada com a importância do tema buscava promover palestras e eventos institucionais, os quais tinham como foco a sensibilização de toda comunidade quanto ao tema Sustentabilidade.

No IFS ainda não ocorre de forma sistemática a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006. Contudo há projeto para receber descartes de equipamentos eletrônicos e iniciativas inovadoras nos campi.

### • Gestão ambiental e sustentabilidade no Campus Aracaju

Durante o exercício de 2017 o Campus Aracaju desenvolveu e aprimorou uma política de gestão ambiental e sustentável direcionada para a proteção do meio ambiente. Várias são as ações desenvolvidas no IFS/Campus Aracaju que comprovam este caminho:

a) Licitações realizadas respeitando as orientações quanto à proteção ao meio ambiente. Todos os editais de licitações são realizados com base em modelos de editais da Advocacia Geral da União (AGU), os quais tem uma posição firme quanto aos princípios da sustentabilidade, como é de conhecimento geral;

b) Foi ampliada a colocação de caixas de água para diminuir a pressão nas tubulações, evitando que em casos de defeitos nas válvulas de descarga ocorra a perda volumosa de água. A diminuição da pressão e a colocação destas caixas intermediárias permitiram uma boa economia, pois diminuiu o risco de vazamentos gigantes de água que já ocorreram no horário da madrugada em finais de semana, registrando volumes gigantes de água desperdiçada.

c) Aliado às caixas de água intermediárias foi feito um controle diário de medição do consumo. Estas medições são realizadas 02 (duas) vezes por dia, uma às 07h00 e a outra às 17h00. Qualquer consumo fora do habitual é registrado em uma planilha, com sinalização de que algo está ocorrendo fora do normal. Cabe destacar que esta rotina tem logrado bons frutos ao longo dos anos. Aliás, em relação a 2016, no ano de 2017 houve uma redução de 14,06%, sendo este um consumo anual menor que os decorrentes nos anos de 2011, 2012 e 2013, provando assim a eficácia do controle.

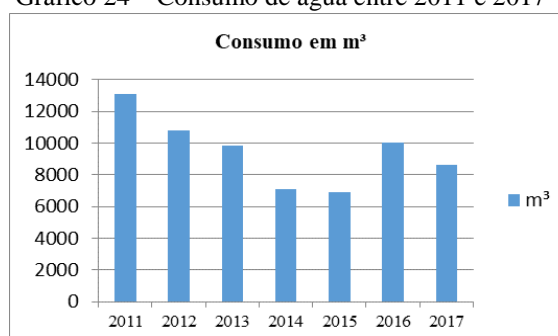
d) O campus continuou com as instalações adequadas ao controle de consumo da água, tais como torneiras de pressão nos sanitários e chuveiros temporizadores que se desligam automaticamente no vestiário do ginásio de esportes.

Quadro 90 – Consumo de água entre 2011 e 2017

Ano da medição	m <sup>3</sup> (metros cúbicos)	Valor gasto (R\$)
2011	13067	158.353,84
2012	10767	141.500,12
2013	9837	139.561,48
2014	7065	106.710,37
2015	6876	114.822,85
2016	10042	204.760,86
2017	8630	221.469,81

Fonte: SISPEs

Gráfico 24 – Consumo de água entre 2011 e 2017



e) Visando economia de papel toalha foram instalados nos banheiros do prédio Leyda Régis e no prédio da Administração secadores de mãos elétricos. No ginásio de esportes não foi instalado por conta de risco de uso indevido (ser usado para secar roupa ou toalha).

Quanto à Coleta Seletiva, o campus possui 02 (dois) Termos de Compromisso assinados, um com a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju – CARE, CNPJ: 03.776.659/0001-22, e outro com a Cooperativa dos Catadores e Seleccionadores de Materiais Reutilizáveis das Vias e Logradouros Públicos do Estado de Sergipe – Cooperluxo, CNPJ: 12.184.928/0001-52, fruto do processo nº 23290.002385/2016-01, Chamada Pública Nº 01/2017, com base no Decreto n.º 5.940/2006. O campus possui ainda uma Comissão responsável pelo acompanhamento desta atividade, designada através da Portaria nº 0836, de 28 de março de 2014.

O Campus Aracaju participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), através de reuniões coordenadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Sergipe.

Quanto às medidas para redução do consumo de copos descartáveis cita-se a aquisição de copos, xícaras e canecas distribuídas entre os servidores e colaboradores. Atualmente apenas na COSE (Coordenadoria de Saúde) é que são utilizados copos descartáveis, uma vez que, por questão de orientação dos profissionais daquele setor (médicos e odontólogos), não seria correto utilizar o

mesmo copo para ministrar remédios aos alunos. A sala dos professores também ainda continua com uso dos copos descartáveis, apesar de distribuição de garrafas aos docentes em 2016, continua uma resistência cultural de uso do copo descartável na sala dos professores.

Assim, de uma forma geral houve uma redução na aquisição de copos descartáveis, considerando que os demais setores não consomem mais copos descartáveis.

Na área elétrica o campus continuou com avanços em ações de sustentabilidade:

a) Colocação de adesivos nos interruptores informando para desligar luz, computador e ar condicionados ao sair;

b) Aquisição de lâmpadas tubulares de LED;

c) Utilização de Postes de Energia Solar na área externa (jardins);

d) Sensores de presença nas salas de aulas, ainda não aplicado nos laboratórios;

e) Aquisição de ar condicionados com selo PROCEL classe A;

f) Implantação do Projeto “**Economia de Energia Elétrica no horário de pico no Campus Aracaju**”. Esta iniciativa teve sua implantação no dia 01/07/2017, com uma meta ambiciosa de reduzir em 20% o consumo de energia no horário de ponta. O projeto pode ser resumido em desligar a maior parte dos aparelhos de ar condicionados dos setores de 17h30 às 19h30 (02 horas). O resultado já colhe bons frutos, quando comparados ao consumo de 2017, conforme quadro 91:

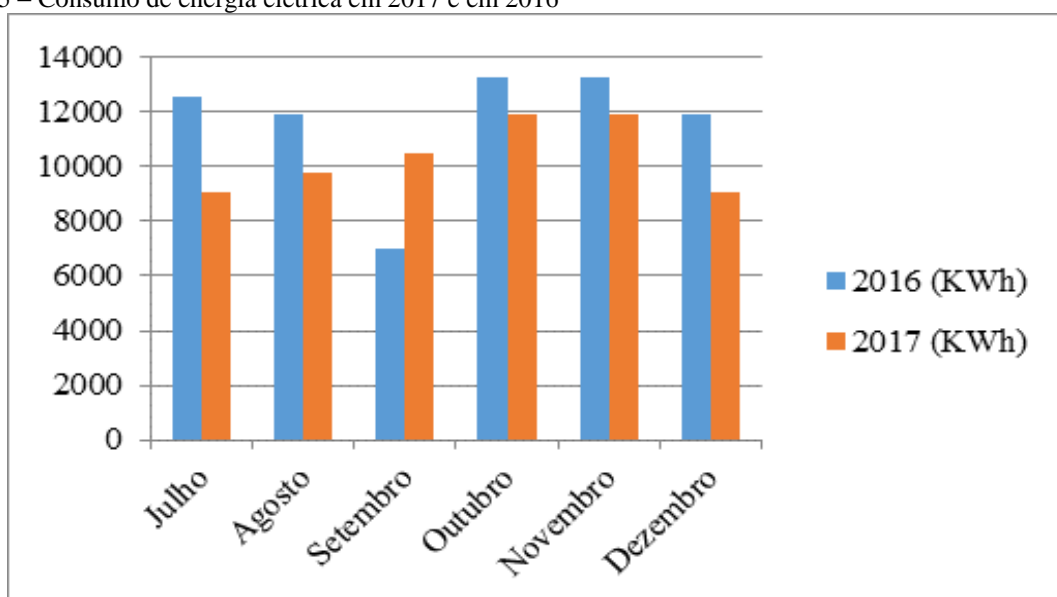
Quadro 91 – Consumo de energia elétrica em 2017 e em 2016

2016		2017	
Mês	Consumo Ponta (KWh)	Mês	Consumo Ponta (KWh)
Julho	12600	Julho	9100
Agosto	11900	Agosto	9800
Setembro	7000	Setembro	10500
Outubro	13300	Outubro	11900
Novembro	13300	Novembro	11900
Dezembro	11900	Dezembro	9100
Total	70000	Total	62300

Fonte: campus Aracaju

Assim, houve uma redução de **11%** em relação ao mesmo período de 2016 no consumo de ponta:

Gráfico 25 – Consumo de energia elétrica em 2017 e em 2016



Fonte: campus Aracaju

Mesmo com o aumento da quantidade de equipamentos elétricos adquiridos, o campus conseguiu diminuir o consumo de energia elétrica no horário de ponta. Contudo, ainda há margem para aumentar esta diferença se a redução no consumo passar de 02 (duas) horas para 03 (três) horas, o que deverá ser estudado em 2018.

A redução do consumo não reflete numericamente na conta de energia elétrica quando comparado a 2016, face aos constantes aumentos da tarifa de energia elétrica em 2017, mas certamente seria muito superior se nada tivesse sido realizado.

O projeto rendeu um resultado melhor do que o esperado, já que a energia medida no horário fora da ponta também diminuiu. A economia em relação aos 06 (seis) primeiros meses de 2017 foi de **R\$ 35.503,69**. Podendo-se concluir que a economia total em relação ao primeiro semestre de 2017 foi de **R\$ 70.748,63**.

### • Gestão ambiental e sustentabilidade no Campus Lagarto

O Campus Lagarto também vem desenvolvendo ações de sustentabilidade, ao instituir comissões de apoio com vistas a verificar a possibilidade de aproveitamento, conserto e avaliação de bens servíveis e a destinação correta de bens inservíveis, visando os aspectos de economicidade e atenção a legislação vigente.

Outras iniciativas vêm sendo adotadas pelo Campus Lagarto, a exemplo da redução do uso de copos descartáveis e sensibilização para redução do consumo de energia elétrica. As figuras a seguir apresentam sensibilização via cartaz-padrão da A3P e banner do projeto Laboratório de Empreendedorismo e Sustentabilidade.

Figura 26 – Sensibilização sobre práticas de sustentabilidade



Fonte: Campus Lagarto

Mensalmente os valores relativos ao consumo de água e energia elétrica do Campus são analisados, como parte do Projeto Esplanada Sustentável no sistema SISPEs (Sistema do Projeto Esplanada Sustentável) de acordo com o art. 2º da Portaria n. 23, de 12 de fevereiro de 2015, direcionado ao gerenciamento de despesas dos órgãos públicos federais.

Observando os valores relativos à energia elétrica percebe-se o aumento do consumo nos meses com maior utilização de equipamentos dos laboratórios devido à demanda das atividades didáticas. Como forma de mitigar estes impactos e de sensibilizar a comunidade interna, os servidores procurar fomentar a adoção de alguns hábitos que propiciam a redução das despesas com energia elétrica e a vida útil dos equipamentos, como desligar os aparelhos e luzes quando não estiver utilizando.

Nota-se também a instalação de postes para captação de energia solar que encontra-se em fase de estudo.



Figura 27 – Poste para aproveitamento de energia solar.



Fonte: Campus Lagarto

No exercício de 2017 ocorreram aquisições de centenas de lâmpadas e refletores de LED. A maioria já foi instalada, aguardando a entrega de mais 30 unidades para 2018. As lâmpadas foram instaladas em laboratórios da Coordenação de Construção Civil, Coordenação de Eletromecânica e Coordenação de Informática. Os refletores foram instalados em várias áreas externas do campus.

Figura 28 – Troca de lâmpadas pelos refletores LED



Fonte: Campus Lagarto

Em relação ao consumo de água, alguns projetos de pesquisa de professores procuram otimizar o aproveitamento/reutilização, a exemplo da iniciativa que mensura e reutiliza a água que seria desperdiçada no funcionamento dos aparelhos de ar condicionados.

Figura 29 – Projeto de reaproveitamento de água



Fonte: Campus Lagarto



O campus promoveu reforma de algumas instalações para melhorar o consumo de água, especificamente nos banheiros foram colocadas torneiras inteligentes e descargas com ponto:

Figura 30 – Reforma nas instalações hidráulicas



Fonte: Campus Lagarto

No tocante aos bens permanentes, foram instituídas comissões de apoio com vistas a verificar a possibilidade de aproveitamento, conserto e avaliação de bens servíveis e a destinação correta de bens inservíveis, visando os aspectos de economicidade e atenção à legislação vigente.

Iniciativas realizadas no campus também colaboram para o uso racional de materiais de consumo, a exemplo da utilização de copos descartáveis, substituíveis por copos reutilizáveis, o que necessita em grande medida da conscientização da comunidade interna visando à redução do uso de materiais descartáveis.

A falta de coleta seletiva e de cooperativas de reciclagem na cidade de Lagarto configuram-se como obstáculos para implementação de mais iniciativas socioambientais, o que impossibilita a separação e destinação correta dos resíduos e seu possível aproveitamento até o momento, como indica o Decreto Federal n. 5.940/2006, “considera-se: “Art. 2º: I – coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis”.

Além disso, foram adquiridos 10 conjuntos de lixeiras adequadas para coleta seletiva, mas a coleta efetiva não foi implementada tendo em vista que a cooperativa de catadores em Lagarto ainda não se encontra em funcionamento. Em relação às cores, as lixeiras obedecem a Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001, a saber: verde: vidro; marrom: resíduos orgânicos; vermelho: plástico; amarelo: metal; azul: papel/papelão, conforme figura 31:

Figura 31 – Lixeiras para coleta seletiva



Fonte: Campus Lagarto

O Decreto de 13 de julho de 2017 da Prefeitura Municipal de Lagarto confere ao IFS o direito de participação com dois membros no Conselho Municipal do Meio Ambiente – CMMA da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA. Desta forma, buscaram-se soluções para que a questão da coleta seletiva seja realmente implementada.

O campus instituiu ainda o Projeto Voluntário “Adote um jardim”, que tem como objetivo a sensibilização ambiental visando o aproveitamento de mudas para utilização nos espaços do IFS e escolas da região, considerando a importância de fortalecer os vínculos da comunidade com estes espaços, evitando acúmulo de resíduos. Além de auxiliar a prática da compostagem de resíduos orgânicos que poderão ser utilizados como adubo.

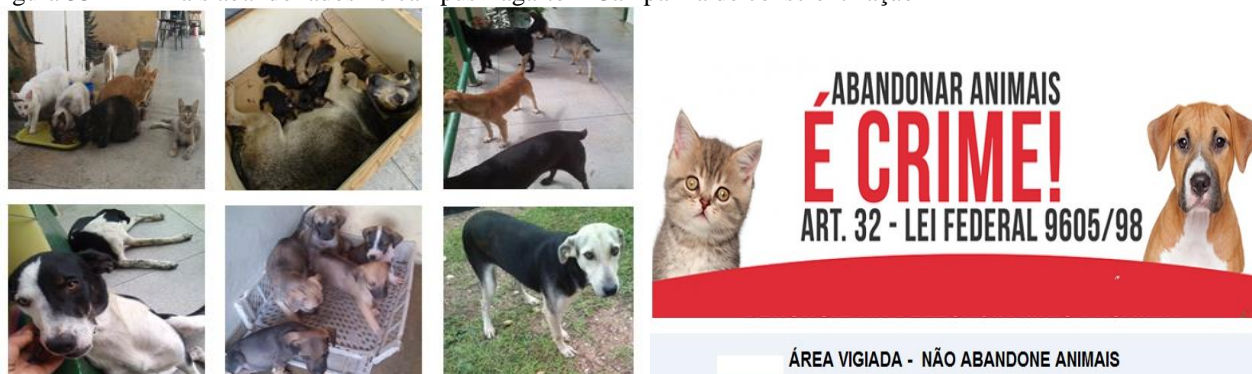
Figura 32 – Projeto “Adote um jardim”



Fonte: Campus Lagarto

Atualmente, o Campus Lagarto vivencia uma realidade problemática no tocante ao abandono de animais. São gatos e cachorros abandonados pelos donos e transeuntes. A presença dos animais exige da gestão e dos servidores cuidados especiais e principalmente atenção em relação ao aumento da população e controle de doenças.

Figura 33 – Animais abandonados no campus Lagarto – Campanha de conscientização



Fonte: Campus Lagarto



Quanto à realização de sensibilizações e eventos que abordam a temática ambiental podem ser destacadas várias experiências exitosas por fomentar a reflexão e mudanças positivas neste âmbito. Logo a seguir observa-se a abertura do Evento JOED no dia do meio ambiente, com a presença do palestrante Genival Nunes (ex. Secretário de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (2010-2014)).

Vale destacar outros exemplos de iniciativa, como o workshop WAIEE, promovido pela Coordenação do Curso de Engenharia Elétrica em dezembro de 2017, que discutiram temas como geração de energias renováveis e inversores de energia solar conectados à rede.

Figura 34 – Palestra no dia do meio ambiente



Fonte: Campus Lagarto

Quanto às compras sustentáveis, a equipe diretiva aguarda os resultados dos projetos de Mestrado (MINTER/IFS/UFPB), no tocante a investigação de possíveis caminhos para ampliar o entendimento sobre a importância das compras sustentáveis para a instituição. O Campus conta com três servidores que concluíram o Curso de Mestrado do PRODEMA/MINTER/UFPB em 2017.

- **Gestão ambiental e sustentabilidade no Campus Propriá**

O Campus buscou parcerias para seleção e coleta de resíduos sólidos, no intuito de descartar o lixo de forma adequada e consciente. Após muitas tentativas, não se conseguiu firmar uma parceria entre o IFS e a cooperativa da região para o recolhimento de material reciclável do Campus, pois a única cooperativa da cidade não apresenta nenhum tipo de registro formal de sua constituição.

Sendo assim, o Campus teve a iniciativa de propor parceria com a Secretaria de Meio Ambiente da cidade, mas não obteve resposta. Além dessas solicitações, foi feito o pedido de compra de lixeiras seletivas para o Campus.

- **Gestão ambiental e sustentabilidade no Campus São Cristóvão**

No Campus São Cristóvão a gestão ambiental e de sustentabilidade ainda está incipiente, porém o campus vem buscando promover ações para consolidar essa gestão. Em 2017 foi realizada uma chamada pública a fim de selecionar uma cooperativa para recolhimento de materiais recicláveis, na qual foi habilitada a Cooperluxo, inscrita no CNPJ sob o nº 12.184.928/0001-52, com a qual foi assinado um termo de cooperação para a coleta mensal de papel e papelão.

Objetivando reunir esse tipo de material foram distribuídos tonéis nas dependências do Campus.

Figura 35 – Tonéis para recolhimento de papel e papelão



Fonte: Campus São Cristóvão

- **Gestão ambiental e sustentabilidade no Campus Estância**

O Campus Estância, apesar de não possuir uma consolidação de ações sustentáveis, vem buscando, através de ações esporádicas, dirimir as questões referentes ao tema.

Com relação à economia de energia elétrica, através do projeto ENLETRO realizado por professores e alunos do curso de Eletrotécnica, houve uma conscientização de funcionários e discentes para utilização consciente de energia elétrica.

Seguem abaixo fotos de lembretes que se encontram em todas as salas e computadores distribuídos através deste projeto, para desligar luzes e aparelhos eletrônicos quando do seu desuso. O grupo também realizou estudos referentes aos turnos e meses de maior consumo energético para que todos se conscientizem e possam utilizar a energia elétrica de forma mais econômica e consciente.

Figura 36 – Ações de sustentabilidade no Campus Estância



Fonte: Campus Estância

Referente a ações de cuidado com o patrimônio público, a Direção-Geral junto à Assessoria de Comunicação do Campus, realizaram uma campanha, para conscientização de toda comunidade acadêmica da importância do zelo pelo patrimônio, para que mantenham os banheiros e dependências limpos, não riscar paredes e portas, bem como não colar papéis, etc. Acreditando que

o “ambiente limpo não é aquele que mais se limpa e sim o que menos se suja”, todas as ações impactam na economia de água e energia, além de preservar o patrimônio que é de todos.

Figura 37 – Ação de conscientização



Fonte: Campus Estância

Em 2017 foi iniciado no campus um estudo a fim de promover o adequado gerenciamento dos resíduos sólidos oriundos das atividades administrativas e de ensino do Campus Estância. Contudo, as duas cooperativas de reciclagem do Município de Estância não preenchem todos os requisitos formais estabelecidos pelo Decreto N° 5.940, de 25/10/2016. Desta forma, ainda não houve possibilidade de firmar parceria.

- **Gestão ambiental e sustentabilidade no Campus Itabaiana**

O Campus Itabaiana promoveu a utilização de informativos nos seus diversos ambientes, tendo sinalizado essas iniciativas (Figura 38).

Figura 38 – Ações do Campus Itabaiana



Fonte: Campus Itabaiana

Durante o exercício 2017 foi realizado um levantamento para identificar as organizações que trabalham com a coleta seletiva no município. Identificou-se a Cooperativa de Materiais recicláveis



localizada no povoado Oiteiro do Capim, a qual está inserida no Consórcio Público do Agreste Central Sergipano – CPAC. Essa ação será priorizada e concretizada no exercício 2018.

O Campus Itabaiana realizou em 2017 o Pregão Eletrônico 01/2017, o qual teve por objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionados para serem instalados na nova sede da unidade. O planejamento do termo de referência desta licitação primou pela determinação de elementos sustentáveis na descrição do produto visando a eficiência dos mesmos (consumo energético e tecnologia inverter).

As ações com foco na sustentabilidade ambiental permeiam não apenas o ambiente administrativo como também as atividades de ensino. Dessa forma, atividades foram desenvolvidas durante o ano de 2017 elencando por tema transversal a sustentabilidade, a citar:

- I Desfile Agro Na Moda – Made In Roça: realizado em 01/11/2017 esta atividade teve por objetivo demonstrar a utilização de materiais reciclados na confecção de peças de roupas e acessórios, conforme fotos a seguir:

Figura 39 – Desfile Agro na Moda



Fonte: Campus Itabaiana

- Exposição sobre Pilhas Alternativas: realizado em fevereiro de 2017, teve por objetivo apresentar a comunidade escolar pilhas alternativas desenvolvidas a partir de elementos não poluentes (limões, cana de açúcar, batata doce).

Figura 40 – Exposição sobre pilhas alternativas



Fonte: Campus Itabaiana

Com a entrega das novas instalações prevista para março do corrente ano será elaborado um plano de ações sustentáveis para ser implementado nas dependências da nova unidade e quando possível, fomentar a participação da comunidade externa nessas ações.

- **Gestão ambiental e sustentabilidade no Campus Tobias Barreto**

Atualmente a instituição não participa formalmente da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), mas busca inserir as adequações propostas pela agenda na medida de suas possibilidades a exemplo da redução do uso de copos. As figuras a seguir apresentam sensibilização via cartaz-padrão da A4P.

Figura 41 – Sensibilização sobre práticas de acessibilidade e sustentabilidade



Fonte: Campus Tobias Barreto

As despesas com energia elétrica e água são arcadas pelo Poder Público Municipal de acordo com contrato firmado com aquele ente, até que o campus esteja nas instalações definitivas. Ainda assim, a gestão tenta encontrar formas de mitigar estes impactos e de sensibilizar a comunidade interna, procurando fomentar a adoção de alguns hábitos que propiciam a redução das despesas com energia elétrica e a vida útil dos equipamentos, como desligar os aparelhos e luzes quando não estiverem sendo utilizados.

No exercício de 2017 ocorreu a aquisição de várias lâmpadas econômicas, todas já instaladas em vários ambientes: salas administrativas, laboratórios, corredores, entre outros.

Figura 42 – lâmpadas econômicas instaladas



Fonte: Campus Tobias Barreto

Em relação ao consumo de água, adota-se a prática da conscientização por parte da gestão, através de avisos em panfletos e por meio de abordagens à comunidade interna. Além disso, reutiliza-se a água que seria desperdiçada no funcionamento dos aparelhos de ar condicionados.

Figura 43 – Reutilização da água dos aparelhos de ar condicionado



Fonte: Campus Tobias Barreto

No tocante aos bens permanentes, o campus instituiu comissão de apoio – Inventário Anual - com vistas a verificar a possibilidade de aproveitamento, conserto e avaliação de bens servíveis e a destinação correta de bens inservíveis, visando os aspectos de economicidade e atenção a legislação vigente.

Iniciativas realizadas no campus também colaboram para o uso racional de materiais de consumo, a exemplo da utilização de copos descartáveis, substituíveis por copos reutilizáveis, o que necessita em grande medida da conscientização da comunidade interna visando à redução do uso de materiais descartáveis.

A falta de coleta seletiva e de cooperativas de reciclagem na cidade de Tobias Barreto configuram-se como obstáculos para implementação de mais iniciativas socioambientais, o que impossibilita a separação e destinação correta dos resíduos e seu possível aproveitamento até o momento.

- **Gestão ambiental e sustentabilidade no Campus Socorro**

Tendo em vista que o campus Socorro iniciou suas atividades em 01/08/2017, a unidade ainda não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), bem como ainda não realiza de forma sistemática a separação dos resíduos recicláveis descartados, porém realiza ações pontuais, desenvolvidas pelos servidores (uso de folhas recicladas e reutiliza o verso das folhas para rascunho; realiza impressões em folha dupla para utilizar a frente e o verso da folha).

#### **5.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços**

A UPC participou de uma chamada pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no ano de 2012 e aprovou o projeto para aquisição de um Centro de Instrutor e Treinador de Cães Guia. As instalações onde irão funcionar o projeto foram inauguradas recentemente. Atualmente, o IFS está buscando parcerias para viabilizar o fornecimento desse serviço à sociedade, tendo em vista ser um projeto de bastante complexidade e resultará na melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência visual.

Em 2017, foi dada continuidade ao Programa de Tecnologias Assistiva e/ou Social. Para isso, foi lançado o edital para seleção de projetos para submetido por docentes efetivos do IFS, com duração de 10 (dez) meses a contar da data de início dos projetos, conforme disposições definidas no edital, sendo que os docentes efetivos do IFS receberão auxílio financeiro para execução do projeto, no intuito de garantir o êxito do projeto de pesquisa sobre tecnologia assistiva e/ou social, com a finalidade precípua de desenvolvimento e entrega de produtos ou serviços tecnológicos



voltados ao atendimento das necessidades de pessoas com deficiência, incapacidades ou com mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social, bem como produtos, métodos, processos ou técnicas, criados para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado.

No IFS, os critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens e na contratação de serviços ou obras no IFS são balizados pelo programa “IFS sustentável”, bem como encontra respaldo na Constituição Federal, na lei 8.112/93, na IN 01/2010 do MPOG e demais legislações correlatas.

Na UPC, as licitações são realizadas usando como referência os modelos de editais da AGU – Advocacia Geral da União, os quais são referência e já preveem várias normas de sustentabilidade.

As obras e serviços de engenharia que o IFS licita através da Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos – DIPOP – contemplam requisitos de sustentabilidade desde a formulação de seu edital, ao adotar o formato padrão da AGU. Os termos de referência das licitações também adotam procedimentos como Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC – que, dentre outros aspectos, contemplam a adequada disposição de todos os resíduos gerados nos canteiros de obras do IFS.

Dessa forma, entre outras, as cláusulas contratuais preveem para as obras:

(...)

Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

(...)

Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

(...)

Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

(...)

Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos.

(...)

Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

Como praxe, a DIPOP também providencia que todas as obras que licita contem com os devidos protocolos na Administração Estadual de Meio Ambiente de Sergipe – ADEMA/SE – requerendo, ainda na etapa de licitação, as devidas Licenças Prévias e de Instalação de canteiro e, posteriormente ao término das obras, as Licenças de Operação das edificações.

Quanto à oferta de água e energia elétrica, as concessionárias desses serviços são sempre consultadas, anteriormente ao início das obras, acerca da viabilidade de abastecimento.

## 6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O capítulo RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE demonstra a existência de estruturas que garantam canal de comunicação com o cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como de mecanismos ou procedimentos que permitam verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pelo IFS e as medidas para garantir a acessibilidade.

O objetivo é informar sobre os canais de comunicação da UPC com a sociedade, notadamente no que se refere à acessibilidade do cidadão e à avaliação e grau de satisfação dos serviços prestados, além da transparência de informações relevantes.

### 6.1. Canais de acesso do cidadão

No exercício de 2017, os canais de acesso ao cidadão disponibilizados pelo IFS, através de sua Ouvidoria, foram os seguintes: atendimento presencial, carta, telefone, e-mail, sistema e-SIC e sistema SIPAC (módulo de ouvidoria e-OUV).

Destacam-se entre os canais acima o e-SIC, utilizado para pedidos de acesso às informações públicas de responsabilidade deste Instituto Federal, o e-OUV, para as manifestações de elogio, sugestões, reclamações, denúncias e solicitações diversas e por fim, o e-mail, que foi o canal utilizado para atendimentos semelhantes ao e-OUV, mas sem a necessidade de cadastro do manifestante no referido sistema.

- Os dados estatísticos do **e-SIC** são gerados pelo próprio sistema e disponibilizados no seguinte link: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>
- Os dados estatísticos do **e-OUV** são gerados pelo próprio sistema e disponibilizados no seguinte link: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/salaouvidorias/index.html>

No período de 01/01/2017 a 31/12/2017, além das solicitações e manifestações respectivamente do e-SIC e e-OUV, cujos dados estatísticos estão disponíveis online, conforme links acima, foram registrados também em planilhas eletrônicas os dados dos atendimentos feitos por e-mail.

Quadro 92 – Dados dos registros de atendimentos por e-mail

CANAL E-mail						
Tipo de manifestação	Atendimento					Tempo médio das respostas (dias corridos)
	Dentro do prazo	Com prazo prorrogado	Fora do prazo	Sem resposta	Total	
Solicitação	44	0	0	0	44	1,4
Denúncia	4	0	0	0	4	
Elogio	0	0	0	0	0	
Reclamação	17	0	0	0	17	
Sugestão	0	0	0	0	0	
<b>Totalização</b>	<b>65</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>65</b>	

Fonte: Ouvidoria do IFS

Não houve cadastro de registro para os canais **Carta** e **Atendimento Presencial** por não haver manifestante. Quanto ao canal **Telefone**, não foi possível efetuar os registros, porque não há sistema de gravação das ligações. Acrescenta-se que foram poucos os atendimentos neste canal e quando necessário, os manifestantes foram orientados a cadastrarem suas manifestações no e-OUV.

Os canais de acesso disponibilizados promovem proximidade entre o IFS e os cidadãos. Cabe ressaltar que ao contrário dos anos anteriores, onde verificou-se um considerável aumento no número de atendimentos tanto no Sistema e-OUV quanto no E-mail, em 2017 houve decréscimo. Esse fato é explicado porque tanto o público interno quanto o externo foram orientados a buscarem

inicialmente o atendimento disponível em cada setor do IFS. A exceção é o Sistema e-SIC, cujo número de solicitações de informação continua crescendo, a exemplo dos anos anteriores.

O agrupamento por tipo de manifestação e a observância do seu teor, naturalmente apontam o caminho a se seguir para melhorar a disponibilização e a gestão da informação. Como também a aproximação entre a Ouvidoria e os diversos setores que integram este Instituto Federal, quer seja pela troca de telefonemas, e-mails, memorandos ou até mesmo visitas *in loco* com a finalidade de humanizar as relações. Há também a preocupação constante de capacitação do ouvidor através de cursos inerentes à área de atuação. Segue exemplo de curso concluído em 2017:

- Acesso à Informação (CGU) – 05 a 07/06/2017.

Há uma nova função no e-OUV a ser implantada no Instituto Federal de Sergipe, com o objetivo de otimizar o atendimento à sociedade:

Quadro 93 – Simplifique

Item	Descrição	Custo	Quando
Simplifique: nova função a ser inserida no Sistema e-OUV	Ajustar procedimentos internos de forma a atender a legislação vigente (Decreto nº 9.094) sobre a simplificação de acesso aos serviços públicos	‘Gratuito’ <ul style="list-style-type: none"> <li>• Força de trabalho dos próprios servidores do IFS, destacadamente o Ouvidor, sob orientação da CGU.</li> </ul>	Ao longo do ano de 2018

Fonte: Ouvidoria do IFS

## 6.2. Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao cidadão, elaborada pelo Instituto Federal de Sergipe, visa informar sobre os serviços prestados pelo instituto à sociedade, as formas de acesso a esses serviços, bem como os padrões de qualidade do atendimento. Instituída pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, a carta utiliza linguagem simples e compreensível, tornando o compartilhamento das informações um processo descomplicado e transparente.

A Carta de Serviços do Instituto Federal de Sergipe – IFS tem como finalidades: estabelecer compromissos públicos com padrões de qualidade na realização de suas atividades, especialmente de prestação dos serviços e atendimento ao cidadão e ao mercado; Estimular o controle social mediante a adoção de mecanismos que possibilitem a manifestação e a participação efetiva dos usuários na definição e avaliação de padrões de atendimento dos serviços prestados; Garantir o direito do cidadão de receber serviços em conformidade com padrões de qualidade estabelecidos na Carta, a partir de métodos de aferição direta das expectativas sociais; Propiciar a avaliação continua da gestão e o monitoramento interno e externo do desempenho institucional mediante a utilização de indicadores; Divulgar amplamente os serviços prestados pelo instituto com os seus compromissos de atendimento para que sejam conhecidos pela sociedade; Fortalecer a confiança e a credibilidade da sociedade na administração pública, relativamente a sua competência de bem atender as necessidades fundamentais ordenadas na Constituição Federal.

A Carta é um instrumento de gestão pública democrática voltada para resultados, e, como tal, atende os requisitos de excelência em gestão pública. Esse documento contempla os serviços prestados, estrutura organizacional, formas de ingresso e todas as informações relevantes para empoderar a sociedade de informações básicas sobre o Instituto Federal de Sergipe – IFS.

A carta de serviços do IFS é frequentemente atualizada e pode ser acessada por qualquer cidadão através da página da instituição na internet, pelo link [http://www.ifs.edu.br/images/1Documentos/2017/4\\_-\\_Abril/Carta\\_de\\_servico-2017.pdf](http://www.ifs.edu.br/images/1Documentos/2017/4_-_Abril/Carta_de_servico-2017.pdf).

### 6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

No IFS, para aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários, existe a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é responsável pela condução do processo de autoavaliação institucional, da sistematização e prestação das informações decorrentes da Avaliação Nacional da Educação Superior e tem como principais competências: Avaliar de forma global e integrada as dimensões previstas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), tomando como referência os seguintes eixos: Planejamento e Avaliação Institucional; a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Políticas Acadêmicas; Políticas de gestão; Infraestrutura Física e Política de Atendimento ao Discente.

As informações/coleta dos dados quanto às dimensões avaliadas são obtidas através dos setores específicos do IFS, que se responsabilizam por suas respostas. Além disso, anualmente é encaminhado ao MEC um relatório contendo todas as informações da instituição de ensino, quanto aos eixos avaliados.

O trabalho de autoavaliação também contempla a participação da comunidade acadêmica e técnicos administrativos, que são convidados a participar de forma voluntária, respondendo aos instrumentos de avaliação da CPA.

A coleta dos dados junto à comunidade é definida em ciclos estabelecidos pela CPA, podendo ser feita de forma parcial. O processo de coleta dos dados foi realizado via questionários conforme cronograma definido pela CPA, junto ao setor de TI, no período de março a junho de 2017. Vale ressaltar que, em face da migração dos dados dos discentes e docentes para o novo sistema acadêmico, o módulo de avaliação do SIGAA será implementado durante o ano de 2018, visando a nova coleta de dados.

Outrossim, considerando a Lei nº 10.861/2004 em seu inciso II, a CPA possui autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados do IFS, no qual o MEC é o órgão que acompanha e fiscaliza as CPAs.

No exercício de 2017, a CPA do IFS conduziu o processo de Avaliação Interna, baseado nos dados disponibilizados pelas avaliações externas do MEC, nos resultados do Enade, nos documentos oficiais como PDI e Relatório de Gestão, além das informações coletadas junto à comunidade acadêmica e setores responsáveis por cada eixo da avaliação.

A avaliação interna ou autoavaliação, conforme prevê a legislação em vigor, atende à norma técnica do MEC/INEP/DAES de 17/02/2009, que determina a postagem no sistema e-MEC dos Relatórios de Autoavaliação Institucional, com vistas a subsidiar um crescimento com qualidade e uma prestação de serviços educacionais que atendam aos anseios da comunidade. Nesse trabalho, são detectadas potencialidades e fragilidades visando a oferecer uma ferramenta de apoio à gestão, bem como possibilita mostrar o grau de satisfação dos usuários em relação aos serviços prestados à sociedade. Vale ressaltar que este trabalho da CPA tem contribuído de forma positiva no conceito dos cursos superiores avaliados pelo MEC, visto que o IFS foi classificado pelo MEC como a melhor IF do Norte, Nordeste e oitava do país.

A CPA fornecerá aos gestores relatórios com análises quantitativas (estatísticas) e qualitativas, apontando os pontos frágeis e acompanhará as ações da IES no sentido do desenvolvimento com qualidade e responsabilidade da Instituição. O referido Relatório visa a atender aos atos regulatórios do MEC/INEP e estarão disponíveis no exercício de 2017. Os relatórios elaborados pela CPA estão disponíveis no hotsite do IFS, no endereço: <http://www.ifs.edu.br/orgaos-colegiados/cpa>.

A metodologia utilizada na autoavaliação leva em consideração os seguintes aspectos:

- a. Levantamento anual da documentação, dados e indicadores institucionais junto aos órgãos acadêmico-administrativos do Sistema IFS;
- b. Aplicação de instrumentos de avaliação aos diferentes segmentos do Sistema IFS;
- c. Sensibilização, envolvimento e mobilização da comunidade acadêmica;
- d. Elaboração do relatório parcial;
- e. Elaboração do relatório final.

#### **6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

São diversos os mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade. Tais informações em sua maioria podem ser acessadas utilizando a internet, no site do IFS (<http://www.ifs.edu.br>), na Seção “Acesso à Informação”, no menu esquerdo. Cada subseção é direcionada a uma página específica, cada qual alimentada pelos setores responsáveis.

O acesso à informação no IFS ocorre de maneira satisfatória, pois o site da instituição oferece diversas formas de acesso à transparência, a exemplo do Boletim de Serviços em que constam portarias, diárias, deliberações do Colégio de Dirigentes e Resoluções do Conselho Superior, corroborando para que a gestão ocorra de forma transparente e acessível a todos (<https://sipac.ifs.edu.br> e <https://sigrh.ifs.edu.br/>).

Outrossim, no site do IFS constam os editais publicados e seus resultados, as Pró-reitorias e diretorias sistêmicas com suas atribuições e ações, acrescentados de uma série de informações que facilitam a consulta e informação aos discentes, servidores e de toda comunidade externa.

Outra ferramenta relevante é o portal da transparência do governo federal, que permite a consulta de dados da UPC, principalmente no que diz respeito à remuneração de servidores.

A instituição tem disponibilizado acesso público às informações referentes à sua atuação, consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, a exemplo dos Relatórios de Gestão, Carta de Serviços, Ações e Programas.

#### **6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações**

O Instituto Federal de Sergipe é uma instituição que vem buscando atender a acessibilidade, pois mesmo em momentos nos quais as condições não eram satisfatórias, o IFS já oferecia vagas para deficientes, pois os prédios eram antigos e de difícil acesso. No decorrer dos anos a instituição vem se expandindo e construindo prédios adequados, obedecendo à lei de acessibilidade. Nos prédios com construção antiga busca-se soluções pontuais como salas e setores no térreo, para permitir acesso, além da instalação de elevadores (caso do campus Aracaju).

Todas as obras e serviços de engenharia que o IFS licita contemplam requisitos de acessibilidade universal conforme os preceitos da NBR 9050/2015 – desde a etapa de projeto. Paralelamente, o IFS tem elaborado projetos para adequar as instalações que foram construídas anteriormente à adoção de leis brasileiras acerca do tema de acessibilidade, isso porque, anteriormente à publicação da primeira versão da NBR 9050 em 1994, eram esparsas e vagas as diretrizes que deveriam ser adotadas para prover a acessibilidade de espaços públicos.

Preocupados com a responsabilidade social, o IFS, através da Propex, participou de uma chamada pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no ano de 2012 e aprovou o projeto para aquisição de um Centro de Instrutor e Treinador de Cães Guia. As instalações, onde funcionará o projeto, teve sua inauguração em 16 de janeiro de 2018. Atualmente, o IFS busca parcerias para viabilizar o funcionamento.

Durante o período de construção desse centro, o IFS dialogou com a sociedade, preparando a mesma para o desenvolvimento do projeto, através de ações como: seminários com a comunidade interna e externa, palestras com profissionais da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e instrutores do Centro de Camboriú/Santa Catarina. Nestes encontros a UPC trabalhou com a Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Sergipe.

Em 2017, foi dado continuidade ao Programa de Tecnologias Assistiva e/ou Social. Para isso, foi lançado o edital para seleção de projetos submetidos por docentes efetivos do IFS, com duração de 10 (dez) meses, conforme disposições definidas no edital, sendo que os docentes efetivos do IFS teriam à disposição auxílio financeiro associado ao projeto, com a finalidade precípua de desenvolvimento e entrega de produtos ou serviços tecnológicos voltados ao atendimento das necessidades de pessoas com deficiência, incapacidades ou com mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social, bem como produtos, métodos, processos ou técnicas, criados para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado.

## **7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

Este capítulo visa demonstrar o desempenho financeiro e as informações sobre as demonstrações contábeis e financeiras elaboradas pela UPC. Estão contempladas ainda a informação da sistemática de apuração de custos e dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, que estão disponíveis no anexo 10 deste relatório.

### **7.1. Desempenho financeiro no exercício**

Nos dez primeiros meses do exercício os repasses financeiros efetuados mensalmente pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, a exemplo do que ocorreu no exercício de 2015 e 2016, foram muito aquém da necessidade de desembolsos mensais para cumprimento das obrigações adimplidas pelos fornecedores e demais credores, ou seja, as despesas liquidadas. De forma que foi necessário a adoção de critérios de pagamentos priorizando-se as despesas liquidadas que colocassem em risco o funcionamento normal da instituição e/ou cuja falta de pagamento tempestivo implicasse em encargos de mora, tais como, as relativas à locação de mão-de-obra (limpeza, vigilância e de apoio administrativos), serviços de água e esgoto, energia elétrica e telefonia. Por tais razões, naqueles meses, não houve possibilidade de se cumprir a ordem cronológica dos pagamentos.

Antagonicamente, os contingenciamentos de gastos mediante a limitação de emissão de empenhos, controlados no SIAFI, não evitavam a assunção de novas despesas necessárias ao funcionamento normal da Instituição, de forma que, à medida que novas despesas eram liquidadas mais se aumentava o hiato entre as obrigações a pagar e a disponibilização de recursos financeiros para fazer face àquelas, crescendo, com isto, as cobranças formais e informais por parte dos fornecedores/credores.

Contudo, nos dois últimos meses do ano a situação foi regularizada, tornando-se possível o fechamento do exercício com saldo financeiro suficiente para quitação de todas obrigações contraídas.

### **7.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos**

As unidades gestoras vinculada à UPC que estão em funcionamento possuem estrutura administrativa própria na qual está inclusa a relativa à gestão financeira e contábil. Apenas a unidade gestoras 154626 - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS POÇO REDONDO não estava em funcionamento durante o exercício, a sua inclusão no SIAFI visou apenas a alocação dos custos de sua construção.

Os critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão estabelecidos pela NBC-T 16.9, que para o setor público federal estão disciplinadas nas orientações contidas no Manual SIAFI (Assunto 02.03.30), não foram aplicadas adequadamente nas unidades gestoras pertencentes à UPC devido ao fato de que o sistema de patrimônio ainda não tem em seu banco de dados informações coerentes com as existências patrimoniais das diversas unidades gestoras.

Também não se verificou a aplicação em sua plenitude dos procedimentos estabelecidos pela NBC-T 16.10 (avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio), no que tange aos bens móveis, uma vez que os itens encontram-se registrados pelo valor de aquisição e muitos deles com valor irrisório por conta das diversas transformações de moeda ou da desvalorização desta ao longo do tempo.

Objetivando sanar estes problemas, a Administração central da UPC abriu em 2016 o processo 23060.001335/2016-10, com o objetivo de regularizar os registros do sistema de patrimônio mediante levantamento dos bens existentes, sua reavaliação e posterior compatibilização com os registros da contabilidade em cada UG.

Com base nas orientações preliminares contidas neste processo foram criadas a Comissão Central na Reitoria e uma comissão local por campus, tendo a primeira o papel de coordenar as atividades desenvolvidas pelas demais, de forma que ao final dos trabalhos fossem sanados os problemas de todas as unidades gestoras.

A previsão inicial foi de que os trabalhos das comissões estariam concluídos até o final do exercício de 2016, porém, devido à complexidade das atividades foram solicitadas e concedidas prorrogações de prazo que adentraram o exercício posterior. A última prorrogação remeteu a conclusão dos trabalhos para o dia 26/02/2017.

Chegado este prazo, os trabalhos foram dados por concluídos pela Comissão Central, mesmo havendo pendências que impediram o atingimento do objetivo dos trabalhos delegados.

O processo encontra-se em fase de monitoramento, que está sendo feito a partir de diretrizes elaboradas pela Pró-reitoria de Administração por intermédio da sua Nota Técnica nº 2/2017/PROAD/REITORIA/IFS.

Neste documento é feita análise sobre os relatórios finais das comissões locais, onde são elencadas as pendências apontadas por cada comissão em relação aos seus campi; bem como, é definido plano de ação, monitorado pela referida Pró-reitoria, visando que as “unidades gestoras deem continuidade aos trabalhos das comissões”, em vista à resolução das pendências apontadas por cada uma delas.

No que se refere à estimativa de vida útil econômica dos ativos, esta é feita no sistema SIPAC conforme tabela contida na Macro-função 02.03.30 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI. São utilizadas pelo sistema de patrimônio da UPC (SIPAC) as taxas de cálculo definidas na referida Macro-função do Manual SIAFI. Entretanto, deve-se levar em consideração o exposto acima, isto é, o fato de que as informações contidas na base de dados do SIPAC não são confiáveis e estão sendo reavaliadas pela Administração.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido se dá conforme as regras estabelecidas na NBC-T 16.10. Ressalvando-se o que se refere ao imobilizado, em razão do que está exposto nos parágrafos anteriores, donde se conclui que não estão sendo efetivamente realizadas.

A não aplicação integral das referidas NBC T, principalmente no que se refere à falta de confiabilidade nos dados provenientes do sistema de patrimônio, conforme já explanado acima, impossibilita que se conclua que as informações relativas ao resultado contábil apurado pela UPC no exercício refletem adequadamente a realidade do seu patrimônio.

Como as informações do SIPAC não são confiáveis e os valores dos saldos contábeis de bens móveis não fecham na maioria das unidades gestoras com os respectivos relatórios patrimoniais (RMB), pode-se afirmar que os saldos contábeis representativos de bens móveis, a respectiva depreciação e o resultado patrimonial daí decorrentes não refletem a situação efetiva do patrimônio da instituição. Este é um dos principais motivos de ressalvas contidas nas declarações dos contabilistas responsáveis pelas diversas unidades gestoras da UPC.

### **7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

O IFS não possui sistemática de apuração de custos, pois não dispõe de ferramentas adequadas para extração de dados dos sistemas SIAFI, SIAPE e SIGPLAN, que permitiriam a estruturação de sistemas de apuração de custos.

A disponibilização destas ferramentas será realizada conforme o Ministério da Educação conclua seus trabalhos de desenvolvimento, considerando o que dispõe a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo, competindo à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) tratar de assuntos relacionados à área de custos na Administração Pública Federal.

Em 9 de março de 2011, a STN publicou a Portaria nº 157 (logo em 24 de outubro do mesmo ano complementada pela Portaria nº 716), que dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal, estruturado na forma de um subsistema organizacional da administração federal e vinculado ao Sistema de Contabilidade Federal, uma vez que se encontra sob gestão da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União.

Criou-se, então, o SIC (Sistema de Informações de Custos do Governo Federal), um *data warehouse* que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da administração pública federal, tal como SIAPE, SIAFI e SIGPlan, para a geração de informações de custos.

O Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 135, de 23 de janeiro de 2014, expedida por sua Secretaria Executiva, constituiu um grupo de trabalho liderado pelo Órgão Setorial do Sistema de Custos do Ministério da Educação com o encargo de “discutir as diretrizes de implementação do sistema de custos no âmbito do Ministério da Educação” (artigo 1º). Os integrantes deste grupo de trabalho foram designados pela Portaria nº 2 de 26 de maio de 2014, do Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, mas o referido sistema ainda não está em uso.

#### **7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas**

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e as notas explicativas estão disponíveis no anexo **10**.



## 8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

O objetivo deste capítulo é proporcionar ao leitor do relatório melhor compreensão sobre atendimento a demandas específicas oriundas de legislação específica e dos órgãos de controle.

### 8.1. Tratamento das Determinações e Recomendações do TCU

Neste tópico serão apresentados os principais números e resultados relacionados às recomendações e determinações emanadas do TCU, consolidando uma visão gerencial de todos os Acórdãos recebidos pela UPC no exercício, bem como a forma de acompanhamento destas deliberações, destacando os Acórdãos decorrentes de julgamento de contas anuais de exercícios anteriores e/ou de cujo andamento das providências deve ser informado no relatório de gestão anual.

#### 8.1.1. Visão geral das determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2017 foram recebidos pela UPC três acórdãos do TCU, culminando em cinco determinações à UPC que já foram respondidas. No entanto, nenhuma delas foi monitorada pelo TCU, conforme quadro a seguir:

Quadro 94 – Visão gerencial de determinações e recomendações do TCU

Acórdão	Quantidade	Tipo	Atendimento
1003/2017 – Plenário	1	Determinação	Não Monitorada
0882/2017 – Plenário	1	Determinação	Não monitorada
6475/2017 – 2ª Câmara	3	Determinação	Não Monitorada

Fonte: AUDINT

#### 8.1.2. Forma de acompanhamento das deliberações do TCU

Ao longo do exercício de 2017, as deliberações feitas pelo TCU foram acompanhadas na UPC pelo Departamento de Controle e Análise Processual- DCAP/Reitoria e pela Auditoria Interna - AUDINT, por meio do registro em Planilha, com a finalidade de implementar boas práticas de controle, objetivando melhorar o gerenciamento e flexibilidade no acesso às informações dos acórdãos emanados pelo TCU.

#### 8.1.3. Determinações e recomendações de acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores

Os cinco quadros a seguir apresentam as deliberações do TCU, decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores, pendentes de atendimento:

Quadro 95 – TC 025.709/2015-1 – Acórdão 0979/2016 - Plenário – Item 1.8.1

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.709/2015-1	Acórdão 0979/2016 - Plenário	1.8.1.	Ofício nº 0640/2016/TCU/SECEX-SE, de 18/07/2016	28/07/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				

Descrição da determinação/recomendação
Apure sobreposição indevida entre a frequência regular e a jornada de trabalho no desempenho de atribuições no âmbito da Bolsa-Formação dos servidores relacionados no item II.2.1 do relatório de auditoria à peça 42, p. 6, referentes aos exercícios de 2013 e 2014, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento dos valores devidos ou a compensação de horários, caso possível, e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância ao art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e aos arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução FNDE 4/2012;
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Respondido por meio do Ofício nº 0721/2016/Reitoria/IFS em 17/08/2016: Informamos que foi aberto Processo de Sindicância nº 23060.001228/2016-83, com a designação da Comissão de Sindicância Investigativa, publicada no boletim de serviços do IFS pela Portaria nº 1717 de 16 de junho de 2016 e reconduzida pela Portaria nº 2412 de 26 de agosto de 2016, a fim de que fossem apurados os fatos constantes nos Subitens 1.8.1 e 1.8.2 dos ofícios em referência. Os trabalhos da comissão foram concluídos indicando a abertura de Sindicância Acusatória para vários servidores, bem como Processo Administrativo para devolução ao Erário. O relatório final foi encaminhado a Coordenadoria de Processo Administrativo Disciplinar, a qual fez uma breve análise e posteriormente, o processo foi encaminhado a Procuradoria Federal junto ao IFS para análise e parecer jurídico. Empós, será encaminhado ao Gabinete da Reitoria para o julgamento final e abertura de processos de sindicância acusatória com vistas à efetuação de reposição ao Erário.
Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão: Respondido através do Memorando Eletrônico no. 10/2018 - CPAD - REI (11.02.25) Informamos que o processo 23060.001228/2016-83 foi totalmente concluído. Em decorrência dessa sindicância investigativa foram abertos 6 (seis) processos de sindicância acusatória (23060.000407/2017-84; 23060.000406/2017-30; 23060.000405/2017-95; 23060.000404/2017-41; 23060.000403/2017-04; 23060.000402/2017-51) instaurados pela Portaria nº 478 de 03 de março de 2017; no presente momento, os mesmos já foram finalizados pela comissão sindicante e encontra-se na CPAD para continuação dos trâmites.

Fonte: REITORIA

Quadro 96 – TC 025.709/2015-1 – Acórdão 0979/2016 - Plenário – Item 1.8.2

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.709/2015-1	Acórdão 0979/2016 - Plenário	1.8.2.	Ofício nº 0640/2016/TCU/SECEX-SE, de 16/05/2016	31/05/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				
Descrição da determinação/recomendação				
Apure pagamentos a maior de bolsa a servidores do IFS que atuaram no Pronatec Bolsa-Formação, decorrentes do cômputo indevido de horas de trabalho e, se for o caso, providencie, com base no art. 46 da Lei 8.112/90, ressarcimento dos valores correspondentes (item III.1 do relatório de auditoria, peça 42, p.18) e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Respondido por meio do Ofício nº 0721/2016/Reitoria/IFS em 17/08/2016: Informamos que foi aberto Processo de Sindicância nº 23060.001228/2016-83, com a designação da Comissão de Sindicância Investigativa, publicada no boletim de serviços do IFS pela Portaria nº 1717 de 16 de junho de 2016 e reconduzida pela Portaria nº 2412 de 26 de agosto de 2016, a fim de que fossem apurados os fatos constantes nos Subitens 1.8.1 e 1.8.2 dos ofícios em referência. Os trabalhos da comissão foram concluídos indicando a abertura de Sindicância Acusatória para vários servidores, bem como Processo Administrativo para devolução ao Erário. O relatório final foi encaminhado a Coordenadoria de Processo Administrativo Disciplinar, a qual fez uma breve análise e posteriormente, o processo foi encaminhado a Procuradoria Federal junto ao IFS para análise e parecer jurídico. Empós, será encaminhado ao Gabinete da Reitoria para o julgamento final e abertura de processos de sindicância acusatória com vistas à efetuação de reposição ao Erário.				

Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão:  
Respondido através do Memorando Eletrônico no. 10/2018 - CPAD - REI (11.02.15)  
Informamos que o processo 23060.001228/2016-83 foi totalmente concluído. Em decorrência dessa sindicância investigativa foram abertos 6 (seis) processo de sindicância acusatória (23060.000407/2017-84; 23060.000406/2017-30; 23060.000405/2017-95; 23060.000404/2017-41; 23060.000403/2017-04; 23060.000402/2017-51) instaurados pela Portaria nº 478 de 03 de março de 2017; no presente momento, os mesmos já foram finalizados pela comissão sindicante e encontra-se na CPAD para continuação dos trâmites.

Fonte: REITORIA

Quadro 97 – TC 025.775/2016-2 – Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara – Item 1.7.1.1

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.775/2016-2	Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara	1.7.1.1.	Ofício nº 0638/2017/TCU/SECEX-SE, de 25/07/2017	02/08/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				
Descrição da determinação/recomendação				
Adote providências com vistas a concluir a apuração das ocorrências de suposta acumulação funcional irregular apontadas no relatório de auditoria de gestão de 2015 da Controladoria-Geral da União – CGU, totalizando 32 docentes sem dedicação exclusiva e 30 docentes com dedicação exclusiva;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Respondido por meio do Ofício nº 1094/REITORIA em 16/10/2017.</p> <p>Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao expediente em epígrafe, especificamente em atendimento aos itens 1.7.1.1 e 1.7.1.2, vimos encaminhar a manifestação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas deste Instituto, através do Memorando Eletrônico nº 112/2017 - PROGEP - REI e complementação do mesmo enviada via e-mail, tendo em vista que nas tabelas constantes no referido memorando foram suprimidas as colunas “Providências” (Anexo I). Encaminhamos também, em mídia digital anexa, a manifestação dos servidores citados relativo ao acúmulo irregular de cargo (Anexo I).</p> <p>Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão: Respondido através do Memorando Eletrônico nº. 10/2018 - PROGEP - REI (11.02.15) em 22/01/2018 Em atenção ao encaminhamento efetuado e após consulta ao NAUD, verificamos que os procedimentos adotados para verificar eventuais irregularidades em relação a supostos acúmulos ilegais de cargos públicos por parte de servidores deste IFS ainda estão em curso, sem alteração significativa em relação às informações encaminhadas ao TCU em outubro passado, razão pela qual entendemos que, no momento, não se afigura necessário efetuar atualização dos processos em trâmite.</p>				

Fonte: REITORIA

Quadro 98 – TC 025.775/2016-2 – Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara – Item 1.7.1.2.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.775/2016-2	Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara	1.7.1.2.	Ofício nº 0638/2017/TCU/SECEX-SE, de 25/07/2017	02/08/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				
Descrição da determinação/recomendação				
Informe ao TCU os resultados das medidas implementadas para atender o subitem anterior;				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
<p>Respondido por meio do Ofício nº 1094/REITORIA em 16/10/2017:</p> <p>Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao expediente em epígrafe, especificamente em atendimento aos itens 1.7.1.1 e 1.7.1.2, vimos encaminhar a manifestação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas deste Instituto, através do Memorando Eletrônico nº 112/2017 - PROGEP - REI e complementação do mesmo enviada via email, tendo em vista que nas tabelas constantes no referido memorando foram suprimidas as colunas “Providências” (Anexo I). Encaminhamos também, em mídia digital anexa, a manifestação dos servidores citados relativo ao acúmulo irregular de cargo (Anexo I).</p> <p>Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão:</p> <p>Respondido através do Memorando Eletrônico nº. 10/2018 - PROGEP - REI (11.02.15) em 22/01/2018.</p> <p>Em atenção ao encaminhamento efetuado e após consulta ao NAUD, verificamos que os procedimentos adotados para verificar eventuais irregularidades em relação a supostos acúmulos ilegais de cargos públicos por parte de servidores deste IFS ainda estão em curso, sem alteração significativa em relação às informações encaminhadas ao TCU em outubro passado, razão pela qual entendemos que, no momento, não se afigura necessário efetuar atualização dos processos em trâmite.</p>

Fonte: REITORIA

Quadro 99 – TC 025.775/2016-2 – Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara – Item 1.7.1.3.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.775/2016-2	Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara	1.7.1.3.	Ofício nº 0638/2017/TCU/SECEX-SE, de 25/07/2017	02/08/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Envie ao Tribunal plano de ação com as medidas necessárias e suficientes, os respectivos prazos e responsáveis, a fim de que:</p> <p>1.7.1.3.1. os próximos relatórios de gestão da entidade sejam entregues sem as falhas observadas na instrução deste processo;</p> <p>1.7.1.3.2. sejam eliminados os riscos de os próximos cursos do Pronatec apresentarem as seguintes deficiências verificadas pela CGU na auditoria anual da gestão 2015:</p> <p>a) ausência de acompanhamento pedagógico e de ações de estímulo à permanência dos estudantes nos cursos;</p> <p>b) deficiências na infraestrutura física e educativa dos cursos;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Respondido por meio do Ofício nº 1094/REITORIA em 16/10/2017:</p> <p>Em atendimento ao item 1.7.1.3 e seus subitens (1.7.1.3.1 e 1.7.1.3.2), encaminhamos manifestação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. (Anexo II)</p> <p>Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão:</p> <p>Respondido através do Memorando Eletrônico nº 16/2018 – PRODIN – REI – Identificador: 201863092 em 19/01/2018.</p> <p>Em relação à seção 1.7.1.3.1 a maior parte das falhas relatadas foi sanada já no Relatório de Gestão - Exercício 2016. Para o Relatório de Gestão – exercício 2017 serão implementadas as observações constantes nos itens que restam para atendimento, conforme plano de ação que está sendo encaminhado no <b>Anexo 03</b>.</p> <p>Para a seção 1.7.1.3.2 e as alíneas a) e b) consultamos a PROEN e esta informou:</p> <p>a) Que uma nova oferta dos cursos presenciais do Pronatec ocorreu em 2016, após realização da auditoria que constatou a inexistência de equipe pedagógica. Para essa nova oferta, uma equipe de supervisão pedagógica, formada por dois pedagogos, um psicólogo e um assistente social foi montada. Os colaboradores foram selecionados conforme edital e resultados disponíveis no link abaixo:</p> <p><a href="http://www.ifs.edu.br/pronatec/editais/4211-edital-ifs-pronatec-n-01-2016">http://www.ifs.edu.br/pronatec/editais/4211-edital-ifs-pronatec-n-01-2016</a></p> <p>b) A situação atual do PRONATEC é que a oferta de cursos presenciais e suas atividades administrativas foram extintas, conforme portaria em anexo. O IFS permanece recebendo recursos da Bolsa-Formação/SETEC/MEC apenas para custear o programa MedioTec com a oferta de cursos técnicos concomitantes à Distância, vinculados à DEAD.</p>				

Fonte: REITORIA

#### 8.1.4. Determinações e recomendações de acórdãos do TCU pendentes de atendimento, cujo andamento das providências deve ser informado no relatório de gestão anual

Os dois quadros a seguir apresentam determinações e recomendações de acórdãos do TCU pendentes de atendimento, cujo andamento das providências deve ser informado no relatório de gestão anual. Ocorre que o IFS já apresentou resposta nos termos dos quadros abaixo, porém, não foram monitorados pelo TCU até a presente data.

Quadro 100 – TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.5

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 018.189/2014-8	3455/2014 - Plenário	9.2.5	Ofício nº 0935/2014-TCU/SECEX-AL, de 12/12/2014	26/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - PROGEP				
Descrição da determinação/recomendação				
Realize estudos, tomando por base sua estrutura administrativa e seus objetivos institucionais e operacionais e os riscos a eles inerentes, com vistas a estabelecer a lotação ideal e a real necessidade de recursos humanos de sua unidade de auditoria interna, para que desempenhe de forma econômica, eficiente, eficaz e efetiva suas atribuições.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Após estudo juntamente com a AUDINT, foi incluído o art. 7º e seus incisos e art. 80, parágrafo único no regimento interno da AUDINT aprovado pela Resolução nº 29/2015/CS/IFS (Anexo 10);</p> <p>Art. 7º A Unidade de Auditoria Interna do IFS compõe-se da seguinte estrutura administrativa, evidenciada no seu organograma, conforme anexo I:</p> <p>I - Chefia da Auditoria;</p> <p>II - Coordenadoria de Administração e Planejamento;</p> <p>III - Coordenadoria de Execução das Ações de Controle;</p> <p>IV - Coordenadoria de Acompanhamento das Ações de Controle;</p> <p>V - Equipe Técnica;</p> <p>VI - Equipe de Apoio.</p> <p>Art. 80 A Auditoria Interna funcionará de forma sistêmica, com servidores atuando na Reitoria e nos campi.</p> <p>Parágrafo único. É facultada à Reitoria a implantação de estruturas nos Campi do IFS considerando as particularidades quanto à localização geográfica em relação à Reitoria, com número suficiente de servidores para atender às suas finalidades.</p> <p>Ademais, destacamos ainda o art. 39 do Regimento Interno do IFS, alterado pela Resolução nº 31/2015/CS/IFS (em seu Anexo 7):</p> <p>Art. 39 A organização geral dos Campi do Instituto Federal de Sergipe compreende:</p> <p>I - Direção Geral;</p> <p>II - Departamentos Administrativos e de Ensino;</p> <p>III - Gerências Administrativas e de Ensino;</p> <p>IV - Coordenadorias Administrativas e de Ensino;</p> <p>V - Auditor Interno, quando couber.</p>				

Fonte: PROGEP

Quadro 101 – TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.6

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 018.189/2014-8	3455/2014 - Plenário	9.2.6	Ofício nº 0935/2014-TCU/SECEX-AL, de 12/12/2014	26/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				
Descrição da determinação/recomendação				
Realize melhorias nas instalações físicas ocupadas por sua Auditoria Interna, proporcionando um ambiente adequado à realização de suas atividades, assim como um espaço suficiente para alocação dos servidores, manuseio de documentos, arquivamento de papéis de trabalho, realização de reuniões, dentre outras.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Conforme memorando eletrônico nº 13/2015-DEPROJ (Anexo 11), a nova sede administrativa, em construção, prevê a alocação da AUDINT com a estrutura adequada para a realização de suas atividades. Os demais Campi onde há Auditor Interno em sua lotação já se manifestaram quanto à existência de estrutura adequada à consecução das atividades de auditoria.				

Fonte: REITORIA

Quadro 102 – 024.329/2015-0 – Acórdão 1006/2016 - Plenário – Item 9.3

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 024.329/2015-0	1006/2016 - Plenário	9.3	Ofício nº 0292/2016-TCU/SecexEducação, de 17/05/2016	06/06/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
AUDINT/Auditoria Interna				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar às auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com fundamento no art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011, c/c os arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012, que incluam nos seus planos anuais de auditoria interna ações de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec, e, informe nos respectivos relatórios de gestão anuais os resultados apurados e providências adotadas;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Respondido por meio do Ofício nº 1053/REITORIA em 08/11/2016:</p> <p>Foi apresentada a manifestação da Auditoria Interna – AUDINT-IFS através do Memorando Eletrônico nº 102/2016 juntamente com o Plano Anual de Auditoria Interna – Exercício 2017 o qual informou que “Para cumprimento desta determinação a Audint inseriu na sua proposta de Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna para o exercício 2017 (ver anexo), ação de auditoria nº 3.3 na ÁREA 03 - GESTÃO OPERACIONAL/FINALÍSTICA, com o objetivo de Verificar a existência sobreposição de carga horária de servidores do IFS que atuam no Pronatec, com cronograma para ser executado em dezembro daquele ano, bem como, após a conclusão desta ação de auditoria, os resultados apurados e as providências adotadas serão informadas no Relatório de Gestão Anual do IFS.”</p> <p>Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão:</p> <p>Em atendimento a determinação do item 9.3 do Acórdão 1006/2016 – TCU – Plenário a Audint inseriu no seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício de 2017, a ação nº 3.3 na ÁREA 03 – GESTÃO OPERACIONAL /FINALÍSTICA, com o objetivo de verificar a existência de sobreposição de carga horária de servidores do IFS que atuam no Pronatec, cuja ação foi deflagrada por meio do Memorando Eletrônico nº 130/2017/AUDINT, em 10/11/2017 e os trabalhos foram realizados por três auditores e perduraram até 18/12/2017, totalizando 230 horas, junto aos responsáveis pelo Pronatec em 2016, bem como à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP, no intuito de verificar a existência sobreposição de carga horária de servidores do IFS que atuaram no Programa no exercício 2016.</p> <p>Ressalta-se que as atividades administrativas da Coordenação do Pronatec do IFS foram declaradas extintas a partir de</p>				

28/06/2017, por meio da Portaria nº 1672, de 12/07/2017. Tal Portaria também encarregou servidores para compor uma equipe responsável por executar tarefas administrativas, patrimoniais, contábeis e financeiras necessárias ao encerramento das atividades da Coordenação do Pronatec, com prazo determinado para a conclusão de todos os trabalhos, que após três prorrogações, foi estabelecido em 11/02/2018, conforme portarias nº 2753, 3008 e 3833 de 2017.

Em face dos exames realizados, a equipe de auditoria concluiu que há evidências de sobreposição entre a carga horária regular de docentes do IFS e suas cargas horárias de atuação como bolsistas no âmbito do Pronatec, quando foram identificados que 7 docentes de uma amostra de 14 conflitaram suas jornadas no IFS e no Pronatec, perfazendo um total de 50%, conforme Relatório de Auditoria nº 011/2017/AUDINT finalizado em 21/12/2017 e comunicado aos interessados por meio do Memorando Eletrônico nº 149/2017.

Visto que as atividades do Pronatec do IFS foram declaradas extintas a partir de 28/06/2017, data anterior à conclusão deste Relatório de Auditoria, não seria adequado recomendar o fortalecimento dos controles internos do Programa. Assim, restou à Audint recomendar a apuração dos casos de sobreposição de jornada identificados, respeitando o contraditório e a ampla defesa, e caso confirmadas as sobreposições, providenciado junto aos servidores o devido ressarcimento ao erário dos recursos percebidos indevidamente.

Fonte: REITORIA/AUDINT

Quadro 103 – TC 032.863/2012-8 – Acórdão 1003/2017 - Plenário – Item 9.7

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 032.863/2012-8	1003/2017 - Plenário	9.7	Ofício nº 0475/2017-TCU/SECEX-RN, de 01/06/2017	14/06/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar aos órgãos que contrataram a SIG Software e Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda., mediante inexigibilidade, de licitação que incluam, no próximo relatório de gestão, avaliação da legalidade da respectiva contratação;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão:</p> <p>Respondido através do MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 27/2018 - DTI - REI (11.02.32) (Identificador: 201863090), MEMORANDO ELETRÔNICO RESPONDIDO Nº 2 /2018 - GOVTI - REI (11.02.32.02) (Identificador: 201863087) em 17/01/2018.</p> <p>Determinação/Recomendação não aplicável ao IFS atualmente, uma vez que o Contrato IFS nº 08/2016 cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação para atender as demandas referentes à atualização e evolução dos sistemas Integrados de Gestão SIG no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS que correspondem aos sistemas: SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos; SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos; SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas e SIGAdmin – Sistema de Administração dos Sistemas foi celebrado fruto da adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão SRP nº 03/2015 promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, UASG 158147, conforme autos do processo administrativo instruído sob nº 23290.000908/2016-76. Contudo, identificamos que o Contrato IFS nº 26/2012 que teve vigência de 19/11/2012 a 18/09/2016 foi celebrado por inexigibilidade <i>fulcro</i> no art. 25 da Lei 8.666/93, conforme fundamentação legal convalidada através do Parecer/AGU/PGF/PF/IFS nº 19/2012 que tratou de análise da contratação do licenciamento e da prestação de serviços técnicos para a implantação dos Sistemas Integrados de Gestão SIG-UFRN – inexigibilidade de licitação à época acostada aos autos do processo administrativo IFS nº 23060.001637/2011-75.</p>				

Fonte: REITORIA

## 8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

As recomendações feitas pelo OCI são acompanhadas na UPC pela AUDINT, Reitoria, Pró-Reitoria, Diretorias de Campi e Diretorias Sistêmicas, com o auxílio do Sistema Monitor, o qual passou a ser utilizado no decorrer do exercício 2016, possibilitando aos gestores o acesso aos

relatórios com as recomendações e encaminhamento de manifestações, além de permitir o acompanhamento das análises destas manifestações pelo OCI.

No exercício 2017, o OCI emitiu 01 (um) Relatório de Demandas Externas – RDE destinado ao IFS, correspondente ao nº 201700102, encaminhado por meio do Ofício 17573/2017/GAB/SE/REGIONAL/SE-CGU. No entanto, não houve nenhuma recomendação emitida nesse Relatório.

### **8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário**

A unidade não possui setor dedicado a apurar responsabilidade por dano ao Erário, nem sistema informatizado específico para processar apurações de responsabilidade por dano ao Erário.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) do IFS trata, exclusivamente, de processo de reposição ao erário de valores recebidos indevidamente pelos servidores, adotando o trâmite da Orientação Normativa nº 05/2013, do Ministério do Planejamento.

Em relação aos danos apurados em processo administrativo, os dados são encaminhados à autoridade superior, que por sua vez determina à PROGEP que proceda com os descontos em folha de pagamento se for aplicável a servidor público ou para emissão de GRU nos demais casos.

### **8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993**

Apesar da UPC não ter instituído formalmente a utilização de cronograma de pagamentos de obrigações, sempre se buscou efetuar estes de acordo com a data de liquidação da despesa. Entretanto, em razão dos recebimentos insuficientes dos repasses financeiros mensais provenientes do MEC, não foi possível durante o exercício financeiro em referência o cumprimento rigoroso da ordem cronológica das obrigações a pagar. Foi necessária a adoção de critérios de prioridades, no qual se privilegiou forçosamente o pagamento de contas relativas aos serviços tidos como essenciais ao funcionamento das atividades fins e meios das unidades do IFS.

Assim, os pagamentos de faturas de água, energia elétrica, telefonia e das que envolviam o fornecimento de mão de obra terceirizada (vigilância, limpeza e serviços de apoio) foram muitas vezes priorizados, em detrimento de outras que, mesmo mais antigas, traziam menos riscos operacionais à Instituição.

Outro ponto de priorização refere-se às faturas de contratos quando já se aproximava de noventa dias de inadimplência, uma vez que poderia resultar no direito da contratada abandonar a prestação de serviço, conforme norma de licitação.

Diante da insuficiência dos repasses financeiros mensais por parte do MEC, a PROAD – Pró-reitoria de Administração da UPC – passou a adotar uma planilha eletrônica para a priorização dos sub-repasses feitos às UG. A sistemática de utilização da planilha passa inicialmente pelo recebimento das demandas das UG, inclusive da Reitoria, para que tais informações sejam consolidadas na planilha da PROAD e então sejam definidos, por classificação eletrônica conforme as prioridades instituídas (informalmente), os valores que serão repassados a cada unidade gestora, inclusive com a indicação de quais créditos estão sendo priorizados. Assim, garantiu-se que a priorização de pagamentos fosse feita de maneira uniforme no âmbito geral do IFS.

### **8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento**

Não há no âmbito do IFS contratos passíveis de revisão dos contratos vigentes, considerando que não há contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012.

Os contratos de obras e serviços de engenharia sob a gestão da Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos do IFS (DIPOP) e abaixo relacionados, vigentes no ano de 2016, e iniciados



posteriormente à vigência da Lei nº 12.546/2011, alterada pela Lei nº 13.161/2015, estão em acordo com a legislação:

- a) Contrato nº 47/2013  
Objeto: Complementação/ conclusão da construção do campus do município de Itabaiana/SE.  
Contratada: Macedo Engenharia Ltda. (CNPJ 13.947.494/0001-68)
- b) Contrato nº 06/2016  
Objeto: Construção da 1ª etapa do campus de Tobias Barreto/SE.  
Contratada: Camel Empreendimentos e Construções Ltda. (CNPJ 05.325.897/0001-47)
- c) Contrato nº 07/2016  
Objeto: Construção da 1ª etapa do campus de Poço Redondo/SE  
Contratada: Duarte e Melo Engenharia Ltda (CNPJ 03.967.590/0001-14)

### 8.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

A publicidade que o IFS realiza é amparada no princípio da publicidade dos atos, tendo com isso firmado contrato com a Imprensa Nacional e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para fins de publicidade legal:

- a) **Imprensa Nacional** (Contrato nº 03/2015)  
Vigência: 19/06/2015 a 19/16/2020\*  
Valor: R\$ 250.000,00  
\*foi realizado novo contrato em decorrência do valor estimado não refletir a execução.  
Contrato nº 20/2016  
Vigência: 08/11/2016 a 08/11/2021  
Valor: R\$ 1.000.000,00  
Valor Reforçado: R\$ 166.666,60  
Saldo Atual: R\$ 871.296,26  
Empenhado: R\$ 33.333,32  
Valor Pago: R\$ 128.703,74
- b) **Empresa Brasil de Comunicação S.A.** (Contrato nº 07/2013)  
Vigência: 04/02/2013 a 03/02/2018  
Valor: R\$ 120.000,00  
Saldo Atual: R\$ 74.870,04  
Valor Pago: R\$ 45.129,96

Quadro 104 – Despesas com publicidade legal

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	12363208020RL0028	R\$ 324.000,00	R\$ 173.833,70
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: DELC/PRODIN

## 8.7. Demonstração da Conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Quadro 105 – Demonstração da Conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

<b>Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória</b>	<b>Cód. Curso (e-MEC)</b>	<b>Município</b>	<b>Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005</b>	<b>Publicação</b>
Licenciatura em Química	1102012	Aracaju	Atendido	Site: <a href="http://www.ifs.edu.br/proen">www.ifs.edu.br/proen</a> ; Coordenadorias de Registro Escolar; Coordenadorias de Curso
Licenciatura em Física	1181132	Lagarto	Atendido	Site: <a href="http://www.ifs.edu.br/proen">www.ifs.edu.br/proen</a> ; Coordenadorias de Registro Escolar; Coordenadorias de Curso
Licenciatura em Matemática	96913	Aracaju	Atendido	Site: <a href="http://www.ifs.edu.br/proen">www.ifs.edu.br/proen</a> ; Coordenadorias de Registro Escolar; Coordenadorias de Curso

Fonte: PROEN

## 9. INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958-1994

A Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico de Sergipe – FUNCEFETSE, criada em 24 de setembro de 2001, é pessoa jurídica de direito privado, instituição sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, sob CNPJ 04.727.374/0001-64, desenvolve ações no âmbito do ensino (elaboração de conhecimentos), pesquisa (inovação tecnológica) e extensão (prestação de serviços à comunidade), constituída por pessoas jurídicas, Instituidores, que têm uma atuação local, regional e em todo o território nacional.

A FUNCEFETSE tem como principal Missão o apoio à educação, à inovação tecnológica e fomentar ações educativas e de extensão, objetivando o desenvolvimento tecnológico local, regional e o crescimento sustentável do Estado de Sergipe.

A FUNCEFETSE desenvolve suas atividades tendo como objetivos:

- Apoiar projetos de ensino, pesquisa e extensão, de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico do IFS, na condição de Instituição Federal de Ensino Superior apoiada nos termos da lei;
- Promover a prestação de serviços de pesquisa e extensão, visando o progresso científico e tecnológico, mediante celebração de contratos e/ou convênios, conforme o caso, com pessoas jurídicas de direito público e privado, de capital nacional ou estrangeiro;
- Promover o treinamento e a capacitação de pessoal especializado, permitindo a plena consecução dos objetivos que se propõe;
- Colaborar com entidades que realizem trabalhos em sua linha de atuação;
- Criar e desenvolver centros de desenvolvimento de tecnologia, em parceria com instituições públicas e privadas;
- Desenvolver e empreender programas, ações, projetos e atividades, inclusive aquelas de natureza infra-estrutural, que levem a uma melhoria de condições do IFS.

Conforme o estatuto social, a FUNCEFETSE goza de autonomia administrativa e financeira nos termos da lei, podendo estender suas atividades a todo território nacional, bem como associar-se a instituições nacionais e estrangeiras.

No quadro 106, estão disponíveis as Informações dos projetos e dos instrumentos contratuais junto à Fundação:

Quadro 106 – Relação dos projetos desenvolvidos com a contratação de fundações de apoio

Identificação da fundação de apoio								
Nome:		Fundação de Apoio à educação e ao desenvolvimento tecnológico de Sergipe - FUNCEFETSE						
CNPJ:		04.727.374/0001-64						
Página na Internet:		-						
Informações dos projetos e dos instrumentos contratuais								
Projeto		Instrumento celebrado						
Nº	Finalidade	Nº	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
					Início	Fim	Bruto	Repassado

01	Extensão	6000.0079797.12.4	Convênio	Fomentar a formação dos alunos dos cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sergipe - <b>IFS II</b> , estimular o desempenho dos alunos, reduzir a evasão escolar e despertar o interesse da mão-de-obra técnica para o setor de Petróleo, Gás, Energia e Bicombustíveis, por meio da aplicação dos recursos provenientes da Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento prevista nos contratos de concessão, por meio do Programa de Formação de Recursos Humanos – PFRH	21/03/13	20/03/18	8.500.800,00	0,00
02	Extensão	033/2013	Termo de parceria	Celebrado entre o Instituto Votorantim e a Fundação de Apoio À Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico de Sergipe – FUNCEFETSE. Tem por objetivo a alocação de recursos financeiros necessários a execução do Projeto Oiteiro de Flores, que visa fomentar o comércio local de flores tropicais dando suporte técnico aos agricultores	07/01/13	07/01/17	951.443,00	0,00
<b>Totais</b>							<b>9.452.243,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: FUNCEFETSE

## **ANEXOS E APÊNDICES**

## Anexo 1 – Principais atividades executadas nas bibliotecas do IFS (DGB)

A Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB), com a missão de promover o acesso à informação e a inclusão social no âmbito acadêmico, realizou grandes investimentos nas Bibliotecas do IFS em 2017. Tais investimentos, trazem reforços não somente em recursos materiais, como o acervo bibliográfico e a estrutura das bibliotecas; mas também em recursos humanos, com o intuito de trazer novos profissionais e capacitar os nossos colaboradores.

O Acervo Bibliográfico contou com um investimento financeiro total de R\$ 510.399,12, devido a aquisição de mais de 10 mil novos exemplares, totalizando um acervo bibliográfico com 74.128 exemplares, como mostra os dados abaixo:

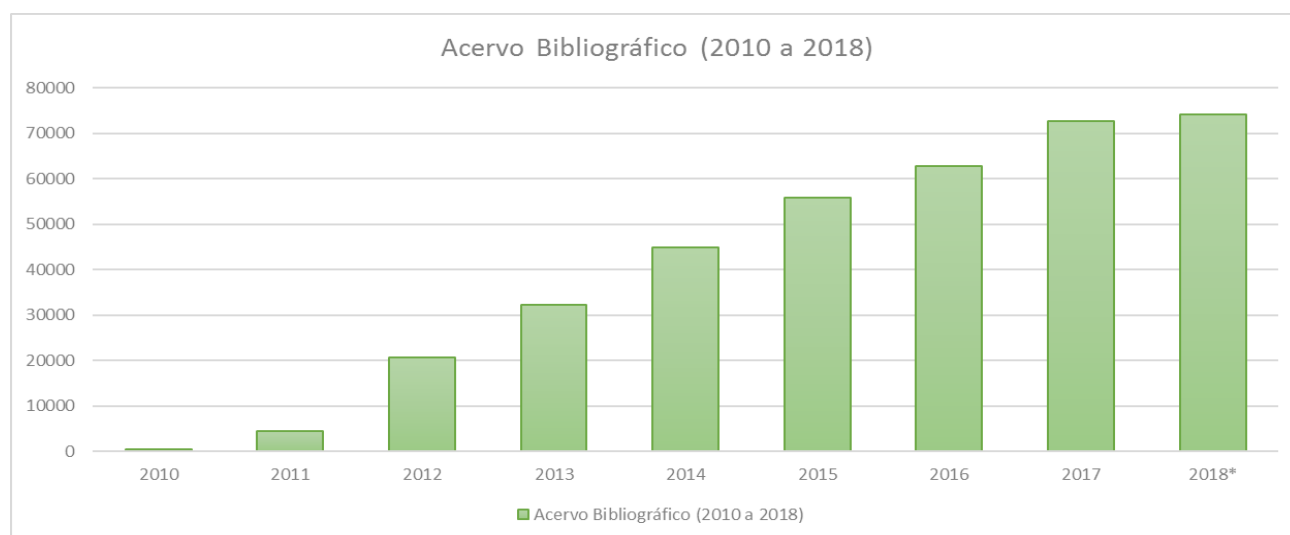
Tabela 10 – Acervo Bibliográfico (2010 a 2018\*)

Ano	Exemplares Acrescidos	Totais
2010	444	444
2011	4.027	4.471
2012	16.136	20.607
2013	11.573	32.180
2014	12.789	44.969
2015	10.906	55.875
2016	6.891	62.766
2017	10.048	72.814
2018 [até 31 de janeiro]	1.314	<b>74.128</b>

\* Até 31/01/2018

Fonte: DGB

Gráfico 26 – Acervo Bibliográfico (2010 a 2018\*)



\* Até 31/01/2018

Fonte: DGB

Um dos principais projetos do IFS no ano de 2017 foi a inauguração do Campus Socorro em sua sede definitiva, totalizando 10 bibliotecas em todo o estado. Sendo 5 em unidades definitivas e 5 em unidades provisórias.

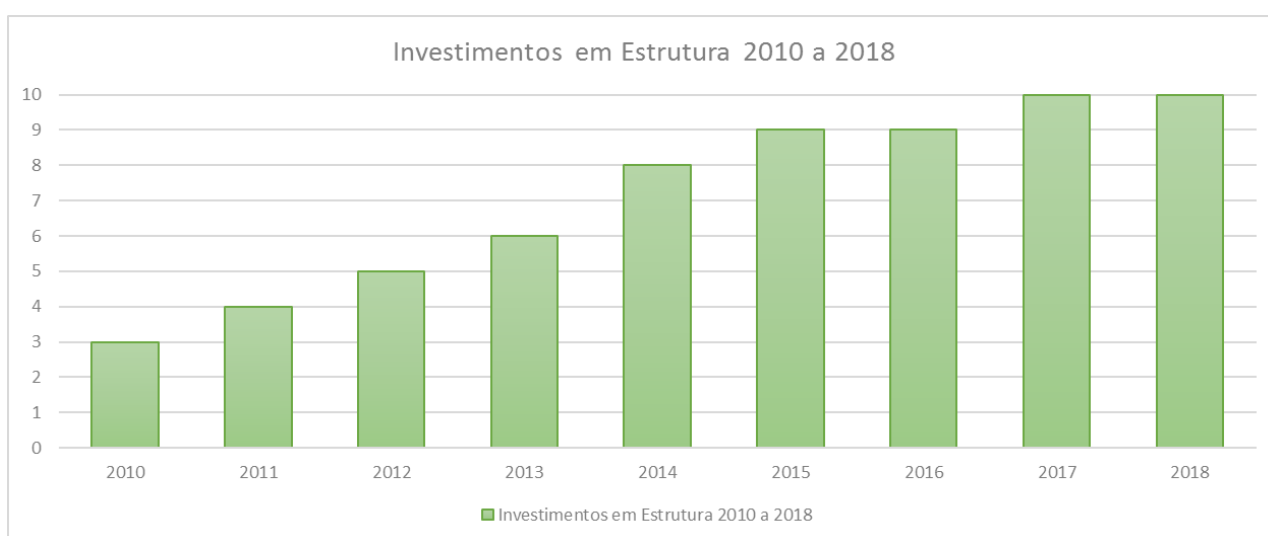
Tabela 11 – Investimentos em Estrutura 2010 a 2018\*

Ano	Unidades Provisórias	Unidades Definitivas	Unidades Totais
2010	-	03	03
2011	01	03	04
2012	02	03	05
2013	03	03	06
2014	04	04	08
2015	05	04	09
2016	05	04	09
2017	05	05	10
2018	04	06	<b>10</b>

\* Até 31/01/2018

Fonte: DGB

Gráfico 27 – Investimentos em Estrutura 2010 a 2018



\* Até 31/01/2018

Fonte: DGB

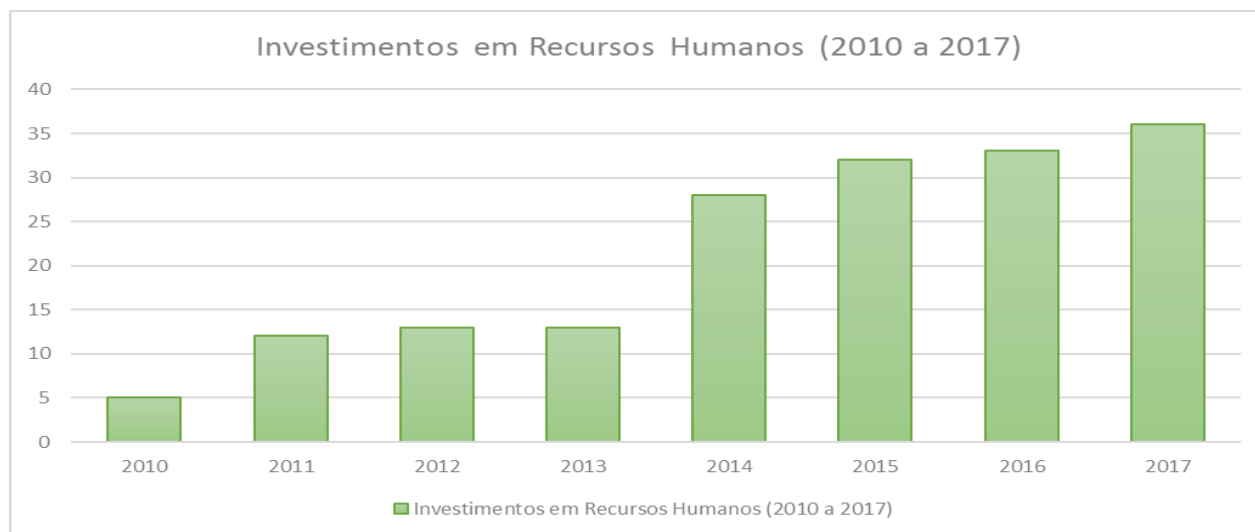
O quadro de funcionários da DGB também aumentou com a contratação de 3 novos profissionais para as bibliotecas. Dentre os quais 1 bibliotecário e 2 auxiliares de biblioteca, totalizando 17 Bibliotecários e 19 auxiliares de Biblioteca em todos os campi do IFS. Além disso, a DGB em parceria com a Propex ofertou 5 bolsas remuneradas para estudantes universitários da área de Ciência da Informação e de Comunicação.

Tabela 12 – Investimentos em Recursos Humanos (2010 a 2017)

Ano	Bibliotecários	Auxiliares de Biblioteca
2010	05	00
2011	07	00
2012	01	00
2013	00	00
2014	01	14
2015	01	03
2016	01	00
2017	01	02
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>19</b>

Fonte: DGB

Gráfico 28 – Investimentos em Recursos Humanos (2010 a 2017)



Fonte: DGB

No tocante ao acadêmico, destacamos a criação do Repositório Institucional do IFS (RIFS), meio de comunicação que serve como fonte de divulgação dos trabalhos acadêmicos elaborados pelos servidores e discentes da Instituição. Além da assinatura com a editora Pearson, oferecendo aos alunos acesso a Biblioteca Virtual Universitária – BVU que dispõe mais de 6.000 livros digitais em português. Ambos os sistemas chegam como ferramentas, agregando-se às bases de dados já disponíveis.

No decorrer do ano, a DGB e as Bibliotecas do IFS realizaram diversos eventos, ações culturais e atividades envolvendo os discentes e docentes, visando a disseminação do conhecimento e o incentivo à leitura. Dentre os eventos, o destaque fica com o lançamento do livro “Antologia Poética IFS”, uma obra derivada do I Concurso de Poesias do IFS, que contém as melhores poesias enviadas pelos alunos e servidores.

Na esteira da comunicação, é crucial citar a criação da página de Facebook da Diretoria Geral de Bibliotecas, a “Bibliotecas IFS”, criada com o intuito de informar a comunidade interna e externa sobre as principais atividades da DGB e das Bibliotecas, se estabelecendo como uma nova maneira de alcançar o público, agregando-se ao Hotsite já existente.

As ações realizadas ao longo de 2017 vão ao encontro dos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), as quais visam promover o acesso e a disseminação das informações, dando suporte às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais das bibliotecas. Através do trabalho junto às bibliotecas, foram ampliados o número de projetos que incentivem a cultura local, a produção literária e a leitura. Além dos recursos informacionais, tecnológicos e inclusivos que servem de apoio às bibliotecas, e vem sendo oferecidos com a finalidade de facilitar cada vez mais a disseminação de conhecimento para a comunidade interna e externa.



## **Anexo 2 - Principais atividades executadas no protocolo e arquivo do IFS (CGPA)**

### **1 APRESENTAÇÃO**

A Coordenadoria Geral de Protocolo e Arquivo (CGPA), subordinada à Diretoria Executiva, é uma unidade sistêmica, responsável pelo planejamento, organização e direção sistêmicas das atividades de protocolo, da gestão documental e da proteção especial a documentos de arquivo com valor histórico, probatório e informativo, de acordo com o regimento interno.

Assim, com todas as atribuições que o regimento confere a CGPA, em 2017, o trabalho foi desenvolvido de forma a reestruturar e ampliar o quantitativo de recursos humanos do instituto. Além das atividades sistêmicas, como orientação aos 09 (nove) Campi, a CGPA também é responsável em atender todos os setores da reitoria, no tocante às orientações e atividades de arquivamento e recuperação da informação.

### **2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

**2.1 REESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA** – Foi autuado o processo nº 23060.001141/2017-97 com a proposta de um Sistema de Arquivo e Museu. O projeto apresentado a equipe técnica e submetido para aprovação do Magnífico Reitor. A partir dele foram criadas três coordenadorias, que só passaram a funcionar em outubro de 2017 com a entrada em exercício e remoção de servidores. Assim, através da portaria nº 2. 922 de 10 de outubro de 2017 a CGPA passou a ter a Coordenadoria de Apoio Técnico (CATEC), Coordenadoria de Documentos Arquivísticos Digitais (CADIG) e Coordenadoria dos Arquivos Histórico e Memorial (CAHISM).

**2.1.1 Coordenadoria de Apoio Técnico (CATEC):** A coordenadoria de apoio técnico, como próprio nome diz, tem o objetivo de dar suporte a todos dos campi no desenvolvimento das atividades de protocolo e arquivo. Ela busca otimizar e padronizar essas atividades. No segundo semestre de 2017 foi possível, através dos levantamentos realizados pelos arquivistas dos campi, elaborar um relatório e desenvolver instruções normativas para padronização dos acervos da conformidade e do registro escolar (CRE). Essas IN's devem ser implantadas no exercício de 2018. Além desse minucioso trabalho, a CATEC também orientou a aplicação das instruções normativas da CGPA nos campi, bem como orientou a aplicação de códigos de classificação e atualizou e disponibilizou as normativas no site da CGPA. O objetivo é tornar o site um referencial para o corpo técnico e gestores.

**2.1.2 Coordenadoria de Documentos Arquivísticos Digitais (CADIG):** Apesar da criação da CADIG estar voltada, primordialmente, para o desenvolvimento de políticas para os documentos arquivísticos digitais, sua atuação desde a criação, vem centrando esforços na implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como Sistema de Processo Eletrônico do IFS. Com a implantação do sistema, diversas ações devem ser iniciadas, de modo a garantir a autenticidade, fidedignidade e confiabilidade dos documentos digitais. No entanto, devido ao atraso ocasionado pela implantação do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) a implantação do processo eletrônico não atendeu ao prazo do Decreto nº 8.539/2015. Portanto, para conseguirmos atender o que emana o decreto, a coordenadoria vem realizando uma série de pesquisas para conhecer experiências exitosas no processo de implantação. A CADIG está trabalhando na comissão de implantação do PEN/SEI.

**2.1.3 Coordenadoria dos Arquivos Histórico e Memorial (CAHISM):** A coordenadoria foi criada para trabalhar a implantação do arquivo permanente e do memorial do IFS. Com mais de cem anos

de história o instituto ainda não conta com um espaço destinado a guarda de documentos que não possuem mais valor legal, fiscal e probatório, que não podem ser eliminados por questões históricas. Assim, essa coordenadoria trabalharia nesse processo de implantação de uma estrutura adequada para o armazenamento dos documentos considerados permanentes e no processo de recuperação e acessos aos documentos que estão históricos. Outro objetivo da coordenadoria é resgatar/contar a História do instituto durante os anos de atuação no Estado de Sergipe, através de ex-servidores e alunos.

**2.1.4 Arquivo Reitoria:** Com a proposta de reestruturação da CGPA conseguiu-se separar as atividades estratégicas das táticas e operacionais. Até 2016 as unidades tinham ou estavam construindo a sua unidade de arquivo central. Na reitoria, as atividades do arquivo central estavam sob a responsabilidade da CGPA. Em 2017 a CGPA pôde melhorar e ampliar as atividades do arquivo reitoria. Assim de agosto a dezembro de 2017 foram realizadas as seguintes atividades: elaboração de manual para o processo eletrônico no SIPAC; orientações técnicas aos setores da reitoria; formação de processos de compra; coleta de dados para organização do acervo da reitoria; orientações aos bolsistas reitoria e por último o início da organização do acervo acadêmico do Pronatec.

**2.1.5 Pronatec:** Com o encerramento das atividades do Pronatec, através da portaria nº 1.672 de 12 de julho de 2017, o acervo produzido entre os anos de 2012 a 2017 em todos os campi, passou a ser responsabilidade do arquivo central da reitoria, por ser um programa vinculado à reitoria. Toda documentação foi recolhida ao arquivo central. No entanto, apesar de esforços anteriores ao encerramento oficial das atividades, grande parte do acervo não possuía critério de organização. Assim, no primeiro momento realizou-se um diagnóstico situacional e com a colaboração de dois técnicos terceirizados iniciou-se o trabalho de organização, que deverá ser encerrado até o final do primeiro semestre de 2018.

## 2.2 PROCESSO ELETRÔNICO

Durante o ano de 2017 a CGPA esteve envolvida com os projetos de implantação do Processo Eletrônico (PEN), como a Comissão de Estudos para Implantação do Processo Administrativo Eletrônico e a Comissão Especial de Implantação do Processo Eletrônico na área de Gestão de Pessoas do IFS. Todas as comissões foram encerradas através de processos enviados à reitoria. Essas comissões trabalharam tendo como objetivo analisar o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) módulo protocolo.

A partir de outubro de 2017 foi instituída outra Comissão de Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no IFS, na qual a CGPA participa.

## 2.2 MEMORIAL

Outro projeto que vem sendo desenvolvido é a implantação do Memorial do IFS. Esse projeto foi vinculado a um projeto de extensão, descrito no item 2.3 deste anexo. Além das ações de pesquisa desenvolvidas pelo bolsista, o memorial do IFS buscou resguardar a memória, através da História Oral. Dessa forma, foram realizadas entrevistas com servidores aposentados e ex-alunos que passaram pela Instituição. As entrevistas foram feitas em parceria com a Coordenadoria de Comunicação da Reitoria. Ademais, foi realizada visitas aos campi Aracaju, São Cristóvão e Lagarto, a fim de recolher materiais para compor o acervo físico. Foram resgatados balanças, equipamentos eletrônicos, Televisor e reproduutor de mini slides, que eram utilizados em sala. O projeto continuará sendo desenvolvido no próximo exercício.

## 2.3 PROJETOS DE EXTENSÃO

A CGPA orientou três projetos de extensão durante o exercício de 2017. O projeto de criação da mnemosine do Instituto Federal de Sergipe foi um deles. Voltado à implantação do memorial, o projeto teve como objetivo criar uma fonte de pesquisa, com fotografias, jornais e

dados históricos, através da criação de um modelo para o *hotsite* do Memorial IFS. Em breve as informações estarão disponíveis para a comunidade, bem como para pesquisadores do ensino técnico de todo o país.

O segundo projeto orientado pela CGPA, intitulado “o setor de arquivo como cooperador de conhecimento”, buscou socializar e democratizar os conhecimentos da arquivologia e preparar os futuros profissionais da área. Assim, o projeto buscou aplicar conhecimentos relativos à preservação e acesso aos documentos.

Por último, foi executado o projeto de “digitalização dos dossiês funcionais: a Progep em foco”, que teve como objetivo criar dossiês funcionais para preservação e acesso, mediante a digitalização dos documentos presentes nas pastas funcionais. O mesmo está em acordo com o projeto do Ministério do Planejamento sobre o Assentamento Funcional Digital.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, no que diz respeito às orientações técnicas, a CGPA desenvolveu cinquenta por cento (50%) das ações do que foi planejado. No tocante à padronização, ela não foi efetivada, mas os estudos para padronização do acervo da CRE e conformidade foram realizados. Além disso, apesar de não estar nos indicadores, o projeto de reestruturação conferiu ao setor mais dinamismo e capacidade para desenvolver mais ações, no sentido de atender os objetivos estratégicos do IFS e de consolidar a Gestão Documental.

### Anexo 3 – Plano de ação para atendimento ao Acórdão 6.475/2017 – TCU 2ª Câmara

Quadro 107 – Seção 1.7.1.3.1. do acórdão 6.475/2017

Seção 1.7.1.3.1. - Os próximos relatórios de gestão da entidade sejam entregues sem as falhas observadas na instrução deste processo:

IV) determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que encaminhe a este Tribunal, no prazo de noventa dias, contado da ciência da deliberação que vier a ser proferida, plano de ação especificando as medidas necessárias e suficientes a serem adotadas para que os próximos relatórios de gestão do Instituto sejam entregues escoimados das seguintes falhas observadas quando da apreciação das contas da entidade no exercício de 2015:

O que	Como	Porque	Quem	Quando	Status
IV.a.1) a Apresentação não diz a forma como está estruturado o relatório de gestão, nem expressa com precisão as principais realizações da gestão no exercício, importante para dar uma visão global ao leitor sobre o relatório e o desempenho da UPC no período em referência;	Inserir na ‘Apresentação’ uma visão Global ao leitor sobre o relatório e o desempenho do IFS.  Obs: Já houve uma melhoria no RG 2016. No RG 2017 será concretizado.	Para dar uma visão global ao leitor sobre o relatório e o desempenho do IFS	Reitor/Gabinete da Reitoria	29/01/18  (Envio da peça pelo setor requisitado)	Em andamento
IV.a.2) a Visão Geral não traz um breve histórico da entidade;	Inserir no item ‘Visão Geral’ um breve histórico da entidade.	Para deixar o leitor situado breve histórico da entidade	DPG/COPLAN	29/01/18  (Envio da peça pelo setor requisitado)	Em andamento
IV.a.3) o Organograma inserido no relatório de gestão está ilegível, prejudicando seu conhecimento pelo leitor;	Inserir organograma visível para o leitor	Para deixar mais claro ao leitor a estrutura organizacional	DPG/COPLAN	-	Implementado a partir do Relatório de Gestão 2016

IV. a.4) os Macroprocessos Finalísticos não são devidamente caracterizados, pois não se detalham: a descrição sucinta do macroprocesso e das principais atividades que o compõem; os produtos e serviços gerados; os principais beneficiários (internos ou externos à UPC) dos produtos e serviços gerados com o macroprocesso; e os nomes das subunidades da UPC diretamente responsáveis pelo desenvolvimento do macroprocesso;	Inserir a descrição dos Macroprocessos finalísticos de acordo com o quadro padrão do RG2017	A fim de dar mais transparência aos Macroprocessos	DPG/COPLAN	29/01/18  (Envio da peça pelo setor requisitado)	Em andamento
IV. a.5) a Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício apenas transcreve os objetivos do plano estratégico da entidade para o quadriênio 2014-2019, que inclusive está ilegível, sem apresentar de fato os objetivos no exercício em exame (2015) decorrentes do seu planejamento estratégico;	Inserir descrição sintética dos objetivos estratégicos de forma legível	Deixar claro ao leitor os objetivos estratégicos do IFS	DPG/COPLAN	-	Implementado a partir do Relatório de Gestão 2016
IV. a.6) o item Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico apenas transcreve o mapa estratégico (que está ilegível) inserto no plano estratégico da entidade (PDI 2014-2019, sem trazer nenhuma informação sobre a situação atual de sua implementação;	Inserir análise sobre o estágio de implementação do planejamento estratégico de forma legível	Para demonstrar a situação atual Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	DPG/COPLAN	29/01/18  (Envio da peça pelo setor requisitado)	Em andamento
IV. a.7) o item Planejamento Organizacional não traz informações que demonstrem a vinculação dos planos da entidade com suas competências institucionais;	Inserir informações que demonstrem a vinculação dos planos de entidade com suas competências institucionais	Para demonstrar demonstrem a vinculação dos planos de entidade com suas competências institucionais	DPG/COPLAN	29/01/18  (Envio da peça pelo setor requisitado)	Em andamento

IV.a.8) não há qualquer análise crítica sobre o indicador de desempenho Índice de Titulação do Corpo Docente do Instituto;	Realizar análise do indicador comparando com os anos anteriores e os outros IFs	Para que o desempenho do indicador sinalize a evolução do mesmo	PROGEP	-	Implementado a partir do Relatório de Gestão 2016
IV.a.9) ausência de resultados dos indicadores acadêmicos determinados pelo Acórdão 2.267/2005-TCU-Plenário, em face de atrasos na conclusão dos períodos letivos de 2015;	Regularizar o calendário acadêmico conforme período letivo	Para coleta de dados do indicador	PROEN/PEI	-	Implementado a partir do Relatório de Gestão 2016
IV. b) divergências entre valores de indicadores de desempenho sintetizados no Quadro 30 do relatório de gestão e os dados apresentados pelo gestor em análises específicas de cada indicador (item 91 desta instrução);	Corrigir falhas e lacunas na apresentação dos dados dos indicadores de desempenho	Para padronizar com as análises respectivas	NAEC/PEI	-	Implementado a partir do Relatório de Gestão 2016
IV. c.1) a relação ingressos/alunos apresentada para 2015 (32,55) corresponde apenas ao primeiro período (2015/1), como se verifica no Quadro 38 (item 90 desta instrução);	Corrigir falhas e lacunas na apresentação dos dados dos indicadores de desempenho	Para padronizar da apresentação dos dados	NAEC/PEI	-	Implementado a partir do Relatório de Gestão 2016
IV. c.2) o índice de evasão do fluxo escolar analisado pelo gestor não foi apresentado no Quadro 30, nem faz parte dos indicadores elencados pelo Acórdão 2.267/2005-TCU-Plenário (item 92 desta instrução);	Corrigir falhas e lacunas na apresentação dos dados dos indicadores de desempenho	Para padronizar da apresentação dos dados	NAEC/PEI	-	Implementado a partir do Relatório de Gestão 2016
IV. c.3) não há nenhuma análise crítica em relação à evolução dos índices de titulação do corpo docente (item 92 desta instrução);	Corrigir falhas e lacunas na apresentação dos dados dos indicadores de desempenho	Para padronizar da apresentação dos dados	NAEC/PEI	-	Implementado a partir do Relatório de Gestão 2016
IV. c.4) não são apresentados dados analíticos, nem há análise crítica sobre a	Corrigir falhas e lacunas na apresentação dos dados dos	Para padronizar da apresentação dos dados	NAEC/PEI	-	Implementado a partir do

evolução dos seguintes indicadores: Gastos Correntes por Aluno; Percentual de Gastos com Pessoal; Percentual de Gastos com outros Custeios; Percentual de Gastos com Investimentos (item 92 desta instrução);	indicadores de desempenho				Relatório de Gestão 2016
IV. c.5) não há apresentação no Quadro 30 da distribuição dos números de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar, apenas exibindo o valor 2.527 para o exercício de 2015, que na verdade corresponde ao total da população, como se verifica no Quadro 77. Não são informados no Quadro 30 a consolidação dos valores apresentados para os outros exercícios (item 92 desta instrução);	Corrigir falhas e lacunas na apresentação dos dados dos indicadores de desempenho	Para padronizar da apresentação dos dados	NAEC/PEI		Implementado a partir do Relatório de Gestão 2016
IV. d) ausência de análises críticas robustas sobre os resultados dos indicadores de desempenho que comparem os índices alcançados com valores de referência, o que impossibilita a verificação de diferenças significativas e a indicação de ações corretivas com vista a melhorar o desempenho de suas atividades (item 96 desta instrução);	Realizar análises críticas sobre os resultados apresentados	Para apresentar análises comparativas com valores de referência	NAEC/PEI		Implementado a partir do Relatório de Gestão 2016
IV. e) falha na avaliação do sistema de controles internos da entidade realizada pelo IFS, pois não foi comunicada a metodologia utilizada para valorar as proposições do modelo de avaliação inseridas no Quadro 94, nem foi apresentada nenhuma análise crítica sobre a situação dos cinco elementos do sistema de controles internos da entidade (ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação, e monitoramento) (itens 97 a 104 desta instrução)	Verifica-se que a avaliação tem sido realizada pela AUDINT conforme quadro 32 do referido relatório.  Obs: Não há mais exigências de avaliação do sistema a partir do relatório de gestão do exercício 2016.	Para a avaliação dos controles internos	Audint	-	Não houve mais a exigência nos RGs seguintes

Fonte: PRODIN

**Anexo 4 - Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal**

**DECLARAÇÃO**

Eu, Baby de Fátima Barbosa Parisi, CPF nº 039.266.744-40, Chefe do Departamento de Licitações e Contratos/DELC, exercido na Reitoria do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2017 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Aracaju, 30/01/2018.

Baby de Fátima Barbosa Parisi  
CPF 039.266.744-40  
Chefe do Departamento de Licitações e Contratos  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe



**Anexo 5 - Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões**

**DECLARAÇÃO**

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe** estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Aracaju, 31 de janeiro de 2018.

Diego Rodrigues da Silva Santos  
CPF 015.823.415-40  
Pró Reitor de Gestão de Pessoas  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

**Anexo 6 - Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas**

**DECLARAÇÃO**

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**, obrigados pela Lei 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Pró Reitoria de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Aracaju, 31 de janeiro de 2018.

Diego Rodrigues da Silva Santos  
CPF 015.823.415-40  
Pró Reitor de Gestão de Pessoas  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

**Anexo 7 - Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento**

**DECLARAÇÃO**

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Aracaju, 31 de janeiro de 2018.

José Luciano Mendonça Moraes  
CPF 412.272.205-53  
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

## Anexo 8 - Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

### Informações sobre a Conformidade Contábil da UGE do SIAFI Contador Responsável: CELSO TAVARES DOS SANTOS

#### a) Reitoria

Quadro 108 – Declaração sobre a conformidade da Reitoria

DENOMINAÇÃO COMPLETA DA UG		CÓDIGO UG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – REITORIA		158134
Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UG		
<p>A responsabilidade pela execução do registro da conformidade contábil da UG em tela é da Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), unidade subordinada à Pró-reitoria de Administração, que também é a setorial de contabilidade da UPC, vinculada tecnicamente à Setorial de Contabilidade do Ministério da Educação.</p> <p>No âmbito da UG 158134 – IFS/Reitoria, são dois os contadores responsáveis pelo registro da conformidade contábil, sendo um titular e outro substituto eventual. Ambos, devido à necessidade do serviço, efetuam registros contábeis, mormente, de ajustes, principalmente o substituto eventual. Além disto, o titular é o diretor da DCF.</p>		
QUANTITATIVO DE OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2016		
TIPO DE OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
ALERTAS		-
RESSALVAS		24
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2016		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DA NÃO REGULARIZAÇÃO
634	<p>FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS:</p> <p>A FALTA DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS, INTANGÍVEIS E OUTROS, PARA MAIS OU PARA MENOS, IMPOSSIBILITA O ADEQUADO CONHECIMENTO DA REALIDADE CONTÁBIL DO PATRIMÔNIO, ALÉM DE CONDUZIR A INOBSERVÂNCIA DE PROCEDIMENTOS DE CONTEUDO FISCAL E LEGAL, TENDO EM VISTA E EXISTÊNCIA DE INFORMAÇÕES NÃO CONFIÁVEIS PARA A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS.</p>	Apesar de no exercício de 2016 ter sido criada comissão para a regularização dos registros patrimoniais e reavaliação dos bens móveis, como explicitado no tópico “Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos”, a comissão não concluiu os trabalhos dentro daquele exercício, e mesmo tendo sido dados por concluídos os trabalhos por aquela em fevereiro/2017, o respectivo processo não obteve a definição final que possibilitasse os ajustes adequados relativos, principalmente, aos bens que necessitam, segundo os critérios recomendados, passar pelos procedimentos de reavaliação.
642	<p>FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.</p> <p>A FALTA DOS REGISTROS DE</p>	Conforme esclarecido no tópico “Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e

	DEPRECIACÃO DE ATIVOS PERMANENTES IMPOSSIBILITA O ADEQUADO CONHECIMENTO DA REALIDADE CONTÁBIL DO PATRIMÔNIO, COM REFLEXOS NEGATIVOS SOBRE O RESULTADO DO PATRIMÔNIO, ALEM DE CONDUZIR A INOBSERVÂNCIA DE PROCEDIMENTOS DE CONTEÚDO FISCAL E LEGAL. A RESTRIÇÃO ACONTECERA QUANDO NÃO HOUVER O REGISTRO OU QUANDO A EVOLUÇÃO DE UM MÊS PARA OUTRO NÃO ESTIVER CONDIZENTE COM O CÁLCULO ACUMULADO NO DECORRER DO EXERCÍCIO.	mensuração de ativos e passivos”, os registros de bens no sistema de patrimônio não estão condizentes com a realidade, razão pela qual foi criada comissão para levantamento e reavaliação dos bens móveis. Apesar desta comissão ter dado por concluídos os seus trabalhos, a Administração ainda está providenciando a efetivação dos ajustes no sistema de patrimônio. Somente após a conclusão destes trabalhos, que deve culminar com a compatibilização das informações patrimoniais (sistema de patrimônio) com a realidade dos bens existentes, para que sejam feitos os ajustes contábeis necessários, poderão ser feitos os devidos ajustes contábeis, inclusive no que se refere à depreciação.
<b>CONTABILISTA RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL DA UG REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO/2017</b>		
<b>NOME</b>	<b>MAT. SIAPE</b>	<b>CRC (Número/UF)</b>
CELSO TAVARES DOS SANTOS	279144	003648/SE

Fonte: DCF/PROAD

#### b) Campus Aracaju

Quadro 109 – Declaração sobre a conformidade do Campus Aracaju

<b>DENOMINAÇÃO COMPLETA DA UG</b>		<b>CÓDIGO UG</b>
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE/CAMPUS ARACAJU		158393
<b>Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UG</b>		
<p>A conformidade contábil no âmbito do Campus Aracaju é realizada após verificação da conformidade de registro de gestão, que tem como premissa análise documental dos registros realizados no SIAFI, verificação da coerência da movimentação patrimonial demonstrada no SIAFI com a evidenciada nos relatórios do setor de patrimônio e almoxarifado, análise da metodologia de reconhecimento dos atos e fatos contábeis em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e verificação de restrições e avisos demonstrados no SIAFI acerca dos registros contábeis.</p> <p><b>Obs.:</b> O responsável pela conformidade contábil desta unidade, realiza registro contábil de fatos no SIAFI, tendo em vista a insuficiência no quadro de pessoal do Campus Aracaju com qualificação contábil para atendimento do fluxo de processos.</p>		
<b>QUANTITATIVO DE OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017</b>		
<b>TIPO DE OCORRÊNCIA</b>		<b>QUANTIDADE</b>
ALERTAS		
RESSALVAS		60
<b>DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017</b>		
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>JUSTIFICATIVA DA NÃO REGULARIZAÇÃO</b>

634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	Por falta de conclusão da avaliação em todas as categorias de bens móveis e intangíveis, constituída pela portaria 2133/2016, muito embora já tenha sido realizado a reavaliação de algumas categorias e do imóvel do IFS/Campus Aracaju.
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	O inventário é o instrumento que poderíamos utilizar para realização de prováveis ajustes patrimoniais, no entanto, este não foi encaminhado em tempo hábil, de forma que não foi possível a conciliação entre os saldos RMB e SIAFI.
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ	Como os saldos patrimoniais no RMB e SIAFI não estão conciliando, implicam em uma constante evolução incompatível entre os saldos da Depreciação do Ativo Imobilizado.
773	TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	Foi encaminhado ofício ao INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN, cobrando prestação de contas dos recursos transferidos por TERMO EXEC. DESCENT: 684605, para UG 158155/26435 do INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN e até então não foi realizada a prestação de conta.
<b>CONTABILISTA RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL DA UG REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO/2017</b>		
<b>NOME</b>		<b>MAT. SIAPE</b>
<b>JORIRSON SANTOS BARBOSA</b>		<b>CRC (Número/UF)</b>
		<b>CRC-SE Nº 3.638</b>

Fonte: Campus Aracaju

### c) Campus Estância

Quadro 110 – Declaração sobre a conformidade do Campus Estância

DENOMINAÇÃO COMPLETA DA UG	CÓDIGO UG
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE/CAMPUS ESTANCIA	152426
Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UG	
<p>Através da verificação ao sistema SIAFI, observa-se possíveis restrições contábeis, em caso de não existência, bem como, também não ocorrendo situações de natureza patrimonial em desconformidade no sistema SIPAC em desequilíbrio, a conformidade se dará sem restrição, caso contrário a estes aspectos ocorrerá a conformidade com restrição.</p> <p>OBS: O fato da não observância da segregação de funções, quanto ao registro da conformidade, justifica-se pelo fato da inexistência de pessoal suficiente, desta forma, o contador que realiza registros, também realiza a conformidade.</p>	

QUANTITATIVO DE OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017		
TIPO DE OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
ALERTAS		SEM OCORRÊNCIA
RESSALVAS		36
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2016		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DA NÃO REGULARIZAÇÃO
603	SALDO CONTABIL DO ALMOX. NAO CONFERE C/RMA	REGULARIZAÇÃO EM ANDAMENTO
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	REGULARIZAÇÃO EM ANDAMENTO
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	REGULARIZAÇÃO EM ANDAMENTO
CONTABILISTA RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL DA UG REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO/2017		
NOME		MAT. SIAPE
BRUNO DOS SANTOS SANTANA		2156766
		CRC (Número/UF)
		CRC-SE 007341/0-8

Fonte: Campus Estância

**d) Campus Glória**

Quadro 111 – Declaração sobre a conformidade do Campus Glória

DENOMINAÇÃO COMPLETA DA UG		CÓDIGO UG
CAMPUS NOSSA SENHORA DA GLÓRIA		152420
Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UG		
O Campus Glória conta apenas com dois servidores na Coordenação de Contabilidade, Orçamento e Finanças. E um dos servidores é Assistente em Administração, com isso não pode executar atos e fatos contábeis, ficando todo fluxo contábil para o Contador responsável da Unidade gestora. Devido a isso, o processo de verificação da Conformidade Contábil não segue a segregação de funções.		
QUANTITATIVO DE OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017		
TIPO DE OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
ALERTAS		05
RESSALVAS		44
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DA NÃO REGULARIZAÇÃO

315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	Há falta de registro de conformidade de registro de gestão por perda do prazo, conforme item 3.1.4 da macrofunção 020314. Porém, os registros contábeis efetuados nessas datas de ausência atendem o item 2.2 da macrofunção citada acima.
603	SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	Em anos anteriores a 2016, não era feito o ajuste entre a COALP (SIPAC) e CCOF (SIAFI) do relatório de RMA. Foi instaurada uma comissão patrimonial para fazer os levantamentos, porém a mesma não chegou a uma conclusão. Com isso, o saldo do RMA não confere com o SIAFI.
634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	O Sipac utilizado pelo setor de Patrimônio e Almoxarifado do Campus Glória não gera relatórios sobre avaliação de bens móveis e intangíveis. Porque não foi implantado módulo que permita produzir as devidas informações contábeis.
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	Em anos anteriores a 2016, não era feito o ajuste entre a COALP (SIPAC) e CCOF (SIAFI) do relatório de RMB. Foi instaurada uma comissão patrimonial para fazer os levantamentos, porém a mesma não chegou a uma conclusão. Com isso, o saldo do RMB não confere com o SIAFI.
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	Para regularizar as inconsistências relacionadas ao patrimônio foi criada uma Comissão Central de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis). Espera-se que após a finalização dos trabalhos destas Comissões e das demais Comissões Locais dos Campi IFS a Restrição 642 e as outras relacionadas ao patrimônio e as atribuições da comissão, que por venturam existam, possam ser sanadas.
<b>CONTABILISTA RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL DA UG REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO/2017</b>		
<b>NOME</b>		<b>MAT. SIAPE</b>
		<b>CRC (Número/UF)</b>
CLEDSO CARDOSO DA SILVA		1177104
		SE-007448/O-4

Fonte: Campus Glória

**e) Campus Itabaiana**

Quadro 112 – Declaração sobre a conformidade do Campus Itabaiana

DENOMINAÇÃO COMPLETA DA UG	CÓDIGO UG
INTITUTO FEDERAL DE SERGIPE-CAMPUS ITABAIANA	152430
Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UG	



O campus Itabaiana apresenta apenas dois servidores lotados na área contábil, onde são responsáveis por desempenhar todos os registros inerentes ao Orçamento, Contabilidade, Finanças e Conformidade Contábil. Portanto, diante da deficiência no quantitativo de pessoal qualificado para tal, o processo de verificação da Conformidade Contábil não respeita a segregação de funções.		
<b>QUANTITATIVO DE OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2016</b>		
TIPO DE OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
ALERTAS		-
RESSALVAS		21
<b>DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2016</b>		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DA NÃO REGULARIZAÇÃO
634	FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	O Sistema Integrado de Patrimônio e Contratos (SIPAC) utilizado pelo setor de Patrimônio e Almoxarifado do Campus Itabaiana não gera relatórios sobre a avaliação de bens móveis, intangíveis, pois não há implantação do módulo que permita produzir as devidas informações contábeis.
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. AT. IMOBILIZADO.	O SIPAC gera relatórios mensais de Ajuste de Valor Contábil que são documentos hábeis para o registro da depreciação dos bens móveis, bem como emite os saldos mensais e a depreciação acumulada no RMB. Verificamos que algumas vezes, os relatórios divergem entre si, apresentando dentro do mesmo mês, valores diferentes para a mesma conta contábil, o que está causando uma incompatibilidade na evolução da depreciação dos bens móveis. O problema foi comunicado aos gestores e aberto chamado no sistema para possíveis resoluções.
<b>CONTABILISTA RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL DA UG REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO/2017</b>		
NOME		MAT. SIAPE
JOELSON SOARES VIEIRA		004715/SE

Fonte: Campus Itabaiana

**f) Campus Lagarto**

Quadro 113 – Declaração sobre a conformidade do Campus Lagarto

DENOMINAÇÃO COMPLETA DA UG	CÓDIGO UG
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE/CAMPUS LAGARTO	158394
Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UG	
MENSALMENTE, ENCERRADOS OS REGISTROS DE EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA DO PERÍODO, PROCEDEMOS COM OS DEMAIS REGISTROS CONTÁBEIS QUE SE REFEREM BASICAMENTE À	

MOVIMENTAÇÃO DE ITENS DE ALMOXARIFADO (ITENS CONSUMIDOS) E REGISTRO DE DESGASTE PELO USO, DOS BENS REGISTRADOS NA UG. EM SEGUIDA O RESPONSÁVEL PELO SETOR REALIZA CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DOS COMPONENTES PATRIMONIAIS, COM BASE NOS CONTROLES INTERNOS DO PRÓPRIO SETOR E/OU RELATÓRIOS GERADOS PELO SISTEMA DE CONTROLE DO CAMPUS (SIPAC).		
<b>QUANTITATIVO DE OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017</b>		
TIPO DE OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
ALERTAS		1
RESSALVAS		36
<b>DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017</b>		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DA NÃO REGULARIZAÇÃO
634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	AGUARDANDO LIBERAÇÃO DA COMISSÃO PARA REALIZAR REGISTROS NECESSÁRIOS;
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	AGUARDANDO LIBERAÇÃO DE INVENTÁRIO PARA REALIZAR AJUSTES;
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	SISTEMA DE CÁLCULO FUNCIONANDO PARCIALMENTE E SEM CONDIÇÕES DE ACOMPANHAR EVOLUÇÃO ADEQUADA DEVIDA AS INCONSISTÊNCIAS APRESENTADAS.
<b>CONTABILISTA RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL DA UG REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO/2017</b>		
NOME		MAT. SIAPE
IVAN MATOS CARVALHO		2155422
		CRC (Número/UF)
		SE-007166/O-6

Fonte: Campus Lagarto

**g) Campus Propriá**

Quadro 114 – Declaração sobre a conformidade do Campus Propriá

DENOMINAÇÃO COMPLETA DA UG	CÓDIGO UG
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – CAMPUS PROPRIÁ	158134
Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UG	
O campus Propriá, atualmente só conta com um servidor lotado, este responsável pela execução financeira e contábil, porém o Contador que está lotado na Gerência administrativa, colabora na execução orçamentária, no tocante à emissão/anulação de empenhos e demais rotinas ligadas à parte orçamentária. A Conformidade contábil é realizada pelo Técnico em Contabilidade, e quanto a segregação de função exigida para os procedimentos, estamos atendendo em parte.	
<b>QUANTITATIVO DE OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2016</b>	
TIPO DE OCORRÊNCIA	QUANTIDADE

ALERTAS		2
RESSALVAS		32
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2016		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DA NÃO REGULARIZAÇÃO
634	FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	Para regularizar as inconsistências relacionadas ao patrimônio foi criada uma Comissão de Inventário Anual de Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis e Bens de Consumo/Almoxarifado do Campus Propriá sob Portaria nº 3400 de 10 de novembro de 2017, a mesma foi prorrogada pela 3811 de 12 dezembro de 2017. Estamos aguardando o relatório final, para enfim, efetuar os devidos lançamentos de ajustes necessários para refletir a posição patrimonial deste campus. Espera-se que após a finalização dos trabalhos desta Comissão Local, a Restrição 634, 642 e as outras relacionadas ao patrimônio, que por venturam existam, possam ser sanadas.
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NÃO CONFERE C/RMB	Existem diferenças entre os relatórios gerados no SIPAC e contabilidade para alguns grupos de bens móveis; inclusive no que se refere aos saldos do final de um mês e inicial de outro. Em relação a esses saldos foi aberto um chamado para solucionar este problema e o mesmo foi já corrigido. Porém, ainda permanece essa diferença de pequeno vulto para esses grupos, valor esses, que permaneceram sem alteração durante o exercício. Essa divergência encontrada, foi informado a gestão do Campus e estamos no processo de verificação para solucionarmos.
642	FALTA/EVOLUÇÃO IMCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	Para regularizar as inconsistências relacionadas ao patrimônio foi criada uma Comissão de Inventário Anual de Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis e Bens de Consumo/Almoxarifado do Campus Propriá sob Portaria nº 3400 de 10 de novembro de 2017, a mesma foi prorrogada pela 3811 de 12 dezembro de 2017. Estamos aguardando o relatório final, para enfim, efetuar os devidos lançamentos de ajustes necessários para refletir a posição patrimonial deste campus. Espera-se que após a finalização dos trabalhos desta Comissão Local, a Restrição 634, 642 e as outras relacionadas ao patrimônio, que por venturam existam, possam ser sanadas.
315	FALTA/RESTRIÇÃO DA CONFORM. REGISTRO DE GESTÃO	A conformidade não foi feita dentro do prazo, conforme dispõe o item 3.11.1 da Macro Função 020314. Entretanto, ressalto que os registros contábeis atenderam a finalidade apresentada no item 2.2 desta Macro Função

CONTABILISTA RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTÁBIL DA UG REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO/2017		
NOME	MAT. SIAPE	CRC (Número/UF)
JOSEILDO DE SOUZA VIEIRA	1256852	AL-008123/O-9

Fonte: Campus Propriá

#### h) Campus São Cristóvão

Quadro 115 – Declaração sobre a conformidade do Campus São Cristóvão

DENOMINAÇÃO COMPLETA DA UG		CÓDIGO UG
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO		158392
Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UG		
<p>Antes que se processe de fato o registro da conformidade contábil, realiza-se consulta por análise eletrônica no SIAFI afim de verificar inconsistências de contas correntes e contábeis para que se faça suas devidas correções, bem como avaliações de procedimentos externos ao ambiente dos registros contábeis do SIAFI, tais com: registros das conformidades de gestão, registros contabilizados no RMB e RMA dentre outros que estejam acoplados a contabilidade da Unidade Gestora.</p> <p>Quanto a instância responsável pela conformidade, na UG em questão, é o contador <b>Manoel Alves Lima, CRC/SE 3.460</b>, inclusive segregando funções operacionais administrativas de cunho contábil por insuficiência de profissional com qualificação contábil.</p>		
QUANTITATIVO DE OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2016		
TIPO DE OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
ALERTAS		0
RESSALVAS		36
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2016		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DA NÃO REGULARIZAÇÃO
634	Falta de avaliações dos bens móveis, imóveis e intangíveis pertencentes ao patrimônio da Unidade Gestora.	Providências foram e são tomadas por parte dos gestores formando composições de comissões de servidores, entretanto, devido à grande quantidade de bens, elevada complexidade das ações e limitada capacidade técnica dos servidores, até então não obteve resultado satisfatório.
640	Alguns saldos contábeis dos bens patrimoniais registrados no sistema próprio de patrimônio da Unidade Gestora, divergem dos saldos contábeis registrados no SIAFI.	Providências foram e são tomadas por parte dos gestores formando composições de comissões de servidores, entretanto, devido à grande quantidade de bens, elevada complexidade das ações e limitada capacidade técnica dos servidores, até então não obteve resultado satisfatório.
642	Falta de avaliação e por evolução incompatível dos registros das depreciações e amortizações	Providências foram e são tomadas por parte dos gestores formando composições de comissões de

	do ativo imobilizado da Unidade Gestora.	servidores, entretanto, devido à grande quantidade de bens, elevada complexidade das ações e limitada capacidade técnica dos servidores, até então não obteve resultado satisfatório.
<b>CONTABILISTA RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTÁBIL DA UG REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO/2017</b>		
<b>NOME</b>	<b>MAT. SIAPE</b>	<b>CRC (Número/UF)</b>
MANOEL ALVES LIMA	1292921	3.460/SE

Fonte: Campus São Cristóvão

**i) Campus Socorro**

Quadro 116 – Declaração sobre a conformidade do Campus Socorro

<b>DENOMINAÇÃO COMPLETA DA UG</b>		<b>CÓDIGO UG</b>
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE/CAMPUS SOCORRO		154680
Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UG		
Há a impossibilidade de segregação de função (no tocante a realização de empenho, registros patrimoniais e pagamento) por falta de pessoal no setor contábil.		
<b>QUANTITATIVO DE OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017</b>		
<b>TIPO DE OCORRÊNCIA</b>		<b>QUANTIDADE</b>
ALERTAS		-
RESSALVAS		01
<b>DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017</b>		
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>JUSTIFICATIVA DA NÃO REGULARIZAÇÃO</b>
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ	Como os saldos patrimoniais registrados no RMB e SIAFI não estão conciliando, existe uma constante evolução incompatível entre os saldos da depreciação acumulada.
<b>CONTABILISTA RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTÁBIL DA UG REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO/2017</b>		
<b>NOME</b>	<b>MAT. SIAPE</b>	<b>CRC (Número/UF)</b>
DINÁ FAUSTINO BEZERRA	2061877	005321/O-6 / SE

Fonte: Campus Socorro

## j) Campus Tobias Barreto

Quadro 117 – Declaração sobre a conformidade do Campus Tobias Barreto

DENOMINAÇÃO COMPLETA DA UG		CÓDIGO UG
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – CAMPUS TOBIAS BARRETO		154679
Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UG		
O processo é executado pelo Contabilista Responsável pelo registro da Conformidade Contábil, infelizmente, por falta de pessoal, o Contabilista Responsável também efetua registros de Documentos no SIAFI. O processo consiste na certificação dos demonstrativos contábeis SIAFI, tendo como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade dos Registros de Gestão, o Manual SIAFI, e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise realizada pelo responsável pelo seu registro.		
QUANTITATIVO DE OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017		
TIPO DE OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
ALERTAS		0
RESSALVAS		24
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DA NÃO REGULARIZAÇÃO
634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG.	De acordo com o MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 24/2018 - DG – TB, as pendências referentes a avaliação dos bens móveis deste Campus estão sendo regularizadas pelo setor competente. Para regularizar as inconsistências relacionadas ao patrimônio foi criada uma Comissão Central de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis), sob Portaria nº 2379 de 26 de Agosto de 2016, e Comissão Local de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis) do Campus Tobias Barreto, de acordo com a Portaria nº 2140 de 08 de Agosto de 2016, que posteriormente foi prorrogada pela Portaria nº 3568 de 27 de Dezembro de 2016. Após a finalização dos trabalhos destas Comissões e das demais Comissões Locais dos Campi IFS a Restrição 634, 642 e as outras relacionadas ao patrimônio e as atribuições da comissão, que por venturam existam, possam ser sanadas. No que concerne à avaliação do imóvel, o mesmo foi avaliado pela Caixa Econômica Federal, conforme consta nos autos do processo 23707.000182/2015-51, cuja validade expira em 19/12/2018.
642	FALTA/EVOLUCAO DEP.AT.IMOBILIZ. INCOMPATIVEL	De acordo com o MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 24/2018 - DG – TB, as pendências referentes a avaliação dos bens móveis deste Campus estão sendo regularizadas pelo setor competente.

		Para regularizar as inconsistências relacionadas ao patrimônio foi criada uma Comissão Central de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis), sob Portaria nº 2379 de 26 de Agosto de 2016, e Comissão Local de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis) do Campus Tobias Barreto, de acordo com a Portaria nº 2140 de 08 de Agosto de 2016, que posteriormente foi prorrogada pela Portaria nº 3568 de 27 de Dezembro de 2016. Após a finalização dos trabalhos destas Comissões e das demais Comissões Locais dos Campi IFS a Restrição 634, 642 e as outras relacionadas ao patrimônio e as atribuições da comissão, que por venturam existam, possam ser sanadas.
<b>CONTABILISTA RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL DA UG REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO/2017</b>		
<b>NOME</b>	<b>MAT. SIAPE</b>	<b>CRC (Número/UF)</b>
PEDRO AUGUSTO SILVA DE JESUS	2176457	BA-037932/O-4 T-SE

Fonte: Campus Tobias Barreto

## Anexo 9 - Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Quadro 118 – Declaração do contador

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UPC)</b>			<b>Código da UG</b>
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE			158134
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <div style="margin-left: 40px;"> <p>a) Saldos contábil do almoxarifado UG não conferem com o respectivo RMA nas seguintes UG:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 152426 – IFS/Campus Estância</li> </ul> <p>b) Saldo contábil de bens móveis não conferem com o RMB nas seguintes UG:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 152420 – IFS/Campus Glória</li> <li>• 152426 – IFS/Campus Estância</li> <li>• 154681 – IFS/Campus Propriá</li> <li>• 158392 – IFS/Campus São Cristóvão</li> <li>• 158393 – IFS/Campus Aracaju</li> <li>• 158394 – IFS/Campus Lagarto</li> </ul> <p>c) Falta de avaliação de bens móveis e intangíveis em todas UG da UCP.</p> <p>d) Falta ou evolução incompatível dos registros de depreciação de ativos de bens móveis em todas UG da UCP.</p> <p>e) Falta ou evolução incompatível dos registros de amortização de intangíveis na UG 158393 – IFS/Campus Aracaju</p> <p style="margin-left: 40px;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> </div>			
<b>Local</b>	Aracaju	<b>Data</b>	16 de fevereiro de 2018
<b>Contador Responsável</b>	CELSO TAVARES DOS SANTOS	<b>CRC nº</b>	SE/003648

Fonte: DCF/Proad



## Anexo 10 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Quadro 119 – Balanço financeiro – ingressos e dispêndios



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

EMISSION  
16/02/2018

PAGINA  
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>376.266,29</b>	<b>601.677,76</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>264.868.189,04</b>	<b>243.743.670,61</b>
Ordinárias	222.601,64	279.048,46	Ordinárias	85.197.334,59	48.615.493,75
Vinculadas	189.958,89	324.484,98	Vinculadas	179.670.854,45	195.128.176,86
Educação	8.859,07	33.433,91	Educação	164.913.717,73	164.774.337,91
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	181.099,82	291.051,07	Seguridade Social (Exceto RGPS)	73.023,48	30.055.405,23
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-36.294,24	-1.855,68	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	200.129,64	298.433,72
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	14.483.983,60	
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>295.972.962,10</b>	<b>299.847.966,62</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>32.108.832,99</b>	<b>51.737.495,13</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	254.628.819,09	230.763.693,56	Resultantes da Execução Orçamentária	17.964.757,70	21.641.022,49
Repasse Recebido	236.664.061,39	209.146.521,07	Repasse Concedido		23.850,00
Sub-repasse Recebido	17.964.757,70	21.617.172,49	Sub-repasse Concedido	17.964.757,70	21.617.172,49
Independentes da Execução Orçamentária	41.344.143,01	69.084.273,06	Independentes da Execução Orçamentária	14.144.075,29	30.096.472,64
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	40.017.443,22	64.784.267,75	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	13.876.454,54	29.782.420,27
Demais Transferências Recebidas	36.160,04		Movimento de Saldos Patrimoniais	267.620,75	314.052,37
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.290.539,75	4.300.005,31	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>28.196.825,28</b>	<b>32.470.799,39</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>25.821.371,31</b>	<b>39.898.774,44</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.883.313,79	1.531.682,92	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.533.783,92	12.384.300,85
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	25.258.058,00	30.584.260,81	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	24.231.875,92	27.124.422,54
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	55.453,49	354.855,66	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	55.711,47	381.086,31
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	8.964,74
			Demais Pagamentos		8.964,74
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>3.235.473,93</b>	<b>5.694.970,34</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>4.983.134,26</b>	<b>3.235.473,93</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.235.473,93	5.694.970,34	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.983.134,26	3.235.473,93
<b>TOTAL</b>	<b>327.781.527,60</b>	<b>338.615.414,11</b>	<b>TOTAL</b>	<b>327.781.527,60</b>	<b>338.615.414,11</b>

Fonte: DCF/Tesouro Gerencial

## Quadro 120 – Receitas e despesas



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

EMISSION  
16/02/2018

PAGINA  
1

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>256.799,00</b>	<b>256.799,00</b>	<b>376.266,29</b>	<b>119.467,29</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>7.644,00</b>	<b>7.644,00</b>	<b>77.274,04</b>	<b>69.630,04</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	7.644,00	7.644,00	77.274,04	69.630,04
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	<b>2.477,00</b>	<b>2.477,00</b>	<b>31.463,05</b>	<b>28.986,05</b>
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>213.208,00</b>	<b>213.208,00</b>	<b>69.057,64</b>	<b>-144.150,36</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	213.208,00	213.208,00	69.057,64	-144.150,36
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>33.470,00</b>	<b>33.470,00</b>	<b>198.471,56</b>	<b>165.001,56</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	33.470,00	33.470,00	1.417,64	-32.052,36
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	140.355,45	140.355,45
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	56.698,47	56.698,47
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

EMISSION  
16/02/2018

PAGINA  
2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>256.799,00</b>	<b>256.799,00</b>	<b>376.266,29</b>	<b>119.467,29</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>256.799,00</b>	<b>256.799,00</b>	<b>376.266,29</b>	<b>119.467,29</b>
<b>DEFICIT</b>			<b>264.491.922,75</b>	<b>264.491.922,75</b>
<b>TOTAL</b>	<b>256.799,00</b>	<b>256.799,00</b>	<b>264.868.189,04</b>	<b>264.611.390,04</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>224.957.120,00</b>	<b>246.241.149,00</b>	<b>243.279.264,25</b>	<b>235.556.486,88</b>	<b>233.459.859,82</b>	<b>2.961.884,75</b>
Pessoal e Encargos Sociais	181.085.257,00	201.997.624,00	201.048.325,29	201.048.325,29	199.409.205,91	949.298,71
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	43.871.863,00	44.243.525,00	42.230.938,96	34.508.161,59	34.050.653,91	2.012.586,04
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.693.763,00</b>	<b>7.193.763,00</b>	<b>21.588.924,79</b>	<b>4.053.644,16</b>	<b>3.266.957,43</b>	<b>-14.395.161,79</b>
Investimentos	6.693.763,00	7.193.763,00	21.588.924,79	4.053.644,16	3.266.957,43	-14.395.161,79
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>231.650.883,00</b>	<b>253.434.912,00</b>	<b>264.868.189,04</b>	<b>239.610.131,04</b>	<b>236.726.817,25</b>	<b>-11.433.277,04</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

EMISSION  
16/02/2018

PAGINA  
3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dividas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>231.650.883,00</b>	<b>253.434.912,00</b>	<b>264.868.189,04</b>	<b>239.610.131,04</b>	<b>236.726.817,25</b>	<b>-11.433.277,04</b>
<b>TOTAL</b>	<b>231.650.883,00</b>	<b>253.434.912,00</b>	<b>264.868.189,04</b>	<b>239.610.131,04</b>	<b>236.726.817,25</b>	<b>-11.433.277,04</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.353.578,56</b>	<b>9.185.906,22</b>	<b>6.918.508,79</b>	<b>6.894.970,51</b>	<b>3.991.955,82</b>	<b>652.558,45</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.353.578,56	9.185.906,22	6.918.508,79	6.894.970,51	3.991.955,82	652.558,45
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>14.519.834,94</b>	<b>21.398.354,59</b>	<b>17.840.962,67</b>	<b>17.336.905,41</b>	<b>4.227.489,76</b>	<b>14.353.794,36</b>
Investimentos	14.519.834,94	21.398.354,59	17.840.962,67	17.336.905,41	4.227.489,76	14.353.794,36
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>16.873.413,50</b>	<b>30.584.260,81</b>	<b>24.759.471,46</b>	<b>24.231.875,92</b>	<b>8.219.445,58</b>	<b>15.006.352,81</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>129.138,94</b>	<b>698.777,21</b>	<b>675.921,52</b>	<b>22.169,14</b>	<b>129.825,49</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	48.736,32	46.065,40	2.670,92	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	129.138,94	650.040,89	629.856,12	19.498,22	129.825,49
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>318.445,72</b>	<b>857.862,40</b>	<b>857.862,40</b>	<b>-</b>	<b>318.445,72</b>
Investimentos	318.445,72	857.862,40	857.862,40	-	318.445,72
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>447.584,66</b>	<b>1.556.639,61</b>	<b>1.533.783,92</b>	<b>22.169,14</b>	<b>448.271,21</b>

Fonte: DCF/Tesouro Gerencial



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 16/02/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>6.894.416,65</b>	<b>7.147.101,63</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>4.250.198,83</b>	<b>2.410.044,32</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.983.134,26	3.235.473,93	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.466.832,97	51.415,25
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	323.855,78	2.080.898,45	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.074.886,11	1.772.689,99
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	543,68	13,97
Estoques	1.551.768,64	1.760.465,34	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	35.657,97	70.263,91	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	707.936,07	585.925,11
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>234.792.755,70</b>	<b>174.676.492,09</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>4.250.198,83</b>	<b>2.410.044,32</b>
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	-		
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	<b>Patrimônio Social e Capital Social</b>	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>231.567.159,56</b>	<b>172.754.148,37</b>	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	33.426.819,02	31.310.841,47	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	54.207.598,34	47.087.380,57	Resultados Acumulados	237.436.973,52	179.413.549,40
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-20.780.779,32	-15.776.539,10	Resultado do Exercício	60.044.979,33	47.982.565,22
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	179.413.549,40	133.384.370,87
Bens Imóveis	198.140.340,54	141.443.306,90	Ajustes de Exercícios Anteriores	-2.021.555,21	-1.953.386,69
Bens Imóveis	200.980.156,97	142.816.401,08	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.839.816,43	-1.373.094,18	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>237.436.973,52</b>	<b>179.413.549,40</b>
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>3.225.596,14</b>	<b>1.922.343,72</b>			
Softwares	3.225.596,14	1.922.343,72			
Softwares	3.555.427,75	2.655.031,17			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-329.831,61	-732.687,45			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

EMISSÃO  
16/02/2018

PÁGINA  
2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>241.687.172,35</b>	<b>181.823.593,72</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>241.687.172,35</b>	<b>181.823.593,72</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>4.983.134,26</b>	<b>3.235.499,41</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>43.621.486,16</b>	<b>49.487.646,91</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>236.704.038,09</b>	<b>178.588.094,31</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>13.812,38</b>	<b>48.887,16</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>198.051.873,81</b>	<b>132.287.059,65</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>46.226.481,03</b>	<b>31.739.410,13</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>73.950.483,36</b>	<b>86.488.977,01</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	46.226.481,03	31.739.410,13	Execução dos Atos Potenciais Passivos	73.950.483,36	86.488.977,01
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	7.325.111,76	7.628.815,27	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	38.898.985,12	24.080.237,26	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	408.150,00	6.642.075,26
Direitos Contratuais a Executar	2.384,15	30.357,60	Obrigações Contratuais a Executar	73.542.333,36	79.846.901,75
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>46.226.481,03</b>	<b>31.739.410,13</b>	<b>TOTAL</b>	<b>73.950.483,36</b>	<b>86.488.977,01</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-2.524.532,98</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-36.113.818,92</b>
Educação	-24.881.911,87
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-64.990,08
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.250.412,85
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-13.417.329,82
<b>TOTAL</b>	<b>-38.638.351,90</b>

Fonte: DCF/Tesouro Gerencial

## Quadro 122 – Balanço financeiro – Fluxos de caixas



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 16/02/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2017	2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>23.209.385,57</b>	<b>25.374.585,85</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>296.404.681,88</b>	<b>300.804.500,04</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>376.266,29</b>	<b>601.677,76</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	77.274,04	7.869,88
Receita Agropecuária	31.463,05	1.891,40
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	69.057,64	274.434,50
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	198.471,56	317.481,98
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>296.028.415,59</b>	<b>300.202.822,28</b>
Ingressos Extraorçamentários	55.453,49	354.855,66
Transferências Financeiras Recebidas	295.972.962,10	299.847.966,62
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-273.195.296,31</b>	<b>-275.429.914,19</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-214.644.979,20</b>	<b>-199.811.132,45</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-37.751.862,35	-32.572.675,87
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-176.736.180,85	-167.032.374,58
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-156.936,00	-206.082,00
Indústria	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

EMIÇÃO  
16/02/2018

PÁGINA  
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-26.385.772,65</b>	<b>-23.491.235,56</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-26.385.772,65	-23.491.235,56
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-32.164.544,46</b>	<b>-52.127.546,18</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-55.711,47	-381.086,31
Transferências Financeiras Concedidas	-32.108.832,99	-51.737.495,13
Demais Pagamentos	-	-8.964,74
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-21.461.725,24</b>	<b>-27.834.082,26</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-21.461.725,24</b>	<b>-27.834.082,26</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-18.710.286,98	-24.493.429,78
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.751.438,26	-3.340.652,48
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 16/02/2018	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2017	2016
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.747.660,33	-2.459.496,41
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.235.473,93	5.694.970,34
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.983.134,26	3.235.473,93

Fonte: DCF/Tesouro Gerencial

Quadro 123 – Balanço financeiro – Variações patrimoniais quantitativas



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 16/02/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>385.897.435,94</b>	<b>327.199.923,89</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>		
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>177.868,84</b>	<b>284.195,78</b>
Venda de Mercadorias	31.463,05	1.891,40
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	146.405,79	282.304,38
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>60,09</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	60,09	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>307.627.907,65</b>	<b>307.513.768,15</b>
Transferências Intragovernamentais	295.972.962,10	299.847.966,62
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	11.654.945,55	7.665.801,53
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>77.847.019,54</b>	<b>19.084.477,98</b>
Reavaliação de Ativos	47.214.096,30	6.446.212,99
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	30.570.799,71	7.802.218,39
Ganhos com Desincorporação de Passivos	62.123,53	4.836.046,60
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>244.579,82</b>	<b>317.481,98</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 16/02/2018	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	244.579,82	317.481,98
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>325.852.456,61</b>	<b>279.217.358,67</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>174.208.918,07</b>	<b>147.665.267,69</b>
Remuneração a Pessoal	137.045.850,00	114.582.902,78
Encargos Patronais	26.326.423,58	22.905.576,38
Benefícios a Pessoal	10.836.644,49	10.176.788,53
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>37.720.557,64</b>	<b>32.495.952,17</b>
Aposentadorias e Reformas	29.198.423,13	24.819.236,14
Pensões	8.471.127,28	7.667.402,59
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	51.007,23	9.313,44
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>29.655.244,96</b>	<b>30.580.969,53</b>
Uso de Material de Consumo	1.989.052,26	1.759.373,20
Serviços	21.461.263,78	23.315.548,57
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.204.928,92	5.506.047,76
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>15.706,71</b>	<b>36.205,90</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	15.572,51	36.205,90
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	134,20	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>43.380.611,92</b>	<b>58.318.727,68</b>
Transferências Intragovernamentais	32.108.832,99	51.737.495,13
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	11.271.778,93	6.581.232,55
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>33.848.287,73</b>	<b>2.669.289,48</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	14.691.246,12	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	67,05	-
Incorporação de Passivos	1.774.996,30	2.283.659,97
Desincorporação de Ativos	17.381.978,26	385.629,51



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

EMISSÃO  
16/02/2018

PÁGINA  
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>Tributárias</b>	<b>47.573,24</b>	<b>52.547,67</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.859,10	46.761,11
Contribuições	23.714,14	5.786,56
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>6.975.556,34</b>	<b>7.398.398,55</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	6.974.197,61	7.398.183,79
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.358,73	214,76
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>60.044.979,33</b>	<b>47.982.565,22</b>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

Fonte: DCF/Tesouro Gerencial

## NOTAS EXPLICATIVAS

### 1. Estrutura institucional do IFS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS foi criado pela Lei 11.892/2008. Além de ser regido por esta lei, conta ainda com um Estatuto e um Regimento Geral que regulam seu funcionamento e gestão.

A Portaria 331/2013/MEC dispõe sobre a estrutura organizacional (multicampi) dos Institutos Federais e teve seu anexo alterado pela Portaria 505/2014/MEC, estabelecendo assim 8 (oito) campi para o IFS.

Em 2016, através da Portaria nº 378 de 09/05/2016, foi autorizado o funcionamento do campus Nossa Senhora do Socorro, totalizando assim 09 (nove) campi em funcionamento na estrutura organizacional do Instituto.

Além dos campi em funcionamento, objetivando maior eficiência e controle patrimonial no SIAFI, foram criadas unidades gestoras executoras do Pronatec (em fase de encerramento) e do Campus Poço Redondo (em fase de implantação).

O IFS está vinculado ao Ministério da Educação e possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Tem como órgão executivo a Reitoria, instalada em Aracaju, capital sergipana.

Quadro 124 – Quadro-Síntese das unidades vinculados ao IFS

Órgão Executivo	
1	Reitoria
Campus	
1	Aracaju
2	São Cristóvão
3	Lagarto
4	Itabaiana
5	Nossa Senhora da Glória
6	Estância
7	Tobias Barreto
8	Propriá
9	Nossa Senhora do Socorro
Unidades Gestoras Executoras Criadas no Siafi (matriz/filial)	
1	Poço Redondo (em fase de implantação)
2	Pronatec (em fase de encerramento das atividades)

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do SIAFI.

### 2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFS são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (*Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011*) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10*)<sup>8</sup>; as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor

<sup>8</sup> Informações disponíveis em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI<sup>9</sup>, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações da Reitoria e de todas os campi vinculados ao IFS, e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

### 3. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento (MTO), elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

#### A. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A União, administração central do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, do qual o IFS faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra-OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso

<sup>9</sup> Informações adaptadas. Fonte: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/balanco-geral-da-uniao> [DCON 2º Trimestre de 2017]

decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

## **B. CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL**

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFS quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias<sup>10</sup>, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

## **AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

## **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS X RECURSOS FINANCEIROS**

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>)

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, limitar a emissão de empenhos. A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É

<sup>10</sup> Receitas Extraorçamentárias: são todas aquelas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, consequentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos. Fonte: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario>

o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>)

## RESTOS A PAGAR

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro de referência por não ter havido, em tempo hábil, a entrega dos produtos adquiridos ou a prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>).

Portanto, Restos a Pagar referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do IFS, como nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

### *a) Moeda funcional e saldos em Moeda estrangeiras*

A moeda funcional da União é o Real. No âmbito do IFS, não há utilização de moeda estrangeira.

### *b) Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

### *c) Créditos a Curto Prazo*

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados pelo órgão. Os créditos a receber decorrentes de danos ao patrimônio e de adiantamentos serão detalhados adiante.

### *d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo*

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

### *e) Estoques*

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. No âmbito do IFS, administração indireta, o método está sendo utilizado conforme as normas. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para



ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de Mercado (ainda não foi realizada análise quanto à necessidade de sua aplicação no IFS).

*f) Ativo Realizável a Longo Prazo*

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, devem ser registrados os ajustes para perdas. No IFS ainda não foi realizada análise quanto à necessidade de sua aplicação.

*g) Ajuste para perdas da dívida ativa*

Os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (i) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (ii) parcelados; (iii) garantidos; e (iv) suspensos por decisão judicial.

De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'ii' a 'iv' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimativa de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimativa de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimento passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício, pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN.

*h) Investimentos*

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. No âmbito do IFS, não há registros classificados no subgrupo investimentos.

*i) Imobilizado*

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

*j) Intangíveis*

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No âmbito do IFS, a totalidade dos bens intangíveis está relacionada a Softwares, tanto de vida útil definida, os chamados softwares de prateleira, quanto de vida útil indefinida, que se referem aos sistemas adquiridos de fornecedores, como também alguns poucos recebidos em doação.

*k) Diferido*

Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo será amortizado linearmente até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007. No âmbito do IFS, não há mais saldo registrado nesta conta.

*l) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet<sup>11</sup> e bens móveis*

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

No âmbito do IFS não há bem imóvel não registrado no SPIUnet.

*m) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet*

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O valor depreciado dos bens imóveis do IFS, que abrange todas as unidades gestoras (Campi) é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

*n) Passivos Circulantes e Não Circulantes*

As obrigações do IFS são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias

<sup>11</sup> SPIUnet - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União: faz a gerência da utilização dos imóveis da União, classificados como "Bens de Uso Especial (edifícios e terrenos).

e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

*o) Empréstimos e Financiamentos*

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas<sup>12</sup>, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos). O IFS não possui empréstimos e financiamentos registrados.

Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

**Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi)** foi avaliada pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas;

**Dívida Pública Federal Externa (DPFe)** foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

*p) Provisões*

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão em conformidade com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, combinada com a Portaria Conjunta STN/PGF13, nº 8 de 30 de dezembro de 2015.

*q) Ativos e Passivos Contingentes*

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

*r) Apuração do resultado*

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

<sup>12</sup> O IFS não possui empréstimos e financiamentos.

<sup>13</sup> Esta Portaria estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Setoriais Contábeis de Órgãos das Autarquias e Fundações Públicas Federais, pelas Setoriais Contábeis de Órgãos Superiores que supervisionem Autarquias e Fundações Públicas Federais e pela Procuradoria-Geral Federal em relação à evidenciação nas demonstrações contábeis e em notas explicativas das ações judiciais ajuizadas contra as Autarquias e Fundações Federais.

## **(A) RESULTADO PATRIMONIAL**

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFS, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

## **(B) RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

## **(C) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO**

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias<sup>14</sup> ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

<sup>14</sup> As receitas próprias compreendem as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos decorrentes do seu esforço institucional. Incluem doações financeiras de diversas origens; prestação de serviços; refeições dos restaurantes universitários; inscrições em cursos; venda de livros; comercialização de hortifrutigranjeiros; doces, queijos etc.

Estudos da STN apontam que “o balanço orçamentário é estruturado para atender a um “ente público” e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõem o ente. Entende-se por “ente”: União (OFSS), estados, Distrito Federal e municípios. Portanto, a concepção de ente pode gerar confusão no BO de órgãos e UGs, pois não apresentará os valores da coluna “Dotação Inicial” e “Dotação Atualizada”, exceto receitas próprias ou recursos vinculados. Caso o órgão não possua essas duas origens de receita, o BO demonstrará apenas a execução do crédito, visualizada na coluna de “Despesas Empenhadas”.

Os valores recebidos pelo IFS, por exemplo, provenientes do MEC ou de outros órgãos, não são mais visualizados no "BO", na coluna "Previsão Atualizada" da Receita, desde 2011, quando foi reformulada a sua estrutura pela STN. A justificativa para retirada da movimentação de créditos do Balanço Orçamentário foi a de que “crédito” e “dotação” não são sinônimos. Esta, corresponde aos valores fixados na LOA; enquanto aqueles correspondem aos valores movimentados pela execução orçamentária (dentro de um mesmo ente). Para identificar os créditos recebidos de outros órgãos não pertencentes à estrutura do IFS, deve-se gerar um relatório gerencial sobre "Movimentação Orçamentária". Portanto, os créditos recebidos ou concedidos não são adicionados ou deduzidos da coluna "Previsão Atualizada".

Cabe ressaltar que o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

#### 4. Notas Explicativas ao Balanço Financeiro – BF

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As tabelas seguintes apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos até o quarto trimestre de 2017, comparando-se com o mesmo período de 2016. Verifica-se que as despesas orçamentárias tiveram um crescimento de 8,67%, enquanto que as receitas orçamentárias apresentaram uma redução de 37,46%.

Entretanto, tanto os recebimentos extraorçamentários, como os desembolsos extraorçamentários, apresentaram decréscimos, sendo de 13,16% e de 35,28%, respectivamente.

Tabela 13 – Total dos Ingressos

INGRESSOS	2017	2016	AH (%)
Receitas Orçamentárias	376.266,29	601.677,76	-37,46
Transferências Financeiras Recebidas	295.972.962,10	299.847.966,62	-1,29
Recebimentos Extraorçamentários	28.196.825,28	32.470.799,39	-13,16
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	3.235.473,93	5.694.970,34	-43,19
<b>TOTAL</b>	<b>327.781.527,60</b>	<b>338.615.414,11</b>	<b>-3,20</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

Tabela 14 – Total dos Dispêndios

DISPÊNDIOS	2017	2016	AH (%)
Despesas Orçamentárias	264.868.189,04	243.743.670,61	8,67
Transferências Financeiras Concedidas	32.108.832,99	51.737.495,13	-37,94
Despesas Extraorçamentárias	25.821.371,31	39.898.774,44	-35,28
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equival. de Caixa	4.983.134,26	3.235.473,93	54,02
<b>TOTAL</b>	<b>327.781.527,60</b>	<b>338.615.414,11</b>	<b>-3,20</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

Tabela 15 – Resultado Financeiro – Metodologia 1

<b>(+) INGRESSOS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receitas Orçamentárias	376.266,29	601.677,76
Transferências Financeiras Recebidas	295.972.962,10	299.847.966,62
Recebimentos Extraorçamentários	28.196.825,28	32.470.799,39
<b>(-) DISPÊNDIOS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Despesas Orçamentárias	264.868.189,04	243.743.670,61
Transferências Financeiras Concedidas	32.108.832,99	51.737.495,13
Despesas Extraorçamentárias	25.821.371,31	39.898.774,44
<b>(=) Resultado Financeiro</b>	<b>1.747.660,33</b>	<b>-2.459.496,41</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

Tabela 16 – Resultado Financeiro – Metodologia 2

<b>DISPÊNDIOS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	4.983.134,26	3.235.473,93
<b>INGRESSOS</b>		
(-) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	3.235.473,93	5.694.970,34
<b>(=) Resultado Financeiro</b>	<b>1.747.660,33</b>	<b>-2.459.496,41</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

Verifica-se que o item de maior representatividade monetária registrado no BF se refere às Transferências Financeiras Recebidas (ingressos), no total de R\$ 295.972.962,10, enquanto que as Transferências Financeiras Concedidas (saídas) totalizaram somente R\$ 32.108.832,99.

Esta disparidade se justifica pela necessidade de recebimento de recursos para realizar os pagamentos de pessoal do órgão (conforme nota explicativa da DVP, a despesa com pessoal e encargos foi de R\$ 174.208.918,07), os quais são realizados somente pela unidade da Reitoria. Assim, a maior parcela dos recursos oriundos de “Transferências Financeiras Recebidas”, no órgão, são utilizados para pagamento de pessoal, centralizado na unidade pagadora (Reitoria), sendo uma menor parcela descentralizada através de “Transferências Financeiras Concedidas” para execução de despesas (exceto com pessoal) nas demais unidades do IFS.

As Transferências Financeiras – Resultantes da Execução Orçamentária -, são compostas, em sua grande maioria, pelas rubricas: a) cota; b) repasse; e c) sub-repasse. Elas representam a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA, movimentados da seguinte forma: (mesma sistemática para as concessões)

- Recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional: cota;
- Recursos financeiros recebidos pelas universidades, institutos e outros do MEC: repasse;
- Recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras e *campi* de cada universidade ou instituto: sub-repasse.

Para compreender melhor as informações relacionadas às transferências financeiras, devemos nos reportar ao BO.

Conforme mencionado no tópico “c” das Notas Explicativas do BO que trata do Resultado Orçamentário, os créditos orçamentários movimentados pelos órgãos durante o exercício, não são mais demonstrados na coluna da “Previsão Atualizada” da Receita, mas na coluna das “Despesas Empenhadas”, à medida que são executados (empenhados) e pagos. As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita contêm os valores correspondentes às receitas próprias<sup>11</sup> ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão.

As Transferências Financeiras – Independentes da Execução Orçamentária – são compostas, em sua grande maioria, para pagamento de Restos a Pagar. Esse item possui essa denominação por

não se referirem à execução dos recursos do orçamento relativo ao exercício corrente, mas à execução de orçamento em exercícios anteriores.

No quadro abaixo, verifica-se que o órgão recebeu recursos oriundos de transferências financeiras para pagamento de restos a pagar no montante de R\$ 40.017.433,22, sendo que desse total, R\$ 13.876.454,54, foram transferidos, às suas unidades vinculados, para Pagamento de RP.

Tabela 17 – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas – Composição

<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>2017</b>	<b>AV</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>2017</b>	<b>AV</b>
<i>Resultantes da Execução Orçamentária</i>	<b>254.628.819,09</b>	<b>86,03</b>	<i>Resultantes da Execução Orçamentária</i>	17.964.757,70	55,95
Cota Recebida			Repassé Concedido Sub-repassé Concedido Cota Devolvida Repasse Devolvido	17.964.757,70	55,95
Repassé Recebido	236.664.061,39	79,96	Sub-repassé Devolvido	14.144.075,29	44,05
Sub-repassé Recebido	17.964.757,70	6,07	<i>Independentes da Execução Orçamentária</i>	13.876.454,54	43,22
Repassé Devolvido			Transferências Concedidas para Pagamento de RP		
Sub-repassé Devolvido			Demais Transferências Concedidas	267.620,75	0,83
<i>Independentes da Execução Orçamentária</i>	<b>41.344.143,01</b>	<b>13,97</b>	Movimento de Saldos Patrimoniais		
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	40.017.433,22	13,52			
Demais Transferências Recebidas	36.160,04	0,01			
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.290.539,75	0,44			
<b>TOTAL</b>	<b>295.972.962,10</b>	<b>100,00</b>		<b>32.108.832,99</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI

## 5. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário - BO

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes do demonstrativo contábil.

### RECEITAS

Até o quarto trimestre de 2017, as receitas realizadas atingiram o montante de R\$ 376.266,29, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$ 264.868.189,04, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 264.491.922,75.

Essa disparidade pode ser justificada pelas informações já mencionadas anteriormente de que a coluna da Previsão Atualizada, assim como a das Receitas Realizadas contém os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelos órgãos, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e a de que os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por “ente” e não por “órgão/UG”.

Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária), registradas do lado dos Ingressos correspondem aos créditos orçamentários recebidos, e perfazem o total de R\$ 295.972.962,10. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas), no montante de R\$ 296.349.228,39, são suficientes para atender às despesas empenhadas até o quarto trimestre, que foram de R\$ 264.868.189,04, gerando ainda um resultado financeiro positivo no BF.

Pela análise da tabela a seguir, as despesas empenhadas (R\$ 264.868.189,04) alcançaram 104,51% do total da Dotação Atualizada (R\$ 253.434.912,00). Cabe ressaltar que os créditos empenhados a maior do total da dotação atualizada (11.433.277,04), no fim do quarto trimestre, se

justifica pela nova metodologia aplicada ao BO, que não demonstra na dotação atualizada os valores dos créditos recebidos de outros órgãos, conforme citado anteriormente.

Tabela 18 – Receitas e Despesas por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Previsão / Fixação	Realização / Execução	Real/Exec (%)	AV
Receitas Correntes Receitas de Capital	256.799,00	376.266,29	146,52	100,00
<b>Total das Receitas</b>	<b>256.799,00</b>	<b>376.266,29</b>	<b>146,52</b>	<b>100,00</b>
Despesas Correntes	246.241.149,00	243.279.264,65	98,80	91,85
Despesas de Capital	7.193.763,00	21.588.924,79	300,11	8,15
<b>Total das Despesas</b>	<b>253.434.912,00</b>	<b>264.868.189,04</b>	<b>104,51</b>	<b>100,00</b>
<i>Superávit/(Déficit)</i>		(264.491.922,75)	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2017.

Na tabela adiante, verifica-se que até o quarto trimestre de 2017, a Previsão Atualizada da Receita do IFS consignada na LOA, deduzida das respectivas anulações ou cancelamentos, foi de R\$ 256.799,00, apresentando uma redução de 30,60% em relação ao mesmo período de 2016 (R\$ 370.022,00). Quanto à Despesa Fixada (Dotação Atualizada), o total foi de R\$ 253.434.912,00, apresentando um acréscimo de 4,52% em relação ao mesmo período de 2016 (R\$ 242.467.332,00).

Tabela 19 – Receitas e Despesas – Previsão Atualizada x Dotação Atualizada

Categoria Econômica	Previsão / Fixação DEZ/2017	Previsão / Fixação DEZ/2016	AH
Receitas Correntes Receitas de Capital	256.799,00	370.022,00	-30,60
<b>Total das Receitas</b>	<b>256.799,00</b>	<b>370.022,00</b>	<b>-30,60</b>
Despesas Correntes Despesas de Capital	246.241.149,00 7.193.763,00	216.587.916,00 25.879.416,00	13,69 -72,20
<b>Total das Despesas</b>	<b>253.434.912,00</b>	<b>242.467.332,00</b>	<b>4,52</b>

Fonte: SIAFI 2016, 2017

Comparando-se as receitas realizadas até o quarto trimestre de 2017 com o mesmo período de 2016, verifica-se que as receitas correntes apresentaram um decréscimo na sua arrecadação na ordem de 37,46%, conforme tabela abaixo. Cabe ressaltar que não houve previsão e arrecadação de receitas de capital no ifs em 2017.

A redução das receitas correntes apontadas na tabela, representa em termos monetários o valor de R\$ 225.411,47.

Sendo que a maior variação negativa na arrecadação ocorreu no item “Receitas de Serviços”, 74,84% de decréscimo, onde foram arrecadadas em 2016 o montante de R\$ 274.434,50, e em 2017 apenas o valor de R\$ 69.057,64.

São da categoria econômica “Receitas Correntes” as que se destinam os recursos para pagamento de pessoal, encargos sociais e as despesas de custeio que financiam as atividades de manutenção administrativa, denominada de Outras Despesas Correntes.

Tabela 20 – Receitas correntes e de capital realizadas – categoria econômica

Categoria Econômica	DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV (2017)
RECEITAS CORRENTES	376.266,29	601.677,76	-37,46	100,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>376.266,29</b>	<b>601.677,76</b>	<b>-37,46</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.



Na tabela seguinte, verifica-se que todas as arrecadações ocorreram nas Receitas Correntes, apresentando um resultado total diminutivo, com percentual negativo de 37,46%, comparando-se os exercícios de 2016 (R\$ 601.678,76) e 2017 (R\$ 376.266,29).

Analisando-se por tipo de arrecadação, em termos percentuais, o pior desempenho ocorreu nas “Receitas de Serviços”, com um decréscimo de 74,84%, tendo arrecadado em 2016 o valor de R\$ 274.435,50, enquanto que em 2017, R\$ 69.057,64. As “Receitas de Serviços” representam 18,75% do total das receitas arrecadadas em 2017.

Mesmo apresentando uma redução na arrecadação, -37,49%, o item “Outras Receitas Correntes”, foi o que teve maior participação na composição das receitas do órgão, representando cerca de 52,75% do total arrecadado em 2017.

A maior variação apresentada foi no item “Receita Agropecuária”, ocorrendo um acréscimo de 1563,48%, tendo arrecadado em 2016, R\$ 1.891,40, e em 2017, R\$ 31.463,05. No entanto, este item possui a menor participação, somente 8,36%, no total da arrecadação no ano.

Tabela 21 – Receitas correntes e de capital realizadas – Composição

Origem da Receita	DEZ/2017	DEZ/2016	AH%	AV/17
CONTRIBUICOES				
RECEITA DE SERVICOS				
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS				
RECEITA PATRIMONIAL	77.274,04	7.869,88	881,90	20,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	198.471,56	317.481,98	-37,49	52,75
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA				
TRANSFERENCIAS CORRENTES				
RECEITA DE SERVICOS	69.057,64	274.435,50	-74,84	18,75
RECEITA AGROPECUARIA	31.463,05	1.891,40	1.563,48	8,36
RECEITA INDUSTRIAL				
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL				
ALIENACAO DE BENS				
RECEITA PATRIMONIAL				
INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS				
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR				
<b>TOTAL</b>	<b>376.266,29</b>	<b>601.678,76</b>	<b>-37,46</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

## DESPESAS

Conforme definido anteriormente, a despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

Na tabela abaixo, estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de “Pessoal e Encargos Sociais”, “Juros e Encargos da Dívida” e “Outras Despesas Correntes” referem-se à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto que os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria econômica Despesas de Capital.

Pelos dados da tabela, o grupo de despesa que teve maior evolução da dotação atualizada do quarto trimestre de 2016 para o mesmo trimestre de 2017, foi o de Pessoal e Encargos Sociais, que apresentou acréscimo de 17,22%, sendo R\$ 172.328.359,00 em 2016, e R\$ 201.997.624,00 em 2017.

Analisando o total das despesas empenhadas em relação à dotação ao total da dotação atualizada, foram executadas até o quarto trimestre 104,51%. Das Despesas Correntes, o total executado foi de 98,80% e das Despesas de Capital, 300,11%.

Cabe ressaltar que os créditos empenhados a maior do total da dotação atualizada, no fim do quarto trimestre, na categoria econômica Despesas de Capital, se justifica pela nova metodologia aplicada ao BO, que não demonstra na dotação atualizada os valores dos créditos recebidos de outros órgãos, conforme citado anteriormente.

Tabela 22 – Despesas fixadas e empenhadas por grupo – composição

GRUPO DESPESA	DEZ/2017		DEZ/2016		AH (DOT)	AV-2017 (EMP)/ (DOT)
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		
1 – Pessoal e Enc. Sociais	201.997.624,00	201.048.325,29	172.328.359,00	171.047.269,18	17,22	99,53
2 – Juros e Enc da Dívida	-	-	-	-		
3 - Outras Despesas Correntes	4.243.525,00	42.230.938,96	44.259.557,00	45.769.493,64	-0,04	95,45
<b>Subtotal Desp. Correntes</b>	<b>246.241.149,00</b>	<b>243.279.264,25</b>	<b>216.587.916,00</b>	<b>216.816.762,82</b>	<b>13,69</b>	<b>98,80</b>
4 - Investimentos	7.193.763,00	21.588.924,79	25.879.416,00	26.926.907,79	-72,20	300,11
5 - Inversões Financeiras						
6 - Amortização Dívida		-				
<b>Subtotal Desp. Capital</b>	<b>7.193.763,00</b>	<b>21.588.924,79</b>	<b>25.879.416,00</b>	<b>26.926.907,79</b>	<b>-72,20</b>	<b>300,11</b>
9 - Reserva Contingência						
<b>TOTAL</b>	<b>253.434.912,00</b>	<b>264.868.189,04</b>	<b>242.467.332,00</b>	<b>243.743.670,61</b>	<b>4,52</b>	<b>104,51</b>

Fonte: Siafi 2016 e 2017.

Ainda sobre a análise das despesas, a tabela adiante apresenta a composição do grupo de Outras Despesas Correntes (Dotação atualizada X Despesas empenhadas), nos períodos de 2016 e 2017.

Verifica-se que o maior volume de gastos (despesas empenhadas), no exercício de 2017, se concentra nos dois primeiros elementos de despesa, “Locação de Mão-de-Obra” e “Outros Serviços de Terceiros - PJ, com R\$ 11.752.922,83 e R\$ 7.425.042,52, respectivamente.

O elemento de gasto “Locação de Mão-de-Obra” são despesas orçamentárias com prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como limpeza e higiene, vigilância ostensiva e outros, nos casos em que o contrato especifique o quantitativo físico do pessoal a ser utilizado. Conforme planilha abaixo, percebe-se que houve uma pequena economia percentual na despesa empenhada, em torno de 10% de redução, comparando-se os anos de 2016 e 2017. No entanto, em termos monetários foi o item com maior expressão de economia das despesas empenhadas, cerca de R\$ 1.360.003,69, em virtude de sua grande participação no total do grupo, 28,26%.

O Segundo elemento de gasto em 2017, foi apresentado nos gastos com “Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, sendo empenhado um montante de R\$ 7.425.042,52, representando o percentual de 17,85% do total do grupo “Outras Despesas Correntes. Neste elemento são classificadas as despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação (telefone, telex, correios, etc.); fretes e carretos; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; software; conservação e

adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação, impressão, encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; vale-refeição; auxílio-creche (exclusive a indenização a servidor); habilitação de telefonia fixa e móvel celular; e outros congêneres, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso de obrigações não tributárias.

Desta forma, no exercício de 2017, do total dessa categoria de gasto, 45,68% referem-se aos elementos de despesas citados acima, totalizando R\$ 19.177.965,35.

Em termos percentuais, a maior variação ocorreu no elemento “Despesas de Exercícios Anteriores”, com decréscimo de 89,71%, de R\$ 681.843,63 em 2016, caiu para R\$ 70.166,49 em 2017. No entanto, o item não teve participação significativa no total deste grupo de despesas em 2017, representando somente 0,17%. São classificados neste elemento os gastos com despesas orçamentárias com o cumprimento do disposto no art. 37 da Lei nº 4.320/1964, que assim estabelece:

“Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica”.

Tabela 23 – outras despesas correntes fixadas e empenhadas - composição

ODC: Elemento de Despesa / Categoria de Gasto	DEZ/2017		DEZ/2016		AH (DOT)	AH (DE)	AV/17 (DE)
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	11.752.922,84	11.752.922,83	13.238.397,54	13.112.926,52	-11,22	-10,37	28,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ	7.366.509,30	7.425.042,52	7.521.134,24	7.535.297,77	-2,06	-1,46	17,69
AUXILIO-ALIMENTACAO	6.031.491,86	6.031.491,86	5.861.123,66	5.856.502,02	2,91	2,99	14,37
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	5.273.282,38	5.674.201,98	5.762.524,77	6.253.402,61	-8,49	-9,26	13,52
INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.673.579,15	2.673.579,15	2.602.966,16	2.578.186,13	2,71	3,70	6,37
MATERIAL DE CONSUMO	1.706.912,97	1.739.003,97	1.703.914,68	1.729.852,64	0,18	0,53	4,14
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.420.507,93	1.874.350,93	1.504.116,91	2.920.511,66	-5,56	-35,82	4,46
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.086.300,00	1.086.300,00	1.567.600,00	1.561.300,00	-30,70	-30,42	2,59
AUXILIO-TRANSPORTE	1.075.216,15	1.075.216,15	774.822,89	762.186,89	38,77	41,07	2,56
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	801.922,60	801.922,60	836.103,23	734.372,58	-4,09	9,20	1,91
MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	745.356,05	818.379,53	563.825,52	649.285,26	32,20	26,04	1,95
CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	307.852,65	307.852,65	276.635,77	265.722,07	11,28	15,86	0,73
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	301.981,93	335.026,69	415.552,02	347.983,86	-27,33	-3,72	0,80
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	135.110,06	173.615,46	199.632,04	221.394,04	-32,32	-21,58	0,41

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	70.166,49	70.166,49	681.843,63	681.843,63	-89,71	-89,71	0,17
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	45.515,35	111.984,90	48.174,02	209.937,43	-5,52	-46,66	0,27
SERVICOS DE CONSULTORIA	20.800,00	20.800,00			100,00	100	0,05
SENTENCAS JUDICIAIS	6.459,78	6.459,78	14.219,04	14.219,04	-54,57	-54,57	0,02
PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	3.090,00	3.090,00			100,00	100,00	0,01
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS				334.569,49	0,00	-100,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>40.543.835,81</b>	<b>41.595.290,86</b>	<b>42.628.717,39</b>	<b>44.307.530,01</b>	<b>-6,31</b>	<b>-8,28</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

## RESTOS A PAGAR

Para elaboração desta nota explicativa, considerou-se a execução dos Restos a Pagar Não Processados - RPNP, referente à execução pelas unidades com o orçamento do próprio órgão e os créditos orçamentários recebidos de outros órgãos (créditos descentralizados).

No encerramento do exercício de 2016, o IFS havia inscrito na rubrica RPNP, considerando também os RP Reinscritos, despesas da ordem de R\$ 47.457.674,31, abrangendo as unidades vinculadas ao órgão. No encerramento do exercício de 2015, a inscrição e reinscrição de RPNP foi de R\$ 61.820.609,57, apresentando um decréscimo de 23,23%, conforme demonstrado na tabela adiante.

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro; enquanto que os Restos a Pagar Processados, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até esta data, porém, pendentes de pagamento.

Tabela 24 – restos a pagar não processados inscritos e reinscritos

RPNP Inscritos e Reinscritos	(DEZ/2016)	(DEZ/2015)	AH
RPNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	30.584.260,81	27.097.417,31	12,87
RPNP inscritos em Exercícios Anteriores	16.873.413,50	34.723.192,26	-51,41
<b>TOTAL</b>	<b>47.457.674,31</b>	<b>61.820.609,57</b>	<b>-23,23</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme apresentado na tabela abaixo, do saldo executado até o ultimo trimestre de 2017, 54,85% pertenciam ao orçamento do próprio órgão, enquanto que 90,88% vieram do orçamento de outros órgãos (créditos descentralizados).

Tabela 25 – Restos a Pagar Não Processados inscritos e reinscritos: origem do orçamento executado (R\$)

Órgão	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
	RPNP Inscritos + Reinscritos	RPNP Cancelados	RPNP Inscritos (-) Cancelados	RPNP Liquidados	% Exec
IFS	37.947.484,39	7.698.515,52	30.248.968,87	16.590.234,64	54,85
Outros	9.510.189,92	520.930,06	8.989.259,86	8.169.236,82	90,88
<b>TOTAL</b>	<b>47.457.674,31</b>	<b>8.219.445,58</b>	<b>39.238.228,73</b>	<b>24.759.471,46</b>	<b>63,10</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela seguinte demonstra que até o quarto trimestre de 2017, foram executados (liquidados) 63,10% do total das despesas inscritas na rubrica de RPNP (Correntes e de Capital).

Detalhando-se a execução das despesas por Categoria Econômica, as Despesas Correntes apresentaram a maior execução, 91,67%, e as despesas de capital, 56,30%.

As Despesas de Capital compreendem aquelas “realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos”. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>)

Tabela 26 – execução de RPNP – por categoria econômica (R\$)

Categoria Econômica	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
	RPNP Inscritos + Reinscritos	RPNP Cancelados	RPNP Inscritos (-) Cancelados	RPNP Liquidados	% Exec
DESPESAS CORRENTES	11.539.484,78	3.991.955,82	7.547.528,96	6.918.508,79	91,67
DESPESAS CAPITAL	35.918.189,53	4.227.489,76	31.690.699,77	17.840.962,67	56,30
<b>TOTAL</b>	<b>47.457.674,31</b>	<b>8.219.445,58</b>	<b>39.238.228,73</b>	<b>24.759.471,46</b>	<b>63,10</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

O volume de recursos relativos às despesas inscritas em RPNP, no âmbito do IFS, pode ser justificado, entre outros fatores, pelo contingente de demanda de recursos orçamentários em função das políticas educacionais implementadas pelo Governo Federal, conjugado com as excepcionalidades legais relativas à vigência destas despesas.

De acordo com o artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872/86, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os RPNP que se refiram às despesas do PAC, do Ministério da Saúde, e do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Quase a totalidade (94,74%) de RPNP inscritos no encerramento do exercício de 2016 e reinscritos, relativos a exercícios anteriores, no IFS, refere-se a valores excetuados pelo artigo 68, inciso II, do Decreto nº 93.872/1986.

Nesse sentido, conforme explicitado na tabela abaixo, a maior parcela do saldo de RPNP, é representada por recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (agrupadas pelo identificador (“Lei Calmon = SIM”), independentemente da fonte de recursos, não sendo aplicado para estes recursos o cancelamento por decurso do prazo de que trata o referido decreto.

Tabela 27 – exceções à vigência de restos a pagar não processados - art. 68, § 3º, ii, dec.93.872/86 (R\$)

Indicador "Lei Calmon"	RPNP (Inscritos + Reinscritos)	RPNP Cancelados	RPNP (-) Cancelados	RPNP Liquidados	% Exec
SIM	44.963.136,83	7.572.187,77	37.390.949,06	22.953.891,79	61,39
NÃO	2.494.537,48	647.257,81	1.847.279,67	1.805.579,67	97,74
<b>TOTAL</b>	<b>47.457.674,31</b>	<b>8.219.445,58</b>	<b>39.238.228,73</b>	<b>24.759.471,46</b>	<b>63,10</b>

Fonte: Elaboração própria com base no SIAFI 2017.

Na tabela abaixo são demonstrados os valores referentes aos cancelamentos de RPNP, por categoria econômica, de 2016 em diante.

Cabe destacar que o MEC com o intuito de aperfeiçoar a gestão das obrigações inscritas em restos a pagar, qual seja, reduzir o estoque de dessa dívida, tem envidado esforços perante os órgãos vinculados, entre eles o IFS, quanto à análise da vigência/manutenção de saldo nas contas de Restos a Pagar, de forma a evitar a reinscrição sucessiva e desnecessária de empenhos, sem que execução da despesa (obra/serviços/aquisições) tenha sido iniciada.

Desde 2013, têm sido recebidos expedientes do MEC, com solicitações para análise e regularização/cancelamento de saldo alongado nas contas de Restos a Pagar.

No exercício de 2016, recebemos solicitação para que se procedesse à análise e regularização de saldo nas contas de Restos a Pagar, por ter sido um dos problemas identificados pela STN no final de 2015. Foi frisado às unidades gestoras que a manutenção de empenhos inscritos na conta de RPNP deve estar abrangida (respaldada) pela legislação vigente e desde que a execução da despesa tenha sido iniciada; caso contrário, os empenhos deveriam ser cancelados.

No exercício de 2017, foi reiterada, pelo MEC, solicitação para análise e baixa, inclusive de saldos relativos a Pessoal, em referência à orientação da Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN/STN, em dezembro de 2016, com a citação de acórdãos do TCU que abordam o assunto, em especial ao mais recente, que é o 272/2017-P.

Diante das recomendações acima, o Órgão aprovou a INSTRUÇÃO NORMATIVA PROAD Nº 02/2017, DE 31 DE JULHO DE 2017, que dispõe sobre os procedimentos para inscrição e controle de Restos a Pagar no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

Pela tabela abaixo, verifica-se que até o quarto trimestre de 2017, houve um volume significativo de cancelamento de empenhos inscritos em RPNP, nos exercícios de 2016 e 2017, reduzindo o estoque de dívidas, especialmente na categoria econômica “despesas correntes”, que atingiu R\$ 17.492.376,52. Já na categoria econômica “Despesas de Capital”, o cancelamento foi de R\$ 8.524.885,90. Desta forma, o cancelamento total foi de R\$ 26.017.262,42.

Tabela 28 - cancelamentos de RPNP a partir de 2016 (R\$)

Categoria econômica	Dez/2017	Dez/2016	Total (16+17)
Despesa Corrente	3.991.955,82	4.532.930,08	17.492.376,52
Despesa de Capital	4.227.489,76	13.264.886,76	8.524.885,90
<b>TOTAL</b>	<b>8.219.445,58</b>	<b>17.797.816,84</b>	<b>26.017.262,42</b>

Fonte: Elaboração própria com base no SIAFI 2017

## 6 – Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial – BP

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes ao demonstrativo.

### DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Neste subgrupo do ativo estão registrados os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo. Comparando-se o exercício de 2016 com o de 2017, o subgrupo apresentou uma redução considerável de 84%, diminuindo de R\$ 2.080.898,45 (2016), para somente R\$ 323.855,78 (2017). O principal registro que provocou a redução do valor do subgrupo foi referente a baixa na conta “ADIANTAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS”, no valor de R\$ 1.534.501,74. O ativo registrado naquela conta teve seu critério contábil alterado em setembro de 2017 pela STN, para adequação às novas práticas contábeis estabelecidas pelo MCASP, bem como à recomendação do TCU exarada no Acórdão nº 1320/2017-P.

O registro da baixa teve como contrapartida o patrimônio líquido, sem passar em contas de resultado do período, uma vez que foi realizado ajuste de exercícios anteriores que “registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes”.

Apesar do grande decréscimo, citado acima, o subgrupo não representa grande participação no total do ativo, sendo somente 0,13%.

### VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE – BP

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão no curto prazo.

Este item apresentou uma variação diminutiva de 49,25%, comparando-se com o último trimestre do exercício de 2016 (R\$ 70.263,91). Cabe ressaltar que sua participação no ativo é de somente 0,01% do total, R\$ 35.657,97, em 2017. A variação é decorrente do registro contábil do reconhecimento da variação patrimonial diminutiva por competência (VPD mensal), gerando baixa neste item de ativo como contrapartida; como também, o fato de não ocorrer aquisição de novos ativos (direitos pagos antecipadamente), como por exemplo: assinaturas e anuidades a apropriar, prêmios de seguros a apropriar e outros.

### IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2017, o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE apresentou um saldo de R\$ 231.567.159,56 relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, no terceiro trimestre de 2017 e fim de 2016.



Tabela 29 – Imobilizado – Composição (R\$)

	31/12/2017	31/12/2016	AH%
<b>Bens Móveis</b>			
(+) Valor Bruto Contábil	54.207.598,34	47.087.380,57	15,12
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	20.780.779,32	15.776.539,10	31,72
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
<b>Bens Imóveis</b>			
(+) Valor Bruto Contábil	200.980.156,97	142.816.401,08	40,73
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	2.839.816,43	1.373.094,18	106,82
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
<b>Total</b>	<b>231.567.159,56</b>	<b>172.754.148,37</b>	<b>34,04</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

**Bens Móveis**

Os Bens Móveis do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE em 31/12/2017 totalizavam R\$ 33.426.819,02 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 30 – Bens Móveis – Composição (R\$)

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	14.756.977,47	13.407.448,82	10,07
Bens de Informática	16.658.150,54	13.232.031,15	25,89
Móveis e Utensílios	12.204.272,53	10.379.655,57	17,58
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.935.723,88	3.176.870,07	23,89
Veículos	4.741.683,49	4.633.051,89	2,34
Peças e Conjuntos de Reposição			
Bens Móveis em Andamento			
Bens Móveis em Almoxarifado	1.314.626,53	1.683.537,69	-21,91
Armamentos			
Semoventes e Equipamentos de Montaria	104.220,00	112.303,00	-7,20
Demais Bens Móveis	491.943,90	462.482,38	6,37
Depreciação / Amortização Acumulada	(20.780.779,32)	(15.776.539,10)	31,72
Redução ao Valor Recuperável			
<b>Total</b>	<b>33.426.819,02</b>	<b>31.310.841,47</b>	<b>6,76</b>

Fonte: SIAFI 2016 e SIAFI 2017.

No geral, os bens móveis apresentaram um aumento percentual de 15,12%, comparando-se com o último trimestre de 2016, que apresentava um saldo bruto de R\$ 47.087.380,57 e registra, até o fechamento destas notas explicativas, o valor bruto de R\$ 54.207.598,34, tendo um acréscimo



monetário de R\$ 7.120.217,77. Cabe ressaltar, que o aumento se decorreu da aquisição de novos equipamentos e mobiliários para atender aos novos campus (programa de expansão do IFS, do governo federal) e modernização dos já existentes. Os bens móveis representam 14,44%, do total do ativo imobilizado.

Conforme demonstrado na tabela 02, há predominância dos Bens de Informática, representando 30,73% do total bruto (desconsiderando-se a depreciação acumulada). Cabe informar que estes bens apresentaram também a mais significativa variação entre os períodos comparados, com 25,89.

Justifica-se o alto valor da conta Bens Móveis em Almoxarifado, R\$ 1.314.626,53, pelo fato de que algumas unidades pertencentes ao programa de expansão do órgão, terão iniciadas suas atividades nos trimestres do próximo exercício. Ainda assim, houve um decréscimo na ordem de 21,91%, comparando-se com o último trimestre de 2016, motivado pelo tombamento de alguns bens permanentes que entraram em uso já neste ano.

### Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do órgão em 31/12/2017 totalizavam R\$ 198.140.340,54 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 31 - Bens Imóveis – Composição (R\$)

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Bens de Uso Especial	124.214.197,09	74.202.997,25	67,40
Bens de Uso Comum do Povo			
Bens Dominicais			
Bens Imóveis em Andamento	69.047.372,31	60.215.729,40	14,67
Instalações	6.820.419,13	7.499.505,99	-9,06
Demais Bens Imóveis			
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	898.168,44	898.168,44	0,00
Redução ao Valor Recuperável			
Depreciação / Amortização Acumulada	(2.839.816,43)	(1.373.094,18)	106,82
<b>Total</b>	<b>198.140.340,54</b>	<b>141.443.306,90</b>	<b>40,08</b>

Fonte: SIAFI 2016 e SIAFI 2017.

Os bens imóveis representam a maior parcela do total do ativo imobilizado, participando com cerca de 85,56%.

Os bens imóveis apresentaram um aumento percentual de 40,08%, comparando-se com o último trimestre de 2016, que apresentava um saldo bruto de R\$ 142.816.401,08 e registra, até o fechamento destas notas explicativas, o valor bruto de R\$ 200.980.156,97, tendo um acréscimo monetário de R\$ 58.163.755,89.

Cabe ressaltar, que o aumento citado se deve, em maior parte, a registros contábeis efetuados por diversas unidades gestoras em virtude de processos de reavaliação de bens imóveis, totalizando R\$ 47.170.162,95. Sendo que os maiores valores foram contabilizados nos Campus São Cristóvão e Aracaju, R\$ 30.122.831,85 e R\$ 12.354.473,63, respectivamente. Tais lançamentos tiveram como contrapartida o item “Reavaliação de ativos” das demonstrações das variações patrimoniais - DVP, do exercício em curso.

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso especial e Bens Imóveis em Andamento correspondem a 96,16% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do órgão, perfazendo o montante de R\$ 193.261.569,40, em 31/12/2017, a valores brutos.

Em síntese, os Bens Imóveis de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do órgão são constituídos de Imóveis de Uso Educacional e Terrenos/Glebas, conforme demonstrado em tabela abaixo.

Tabela 32 – Bens de uso especial – Composição (R\$)

	30/09/2017	31/12/2016	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas			
Terrenos, Glebas	14.337.281,37	5.855.811,86	144,84
Aquartelamentos			
Imóveis de Uso Educacional	109.876.915,72	61.629.600,63	78,29
Edifícios	0,00	6.717.584,76	-100,00
Complexos, Fábricas e Usinas			
Imóveis Residenciais e Comerciais			
Aeroportos, Estações e Aeródromos			
Outros Bens Imóveis de Uso Especial			
<b>Total</b>	<b>124.214.197,09</b>	<b>74.202.997,25</b>	<b>67,40</b>

Fonte: SIAFI 2016 e SIAFI 2017

Conforme evidenciado em tabela, houve acréscimo de 144,84% no grupo Terrenos/Glebas. O que provocou esse acréscimo foi a incorporação ao patrimônio do terreno onde está sendo construída a sede do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE/CAMPUS TOBIAS BARRETO. O valor reconhecido contabilmente foi de R\$ 8.250.000,00 (ativo imobilizado), tendo como referência Laudo de Avaliação expedido pela Caixa Econômica Federal, gerando como contrapartida uma Variação Patrimonial Aumentativa – VPA, nas demonstrações das variações patrimoniais – DVP, do corrente exercício.

Ainda conforme demonstrado na tabela acima, houve um decréscimo de 100% no saldo contabilizado na conta “Edifícios” do grupo “Bens de uso especial” (baixa do valor total, R\$ 6.717.584,76). Tal fato ocorreu em virtude de reclassificação do saldo existente na conta citada para a conta “Obras em andamento”, do grupo “Bens imóveis em andamento” em virtude de erro na contabilização de apropriações de faturas a pagar referentes a obras e serviços de engenharia, pela Unidade do Campus Itabaiana (2017NL000005). Em contrapartida, a reclassificação contribuiu para o aumento no saldo do grupo “Bens Imóveis em Andamento”, no mesmo valor, R\$ 6.717.584,76.

**(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

### **(a.1) Reavaliação**

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Durante o período contemplado por esta Nota Explicativa, diversas unidades registraram acréscimos patrimoniais em virtude de processos de reavaliação de bens imóveis, totalizando R\$ 47.170.162,95. Sendo os maiores valores contabilizados nos Campus São Cristóvão e Aracaju, R\$ 30.122.831,85 e R\$ 12.354.473,63, respectivamente.

Quanto aos bens móveis, poucas unidades contabilizaram algum aumento patrimonial em virtude de reavaliação, totalizando R\$ 38.933,35. Cabe ressaltar que o órgão ainda não aplica os procedimentos de reavaliação na maioria de suas unidades, por isso o valor total reavaliado encontra-se bem abaixo do esperado, considerando-se que o órgão possui um valor total de bens móveis na ordem de aproximadamente 54 milhões de reais e o histórico de bens registrados com valores irrisórios.

Também houve registros de diminuições de valores contábeis de ativos, mediante reavaliação. Algumas unidades registraram reavaliação de bens móveis totalizando R\$ 869,04 e de bens imóveis no valor de R\$ 14.690.377,08.

### **(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment***

O órgão não realizou teste de recuperabilidade dos seus bens até o fechamento da presente nota explicativa, 31/12/2017. Procedimentos de acordo com as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN ([www.tesouro.gov.br](http://www.tesouro.gov.br)).

### **(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O órgão registrou um total de R\$ 20.780.779,32 referente a depreciação acumulada de bens móveis até o fechamento da presente nota explicativa. Deste total, R\$ 4.661.339,14 foram registrados no exercício de 2017, tendo como contrapartida uma variação patrimonial diminutiva (VPD). Cabe informar que os registros contábeis são realizados com base em relatórios mensais de depreciação, extraídos do sistema de controle patrimonial do órgão, considerando as normas e procedimentos existentes no tocante ao tema.

### **(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre os procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$K_d = (n^2 - x^2) / n^2$ , onde:

$K_d$  = coeficiente de depreciação

$n$  = vida útil da acessão

$x$  = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Quanto aos registros da depreciação acumulada de bens imóveis, o órgão apresenta o valor total de R\$ 2.839.816,43. Deste total, R\$ 1.466.722,25 foram registrados no exercício de 2017, tendo como contrapartida uma variação patrimonial diminutiva (VPD). Cabe informar que os registros contábeis são realizados diretamente pela STN, tendo por base planilhas (arquivos) encaminhadas pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

## INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Cabe ressaltar que este órgão ainda não aplica estes procedimentos e que, conforme parágrafo abaixo, o prazo de obrigatoriedade é a partir de 01/01/2019.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2017, o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE apresentou um saldo de R\$ 3.225.596,14 (descontados da amortização) relacionados à intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, e a demonstração da evolução entre os exercícios de 2017 e de 2016 (análise horizontal).

Tabela 33 – Intangível – Composição (R\$)

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	510.951,80	2.635.031,17	-80,61
Software com Vida Útil Indefinida	3.044.475,95	20.000,00	15122,38
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida			
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida			
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado			
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado			
Amortização Acumulada	(329.831,61)	(732.687,45)	-54,98
Redução ao Valor Recuperável de Intangível			
<b>Total</b>	<b>3.225.596,14</b>	<b>1.922.343,72</b>	<b>67,79</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

No intangível, destaca-se o item softwares com vida útil indefinida, que representa quase a totalidade do subgrupo, cerca de 85,63%.

A grande maioria dos registros de intangíveis no órgão, cerca de 94,65%, está concentrada na Unidade da Reitoria, onde está localizada a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, que cuida, geralmente, dos contratos, aquisições e gerenciamento de softwares para utilização em todas as unidades gestoras do órgão.

A alta variação diminutiva, 80,61%, verificada no item “Software com Vida Útil Definida”, e a alta variação aumentativa, 15122,38%, no item “Software com Vida Útil Indefinida”, se justificam pela ocorrência de registros de reclassificação na grande maioria destes ativos, na UG da Reitoria, no mês de dezembro de 2017. Pois os mesmos vinham sendo contabilizados no momento da aquisição como sendo de vida útil definida, sem a devida análise da correta classificação, sendo em quase sua totalidade reclassificados para de vida útil indefinida, após análises realizadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, do órgão.

Como reflexo da reclassificação explicada no parágrafo anterior, temos que houve um decréscimo percentual de 54,98% no montante da amortização acumulada, uma vez que grande parcela do saldo registrado foi revertido, sendo parte do próprio exercício, R\$ 96.426,96, e de exercícios anteriores, R\$ 479.723,37, (ajustes de exercícios anteriores).

Enquanto que o aumento de 67,79%, apresentado no total do subgrupo, se justifica pela aquisição de novos bens intangíveis (softwares) pela Diretoria de Tecnologia da Informação do órgão, em 2017, como também, em boa parcela, pelo estorno da amortização acumulada registrada inicialmente de modo incorreto, conforme citado nos dois parágrafos anteriores.

### **Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment***

O órgão não realizou teste de recuperabilidade nos seus bens intangíveis.

### **Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível**

Foram realizados Ajustes de Exercícios Anteriores em virtude da necessidade de reclassificação de grande parte do saldo do item “software com vida útil definida” (estava sendo amortizado erroneamente) para o item “software com vida indefinida” (que não é amortizável) ocorrida no mês de dezembro de 2017, na Reitoria, oriundos da reversão da amortização acumulada referente a exercícios anteriores, no valor de R\$ 479.723,37.

## FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31/12/2017, o Órgão 26423 – INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE apresentou um saldo em aberto de R\$ 2.074.886,11 relacionados a Fornecedores e Contas a Pagar.

Apresentamos a seguir, uma tabela, segregando essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 34 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição (R\$)

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Circulante	2.074.886,11	1.772.689,99	17,05
Nacionais	2.074.886,11	1.772.689,99	17,05
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00
Não Circulante	0,00	0,00	0,00
Nacionais (Forn Nac+Contas a Pagar Nac)	0,00	0,00	0,00
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.074.886,11</b>	<b>1.772.689,99</b>	<b>17,05</b>

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI, 2016 e 2017.

A totalidade das obrigações a pagar se referem aos fornecedores nacionais, todos classificados no curto prazo (passivo circulante). Ou seja, não há registro de obrigações com fornecedores estrangeiros, nem tampouco no passivo não circulante.

Na tabela a seguir apresentamos as obrigações com fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2017, por Unidade Gestora contratante.

Tabela 35 – Fornecedores e Contas a Pagar Por Unidade Gestora Contratante (R\$)

UNIDADE GESTORA	31/12/2017	AV (%)
UG 1: 158134/26423 INST.FED. DE SERGIPE/REITORIA	759.041,05	36,58
UG 2: 158393/26423 INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS ARACAJU	560.006,20	26,99
UG 3: 152430/26423 INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS ITABAIANA	310.495,42	14,96
UG 4: 152430/26423 INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS S. CRISTÓVÃO	250.732,51	12,08
UG 5: 158394/26423 INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS LAGARTO	111.551,36	5,38
Demais Unidades Gestoras Vinculados ao INST. FED. DE SERGIPE	83.059,57	4,00
<b>Total</b>	<b>2.074.886,11</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI, 2017.

A Unidade Gestora da REITORIA é responsável por 36,58% do total a ser pago. O montante de R\$ 759.041,05 em aberto se refere a Credores Nacionais (R\$ 750.136,52) - resultantes de transações entre a Unidade e terceiros; e CREDITORES NACIONAIS - INTRA OFSS (R\$ 8.904,53) – resultantes das transações entre a Unidade e órgãos da União. Cabe ressaltar que o maior volume de obrigações na Unidade da Reitoria se justifica pelo fato de a mesma ser responsável por vários contratos com prestadores de serviços que atendem a todas as demais unidades gestoras do órgão.

Na tabela apresentada a seguir, relacionamos os cinco fornecedores com valores mais significativos em aberto, na data base de 31/12/2017, relativos ao órgão INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE.

Dentre esses fornecedores, o montante mais expressivo está registrado na Unidade Gestora da Reitoria, referente ao fornecedor CNPJ: 06034228000189 - PLATAFORMA ENGENHARIA LTDA (16,54% do total das obrigações), tendo por objeto a execução de obras e serviços de engenharia, relativas ao programa do governo federal de expansão e modernização dos Institutos Federais.

Tabela 36 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor (R\$)

FORNECEDOR	31/12/2017	AV (%)
Fornecedor A: 06034228000189 - PLATAFORMA ENGENHARIA LTDA	343.113,31	16,54
Fornecedor B: 00960027000126 - BLINK TECNOLOGIA SOB MED LTDA	310.495,42	14,96
Fornecedor C: 17565852000129 - CONCEITO EQUIPAMEN LTDA - ME	285.250,00	13,75
Fornecedor D: 05325897000147 - CAMEL EMPREEND. E CONST.	239.947,70	11,56
Fornecedor E: 16207888000178 - SACEL – SERV. DE VIG. E TRANSP	166.360,14	8,02
Demais fornecedores do Instituto Federal de Sergipe	729.719,54	35,17
<b>Total</b>	<b>2.074.886,11</b>	<b>100,00 %</b>

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI, 2017.

Os fornecedores A, B, C, D e E representam 64,83% do total a ser pago. Sendo este total referente a obrigações com contratos de obras de expansão e modernização (maior volume), de vigilância, de aquisição de material permanente e de serviços de manutenção e instalação de cabeamento estruturado. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

**(a) Fornecedor A:** 06034228000189 - PLATAFORMA ENGENHARIA LTDA se refere a obrigação a pagar referente a execução de obras e serviços de engenharia, do programa de expansão, registrada na Unidade Gestora da Reitoria. Cabe ressaltar que tais valores são oriundos de processos registrados em restos a pagar processados que estão aguardando análise e decisão administrativa e/ou judicial para seu pagamento efetivo ou desincorporação da obrigação.

**(b) Fornecedor B:** 00960027000126 - BLINK TECNOLOGIA SOB MED LTDA – referente aos contratos 32/2016 e 4/2017, tendo por objeto a execução de serviços de manutenção e instalação de cabeamento estruturado metálico e óptico, instalação de infra-estrutura para sistema de CFTV e eletricidade com fornecimento de material.

**(c) Fornecedor C:** 17565852000129 - CONCEITO EQUIPAMEN LTDA – ME – refere-se a apropriação de despesas com a aquisição de material permanente (estação de trabalho), através do pregão eletrônico (SRP) 03/2017, fornecidos conforme nota fiscal-e 017.195.042, série 890, anexos ao processo 23290.002208/2017-05.

**(d) Fornecedor D:** 05325897000147 - CAMEL EMPREEND. E CONST. LTDA, referente ao **Contrato nº 04/2016**, tendo por objeto a construção dos prédios de alojamentos feminino e masculino, posto médico e guarita do campus São Cristóvão, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

**(e) Fornecedor E:** 16207888000178 - SACEL – SERV. DE VIG. E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., referente a diversos contratos de prestação de serviços de vigilâncias realizados nas unidades gestoras que compõem o órgão contratante.

## OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Em 31/12/2017, o Órgão 26423 – INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE apresentou um saldo de R\$ 73.542.333,36 relacionados a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos em execução no exercício de 2017 e a serem executadas no(s) próximo(s) exercício(s). Na tabela a seguir, estão segregadas essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 37 – Obrigações Contratuais – Composição (R\$)

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Aluguéis	2.334.425,12	2.514.122,65	-7,15
Fornecimento de Bens	1.444.881,88	3.281.832,99	-55,97
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Seguros	339.496,51	346.815,64	-2,11
Serviços	69.423.529,85	73.704.130,47	-5,81
<b>Total</b>	<b>73.542.333,36</b>	<b>79.846.901,75</b>	<b>-7,90</b>

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI, 2016 e 2017

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços que representam 94,40% do total das obrigações assumidas pelo Órgão 26423 – INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE até 31/12/2017. Cabe esclarecer que a maior parcela dos valores registrados se refere aos serviços com execução de obras e serviços de engenharia, oriundas dos programas de expansão e de modernização dos Institutos Federais.

Em seguida, apresenta-se a tabela contendo a relação de Unidades Gestoras contratantes com os valores mais expressivos na data base de 31/12/2017.

Tabela 38 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante (R\$)

	31/12/2017	AV (%)
UG 1: 158134 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE (REITORIA)	33.671.406,25	45,79
UG 2: 158393 INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS ARACAJU	19.785.380,21	26,90
UG 3: 158392 INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS SAO CRISTOVAO	8.480.072,28	11,53
UG 4: 152426 INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS ITABAIANA	3.769.117,61	5,13
UG 5: 159204 INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS LAGARTO	2.652.100,21	3,61
Demais Unidades Gestoras vinculadas ao IFS	5.184.157,80	7,05
<b>Total</b>	<b>73.542.333,36</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI 2017.

As Unidades Gestoras 1, 2 e 3 são responsáveis por 84,22% do total contratado. Cabe ressaltar que este montante elevado nas unidades gestoras 2 e 3 se justifica principalmente pela existência de contratos de execução de obras e serviços de engenharia (programa de modernização). Enquanto que a Unidade Gestora 1 (158134 – Reitoria), detém sozinha 45,79% do total registrado, pois a mesma é responsável, além de outros, pela execução dos contratos de serviços de obras das unidades recém criadas do programa federal de expansão da rede de ensino,



localizadas no interior do Estado. As demais Unidades Gestoras, vinculados ao INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE, possuem 7,05% do montante total registrado relativo a contratos em execução (serviços de limpeza, segurança, água, energia, seguros, aluguéis e outros).

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 05 (cinco) contratados com os valores mais significativos e o saldo a executar na data base de 31/12/2017.

Tabela 39 – Obrigações Contratuais – Por Contratado (R\$)

CONTRATADA (NOME – CNPJ)		31/12/2017	AV (%)
Contratado A:	CONSTRUTORA JJ LTDA – 32813263000106	14.509.472,27	19,73
Contratado B:	ENERGISA – DISTRIB. DE ENERGIA S.A - 13017462000163	7.669.679,62	10,43
Contratado C:	CAMEL EMPREEND. E CONST. LTDA - 05325897000147	5.393.976,14	7,33
Contratado D:	DUARTE & MELO ENG LTDA – 03967590000114	4.751.586,23	6,46
Contratado E:	SACEL - SERVICO DE VIGILANCIA - 16207888000178	4.141.144,70	5,63
Demais contratos do IFS		37.076.474,40	50,42
<b>Total</b>		<b>73.542.333,36</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI2017, Sipac)

Os contratados A, B, C, D e E representam 49,58% do total a ser executado, conforme demonstrado na tabela acima. Abaixo segue descrição dos mesmos.

**(a) Contratado A: CONSTRUTORA JJ LTDA – 32813263000106**

Refere-se à construção da primeira etapa dos prédios administrativo, da biblioteca e do auditório do campus Aracaju, do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Sergipe.

- VALOR CONTRATADO: R\$ 31.101.672,76;
- VALOR EM EXECUÇÃO: R\$ 14.509.472,27

**(b) Contratado B: ENERGISA SE – DIST. ENERGIA S.A - 13017462000163**

Refere-se a diversos contratos de prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica para as unidades gestoras do órgão contratante, com vigências até 18/07/2022.

- VALOR CONTRATADO.: R\$ 9.984.028,09
- VALOR EM EXECUÇÃO: R\$ 7.669.679,62

**(c) Contratado C: CAMEL EMPREEND. E CONST. LTDA – 05325897000147**

- Contrato nº 06/2016 - Construção da 1ª etapa do campus de Tobias Barreto/SE, com Vigência de 29/08/2016 a 17/11/2018 (810 dias). Valor de contratação: R\$ 4.546.107,60;

- Contrato nº 12/2016 - Construção dos alojamentos feminino e masculino, do posto médico e da guarita do campus de São Cristovão, com vigência de 19/09/2016 a 11/06/2018 (630 dias). Valor de contratação: R\$ 6.696.524,94.

- VALOR CONTRATADO.: R\$ 4.233.837,71 + 6.696.524,94 = R\$ 10.930.362,65
- VALOR EM EXECUÇÃO: R\$ 5.393.976,14

**(d) Contratado D: DUARTE & MELO ENG LTDA – 03967590000114**

Referente ao contrato nº 07/2016 - construção da 1ª etapa do campus poço redondo/se, com data de início em 05/09/2016 e previsão de término para 24/11/2018.

- VALOR CONTRATADO.: R\$ 6.590.410,35
- VALOR EM EXECUÇÃO: R\$ 4.751.586,23

**(e) Contratado E: SACL - SERVICO DE VIGILANCIA - 16207888000178**

Refere-se a diversos contratos de prestação de serviços de vigilância armada, diurna e noturna, de forma contínua, para as unidades gestoras do órgão contratante, com vigências até 16/01/2019.

- VALOR CONTRATADO: R\$ 4.899.484,80
- VALOR EM EXECUÇÃO: R\$ 4.141.144,70

## **PATRIMÔNIO LÍQUIDO - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

A conta “Ajustes de Exercícios Anteriores” que “registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes” apresentou no quarto trimestre de 2017 um saldo devedor de R\$ 2.021.555,21.

Cabe destacar que deste total 75,91% correspondem a baixa do saldo de R\$ 1.534.501,74 da conta “Adiantamentos de Transferências Voluntárias” que teve seu critério contábil alterado em setembro de 2017 pela STN, para adequação às novas práticas contábeis estabelecidas pelo MCASP, bem como à recomendação do TCU exarada no Acórdão nº 1320/2017-P.

Em menor parcela, são saldos relativos aos ajustes do registro da depreciação (vpd) não reconhecidos contabilmente no período de sua competência (anos anteriores) realizados por algumas unidades gestoras do órgão, tendo como contrapartida a conta "depreciação acumulada", redutora do ativo. Outra parcela é relativa aos registros de reconhecimento de obrigações trabalhistas (folha de pagamento de pessoal) efetuados pela UG da Reitoria (UG pagadora), reconhecidos nestes exercício, onde os serviços foram prestados em exercícios anteriores.

Cabe destacar que também houve registro positivo que afetou diretamente o patrimônio líquido em razão de ajustes de exercícios anteriores realizados no subgrupo do intangível, pois foi necessário realizar reversão da amortização acumulada referente a outros exercícios, no valor de R\$ 479.723,37. A reversão foi necessária em virtude de análise realizada nos registros dos softwares do órgão, onde ficou constatado que não ocorria a correta classificação do bem no momento da apropriação, como sendo intangível com vida definida ou indefinida, sendo todos inicialmente registrados como de vida útil definida (portanto, sendo amortizados), quando na verdade a grande maioria deveria ter sido classificado como de vida útil indefinida (não passível de amortização).

Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios Anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados.

## 7. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, até o quarto trimestre de 2017, a geração líquida de caixa foi positiva de R\$ 1.747.660,33, apresentando uma grande variação percentual aumentativa de 2016 para 2017, de 171,05%, conforme tabela abaixo.

Tabela 40 – geração líquida de caixa e equivalentes de caixa- saldo inicial e final (R\$)

<b>Resultado Financeiro BF x DFC</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>AH (%)</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL (Ex. Seguinte)	4.983.134,26	3.235.473,93	54,02
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL (Ex. Anterior)	3.235.473,93	5.694.970,34	-43,19
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>1.747.660,33</b>	<b>-2.459.496,41</b>	<b>171,05</b>

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Adiante, são apresentadas as atividades que contribuíram para o aumento da formação de caixa.

Tabela 41 – geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – atividades (R\$)

<b>Atividades</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>AH (%)</b>
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	23.209.385,57	25.374.585,85	-8,53
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-21.461.725,24	-27.834.082,26	-22,89
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.747.660,33</b>	<b>-2.459.496,41</b>	<b>171,05</b>

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

### (A) ATIVIDADES OPERACIONAIS

#### Ingressos das Operações

Compreendem as receitas relativas às Atividades Operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências correntes recebidas.

Os ingressos das Atividades Operacionais, R\$ 296.404.681,88, foram os únicos que contribuíram para a geração líquida de caixa superavitária, R\$ 1.747.660,33, uma vez que não houve ingressos nas Atividades de Investimento e nem de Financiamento, sendo que os desembolsos totais foram de R\$ 294.657.021,55.

#### OUTROS INGRESSOS DAS OPERAÇÕES

Este item, conforme tabela seguinte, apresentou um pequeno decréscimo de 1,39% (AH) comparando-se os exercícios de 2016 (R\$ 300.202.822,28) e 2017 (R\$ 296.028.415,59). No entanto, é o item de receitas mais importante do órgão, com quase 100% de participação do total dos ingressos.

Sua quase totalidade se refere a “transferências financeiras recebidas” da União (MEC) para gestão das finalidades do órgão (pagamento de pessoal, despesas correntes, aquisição de material permanente, etc), resultantes da execução orçamentária (repasse e subrepasse recebidos), e também independentes (transferências recebidas para pagamento de restos a pagar).

Cabe destacar que esse item representa 99,87% (AV) do total dos ingressos das atividades das operações.

A contrapartida é demonstrada no item "Transferências financeiras recebidas", do Balanço Financeiro (Ingressos).

Tabela 42 – Ingressos das atividades Operacionais - Composição

<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>AH</b>	<b>AV(17)</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>296.404.681,88</b>	<b>300.804.500,04</b>	<b>-1,46</b>	<b>100,00</b>
Receitas Derivadas e originária	376.266,29	601.677,76	-37,46	0,13
Transferências Correntes Recebida				
Outros Ingressos das Operações	296.028.415,59	300.202.822,28	-1,39	99,87

Fonte: Siafi, 2016 e 2017.

### **Desembolsos das Operações**

Compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida (não existente neste órgão), as transferências concedidas e demais desembolsos das operações.

Os desembolsos totalizaram R\$ 273.195.296,31. Tendo em vista que os ingressos provenientes de receitas, no total de R\$ 376.266,29, são insuficientes para custear os desembolsos, os ingressos extraorçamentários, no total de R\$ 296.028.415,59, equalizaram a situação, pois somados às receitas, atingiram o montante de R\$ 296.404.681,88.

### **PESSOAL E DEMAIS DESPESAS**

Este item, conforme demonstrado na tabela abaixo, apresentou um acréscimo de 7,42% (AH) comparando-se os exercícios de 2016 (199.811.132,45) e 2017 (214.644.979,20). O item é composto, principalmete, pela função "Educação", apresentando o valor de R\$ 176.736.180,85. O aumento deve-se, na sua maioria, às ações para atender aos programas de expansão e modernização dos Institutos Federais (contratação de pessoal, aquisição de novos equipamentos, e outros), do governo federal, acrescentando despesas, como reflexo. O item representa a maior parcela do total de desembolsos das atividades das operações, 78,57%.

A contrapartida é demonstrada no item "Despesas Orçamentárias", do Balanço Financeiro (Dispêndios).

Tabela 43 – Desembolsos das atividades Operacionais - Composição

<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>AH</b>	<b>AV(17)</b>
<b>Desembolsos</b>	<b>-273.195.296,31</b>	<b>-275.429.914,19</b>	<b>-0,81</b>	<b>100</b>
Pessoal e Demais Despesas	-214.644.979,20	-199.811.132,45	7,42	78,57
Transferências Concedidas	-26.385.772,65	-23.491.235,56	12,32	9,66
Outros Desembolsos das Operações	-32.164.544,46	-52.127.546,18	-38,30	11,77

Fonte: Siafi, 2016 e 2017.

Os desembolsos por função de governo, em 2017, totalizaram R\$ 214.644.979,20, tendo a função Educação apresentado o valor mais significativo nos dois períodos, 2016 e 2017, de R\$ 167.032.374,58 e R\$ 176.736.180,85, respectivamente, conforme apresentado na tabela adiante.

Tabela 44 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades Operacionais

<b>Desembolsos por Função de Governo</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>AV 2017</b>	<b>AV 2016</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-214.644.979,20</b>	<b>-199.811.132,45</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Legislativo				
Judiciário				
Essencial à Justiça				
Administração				
Defesa Nacional				
Segurança Pública				
Assistência Social				
Previdência Social	-37.751.862,35	-32.572.675,87	17,59	16,30
Saúde				
Trabalho				
Educação	-176.736.180,85	-167.032.374,58	82,34	83,60
Cultura				
Direitos da Cidadania				
Urbanismo				
Habitação				
Saneamento				
Gestão Ambiental				
Ciência e Tecnologia				
Agricultura				
Organização Agrária	-156.936,00	-206.082,00	0,07	0,10
Indústria				
Comércio e Serviços				
Comunicações				
Energia				
Transporte				
Desporto e Lazer				
Encargos Especiais				
(+/-) OBs não Sacadas - Cartão de Pagamento				

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Detalhando a função Educação em subfunções, verifica-se que o grande volume dessa função se refere ao ensino ensino profissional, com cerca de 94,43% do total, seguido das relativas à proteção e benefícios ao trabalhador, com somente 4,13%, conforme tabela abaixo.

Tabela 45 – Função Educação - Composição

<b>Subfunções de Ensino</b>	<b>2017</b>	<b>AV (%)</b>
ENSINO PROFISSIONAL	187.858.165,80	94,43
PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	8.225.403,47	4,13
ATENCAO BASICA	2.685.245,42	1,35
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	96.632,98	0,05
ALIMENTACAO E NUTRICAO	73.894,86	0,04
ADMINISTRACAO GERAL	3.749,39	0,00
<b>Total</b>	<b>198.943.091,92</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017.

## (B) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos.

As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem aquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>).

Pela análise da tabela abaixo, verifica-se que no exercício de 2017 não houve ingressos (em razão dos itens que compõe tais ingressos não fazerem efetivamente parte das atividades do IFS) e que os desembolsos totalizaram R\$ 21.461.725,24, resultando num fluxo deficitário nas atividades de investimento.

Nos dispêndios das atividades de investimentos, os maiores valores foram relativos à aquisição de “ativo não circulante”, apresentando o valor de R\$ 18.710.286,98. Sendo que o mesmo teve participação de 87,18% do total dos desembolsos neste tipo de atividade.

Comparando-se a variação total dos fluxos de caixa das atividades de investimento, entre os dois exercícios, 2016 e 2017, nota-se que ocorreu uma redução de aproximadamente 22,89%.

Tabela 46 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades de Investimento (R\$)

	2017	2016	AH (%)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-21.461.725,24</b>	<b>-27.834.082,26</b>	<b>-22,89</b>
<b>INGRESSOS</b>			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Outros Ingressos de Investimentos			
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-21.461.725,24</b>	<b>-27.834.082,26</b>	<b>-22,89</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-18.710.286,98	-24.493.429,78	-23,61
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.751.438,26	-3.340.652,48	-17,64

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

## (C) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Até o quarto trimestre de 2016 e 2017, não houve desembolsos referentes à atividade de financiamento no âmbito do IFS.

## 8 – Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

Adiante, são apresentadas as contrapartidas dos itens mais relevantes da DVP referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial.

## EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS – VPA (CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA-BP)

Compreende as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a exploração e venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, segregando-se a venda bruta das deduções como devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Conforme demonstrado no quadro abaixo, este item apresentou um decréscimo de 37,41%, comparando-se o exercício de 2016 (R\$ 284.195,78) com o de 2017 (R\$ 177.868,84). No entanto, o impacto não é relevante nas variações patrimoniais aumentativas – VPA, pois representa somente 0,05% do total.

A contrapartida dos recebimentos destas receitas (VPA) no balanço patrimonial é realizada na conta “limite de saque” do subgrupo “caixa e equivalentes de caixa” (ativo circulante).

“Caixa e equivalentes de caixa” compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Quadro 125 – VPA – Exploração e venda de bens, serviços e direitos

	2017	2016	AH %	AV %
<b>Variações Patrimoniais aumentativas</b>	<b>385.897.435,94</b>	<b>327.199.923,89</b>	<b>17,94</b>	<b>100,00</b>
<b>Exploração e venda de bens, serviços e direitos</b>	<b>177.868,84</b>	<b>284.195,78</b>	<b>-37,41</b>	<b>0,05</b>
Venda de mercadorias	31.463,05	1891,40	1563,48	0,01
Venda de produtos				
Exploração de bens, direitos e prestação de serviços	146.405,79	282.304,38	-48,14	0,04

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

## TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS – VPA (CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA-BP)

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior e execuções orçamentárias delegadas.

O item "Transferências e Delegações Recebidas" representa 79,72% (AV) do total do grupo das VPA, porém quase não apresentou variação entre os saldos de dezembro de 2016 (R\$ 307.513.768,15) e dezembro de 2017 (R\$ 307.627.907,65), apenas 0,04% de aumento, verificada na análise da variação horizontal, conforme quadro abaixo.

É importante ressaltar que o item "transferências intragovernamentais", representa 96,21% do saldo total deste item de VPA, e estão associados a recebimentos de transferências recebidas para execução orçamentária (repasses e subrepasses recebidos) e de transferências recebidas independentes da execução orçamentária (transferências recebidas para pagamentos de restos a pagar).

As contrapartidas destes lançamentos são efetuadas em contas do balanço patrimonial, ativo circulante (caixa e equivalentes de caixa/recursos liberados pelo tesouro), na unidade recebedora.

Quadro 126 – VPA – Transferência e delegações recebidas

	2017	2016	AH %	AV %
<b>Variações Patrimoniais aumentativas</b>	<b>385.897.435,94</b>	<b>327.199.923,89</b>	<b>17,94</b>	<b>100,00</b>
<b>Transferências e delegações recebidas</b>	<b>307.627.907,65</b>	<b>307.513.768,15</b>	<b>0,04</b>	<b>79,72</b>
Transferências intragovernamentais	295.972.962,10	299.847.966,62	-1,29	76,70
Outras transferências e delegações recebidas	11.654.945,55	7.665.801,53	52,04	3,02

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.



### VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS – VPA (IMOBILIZADO - BP)

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos.

Este item apresentou um acréscimo de 307,91% (AH), em relação ao exercício de 2016, saindo de R\$ 19.084.477,98 e passando para R\$ 77.847.019,54 no ano de 2017, conforme demonstrado no quadro seguinte. Representa 20,17% do total de variações patrimoniais aumentativas (VPA). Do grupo das variações patrimoniais aumentativas foi o item que apresentou a maior variação em termos monetários, R\$ 58.762.541,56.

O acréscimo dessa variação patrimonial aumentativa, em quase sua totalidade, é referente a incorporação de bens imóveis de uso especial que foram registrados no SPIUnet, do programa federal de expansão e modernização da educação, por algumas unidades, sendo contabilizados no ativo não circulante/imobilizado (bens imóveis), do Balanço Patrimonial, como contrapartida à variação em questão.

Quadro 127 – VPA – Valorização e ganhos c/ ativos e desincorporação de passivos

	2017	2016	AH	AV
<b>Variações Patrimoniais aumentativas</b>	<b>385.897.435,94</b>	<b>327.199.923,89</b>	<b>17,94</b>	<b>100</b>
Valorização e ganhos c/ ativos e desinc de passivos	<b>77.847.019,54</b>	<b>19.084.477,98</b>	<b>307,91</b>	<b>20,17</b>
Reavaliação de ativos	47.214.096,30	<b>6.446.212,99</b>	<b>632,43</b>	<b>12,23</b>
Ganhos com incorporação de ativos	30.570.799,71	<b>7.802.218,39</b>	<b>291,82</b>	<b>7,92</b>
Ganhos com desincorporação de passivos	62.123,53	<b>4.836.046,60</b>	<b>-98,72</b>	<b>0,02</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

### PESSOAL E ENCARGOS – VPD (OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO – BP)

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Este item, conforme visto no quadro abaixo, apresentou um aumento percentual de 17,98%, sendo registrado o valor de R\$ 174.208.918,07 no final de 2017 e de R\$ 147.665.267,69, no final de 2016. Cabe ressaltar que este item possuía o maior percentual de participação no total das variações patrimoniais diminutivas no 4º trimestre de 2017, de cerca de 45,14%. Os fatores que mais influenciaram para este acréscimo foram as novas contratações de pessoal para atendimento das demandas em virtude da criação de novas unidades do programa federal de expansão e modernização do IFS.

Tais registros de VPD tiveram como contrapartida de seus lançamentos o subgrupo do passivo circulante “Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo”, do Balanço Patrimonial.

Quadro 128 – VPD – Pessoal e encargos

	2017	2016	AH	AV
<b>Variações Patrimoniais diminutivas</b>	<b>325.852.456,61</b>	<b>279.217.358,67</b>	<b>16,70</b>	<b>84,44</b>
<b>Pessoal e encargos</b>	<b>174.208.918,07</b>	<b>147.665.267,69</b>	<b>17,98</b>	<b>45,14</b>
Remuneração a pessoal	<b>137.045.850,00</b>	114.582.902,78	19,60	<b>35,51</b>
Encargos patronais	<b>26.326.423,58</b>	22.905.576,38	14,93	<b>6,82</b>
Benefícios a pessoal	<b>10.836.644,49</b>	10.176.788,53	6,48	<b>2,81</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.



### USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO – VPD (ESTOQUES, FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL – BP)

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico. Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, dentre outras.

Este grupo apresentou um decréscimo de 3,03% (AH), em relação ao exercício de 2016, saindo de R\$ 30.580.969,53 e passando para R\$ 29.655.244,96 no ano de 2017, conforme demonstrado no quadro seguinte. Representa 7,68% do total de variações patrimoniais diminutivas (VPD).

Quadro 129 – VPD – Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo

	2017	2016	AH	AV
<b>Variações Patrimoniais diminutivas</b>	<b>325.852.456,61</b>	<b>279.217.358,67</b>	<b>16,70</b>	<b>84,44</b>
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	<b>29.655.244,96</b>	<b>30.580.969,53</b>	<b>-3,03</b>	<b>7,68</b>
Uso de material de consumo	1.989.052,26	1.759.373,20	13,05	0,52
Serviços	21.461.263,78	23.315.548,57	-7,95	5,56
Depreciação, amortização e exaustão	6.204.928,92	5.506.047,76	12,69	1,61

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

O item que provocou esta redução foi “Serviços”, diminuindo em termo monetários o valor de R\$ 1.854.284,79, sendo liquidados R\$ 23.315.548,57 em 2016 e R\$ 21.461.263,78 em 2017.

As contrapartidas registradas no Balanço Patrimonial deste item de variações patrimoniais diminutivas foram as seguintes:

- Referente ao uso de material de consumo, com contrapartida no subgrupo “Estoques”, do ativo circulante;
- Referente a serviços, com contrapartida no subgrupo “Fornecedores e contas a pagar a curto prazo”, do passivo circulante.
- Referente a depreciação, amortização e exaustão, com contrapartida no subgrupo “Imobilizado” para a depreciação e contrapartida no subgrupo “Intangível” para a amortização, ambos do ativo não circulante.

### DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS – VPD (IMOBILIZADO – BP)

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, com provisões para perdas, perdas com alienação e perdas involuntárias. Compreende também a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo.

Este item, conforme visto no quadro a seguir, apresentou um aumento percentual de 1168,06%, sendo registrado o valor de R\$ 33.848.287,73 no final de 2017 e de R\$ 2.669.289,48, no final de 2016. O percentual de participação no total das variações patrimoniais diminutivas no 4º trimestre de 2017, era de cerca de 8,77%.

Quadro 130 – VPD – Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos

	2017	2016	AH	AV
<b>Variações Patrimoniais diminutivas</b>	<b>325.852.456,61</b>	<b>279.217.358,67</b>	<b>16,70</b>	<b>84,44</b>
Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos	<b>33.848.287,73</b>	<b>2.669.289,48</b>	<b>1168,06</b>	<b>8,77</b>
Reavaliação, redução a valor recup e ajustes para perdas	14.691.246,12			3,81
Perdas involuntárias	67,05			0,00
Incorporação de passivos	1.774.996,30	2.283.659,97	-22,27	0,46
Desincorporação de ativos	17.381.978,26	385.629,51	4407,43	4,50

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

As unidades gestoras de Glória, Estância e São Cristóvão realizaram registros contábeis de desvalorização de imóveis de uso especial no Spiunet, sendo ratificados no Siafi, nos valores de R\$ 6.720.720,76, R\$ 667.797,46 e R\$ 7.301.858,86, respectivamente, totalizando R\$ 14.690.377,08. Estas baixas representaram 3,81% de participação no total das VPD.

O item “Desincorporação de ativos”, com participação de 4,50% do total deste grupo de variações patrimoniais diminutivas, apresentou uma grande variação aumentativa entre o ano de 2016 e 2017, cerca de 4407,43%. Este aumento ocorreu, em sua quase totalidade, em virtude de alguns registros de desvalorização de imóveis em algumas unidades gestoras, totalizando R\$ 17.293.683,18, conforme segue:

- A) Na unidade de Estância, registro de baixa de imóveis de uso especial no Spiunet, por erro de cadastramento, no valor de R\$ 4.050.673,29;
- B) Na unidade de Nossa Senhora do Socorro, baixa de valor registrado no SIAFI na conta Obras em Andamento, visto que o mesmo foi incorporado pelo Spiunet na conta de Imóveis, no valor de R\$ 5.530.000,00, conforme Manual Siafi.
- C) Na unidade de São Cristóvão, registro contábil da baixa de valores contabilizadas no SIAFI nas contas de obras em andamento, instalações e de estudos e projetos, devido aos lançamentos de incorporações e reavaliações dos bens imóveis realizados no Spiunet”, no valor de R\$ 7.713.009,89, conforme manual do Siafi.

As contrapartidas destes registros de VPD ocorreram em contas do subgrupo do Imobilizado, do ativo não circulante, do Balanço Patrimonial.

Aracaju, 28 de fevereiro de 2018.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA  
REITOR

CELSO TAVARES DOS SANTOS  
CONTADOR/IFS (Reitoria)  
CRC/SE 3.648/O